



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 4/30 DE ABRIL DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

LEIS

Lei n.º 12/2011:

Cria um procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23Fev, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições 335

DECRETOS-LEI

Ministério da Justiça

Decreto-Lei n.º 52/2011:

Altera o Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo DL n.º 34/2008, de 26Fev, e o CPC 413

PORTARIAS

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Portaria n.º 159/2011:

Estabelece os termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções públicas por aposentados antecipadamente 423

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 508/2011:

Prorrogação da missão militar portuguesa no âmbito da EU na Somália- EU Training Mission (EUTM) 425

DESPACHOS

Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional

Despacho n.º 6 379/2011:

Desafectação do domínio público do PM n.º 6/ Cascais - «Quarte da bateria da Parede» 425

Despacho n.º 6 380/2011:

Autoriza a venda do PM n.º 6/Cascais-Quartel da Bateria da Parede» 426

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 6 121/2011:

Delegação de competências no General CEMGFA 427

Despacho n.º 6 122/2011:

Programa NH 90 - Ground Based Logistic Information Management System (GLIMS PA e GLIMS PO) 428

Despacho n.º 6 484/2011:	Estado-Maior General das Forças Armadas
Directiva Ambiental para a Defesa Nacional 430	Despacho n.º 6 702/2011:
Despacho de 20 de Dezembro de 2010:	Delegação de competências no Major-General comandante Operacional da Madeira 442
Concessão de Condecoração à ESSM 439	Secretaria Geral
Direcção-Geral de Infra-Estruturas de Defesa	Despacho n.º 6 706/2011:
Despacho n.º 5 657/2011:	Subdelegação de competências no Coronel comandante da UnAp EMGFA 442
Ratifica e implementa STANAG 2369 EOD (Edition 3) - THE NATO EOD Publications Set (NEPS) Identification and Disposal of Surface, Air and Underwater Munitions 439	Comando Operacional dos Açores
Despacho n.º 5 658/2011:	Despacho n.º 6 707/2011:
Ratifica mas não implementa o STANAG 2997 RTIOS (Edition 2) — Life Jackets and Personal Flotation Devices 440	Subdelegação de competências no Coronel CEM COA 443
Despacho n.º 6 333/2011:	Estado-Maior do Exército
Ratifica e implementa o STANAG 2582 EP (ED1) (RD1) — BEST ENVIRONMENTAL PROTECTION PRACTICES FOR MILITARY COMPOUNDS IN NATO OPERATIONS 440	Despacho n.º 5 674/2011:
Despacho n.º 6 334/2011:	Delegação de competências no Coronel Adjunto do comandante da BrigMec 443
Ratifica e implementa o STANAG 4157 PPS (EDITION 2) — FUZING SYSTEMS: TEST REQUIREMENTS FOR THE ASSESSMENT OF SAFETY AND SUITABILITY FOR SERVICE 441	Despacho n.º 6 381/2011:
Despacho n.º 6 335/2011:	Delegação de competências no Tenente-General VCEME 444
Ratifica e implementa o STANAG 2583 EP (ED1) (RD1) Environmental Management System in NATO Operations 441	Comando do Pessoal
Despacho n.º 6 336/2011:	Despacho n.º 6 338/2011:
Ratifica e implementa o STANAG 2581 EP (ED1) (RD1) — environmental protection standards and norms for military compounds in NATO Operations 441	Subdelegação de competências no Major-General Director de Justiça e Disciplina 444
	DECLARAÇÕES
	Declaração de Rectificação n.º 12/2011:
	Rectifica o DL n.º 29-A/2011, de 1Mar, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que estabelece as normas de execução do OE para 2011, publicado no DR, 1.ª série, suplemento, n.º 42, de 1Mar11 445

I — LEIS**Assembleia da República****Lei n.º 12/2011****de 27 de Abril de 2011**

Cria um procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º**Alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro**

Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 7.º, 8.º, 10.º a 11.º-A, 13.º a 19.º, 21.º a 24.º, 26.º, 28.º, 29.º, 31.º, 35.º, 37.º a 39.º, 41.º, 43.º, 46.º a 48.º, 50.º-A, 51.º, 53.º, 56.º, 60.º a 62.º, 65.º a 68.º, 70.º, 74.º, 77.º a 79.º, 82.º, 86.º, 97.º a 99.º, 99.º-A, 107.º e 114.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 17/2009, de 6 de Maio, e alterada pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º**[...]**

1 —

2 —

3 — Ficam ainda excluídas do âmbito de aplicação da presente lei as actividades referidas no n.º 1 relativas a armas de fogo e munições cuja data de fabrico seja anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que utilizem munições obsoletas, constantes de portaria do Ministério da Administração Interna, ou outras armas e munições de qualquer tipo que obtenham essa classificação por peritagem individual da Polícia de Segurança Pública (PSP).

4 —

a)

b)

5 —

Artigo 2.º**[...]**

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f) Arma de ar comprimido' a arma accionada por ar ou outro gás comprimido, destinada a lançar projectil;

g) [Anterior alínea h).]

h) [Anterior alínea i).]

i) ‘Arma de ar comprimido desportiva’ a arma de ar comprimido adequada para a prática de tiro desportivo, de aquisição livre ou condicionada;

j)
l)
m)
n)
o)
p)
q)
r)
s)
t)
u)
v)
x)
z)
aa)
ab)
ac)
ad)
ae)
af)
ag)
ah)
ai)
aj)
al)
am)
an)
ao)
ap)
aq)
ar)
as)
at)
au)
av)
ax)
az)
aaa)
aab)
aac)
aad)
aae)
aaf)

2 —

- a)*
- b)*
- c)*
- d)*
- e)*
- f)*
- g)*
- h)*
- i)*
- j)*
- l)*
- m)*
- n)*
- o)*
- p)*
- q)*
- r)*
- s)*
- t)*
- u)*
- v)*
- x)*
- z)*
- aa)*
- ab)*

3 —

- a)*
- b)*
- c)*
- d)*
- e)*
- f)*
- g)*
- h)*
- i)*
- j)*
- l)*
- m)*
- n)*
- o)*
- p)*
- q)*
- r)*
- s)*
- t)*
- u)*

- v)
- x)
- z)
- aa)
- ab)
- ac)
- ad)
- ae)

4 —

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)

5 —

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)

g) 'Detenção de arma' o facto de ter em seu poder ou disponível para uso imediato pelo seu detentor;

- h)
- i)

j) 'Estabelecimento ou local de diversão' todos os locais públicos ou privados, construídos ou adaptados para o efeito, na sequência ou não de um processo de licenciamento municipal, que se encontrem a funcionar essencialmente como bares, discotecas e similares, salas de jogos eléctricos ou manuais e feiras de diversão;

- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q)
- r)
- s)
- t)
- u)
- v)
- x)
- z)
- aa)
- ab)
- ac)

ad) ‘Arma de aquisição condicionada’ a arma que só pode ser adquirida por quem tenha licença habilitante ou autorização da Direcção Nacional da PSP;

ae)

Artigo 3.º

[...]

1 —

2 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h) Os aerossóis de defesa não constantes da alínea *a)* do n.º 7 do presente artigo e as armas lançadoras de gases ou dissimuladas sob a forma de outro objecto;

i)

j) Outros aparelhos que emitam descargas eléctricas sem as características constantes da alínea *b)* do n.º 7 do presente artigo ou dissimuladas sob a forma de outro objecto;

l)

m)

n)

o)

p)

q)

r) As munições expansivas, excepto se destinadas a práticas venatórias;

s) [Anterior alínea *r).*]

t) [Anterior alínea *s).*]

u) As armas de fogo longas semiautomáticas com a configuração das armas automáticas para uso militar ou das forças de segurança.

3 —

4 —

a)

b) Os revólveres com os calibres denominados *.32 S & W*, *.32 S & W Long* e *.32 H & R Magnum*.

5 —

a)

b)

c)

d)

e) As armas de fogo de calibre até 6 mm ou *.22* unicamente aptas a disparar munições de percussão anelar;

f) (Revogada.)

g)

6 —

a)

b)

c)

7 —

a) Os aerossóis de defesa com gás cujo princípio activo seja a capsaicina ou oleoresina de *capsicum* (gás pimenta) com uma concentração não superior a 5 % e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou com outros objectos;

b) As armas eléctricas até 200 000 V, com mecanismo de segurança e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou com outros objectos;

c) As armas de fogo e suas munições, de produção industrial, unicamente aptas a disparar balas não metálicas ou a impulsionar dispositivos, concebidas de origem para eliminar qualquer possibilidade de agressão letal e que tenham merecido homologação por parte da Direcção Nacional da PSP.

8 —

a)

b) As réplicas de armas de fogo;

c)

9 —

a)

b)

c)

d) As armas de ar comprimido de aquisição livre;

e)

f)

g)

h)

10 — Para efeitos do disposto na legislação específica da caça, são permitidas as armas de fogo referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6 e na alínea b) do n.º 8, excepto se estas se destinarem a ornamentação e com excepção das armas com configuração de armamento militar.

11 — (Revogado.)

12 —

Artigo 5.º

[...]

1 —

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B são autorizados ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Deputados à Assembleia da República, aos Deputados ao Parlamento Europeu, aos membros do Governo, aos representantes da República, aos deputados regionais, aos membros dos Governos Regionais, aos membros do Conselho de Estado, aos governadores civis, aos magistrados judiciais, aos magistrados do Ministério Público e ao Provedor de Justiça.

3 —

a)

b)

c)

4 —

Artigo 7.º

[...]

1 —

2 —

a)

b)

3 —

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, podem ainda ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência das armas referidas nas alíneas a) e c) do n.º 5 do artigo 3.º às entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca.

5 — As autorizações referidas nos números anteriores deverão ser emitidas no prazo máximo de 30 dias, salvo decisão fundamentada prorrogando o respectivo prazo.

Artigo 8.º

[...]

1 —

2 —

a)

b)

3 —

4 — As autorizações referidas no número anterior deverão ser emitidas no prazo máximo de 30 dias, salvo decisão fundamentada prorrogando o respectivo prazo.

Artigo 10.º

[...]

1 —

2 —

3 — As armas de fogo inutilizadas, bem como as réplicas de armas de fogo, podem ser usadas pelos titulares de licença F em actividades de reconstituição histórica de factos ou eventos, podendo apenas efectuar tiros de salva com pólvora preta.

Artigo 11.º

[...]

1 — A aquisição de armas veterinárias e lança-cabos é permitida, mediante declaração de compra e venda e prévia autorização da PSP, a maiores de 18 anos que, por razões profissionais ou de prática desportiva, provem necessitar das mesmas.

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a detenção, uso, porte e transporte de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas, ainda que não contendo as características previstas na alínea aae) do n.º 1 do artigo 2.º, podem ser temporariamente autorizadas a praticantes estrangeiros em provas

internacionais realizadas em Portugal, pelo período necessário à sua participação nas provas, mediante requerimento instruído com prova da inscrição no evento, a formular junto da Direcção Nacional da PSP pela entidade promotora da iniciativa.

8 —

9 —

10 —

11 — A aquisição de armas de ar comprimido de aquisição livre destinadas à prática de actividades desportivas é permitida mediante declaração aquisitiva.

12 —

13 — As reproduções de arma de fogo para práticas recreativas, previstas na alínea *ag*) do n.º 1 do artigo 2.º, poderão ser objecto de ocultação das partes pintadas exclusivamente durante o decurso das provas ou actividades, devendo essa alteração ser imediatamente reposta após o seu termo.

Artigo 11.º-A

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — Exceptuam-se dos números anteriores, as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições, transferidas de outros Estados membros da União Europeia, que já tenham sido homologadas no Estado membro de proveniência, sendo reconhecida essa homologação pela PSP para todos os efeitos previstos na presente lei.

Artigo 13.º

[...]

1 —

2 —

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe B são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 14.º.

Artigo 14.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º;

e) Obtenham aprovação em curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 30.º da Constituição e do número seguinte, para efeito de apreciação do requisito constante da alínea *c*) do número anterior é susceptível de indiciar falta de idoneidade para efeitos de concessão de licença o facto de, entre outras razões devidamente fundamentadas, ao requerente ter sido aplicada medida de segurança ou ter sido condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão.

- 3 —
4 — A intervenção judicial referida no número anterior não tem efeitos suspensivos sobre o procedimento administrativo de concessão ou renovação da licença em curso.
5 — (*Anterior n.º 4.*)
6 — (*Anterior n.º 5.*)
7 — (*Anterior n.º 6.*)

Artigo 15.º

[...]

- 1 —
a)
b) Demonstrem carecer de licença de uso e porte de arma dos tipos C ou D para a prática de actos venatórios, e se encontrem habilitados com carta de caçador com arma de fogo ou demonstrem fundamentadamente carecer da licença por motivos profissionais;
c)
d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º;
e) Obtenham aprovação em curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo.
2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 14.º.
3 —
4 —

Artigo 16.º

[...]

- 1 —
a)
b)
c)
d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º.
2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 14.º.
3 —

Artigo 17.º

[...]

- 1 —
a)
b) Demonstrem carecer da licença para a prática desportiva de artes marciais, sendo atletas federados, ou para práticas recreativas em propriedade privada e coleccionismo de réplicas e armas de fogo inutilizadas;
c)
d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º.
2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 14.º.

- 3 —
4 —

Artigo 18.º

[...]

- 1 —
a)
b)
c)
d) Quando se verifique o regresso de países terceiros, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º.
2 —
3 —
4 —
5 —
a)
b)
c)
6 —
7 —

Artigo 19.º

[...]

- 1 —
2 — A licença especial concedida nos termos do número anterior caduca com a cessação de funções, podendo, em casos justificados, ser atribuída licença de uso e porte de arma da classe B ou B1, nos termos do disposto no artigo 13.º.

Artigo 21.º

[...]

1 — Os cursos de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo das classes B1, C e D, e para o exercício da actividade de armeiro, são ministrados pelas entidades reconhecidas para o efeito por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da agricultura.

2 — A frequência, com aproveitamento, dos cursos de formação para o uso e porte de armas de fogo confere ao formando um certificado com especificação da classe de armas a que se destina, válido por cinco anos, período durante o qual o formando se pode submeter a exame de aptidão.

3 — O procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória é regulamentado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da agricultura.

4 — O procedimento previsto no número anterior é da responsabilidade das organizações do sector da caça reconhecidas para o efeito pelos ministérios responsáveis pelas áreas da administração interna e da agricultura.

5 — Os cursos de formação técnica e cívica são da responsabilidade da PSP nos distritos em que se demonstre que as entidades reconhecidas para o efeito não possuam capacidade para os ministrar.

Artigo 22.º

[...]

1 — Os titulares de licença B, B1 e licença especial devem submeter-se, em cada cinco anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

2 —

3 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os titulares de licença de tiro desportivo e de licença federativa válida que façam prova da prática desportiva com armas de fogo, assim como os titulares de licença C ou D que comprovem a regular prática de tiro em acto venatório ou em outras actividades permitidas por lei.

Artigo 23.º

[...]

1 — (*Anterior corpo do artigo.*)

2 — No caso de aptidão com restrições, devem estas constar do certificado médico.

Artigo 24.º

Curso de formação para portadores de armas de fogo

1 —

2 — A admissão de inscrição e frequência do curso de formação referido no número anterior determina a abertura de procedimento de concessão da licença de uso e porte de arma de fogo, condicionada à aprovação no respectivo exame.

Artigo 26.º

Certificado de aprovação e guia provisória

1 — O certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo é o documento emitido pela Direcção Nacional da PSP, atribuído ao candidato que tenha obtido a classificação de apto nas provas teórica e prática do exame de aptidão.

2 — Ao candidato que tenha obtido aprovação no respectivo exame é emitida, pelo presidente do júri, uma guia provisória válida por 90 dias, renovável por igual período, que confere ao candidato os mesmos direitos e deveres do titular da licença correspondente à classe de arma a que ficou aprovado.

Artigo 28.º

[...]

1 —

2 —

3 — Nos 60 dias anteriores à data do termo de validade da licença, a PSP notifica o seu titular para proceder à renovação, com a expressa advertência de que, em caso de incumprimento, incorre em contra-ordenação, nos termos do disposto no artigo 99.º-A.

Artigo 29.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos 180 dias seguintes à data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.

6 — Findo o prazo de 180 dias referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

Artigo 31.º

[...]

1 —

2 —

3 — O vendedor ou doador remete o original da declaração para a PSP, bem como o livrete de manifesto, ou documento que o substitua, no prazo máximo de 15 dias, para efeitos de emissão de livrete de manifesto, do registo da arma e da sua propriedade, conforme os casos.

4 — Os documentos que podem ser considerados como substitutos do livrete de manifesto são os seguintes:

a) A declaração de compra e venda, desde que o livrete já tenha sido solicitado e não recebido;

b) Para os detentores de alvará de armeiro considera-se também documento substituto a guia de peritagem e verificação emitida pelos peritos da PSP executantes de tais actos, no acto de transferência ou importação.

5 — A PSP emite os livretes no prazo máximo de 30 dias, prorrogável, em caso fundamentado, por igual período.

Artigo 35.º

[...]

1 —

2 — Aos titulares das licenças C e D não é permitida a detenção de mais de 5000 munições para armas da classe D ou de mais de 1 000 munições para cada calibre de armas da classe C, salvo por autorização especial do director nacional da PSP, mediante requerimento do interessado, através do qual comprove possuir as necessárias condições de segurança para o seu armazenamento.

3 —

Artigo 37.º

[...]

1 —

2 — Para efeitos do número anterior, a existência de armas deve ser declarada à PSP no prazo de 90 dias sobre a morte do anterior proprietário ou sobre a descoberta das armas por quem estiver na sua detenção.

3 — (*Anterior n.º 2.*)

4 — (*Anterior n.º 3.*)

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — (*Anterior n.º 5.*)

7 — (*Anterior n.º 6.*)

Artigo 38.º

[...]

- 1 —
2 —
3 — Não é permitido o empréstimo por mais de um ano, excepto se for a museu.
4 —

Artigo 39.º

[...]

1 — Os portadores, detentores e proprietários de qualquer arma obrigam-se a cumprir as disposições legais constantes da presente lei e seus regulamentos, bem como as normas regulamentares de qualquer natureza relativas ao porte de armas no interior de edifícios públicos, e as indicações das autoridades competentes relativas à detenção, guarda, transporte, uso e porte das mesmas.

2 — Os portadores, os detentores e os proprietários de armas estão, nomeadamente, obrigados a:

- a)
b)
c)
d)
e)
f)
g)
h)
j) Declarar, no prazo de 30 dias, à entidade licenciadora qualquer alteração do domicílio.

Artigo 41.º

[...]

- 1 —
2 —
3 — As armas de fogo devem ser transportadas em bolsa ou estojo adequados ao modelo em questão, com adequadas condições de segurança, de forma separada das respectivas munições, com cadeado de gatilho ou mecanismo que impossibilite o seu uso ou desmontadas de forma que não sejam facilmente utilizáveis, ou sem peça cuja falta impossibilite o seu disparo, que deve ser transportada à parte.
4 —
5 — O disposto no presente artigo aplica-se igualmente ao uso, porte e transporte de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas.

Artigo 43.º

[...]

- 1 —
2 — Nos casos não abrangidos pelo n.º 1, deve o portador retirar à arma peça cuja falta impossibilite o seu disparo, que deve ser guardada separadamente, ou apor-lhe cadeado ou outro mecanismo que impossibilitem o seu uso, ou fixá-la a parede ou a outro objecto fixo por forma que não seja possível a sua utilização.
3 —

Artigo 46.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Os custos da contraprova a que se refere o número anterior são suportados pelo examinado no caso de resultado positivo, aplicando-se correspondentemente o disposto no Código da Estrada e legislação complementar.
- 4 — (*Anterior n.º 3.*)
- 5 — (*Anterior n.º 4.*)
- 6 — (*Anterior n.º 5.*)

Artigo 47.º

[...]

Por despacho do director nacional da PSP, podem ser concedidos alvarás de armeiro para o exercício da actividade de fabrico, compra e venda, reparação, efeitos cénicos ou cinematográficos e leilão de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e suas munições, e ainda para as colecções temáticas definidas no artigo 27.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto.

Artigo 48.º

[...]

- 1 —
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
- 2 —
 - a)
 - b)
 - c)
 - d) Tenha obtido aprovação em curso de formação técnica e cívica para o exercício da actividade de armeiro ou, tratando-se de pessoa colectiva, possua um responsável técnico que preencha os requisitos das alíneas a) a e);
 - e)
 - f)
- 3 —
- 4 —
- 5 — O alvará de armeiro é concedido por um período de 10 anos, renovável, ficando a sua renovação condicionada à verificação das condições exigidas para a sua concessão, não sendo contudo exigido o certificado previsto na alínea d) do n.º 2.
- 6 —
- 7 —
- 8 —
- 9 —

10 — Sem prejuízo do disposto no artigo 68.º-A, os titulares de alvará de armeiro só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos licenciados para o efeito, de acordo com as regras de segurança definidas, podendo transaccionar artigos não abrangidos pela presente lei, desde que destinados à caça, pesca, tiro desportivo e recreativo, para além de todos os bens, materiais e equipamentos de venda livre, as armas, munições e equipamentos previstos na presente lei que recaiam no âmbito do seu alvará.

11 —

12 —

13 — Sem prejuízo das normas de segurança, aos titulares de alvará e seus funcionários é autorizado o transporte de armas, munições e partes essenciais de armas, para os locais referidos no n.º 11 do presente artigo, desde que afectas à respectiva actividade comercial.

14 — Os titulares de alvará de armeiro tipo 2 podem ter à sua guarda armas das classes C e D, desde que acompanhadas do respectivo livrete, bem como de declaração do proprietário da arma.

Artigo 50.º-A

[...]

1 —

2 — O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo da presente lei, ou sujeitos a autorização prévia de compra, seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários para a sua realização, cujo alvará permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações do n.º 2 do artigo 52.º.

3 —

Artigo 51.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

2 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

i) Armas à sua guarda, nos termos do n.º 14 do artigo 48.º.

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

Artigo 53.º

[...]

1 — O titular de alvará do tipo 1 é obrigado a marcar, de modo permanente, nas armas por ele produzidas, por marcação incisiva ou indelével, o seu nome ou marca de origem, país de origem, número de série de fabrico e calibre e a apresentar as mesmas à PSP para exame.

2 —

Artigo 56.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — A realização de qualquer prova ou actividade com reproduções de armas de fogo para práticas recreativas depende de prévia comunicação ao departamento competente da PSP e à autoridade policial com competência territorial, com a antecedência mínima de 10 dias.

Artigo 60.º

[...]

1 — A importação e a exportação de armas de aquisição condicionada, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, partes essenciais de armas de fogo, com excepção da culatra, caixa da culatra e carcaça, estão sujeitas a prévia autorização do director nacional da PSP.

2 —

a)

b)

c)

3 —

4 —

5 —

6 —

7 — Em caso de dúvida quanto ao cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos no Código de Conduta da União Europeia sobre Exportação de Armas, a PSP pode solicitar parecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, previamente à concessão da autorização de exportação.

8 —

9 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas homologadas nos termos do artigo 11.º-A.

Artigo 61.º

[...]

1 —

2 — A autorização é válida pelo prazo de 180 dias prorrogável por um período de 90 dias.

3 —

4 —

Artigo 62.º

[...]

1 —

a) Para a importação e exportação temporária de armas, munições e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas à prática venatória e competições desportivas;

b)

c) Para importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com excepção da culatra, caixa de culatra e carcaça, com vista à sua alteração ou reparação.

2 —

3 —

4 —

Artigo 65.º

Ausência de autorização prévia

1 — As armas, munições e partes essenciais de armas de fogo fulminantes e invólucros com fulminantes, importadas ou exportadas por titular de alvará ou de licença referidos nos n.ºs 2, 4 ou 5 do artigo 60.º ou por proprietário, armeiro, agente comercial ou entidade indicados no n.º 2 do artigo 62.º, na ausência de autorização prévia, são imediatamente apreendidas.

2 — No caso previsto no número anterior, a notícia da infracção é comunicada à entidade competente, seguindo-se, na parte aplicável, o disposto no artigo 80.º.

3 — (*Revogado.*)

Artigo 66.º

[...]

1 —

2 —

3 — Mediante autorização especial do director nacional da PSP e a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pode ser autorizada a detenção, uso e porte de arma em território nacional a elementos do corpo diplomático ou de missões acreditadas junto do Estado Português, renovada anualmente e enquanto se mantiver o exercício de funções.

Artigo 67.º

[...]

1 — A expedição ou transferência de armas de aquisição condicionada, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, partes essenciais de armas de fogo, com excepção da culatra, caixa da culatra e carcaça, de Portugal para os Estados membros da União Europeia depende de autorização, nos termos dos números seguintes.

2 —

a)

b)

c)

- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 — À ausência de autorização prevista no n.º 1, aplica-se com as necessárias adaptações o previsto no artigo 65.º, n.º 1.

Artigo 68.º

[...]

1 — A admissão ou entrada e a circulação de armas de aquisição condicionada, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, partes essenciais de armas de fogo, com excepção da culatra, caixa da culatra e carcaça, procedentes de outros Estados membros da União Europeia dependem de autorização prévia, quando exigida, nos termos dos números seguintes.

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições homologadas por despacho do director nacional da PSP, nos termos do artigo 11.º-A, ficando a autorização de transferência definitiva condicionada à verificação da conformidade do artigo declarado com o artigo efectivamente transferido pelo Centro Nacional de Peritagens da PSP.

7 — Nos casos em que a arma cuja transferência foi requerida não coincidir com o resultado da peritagem, a arma é imediatamente apreendida e comunicada a notícia da infracção à entidade competente.

Artigo 70.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- a)
- b)
- c)
- d) Cópia dos livretes de manifesto de armas que pretende averbar, ou dos documentos que os substituam nos termos da presente lei;
- e)
- 4 —
- 5 —

Artigo 74.º
[...]

1 — As armas sujeitas a manifesto têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem, número de série de fabrico e calibre, com excepção das que foram fabricadas antes de 1950, que apenas têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem e número de série de fabrico.

- 2 —
3 —
4 —

Artigo 77.º
[...]

1 —
2 —
3 —
4 — A celebração autónoma do contrato de seguro previsto no número anterior é dispensada sempre que o respectivo risco esteja coberto por contrato de seguro que cubra simultaneamente a responsabilidade civil para a prática de actos venatórios.

- 5 —
6 —

Artigo 78.º
[...]

1 —
2 — As armas referidas no número anterior, desde o momento do depósito à guarda da PSP até à decisão final, nomeadamente de destruição, venda, afectação a museus públicos ou privados, ou utilização pelas forças de segurança, devem ser acompanhadas de registo documental, consultável a todo o tempo pelo interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

- a)
b)
c)
d)
e)
f)

Artigo 79.º
[...]

1 — Compete exclusivamente à Direcção Nacional da PSP organizar, pelo menos uma vez por ano, uma venda em leilão das armas que tenham sido declaradas perdidas a favor do Estado, apreendidas ou achadas e que se encontrem em condições de serem colocadas no comércio.

- 2 —
a)
b)
c)
d)
3 —

Artigo 82.º

[...]

1 —

2 —

3 — Todas as armas entregues devem ser objecto de exame e rastreio.

4 — Os resultados dos exames realizados pela PSP são comunicados ao Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária.

5 — O achado, logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio ou manifesto, será objecto de venda em leilão, revertendo o produto da venda para o achador.

Artigo 86.º

[...]

1 —

a) Equipamentos, meios militares e material de guerra, arma biológica, arma química, arma radioactiva ou susceptível de explosão nuclear, arma de fogo automática, arma longa semiautomática com a configuração de arma automática para uso militar ou das forças de segurança, explosivo civil, engenho explosivo ou incendiário improvisado é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;

b)

c)

d) Arma da classe E, arma branca dissimulada sob a forma de outro objecto, faca de abertura automática, estilete, faca de borboleta, faca de arremesso, estrela de lançar, *boxers*, outras armas brancas ou engenhos ou instrumentos sem aplicação definida que possam ser usados como arma de agressão e o seu portador não justifique a sua posse, aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 do artigo 3.º, armas lançadoras de gases, bastão, bastão extensível, bastão eléctrico, armas eléctricas não constantes da alínea b) do n.º 7 do artigo 3.º, quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão, silenciador, partes essenciais da arma de fogo, bem como munições de armas de fogo independentemente do tipo de projectil utilizado, é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias.

2 —

3 —

4 —

5 —

Artigo 97.º

[...]

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação ou exportação, usar ou trazer consigo reprodução de arma de fogo, arma de alarme, munições de salva ou alarme ou armas das classes F e G é punido com uma coima de €400 a €4 000.

2 — O titular de alvará ou de licença referidos nos n.ºs 2, 4 ou 5 do artigo 60.º ou proprietário, armeiro, agente comercial ou entidade indicados no n.º 2 do artigo 62.º que, na ausência de autorização prévia, importe ou exporte armas, munições e partes essenciais de armas de fogo fulminantes e invólucros com fulminantes é punido com uma coima de €600 a €6 000.

Artigo 98.º
[...]

Quem, sendo titular de licença, detiver, usar ou for portador, transportar arma fora das condições legais, afectar arma a actividade diversa da autorizada pelo director nacional da PSP ou em violação das normas de conduta previstas na presente lei é punido com uma coima de €400 a €4 000.

Artigo 99.º
[...]

- 1 —
- a)
- b) No artigo 19.º-A, é punido com uma coima de €400 a €4 000;
- c)
- d)
- e) No n.º 2 do artigo 37.º e na alínea j) do n.º 2 do artigo 39.º, é punido com uma coima de €150 a €1 000.
- 2 —

Artigo 99.º-A
[...]

- 1 —
- 2 — A detenção de arma, verificada a caducidade da licença de uso e porte de arma sem que tenha sido promovida a sua renovação, requerida nova licença aplicável no prazo previsto no n.º 1 do artigo 29.º, ou solicitada a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável conforme o disposto no n.º 3 do artigo 29.º, é punida com uma coima de €400 a €4 000.
- 3 — A detenção de arma da classe F, verificada a caducidade da licença de uso e porte de arma sem que tenha sido promovida a sua renovação, requerida nova licença aplicável dentro do prazo previsto no n.º 1 do artigo 29.º ou solicitada a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável conforme o disposto no n.º 3 do artigo 29.º, é considerada detenção ilegal de arma, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 97.º.
- 4 — A notificação do auto de notícia relativo à contra-ordenação prevista no n.º 2 será complementada com a advertência de que o arguido deve proceder à renovação da licença de uso e porte de arma caducada, requerer nova licença ou solicitar a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável, no prazo de 15 dias, sob pena de, findo esse prazo, a detenção de arma passar a ser considerada detenção de arma fora das condições legais, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º.

Artigo 107.º
[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d) Apresentarem indícios sérios de perturbação psíquica ou mental.
- 2 —
- 3 —

4 — Em caso de manifesto estado de embriaguez, de intoxicação por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ou indícios sérios de perturbação psíquica ou mental de pessoa que detenha, use, porte ou transporte consigo arma de fogo, a arma pode ser retida por qualquer caçador ou atirador desportivo ou ainda por qualquer pessoa que o possa fazer em condições de segurança até à comparência de agente ou autoridade policial.

Artigo 114.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

5 — Os possuidores de armas de fogo manifestadas e registadas ao abrigo do regime anterior como armas de caça grossa, ou que tenham sido classificadas no actual regime como armas da classe A, mantêm o direito de as deter nas condições previstas no artigo 18.º, com as devidas adaptações.

6 — A eventual transmissão das armas a que se referem os n.ºs 1, 3, 4 e 5 está sujeita à sua inutilização, passando a ser classificadas como armas da classe F, excepto se transmitidas a museus públicos ou, mediante autorização do director nacional da PSP, a associações de coleccionadores com museu, ou, se esse for o caso, à sua reclassificação como arma de outra classe legalmente permitida.»

Artigo 2.º

Aditamento à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

São aditados os artigos 106.º-A e 116.º-A à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições, na redacção que lhe foi dada pelas Leis n.ºs 59/2007, de 4 de Setembro, 17/2009, de 6 de Maio, e 26/2010, de 30 de Agosto, com a seguinte redacção:

«Artigo 106.º-A

Exames técnicos

Para efeitos de licenciamento e de fiscalização da aquisição, importação, exportação, transferência e comércio de armas, a PSP pode realizar exames às armas e suas munições e explosivos.

Artigo 116.º-A

Armas de ar comprimido de aquisição condicionada

1 — Os titulares de armas de ar comprimido de aquisição condicionada, que detenham essas armas à data da entrada em vigor da presente lei, mantêm o direito a detê-las e a usá-las para tiro lúdico, independentemente de qualquer autorização ou licença, desde que as manifestem no prazo de seis meses após essa data.

2 — Poderão ainda os titulares dessas armas, no mesmo prazo, aliená-las a quem for titular de licença para o efeito.

3 — A falta de cumprimento, no prazo legal, do disposto no n.º 1, ou no n.º 2, implica a perda de tais armas a favor do Estado.

4 — O direito dos titulares referidos no n.º 1, será certificado por documento a emitir pela Direcção Nacional da PSP.»

Artigo 3.º

Regime transitório

1 — Os comportamentos previstos no n.º 2 do artigo 99.º-A da anterior versão da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que tenham sido praticados antes da entrada em vigor da presente lei, continuam a ser sancionados nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 99.º-A da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, na versão aprovada pela presente lei.

2 — As armas já manifestadas ao abrigo dos anteriores regimes jurídicos sobre armas e munições consideram-se, para todos os efeitos, já homologadas nos termos do artigo 11.º-A e para os efeitos da presente lei.

3 — Os armeiros que detenham na sua posse munições expansivas, que não se destinem a práticas venatórias, dispõem de um ano, após a entrada em vigor da presente lei, para as alienarem, sob pena de as mesmas serem declaradas perdidas a favor do Estado.

4 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 21.º, enquanto não forem publicadas as portarias ali referidas, os cursos de formação técnica e cívica são ministrados pela PSP.

Artigo 4.º

Norma revogatória

São revogados:

a) A alínea f) do n.º 5 e o n.º 11 do artigo 3.º e o n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro;

b) A alínea t) do artigo 14.º da Portaria n.º 934/2006, de 8 de Setembro.

Artigo 5.º

Republicação

É republicada, em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, com a redacção actual.

Aprovada em 25 de Fevereiro de 2011.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 6 de Abril de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 7 de Abril de 2011.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Republicação da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Objecto, âmbito, definições legais e classificação das armas

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 — A presente lei estabelece o regime jurídico relativo ao fabrico, montagem, reparação, importação, exportação, transferência, armazenamento, circulação, comércio, aquisição, cedência, detenção, manifesto, guarda, segurança, uso e porte de armas, seus componentes e munições, bem como o enquadramento legal das operações especiais de prevenção criminal.

2 — Ficam excluídas do âmbito de aplicação da presente lei as actividades relativas a armas e munições destinadas às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança, bem como a outros serviços públicos cuja lei expressamente as exclua, bem como aquelas que se destinem exclusivamente a fins militares.

3 — Ficam ainda excluídas do âmbito de aplicação da presente lei as actividades referidas no n.º 1 relativas a armas de fogo e munições cuja data de fabrico seja anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que utilizem munições obsoletas, constantes de portaria do Ministério da Administração Interna, ou outras armas e munições de qualquer tipo que obtenham essa classificação por peritagem individual da Polícia de Segurança Pública (PSP).

4 — Ficam também excluídos do âmbito de aplicação da presente lei:

a) As espadas, sabres, espadins, baionetas e outras armas tradicionalmente destinados a honras e cerimoniais militares ou a outras cerimónias oficiais;

b) Os marcadores de *paintball*, respectivas partes e acessórios.

5 — A detenção, uso e porte de arma por militares dos quadros permanentes das Forças Armadas e por membros das forças e serviços de segurança são regulados por lei própria.

Artigo 2.º

Definições legais

Para efeitos do disposto na presente lei e sua regulamentação e com vista a uma uniformização conceptual, entende-se por:

1 — Tipos de armas:

a) «Aerossol de defesa» todo o contentor portátil de gases comprimidos cujo destino seja unicamente o de produzir descargas de gases momentaneamente neutralizantes da capacidade agressora, não podendo pela sua apresentação e características ser confundido com outras armas ou dissimular o fim a que se destina;

b) «Arco» a arma branca destinada a lançar flechas mediante o uso da força muscular;

c) «Arma de acção dupla» a arma de fogo que pode ser disparada efectuando apenas a operação de accionar o gatilho;

d) «Arma de acção simples» a arma de fogo que é disparada mediante duas operações constituídas pelo armar manual do mecanismo de disparo e pelo accionar do gatilho;

e) «Arma de alarme ou salva» o dispositivo com a configuração de uma arma de fogo destinado unicamente a produzir um efeito sonoro semelhante ao produzido por aquela no momento do disparo;

f) «Arma de ar comprimido» a arma accionada por ar ou outro gás comprimido destinada a lançar projectil;

g) «Arma de ar comprimido de aquisição condicionada» a arma de ar comprimido capaz de propulsar projecteis de calibre superior a 5,5 mm e as de qualquer calibre, capazes de propulsar projecteis, cuja energia cinética, medida à boca do cano, seja igual ou superior a 24 J;

h) «Arma de ar comprimido de aquisição livre» a arma de ar comprimido, de calibre até 5,5 mm, capaz de propulsar projecteis, cuja energia cinética, medida à boca do cano, seja inferior a 24 J;

i) «Arma de ar comprimido desportiva» a arma de ar comprimido adequada para a prática de tiro desportivo, de aquisição livre ou condicionada;

j) «Arma automática» a arma de fogo que, mediante uma única acção sobre o gatilho ou disparador, faz uma série contínua de vários disparos;

l) «Arma biológica» o engenho susceptível de libertar ou de provocar contaminação por agentes microbiológicos ou outros agentes biológicos, bem como toxinas, seja qual for a sua origem ou modo de produção, de tipos e em quantidades que não sejam destinados a fins profilácticos de protecção ou outro de carácter pacífico e que se mostrem nocivos ou letais para a vida;

m) «Arma branca» todo o objecto ou instrumento portátil dotado de uma lâmina ou outra superfície cortante, perfurante, ou corto-contundente, de comprimento igual ou superior a 10 cm e, independentemente das suas dimensões, as facas borboleta, as facas de abertura automática ou de ponta e mola, as facas de arremesso, os estiletos com lâmina ou haste e todos os objectos destinados a lançar lâminas, flechas ou virotões;

n) «Arma de carregamento pela boca» a arma de fogo em que a culatra não pode ser aberta manualmente e o carregamento da carga propulsora e do projectil só podem ser efectuados pela boca do cano, no caso das armas de um ou mais canos, e pela boca das câmaras, nas armas equipadas com tambor, considerando-se equipadas às de carregamento pela boca as armas que, tendo uma culatra móvel, não podem disparar senão cartucho combustível, sendo o sistema de ignição colocado separadamente no exterior da câmara;

o) «Arma eléctrica» todo o sistema portátil alimentado por fonte energética e destinado unicamente a produzir descarga eléctrica momentaneamente neutralizante da capacidade motora humana, não podendo, pela sua apresentação e características, ser confundida com outras armas ou dissimular o fim a que se destina;

p) «Arma de fogo» todo o engenho ou mecanismo portátil destinado a provocar a deflagração de uma carga propulsora geradora de uma massa de gases cuja expansão impele um ou mais projecteis;

q) «Arma de fogo curta» a arma de fogo cujo cano não exceda 30 cm ou cujo comprimento total não exceda 60 cm;

r) «Arma de fogo inutilizada» a arma de fogo a que foi retirada ou inutilizada peça ou parte essencial para obter o disparo do projectil e que seja acompanhada de certificado de inutilização emitido ou reconhecido pela Direcção Nacional da PSP;

s) «Arma de fogo longa» qualquer arma de fogo com exclusão das armas de fogo curtas;

t) «Arma de fogo desactivada» a arma de fogo a que foi retirada peça ou peças necessárias para obter o disparo do projectil;

u) «Arma de fogo obsoleta» a arma de fogo excluída do âmbito de aplicação da lei por ser de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que, sendo de fabrico posterior àquela data,

utilizem munições obsoletas constantes da lista de calibres obsoletos publicada em portaria do Ministério da Administração Interna ou que obtenham essa classificação por peritagem individual da PSP;

v) «Arma de fogo modificada» a arma de fogo que, mediante uma intervenção não autorizada de qualquer tipo, sofreu alterações das suas partes essenciais, marcas e numerações de origem, ou aquela cuja coronha tenha sido reduzida de forma relevante na sua dimensão a um punho ou substituída por outra telescópica ou rebatível;

x) «Arma de fogo transformada» o dispositivo que, mediante uma intervenção mecânica modificadora, obteve características que lhe permitem funcionar como arma de fogo;

z) «Arma lançadora de gases» o dispositivo portátil destinado a lançar gases por um cano;

aa) «Arma lança-cabos» o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo, destinado unicamente a lançar linha ou cabo;

ab)) «Arma química» o engenho ou qualquer equipamento, munição ou dispositivo especificamente concebido para libertar produtos tóxicos e seus precursores que pela sua acção química sobre os processos vitais possa causar a morte ou lesões em seres vivos;

ac) «Arma radioactiva ou susceptível de explosão nuclear» o engenho ou produto susceptível de provocar uma explosão por fissão ou fusão nuclear ou libertação de partículas radioactivas ou ainda susceptível de, por outra forma, difundir tal tipo de partículas;

ad) «Arma de repetição» a arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que, após cada disparo, é recarregada pela acção do atirador sobre um mecanismo que transporta e introduz na câmara nova munição, retirada do depósito ou do carregador ou que posiciona a câmara para ser disparada a munição que contém;

ae) «Arma semiautomática» a arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que, após cada disparo, se carrega automaticamente e que não pode, mediante uma única acção sobre o gatilho, fazer mais de um disparo;

af) «Arma de sinalização» o mecanismo portátil com a configuração de arma de fogo destinado a lançar um dispositivo pirotécnico de sinalização, cujas características excluem a conversão para o tiro de qualquer outro tipo de projectil;

ag) «Reprodução de arma de fogo para práticas recreativas» o mecanismo portátil com a configuração de arma de fogo das classes A, B, B1, C e D, pintado com cor fluorescente, amarela ou encarnada, indelével, claramente visível quando empunhado, em 5 cm a contar da boca do cano e na totalidade do punho, caso se trate de arma curta, ou em 10 cm a contar da boca do cano e na totalidade da coronha, caso se trate de arma longa, por forma a não ser susceptível de confusão com as armas das mesmas classes, apto unicamente a disparar esfera não metálica cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 1,3 J para calibres inferiores ou iguais a 6 mm e munições compactas ou a 13 J para outros calibres e munições compostas por substâncias gelatinosas;

ah) «Marcador de *paintball*» o mecanismo portátil propulsionado a ar comprimido, apto unicamente a disparar esfera não metálica constituída por tinta hidrossolúvel e biodegradável não poluente contida em invólucro de gelatina, cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 13 J;

ai) «Arma submarina» a arma branca destinada unicamente a disparar arpão quando submersa em água;

aj) «Arma de tiro a tiro» a arma de fogo sem depósito ou carregador, de um ou mais canos, que é carregada mediante a introdução manual de uma munição em cada câmara ou câmaras ou em compartimento situado à entrada destas;

al) «Arma veterinária» o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo destinado unicamente a disparar projectil de injeção de anestésicos ou outros produtos veterinários sobre animais;

am) «Bastão eléctrico» a arma eléctrica com a forma de um bastão;

an) «Bastão extensível» o instrumento portátil telescópico, rígido ou flexível, destinado a ser empunhado como meio de agressão ou defesa;

ao) «Besta» a arma branca dotada de mecanismo de disparo que se destina exclusivamente a lançar viroto;

ap) «Boxer» o instrumento metálico ou de outro material duro destinado a ser empunhado e a ampliar o efeito resultante de uma agressão;

aq) «Carabina» a arma de fogo longa com cano de alma estriada;

ar) «Espingarda» a arma de fogo longa com cano de alma lisa;

as) «Estilete» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma haste perfurante sem gumes e por um punho;

at) «Estrela de lançar» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, em forma de estrela com pontas cortantes que se destina a ser arremessada manualmente;

au) «Faca de arremesso» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma lâmina integrando uma zona de corte e perfuração e outra destinada a ser empunhada ou a servir de contrapeso com vista a ser lançada manualmente;

av) «Faca de borboleta» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma lâmina articulada num cabo ou empunhadura dividido longitudinalmente em duas partes também articuladas entre si, de tal forma que a abertura da lâmina pode ser obtida instantaneamente por um movimento rápido de uma só mão;

ax) «Faca de abertura automática ou faca de ponta e mola» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por um cabo ou empunhadura que encerra uma lâmina, cuja disponibilidade pode ser obtida instantaneamente por acção de uma mola sob tensão ou outro sistema equivalente;

az) «Pistola» a arma de fogo curta, de tiro a tiro, de repetição ou semiautomática;

aaa) «Pistola-metralhadora» a arma de fogo automática, compacta, que utiliza munições para arma de fogo curta;

aab)) «Réplica de arma de fogo» a arma de fogo de carregamento pela boca, apta a disparar um ou mais projecteis, utilizando carga de pólvora preta ou similar, que não seja classificada no âmbito do n.º 3 do artigo 1.º;

aac) «Reprodução de arma de fogo» o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo que, pela sua apresentação e características, possa ser confundida com as armas previstas nas classes A, B, B1, C e D, com exclusão das reproduções de arma de fogo para práticas recreativas, das armas de alarme ou de salva não transformáveis e das armas de *starter*;

aad) «Revólver» a arma de fogo curta, de repetição, com depósito constituído por tambor contendo várias câmaras;

aae) «Arma de *starter*» o dispositivo tecnicamente não susceptível de ser transformado em arma de fogo, com a configuração de arma de fogo, destinado unicamente a produzir um efeito sonoro, para ser utilizado em actividades desportivas e treinos de caça;

aaf) «Arma com configuração de armamento militar» a arma de fogo que, pela sua configuração ou características técnicas, seja susceptível de ser confundida com equipamentos, meios militares e material de guerra ou classificada como tal.

2 — Partes das armas de fogo:

a) «Alma do cano» a superfície interior do cano entre a câmara e a boca;

b) «Alma estriada» a superfície interior do cano com sulcos helicoidais ou outra configuração em espiral, que permite conferir rotação ao projectil, dotando-o de estabilidade giroscópica;

c) «Alma lisa» a superfície interior do cano não dotada de qualquer dispositivo destinado a imprimir movimento de rotação ao projectil;

- d)* «Báscula» parte da arma de fogo em que se articula o cano ou canos e que obtura a câmara ou câmaras fazendo o efeito de culatra;
- e)* «Boca do cano» a extremidade da alma do cano por onde sai o projectil;
- f)* «Caixa da culatra» a parte da arma onde está contida e se movimenta a culatra;
- g)* «Câmara» a parte do cano ou, nos revólveres, a cavidade do tambor onde se introduz a munição;
- h)* «Cano» a parte da arma constituída por um tubo destinado a guiar o projectil no momento do disparo;
- i)* «Cão» a peça de um mecanismo de percussão que contém ou bate no percutor com vista ao disparo da munição;
- j)* «Carcaça» a parte da arma curta de que faz parte ou onde se fixa o punho e que encerra o mecanismo de disparo;
- l)* «Carregador» o contentor amovível onde estão alojadas as munições numa arma de fogo;
- m)* «Coronha» a parte de uma arma de fogo que se destina a permitir o seu apoio no ombro do atirador;
- n)* «Corrediça» a parte da arma automática ou semiautomática que integra a culatra e que se movimenta em calhas sobre a carcaça;
- o)* «Culatra» a parte da arma de fogo que obtura a extremidade do cano onde se localiza a câmara;
- p)* «Depósito» o compartimento inamovível de uma arma de fogo onde estão alojadas as munições;
- q)* «Gatilho ou cauda do gatilho» a peça do mecanismo de disparo que, quando accionada pelo atirador, provoca o disparo;
- r)* «Guarda-mato» a peça que protege o gatilho de accionamento accidental;
- s)* «Mecanismo de disparo» o sistema mecânico ou outro que, quando accionado através do gatilho, provoca o disparo;
- t)* «Mecanismo de travamento» o conjunto de peças destinado a bloquear a culatra móvel na posição de obturação da câmara;
- u)* «Partes essenciais da arma de fogo», nos revólveres, o cano, o tambor e a carcaça, nas restantes armas de fogo, o cano, a culatra, a caixa da culatra ou corrediça, a báscula e a carcaça;
- v)* «Percutor» a peça de um mecanismo de disparo que acciona a munição, por impacte na escorva ou fulminante;
- x)* «Punho» a parte da arma de fogo que é agarrada pela mão que dispara;
- z)* «Silenciador» o acessório que se aplica sobre a boca do cano de uma arma destinado a eliminar ou reduzir o ruído resultante do disparo;
- aa)* «Tambor» a parte de um revólver constituída por um conjunto de câmaras que formam um depósito rotativo de munições;
- ab))* «Sistema de segurança de arma» mecanismo da arma que pode ser accionado pelo atirador, destinado a impedir o seu disparo quando actuado o gatilho.

3 — Munições das armas de fogo e seus componentes:

- a)* «Bala ou projectil» a parte componente de uma munição ou carregamento que se destina a ser lançada através do cano pelos gases resultantes da deflagração de uma carga propulsora ou outro sistema de propulsão;
- b)* «Calibre da arma» a denominação da munição para que a arma é fabricada;
- c)* «Calibre do cano» o diâmetro interior do cano, expresso em milímetros ou polegadas, correspondendo, nos canos de alma estriada, ao diâmetro de brocagem antes de abertas as estrias, ou equivalente a este diâmetro no caso de outros processos de fabrico;

d) «Carga propulsora ou carga de pólvora» a carga de composto químico usada para carregar as munições ou a carga de pólvora preta ou substância similar usada para carregar as armas de carregamento pela boca;

e) «Cartucho» o recipiente metálico, plástico ou de vários materiais, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora, a bucha e a carga de múltiplos projecteis, ou o projectil único, para utilização em armas de fogo com cano de alma lisa;

f) «Bucha» a parte componente de uma munição em plástico ou outro material, destinada a separar a carga propulsora do projectil ou múltiplos projecteis, podendo também incorporar um recipiente que contém projecteis;

g) «Cartucho carregado» a munição para arma de fogo com cano de alma lisa contendo todos os seus componentes em condições de ser disparado;

h) «Cartucho vazio» o cartucho para arma de fogo com cano de alma lisa não contendo nenhum dos componentes necessários ao disparo;

i) «Cartucho de letalidade reduzida» o cartucho carregado com projectil ou carga de projectil não metálicos com vista a não ser letal;

j) «Cartucho carregado com bala» a munição carregada com projectil único, para arma com cano de alma lisa, ou arma com cano raiado para utilização de munições para arma com cano de alma lisa;

l) «Chumbos de caça» os projecteis, com diâmetro até 4,5 mm, com que se carregam os cartuchos de caça;

m) «Componentes para recarga» os cartuchos, invólucros, fulminantes ou escorvas, carga propulsora e projecteis para munições de armas de fogo;

n) «Fulminante ou escorva» o componente da munição composto por uma cápsula que contém mistura explosiva, a qual, quando deflagrada, provoca uma chama intensa destinada a inflamar a carga propulsora da munição, não fazendo parte da munição nas armas de carregamento pela boca;

o) «Invólucro» o recipiente metálico, de plástico ou de outro material, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora e o projectil para utilização em armas com cano de alma estriada;

p) «Munição de arma de fogo» o cartucho ou invólucro ou outro dispositivo contendo o conjunto de componentes que permitem o disparo do projectil ou de múltiplos projecteis, quando introduzidos numa arma de fogo;

q) «Munição com projectil desintegrável» a munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de se desintegrar no impacto com qualquer superfície ou objecto duro;

r) «Munição com projectil expansivo» a munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de expandir no impacto com um corpo sólido;

s) «Munição com projectil explosivo» a munição com projectil contendo uma carga que explode no momento do impacto;

t) «Munição com projectil incendiário» a munição com projectil contendo um composto químico que se inflama em contacto com o ar ou no momento do impacto;

u) «Munição com projectil encamisado» a munição com projectil designado internacionalmente como *full metal jacket (FMJ)*, com camisa metálica que cobre o núcleo em toda a sua extensão, com excepção, ou não, da base;

v) «Munição com projectil perfurante» a munição com projectil destinado a perfurar alvos duros e resistentes;

x) «Munição com projectil tracejante» a munição com projectil que contém uma substância pirotécnica destinada a produzir chama, ou chama e fumo, de forma a tornar visível a sua trajetória;

z) «Munição com projectil cilíndrico» a munição designada internacionalmente como *wadcutter* de projectil cilíndrico ou de ponta achatada, destinada a ser usada em tiro desportivo, provocando no alvo um orifício de contorno bem definido;

aa) «Munição obsoleta» a munição de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, ou posterior a essa data, que tenha deixado de ser produzida industrialmente e que não é comercializada há pelo menos 40 anos;

ab) «Percussão anelar ou lateral» o sistema de ignição de uma munição em que o percutor actua sobre um ponto periférico relativamente ao centro da base da mesma;

ac) «Percussão central» o sistema de ignição de uma munição em que o percutor actua sobre a escorva ou fulminante aplicado no centro da base do invólucro;

ad) «Zagalotes» os projecteis, com diâmetro superior a 4,5 mm, que fazem parte de um conjunto de múltiplos projecteis para serem disparados em armas de fogo com cano de alma lisa;

ae) «Munição de salva ou alarme» a munição sem projectil e destinada unicamente a produzir um efeito sonoro no momento do disparo.

4 — Funcionamento das armas de fogo:

a) «Arma de fogo carregada» a arma de fogo que tenha uma munição introduzida na câmara e a arma de carregar pela boca em que seja introduzida carga propulsora, fulminante e projectil na câmara ou câmaras;

b) «Arma de fogo com segurança accionada» a arma de fogo em que está accionado o mecanismo que impede o disparo pela pressão no gatilho;

c) «Arma de fogo municiada» a arma de fogo com pelo menos uma munição introduzida no seu depósito ou carregador;

d) «Ciclo de fogo» o conjunto de operações realizadas sequencialmente que ocorrem durante o funcionamento das armas de fogo de carregar pela culatra;

e) «Culatra aberta» a posição em que a culatra, a corredeira ou a báscula de uma arma se encontra de forma que a câmara não esteja obturada;

f) «Culatra fechada» a posição em que a culatra, corredeira ou báscula de uma arma se encontra de forma a obturar a câmara;

g) «Disparar» o acto de pressionar o gatilho, accionando o mecanismo de disparo da arma, de forma a provocar o lançamento do projectil.

5 — Outras definições:

a) «Armeiro» qualquer pessoa singular ou colectiva cuja actividade profissional consista, total ou parcialmente, no fabrico, compra e venda ou reparação de armas de fogo e suas munições;

b) «Campo de tiro» a instalação exterior funcional e exclusivamente destinada à prática de tiro com arma de fogo carregada com munição de projecteis múltiplos;

c) «Cedência a título de empréstimo» a entrega de arma a terceiro, para que este se sirva dela durante certo período, com a obrigação de a restituir findo o mesmo, saindo a arma da esfera de disponibilidade do seu proprietário;

d) «Carreira de tiro» a instalação interior ou exterior, funcional e exclusivamente destinada à prática de tiro com arma de fogo carregada com munição de projectil único;

e) «Casa-forte ou fortificada» a construção ou compartimento de uso exclusivo do portador ou detentor, integralmente edificada em betão, ou alvenaria, ou com paredes, soalho e tecto reforçados com malha ou estrutura metálica, sendo em todos os casos dotado de porta de segurança com fechadura de trancas e, caso existam, janelas com grades metálicas;

f) «Data de fabrico de arma» o ano em que a arma foi produzida ou, sendo desconhecido, quando iniciada a sua produção;

g) «Detenção de arma», o facto de ter em seu poder ou disponível para uso imediato pelo seu detentor;

h) «Disparo de advertência» o acto voluntário de disparar uma arma apontada para zona livre de pessoas e bens;

i) «Equipamentos, meios militares e material de guerra» os equipamentos, armas, engenhos, instrumentos, produtos ou substâncias fabricados para fins militares e utilizados pelas Forças Armadas e forças e serviços de segurança;

j) «Estabelecimento ou local de diversão» todos os locais públicos ou privados, construídos ou adaptados para o efeito, na sequência ou não de um processo de licenciamento municipal, que se encontrem a funcionar essencialmente como bares, discotecas e similares, salas de jogos eléctricos ou manuais e feiras de diversão;

l) «Explosivo civil» todas as substâncias ou produtos explosivos cujo fabrico, comércio, transferência, importação e utilização estejam sujeitos a autorização concedida pela autoridade competente;

m) «Engenho explosivo civil» os artefactos que utilizem produtos explosivos cuja importação, fabrico e comercialização estão sujeitos a autorização concedida pela autoridade competente;

n) «Engenho explosivo ou incendiário improvisado» todos aqueles que utilizem substâncias ou produtos explosivos ou incendiários de fabrico artesanal não autorizado;

o) «Guarda de arma» o acto de depositar a arma, no domicílio ou outro local autorizado, em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa-forte ou fortificada, bem como a aplicação de cadeado, accionamento de mecanismo ou remoção de peça que impossibilite disparar a mesma;

p) «Porte de arma» o acto de trazer consigo uma arma branca ou uma arma municiada ou carregada ou em condições de o ser para uso imediato;

q) «Recinto desportivo» o espaço criado exclusivamente para a prática de desporto, com carácter fixo e com estruturas de construção que lhe garantam essa afectação e funcionalidade, dotado de lugares permanentes e reservados a assistentes, após o último controlo de entrada;

r) «Transporte de arma» o acto de transferência de uma arma descarregada e desmuniada ou desmontada de um local para outro, de forma a não ser susceptível de uso imediato;

s) «Uso de arma» o acto de empunhar, apontar ou disparar uma arma;

t) «Zona de exclusão» a zona de controlo da circulação pedestre ou viária, definida pela autoridade pública, com vigência temporal determinada, nela se podendo incluir os trajectos, estradas, estações ferroviárias, fluviais ou de camionagem com ligação ou a servirem o acesso a recintos desportivos, áreas e outros espaços públicos, dele envolventes ou não, onde se concentrem assistentes ou apoiantes desse evento;

u) «Cadeado de gatilho» o dispositivo aplicado ou fazendo parte da arma que impede o accionamento do gatilho e o disparo da arma;

v) «Importação» a entrada ou introdução nos limites fiscais do território nacional de quaisquer bens, bem como a sua permanência em estância alfandegária ou zona internacional, a aguardar os procedimentos legais aduaneiros, quando provenientes de países terceiros à União Europeia;

x) «Exportação» a saída dos limites fiscais do território nacional de quaisquer bens com destino a país terceiro à União Europeia, bem como a sua permanência em estância alfandegária ou zona internacional a aguardar os procedimentos legais aduaneiros;

z) «Trânsito» a passagem por território nacional, a aguardar os procedimentos legais aduaneiros, de quaisquer bens oriundos de país terceiro e que se destinam a exportação ou transferência para outro Estado;

aa) «Homologação de armas e munições» a aprovação de marca, modelo, bem como demais características técnicas de armas, pelo director nacional da PSP;

ab) «Transferência» a entrada em território nacional de quaisquer bens previstos na presente lei, quando provenientes de Estados membros da União Europeia, tendo Portugal como destino final, ou a saída de quaisquer bens de Portugal, tendo como destino final Estados membros da União Europeia;

ac) «Norma técnica» a informação emitida pela Direcção Nacional da PSP destinada a comunicar instrução técnica ou procedimental aos titulares de licenças e alvarás emitidos ao abrigo da presente lei;

ad) «Arma de aquisição condicionada» a arma que só pode ser adquirida por quem tenha licença habilitante ou autorização da Direcção Nacional da PSP;

ae) «Ornamentação» a exposição de arma em local a indicar pelo requerente e identificado na correspondente licença F.

Artigo 3.º

Classificação das armas, munições e outros acessórios

1 — As armas e as munições são classificadas nas classes A, B, B1, C, D, E, F e G, de acordo com o grau de perigosidade, o fim a que se destinam e a sua utilização.

2 — São armas, munições e acessórios da classe A:

a) Os equipamentos, meios militares e material de guerra, ou classificados como tal por portaria do Ministério da Defesa Nacional;

b) As armas de fogo automáticas;

c) As armas químicas, biológicas, radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear;

d) As armas brancas ou de fogo dissimuladas sob a forma de outro objecto;

e) As facas de abertura automática, estiletas, facas de borboleta, facas de arremesso, estrelas de lançar e *boxers*;

f) As armas brancas sem afectação ao exercício de quaisquer práticas venatórias, comerciais, agrícolas, industriais, florestais, domésticas ou desportivas, ou que pelo seu valor histórico ou artístico não sejam objecto de colecção;

g) Quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão;

h) Os aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 do presente artigo e as armas lançadoras de gases ou dissimuladas sob a forma de outro objecto;

i) Os bastões eléctricos ou extensíveis, de uso exclusivo das Forças Armadas ou forças e serviços de segurança;

j) Outros aparelhos que emitam descargas eléctricas sem as características constantes da alínea b) do n.º 7 do presente artigo ou dissimuladas sob a forma de outro objecto;

l) As armas de fogo transformadas ou modificadas;

m) As armas de fogo fabricadas sem autorização;

n) As reproduções de armas de fogo e as armas de alarme ou salva que possam ser convertidas em armas de fogo;

o) As espingardas e carabinas facilmente desmontáveis em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação;

p) As espingardas cujo comprimento de cano seja inferior a 46 cm;

q) As munições com bala perfurante, explosiva, incendiária, tracejante ou desintegrável;

r) As munições expansivas, excepto se destinadas a práticas venatórias;

s) Os silenciadores;

t) As miras telescópicas, excepto aquelas que tenham afectação ao exercício de quaisquer práticas venatórias, recreativas ou desportivas federadas;

u) As armas de fogo longas semiautomáticas com a configuração das armas automáticas para uso militar ou das forças de segurança.

3 — São armas da classe B as armas de fogo curtas de repetição ou semiautomáticas.

4 — São armas da classe B1:

a) As pistolas semiautomáticas com os calibres denominados 6,35 mm *Browning* (.25 ACP ou .25 Auto);

b) Os revólveres com os calibres denominados .32 *S & W* .32 *S & W Long* e .32 *H & R Magnum*.

5 — São armas da classe C:

- a) As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro, de cano de alma estriada;
- b) As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro com dois ou mais canos, se um deles for de alma estriada;
- c) As armas de fogo longas semiautomáticas ou de repetição, de cano de alma lisa, em que este não exceda 60 cm;
- d) As armas de fogo curtas de tiro a tiro unicamente aptas a disparar munições de percussão central;
- e) As armas de fogo de calibre até 6 mm ou .22 unicamente aptas a disparar munições de percussão anelar;
- f) (*Revogada.*)
- g) As armas de ar comprimido de aquisição condicionada.

6 — São armas da classe D:

- a) As armas de fogo longas semiautomáticas ou de repetição, de cano de alma lisa com um comprimento superior a 60 cm;
- b) As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro de cano de alma estriada com um comprimento superior a 60 cm, unicamente aptas a disparar munições próprias do cano de alma lisa;
- c) As armas de fogo longas de tiro a tiro de cano de alma lisa.

7 — São armas da classe E:

- a) Os aerossóis de defesa com gás cujo princípio activo seja a capsaicina ou oleoresina de *capsicum* (gás pimenta) com uma concentração não superior a 5 % e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou com outros objectos;
- b) As armas eléctricas até 200 000 V, com mecanismo de segurança e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou com outros objectos;
- c) As armas de fogo e suas munições, de produção industrial, unicamente aptas a disparar balas não metálicas ou a impulsionar dispositivos, concebidas de origem para eliminar qualquer possibilidade de agressão letal e que tenham merecido homologação por parte da Direcção Nacional da PSP.

8 — São armas da classe F:

- a) As matracas, sabres e outras armas brancas tradicionalmente destinadas às artes marciais ou a ornamentação;
- b) As réplicas de armas de fogo;
- c) As armas de fogo inutilizadas quando destinadas a ornamentação.

9 — São armas e munições da classe G:

- a) As armas veterinárias;
- b) As armas de sinalização;
- c) As armas lança-cabos;
- d) As armas de ar comprimido de aquisição livre;
- e) As reproduções de armas de fogo para práticas recreativas;
- f) As armas de *starter*;
- g) As armas de alarme ou salva que não estejam incluídas na alínea *n*) do n.º 2 do presente artigo;
- h) As munições para armas de alarme ou salva e para armas de *starter*.

10 — Para efeitos do disposto na legislação específica da caça, são permitidas as armas de fogo referidas nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 5, nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 6 e na alínea *b*) do n.º 8, excepto se estas se destinarem a ornamentação e com excepção das armas com configuração de armamento militar.

11 — *(Revogado.)*

12 — As partes essenciais das armas de fogo estão incluídas na classe em que tiver sido classificada a arma de fogo de que fazem parte ou a que se destinam.

SECÇÃO II

Aquisição, detenção, uso e porte de armas

Artigo 4.º

Armas da classe A

1 — São proibidos a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, o uso e o porte de armas, acessórios e munições da classe A.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe A destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural, com excepção de meios militares e material de guerra cuja autorização é da competência do ministro que tutela o sector da defesa nacional.

3 — As autorizações a que se refere o número anterior são requeridas com justificação da motivação, indicação do tempo de utilização e respectivo plano de segurança.

Artigo 5.º

Armas da classe B

1 — As armas da classe B são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação, carecendo de prévia autorização concedida pelo director nacional da PSP.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B são autorizados ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Deputados à Assembleia da República, aos Deputados ao Parlamento Europeu, aos membros do Governo, aos representantes da República, aos deputados regionais, aos membros dos Governos Regionais, aos membros do Conselho de Estado, aos governadores civis, aos magistrados judiciais, aos magistrados do Ministério Público e ao Provedor de Justiça.

3 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B podem ser autorizados:

- a) A quem, nos termos da respectiva Lei Orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma de classe B, após verificação da situação individual;
- b) Aos titulares da licença B;
- c) Aos titulares de licença especial atribuída ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe B destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

Artigo 6.º

Armas da classe B1

1 — As armas da classe B1 são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação, carecendo de prévia autorização concedida pelo director nacional da PSP.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B1 podem ser autorizados:

- a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe B1;
- b) Aos titulares de licença especial atribuída ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º.

Artigo 7.º

Armas da classe C

1 — As armas da classe C são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação, carecendo de prévia autorização concedida pelo director nacional da PSP.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe C podem ser autorizados:

- a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe C;
- b) A quem, nos termos da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma da classe C, após verificação da situação individual.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe C destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, podem ainda ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência das armas referidas nas alíneas a) e c) do n.º 5 do artigo 3.º às entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca.

5 — As autorizações referidas nos números anteriores deverão ser emitidas no prazo máximo de 30 dias, salvo decisão fundamentada prorrogando o respectivo prazo.

Artigo 8.º

Armas da classe D

1 — As armas da classe D são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe D podem ser autorizados:

- a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma das classes C ou D;
- b) A quem, nos termos da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma de classe D, após verificação da situação individual.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a utilização, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe D a entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca, museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

4 — As autorizações referidas no número anterior deverão ser emitidas no prazo máximo de 30 dias, salvo decisão fundamentada prorrogando o respectivo prazo.

Artigo 9.º

Armas da classe E

1 — As armas da classe E são adquiridas mediante declaração de compra e venda.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe E podem ser autorizados:

- a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe E;

b) Aos titulares de licença de uso e porte de arma das classes B, B1, C e D, licença de detenção de arma no domicílio e licença especial, bem como a todos os que, por força da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma, verificada a sua situação individual.

Artigo 10.º

Armas da classe F

- 1 — As armas da classe F são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação.
- 2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe F podem ser autorizados aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe F.
- 3 — As armas de fogo inutilizadas, bem como as réplicas de armas de fogo, podem ser usadas pelos titulares de licença F em actividades de reconstituição histórica de factos ou eventos, podendo apenas efectuar tiros de salva com pólvora preta.

Artigo 11.º

Armas e munições da classe G

- 1 — A aquisição de armas veterinárias e lança-cabos é permitida, mediante declaração de compra e venda e prévia autorização da PSP, a maiores de 18 anos que, por razões profissionais ou de prática desportiva, provem necessitar das mesmas.
- 2 — A aquisição de armas de sinalização é permitida, mediante declaração de compra e venda e prévia autorização da PSP, a quem desenvolver actividade que justifique o recurso a meios pirotécnicos de sinalização.
- 3 — A aquisição de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas é permitida aos maiores de 18 anos, mediante declaração aquisitiva e prova da inscrição numa associação de promoção desportiva reconhecida pelo Instituto do Desporto de Portugal, I. P., e registada junto da PSP.
- 4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, aos menores de 18 anos e maiores de 16 anos é permitida a aquisição de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas desde que autorizados para o efeito por quem exerça a responsabilidade parental.
- 5 — A autorização referida no n.º 2 deve conter a identificação do comprador e a quantidade e destino das armas de sinalização a adquirir e só pode ser concedida a quem demonstre desenvolver actividade que justifique a utilização destas armas.
- 6 — A detenção, o uso e o porte das armas referidas nos n.ºs 1 a 4, bem como das armas de *starter* e de alarme, só são permitidos no domicílio, transporte e para o exercício das actividades para as quais foi solicitada autorização de aquisição.
- 7 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a detenção, uso, porte e transporte de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas, ainda que não contendo as características previstas na alínea *aa)* do n.º 1 do artigo 2.º, podem ser temporariamente autorizadas a praticantes estrangeiros em provas internacionais realizadas em Portugal, pelo período necessário à sua participação nas provas, mediante requerimento instruído com prova da inscrição no evento, a formular junto da Direcção Nacional da PSP pela entidade promotora da iniciativa.
- 8 — A aquisição de armas de *starter* pode ser autorizada a quem demonstrar, fundamentadamente, necessitar das mesmas para a prática desportiva ou de treino de caça.
- 9 — A aquisição de munições para as armas de alarme ou salva e para armas de *starter* pode ser autorizada a quem for autorizada a aquisição destas mesmas armas.
- 10 — A aquisição de armas de ar comprimido de aquisição livre é permitida aos maiores de 18 anos, mediante declaração aquisitiva.
- 11 — A aquisição de armas de ar comprimido de aquisição livre destinadas à prática de actividades desportivas é permitida mediante declaração aquisitiva.

12 — Não é permitido o uso e porte de armas de ar comprimido fora de propriedade privada e dos locais autorizados.

13 — As reproduções de arma de fogo para práticas recreativas, previstas na alínea *ag*) do n.º 1 do artigo 2.º, poderão ser objecto de ocultação das partes pintadas exclusivamente durante o decurso das provas ou actividades, devendo essa alteração ser imediatamente reposta após o seu termo.

CAPÍTULO II

Homologação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção

SECÇÃO I

Homologação, tipos de licença e atribuição

Artigo 11.º-A

Homologação

1 — São sujeitas a homologação, mediante catálogo a publicar anualmente pela PSP, as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições destinadas a venda, aquisição, cedência, detenção, importação, exportação e transferência.

2 — Para fins de homologação de armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições, que não constem do catálogo referido no n.º 1, o interessado submete requerimento ao director nacional da PSP, sendo o processo instruído com a descrição técnica pormenorizada da arma e munições e com catálogo fotográfico, em modelo e condições a definir por despacho do director nacional da PSP.

3 — É proibida a importação, exportação, transferência e comércio, em território nacional, de armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições não homologadas.

4 — Exceptuam-se dos números anteriores, as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições, transferidas de outros Estados membros da União Europeia, que já tenham sido homologadas no Estado membro de proveniência, sendo reconhecida essa homologação pela PSP para todos os efeitos previstos na presente lei.

Artigo 12.º

Classificação das licenças de uso e porte de arma ou detenção

1 — De acordo com a classificação das armas constante do artigo 3.º, os fins a que as mesmas se destinam, bem como a justificação da sua necessidade, podem ser concedidas pelo director nacional da PSP as seguintes licenças de uso e porte ou detenção:

- a) Licença B, para o uso e porte de armas das classes B, B1 e E;
- b) Licença B1, para o uso e porte de armas das classes B1 e E;
- c) Licença C, para o uso e porte de armas das classes C, D e E;
- d) Licença D, para o uso e porte de armas das classes D e E;
- e) Licença E, para o uso e porte de armas da classe E;
- f) Licença F, para a detenção, uso e porte de armas da classe F;
- g) Licença de detenção de arma no domicílio, para a detenção de armas das classes B, B1, C, D e F e uso e porte de arma da classe E;
- h) Licença especial para o uso e porte de armas das classes B, B1 e E.

2 — Às situações de isenção ou dispensa de licença legalmente previstas são correspondentemente aplicáveis as obrigações previstas para os titulares de licença.

3 — O uso e porte de arma por quem desempenha actividades profissionais que o exijam, que não as desempenhadas pelas Forças Armadas e forças e serviços de segurança, é regulado por despacho do director nacional da PSP.

Artigo 13.º

Licença B

1 — Sem prejuízo das situações de isenção ou dispensa, a licença B pode ser concedida ao requerente que faça prova da cessação do direito que lhe permitiu o uso e porte de arma da classe B, pelo menos durante um período de quatro anos.

2 — A licença não é concedida se a cessação do direito que permitiu ao requerente o uso e porte de arma ocorreu em resultado da aplicação de pena disciplinar de demissão, de aposentação compulsiva, bem como de aposentação por incapacidade psíquica ou física impeditiva do uso e porte da mesma.

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe B são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º.

Artigo 14.º

Licença B1

1 — A licença B1 pode ser concedida a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;
- b) Demonstrem carecer da licença por razões profissionais ou por circunstâncias de defesa pessoal ou de propriedade;
- c) Sejam idóneos;
- d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º;
- e) Obtenham aprovação em curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 30.º da Constituição e do número seguinte, para efeito de apreciação do requisito constante da alínea c) do número anterior é susceptível de indiciar falta de idoneidade para efeitos de concessão de licença o facto de, entre outras razões devidamente fundamentadas, ao requerente ter sido aplicada medida de segurança ou ter sido condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão.

3 — No decurso do período anterior à verificação do cancelamento definitivo da inscrição no registo criminal das decisões judiciais em que o requerente foi condenado, pode este requerer que lhe seja reconhecida a idoneidade para os fins pretendidos, pelo tribunal da última condenação.

4 — A intervenção judicial referida no número anterior não tem efeitos suspensivos sobre o procedimento administrativo de concessão ou renovação da licença em curso.

5 — O incidente corre por apenso ao processo principal, sendo instruído com requerimento fundamentado do requerente, que é obrigatoriamente ouvido pelo juiz do processo, que decide, produzida a necessária prova e após parecer do Ministério Público.

6 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe B1 são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

7 — O requerimento referido no número anterior deve ser acompanhado do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo da classe B1.

Artigo 15.º**Licenças C e D**

1 — As licenças C e D podem ser concedidas a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;
- b) Demonstrem carecer de licença de uso e porte de arma dos tipos C ou D para a prática de actos venatórios, e se encontrem habilitados com carta de caçador com arma de fogo ou demonstrem fundamentadamente carecer da licença por motivos profissionais;
- c) Sejam idóneos;
- d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º;
- e) Obtenham aprovação em curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo.

2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 14.º.

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma das classes C e D são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio.

4 — O requerimento deve ser acompanhado do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo da classe C ou D.

Artigo 16.º**Licença E**

1 — A licença E pode ser concedida a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;
- b) Demonstrem justificadamente carecer da licença;
- c) Sejam idóneos;
- d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º.

2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 14.º.

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe E são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

Artigo 17.º**Licença F**

1 — A licença F é concedida a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;
- b) Demonstrem carecer da licença para a prática desportiva de artes marciais, sendo atletas federados, ou para práticas recreativas em propriedade privada e coleccionismo de réplicas e armas de fogo inutilizadas;
- c) Sejam idóneos;
- d) Sejam portadores de certificado médico, nos termos do artigo 23.º.

2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 14.º.

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe F são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

4 — Por despacho do director nacional da PSP, a solicitação do interessado, através de quem exerça a responsabilidade parental, pode ser permitida a aquisição, a detenção, o uso e o porte das armas indicadas na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 3.º, quando destinadas à prática de artes marciais, a menores de 18 anos e maiores de 14 anos, sendo atletas federados.

Artigo 18.º

Licença de detenção de arma no domicílio

1 — A licença de detenção de arma no domicílio é concedida a maiores de 18 anos, exclusivamente para efeitos de detenção de armas na sua residência, nos seguintes casos:

a) Quando a licença de uso e porte de arma tiver cessado, por vontade expressa do seu titular, ou caducado e este não opte pela transmissão da arma abrangida;

b) Quando o direito de uso e porte de arma tiver cessado e o seu detentor não opte pela transmissão da arma abrangida;

c) Quando as armas tenham sido adquiridas por sucessão *mortis causa* ou doação e o seu valor venal, artístico ou estimativo o justifique;

d) Quando se verifique o regresso de países terceiros, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º.

2 — Os pedidos de concessão de licenças de detenção de arma no domicílio são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

3 — Em caso algum a detenção das armas pode ser acompanhada de munições para as mesmas.

4 — Se a classe em que as armas se encontram classificadas obrigar à existência no domicílio de cofre ou armário de segurança não portáteis, a atribuição da licença de detenção fica dependente da demonstração da sua existência, sendo aplicável o disposto na alínea *e*) do n.º 2 do artigo 30.º.

5 — A licença de detenção domiciliária não pode ser concedida nos seguintes casos:

a) Quando a licença de uso e porte tiver sido cassada;

b) Quando o direito de uso e porte de arma tiver cessado pelas razões constantes do n.º 2 do artigo 13.º;

c) Quando o requerente não reúna, cumulativamente, os requisitos constantes das alíneas *a*), *c*) e *d*) do n.º 1 do artigo 14.º.

6 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º.

7 — Verificada alguma das circunstâncias referidas no n.º 5, tem o detentor das armas 180 dias para promover a transmissão das mesmas, sob pena de serem declaradas perdidas a favor do Estado.

Artigo 19.º

Licença especial

1 — Podem ser concedidas licenças especiais para o uso e porte de arma das classes B e B1 quando solicitadas pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pelos Ministros, pelos Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e pelos Presidentes dos Governos Regionais, para afectação a funcionários ao seu serviço.

2 — A licença especial concedida nos termos do número anterior caduca com a cessação de funções, podendo, em casos justificados, ser atribuída licença de uso e porte de arma da classe B ou B1, nos termos do disposto no artigo 13.º.

Artigo 19.º-A

Licença para menores

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 15.º, aos menores com a idade mínima de 16 anos pode ser autorizado o uso e porte de armas da classe D, para a prática de actos venatórios de caça maior ou menor, desde que acompanhados no mesmo acto cinegético por quem exerce a responsabilidade parental ou, mediante autorização escrita deste e sendo portadores desta autorização, por qualquer pessoa habilitada com licença para a prática do acto venatório, identificada naquela autorização, que seja simultaneamente proprietária da arma utilizada pelo menor e titular da licença correspondente.

Artigo 20.º

Recusa de concessão

Para além da não verificação dos requisitos exigidos na presente lei para a concessão da licença pretendida, pode o pedido ser recusado, nomeadamente, quando tiver sido determinada a cassação da licença ao requerente, não forem considerados relevantes os motivos justificativos da pretensão ou não se considerem adequados para os fins requeridos.

SECÇÃO II

Cursos de formação e de actualização, exames e certificados

Artigo 21.º

Cursos de formação

1 — Os cursos de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo das classes B1, C e D, e para o exercício da actividade de armeiro, são ministrados pelas entidades reconhecidas para o efeito por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da agricultura.

2 — A frequência, com aproveitamento, dos cursos de formação para o uso e porte de armas de fogo confere ao formando um certificado com especificação da classe de armas a que se destina, válido por cinco anos, período durante o qual o formando se pode submeter a exame de aptidão.

3 — O procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória é regulamentado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da agricultura.

4 — O procedimento previsto no número anterior é da responsabilidade das organizações do sector da caça reconhecidas para o efeito pelos ministérios responsáveis pelas áreas da administração interna e da agricultura.

5 — Os cursos de formação técnica e cívica são da responsabilidade da PSP nos distritos em que se demonstre que as entidades reconhecidas para o efeito não possuam capacidade para os ministrar.

Artigo 22.º

Cursos de actualização

1 — Os titulares de licença B, B1 e licença especial devem submeter-se, em cada cinco anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

2 — Os titulares de licenças C e D devem submeter-se, em cada 10 anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

3 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os titulares de licença de tiro desportivo e de licença federativa válida, que façam prova da prática desportiva com armas de fogo, assim como os titulares de licença C ou D que comprovem a regular prática de tiro em acto venatório ou em outras actividades permitidas por lei.

Artigo 23.º

Exame médico

1 — O exame médico, com incidência física e psíquica, destina-se a certificar se o requerente está apto, ou apto com restrições, à detenção, uso e porte de arma, bem como se está na posse de todas as suas faculdades psíquicas, sem historial clínico que deixe suspeitar poder vir a atentar contra a sua integridade física ou de terceiros.

2 — No caso de aptidão com restrições, devem estas constar do certificado médico.

Artigo 24.º

Curso de formação para portadores de armas de fogo

1 — A inscrição e a frequência no curso de formação para portadores de arma de fogo ou para o exercício da actividade de armeiro dependem de prévia autorização da PSP mediante avaliação do cumprimento dos requisitos legais para a concessão da licença.

2 — A admissão de inscrição e frequência do curso de formação referido no número anterior determina a abertura de procedimento de concessão da licença de uso e porte de arma de fogo, condicionada à aprovação no respectivo exame.

Artigo 25.º

Exames de aptidão

1 — Concluídos os cursos de formação têm lugar exames de aptidão.

2 — Os exames serão realizados em data e local a fixar pela PSP e compreendem uma prova teórica e uma prática.

3 — Os júris de exame são constituídos por três membros a designar pelo director nacional da PSP, podendo integrar representantes do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nos casos de atribuição de licenças para uso e porte de armas das classes C e D.

Artigo 26.º

Certificado de aprovação e guia provisória

1 — O certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo é o documento emitido pela Direcção Nacional da PSP, atribuído ao candidato que tenha obtido a classificação de apto nas provas teórica e prática do exame de aptidão.

2 — Ao candidato que tenha obtido aprovação no respectivo exame é emitida, pelo presidente do júri, uma guia provisória válida por 90 dias, renovável por igual período, que confere ao candidato os mesmos direitos e deveres do titular da licença correspondente à classe de arma a que ficou aprovado.

SECÇÃO III

Renovação e caducidade das licenças

Artigo 27.º

Validade das licenças

- 1 — As licenças de uso e porte ou de detenção de arma são emitidas por um período de tempo determinado e podem ser renovadas a pedido do interessado.
- 2 — Em caso algum são atribuídas licenças vitalícias.
- 3 — As licenças de uso e porte de arma das classes B, B1, C e D e a licença especial concedida ao abrigo do artigo 19.º são válidas por um período de cinco anos.
- 4 — As licenças de uso e porte de arma das classes E e F são válidas por um período de seis anos.
- 5 — As licenças de detenção de arma no domicílio são válidas por um período de 10 anos.

Artigo 28.º

Renovação da licença de uso e porte de arma

- 1 — A renovação da licença de uso e porte de arma deve ser requerida até ao termo do seu prazo e depende da verificação, à data do pedido, dos requisitos exigidos para a sua concessão.
- 2 — O requisito de frequência do curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de arma da classe respectiva é substituído por prova da frequência do curso de actualização correspondente, previsto no artigo 22.º, sempre que exigível.
- 3 — Nos 60 dias anteriores à data do termo de validade da licença, a PSP notifica o seu titular para proceder à renovação, com a expressa advertência de que, em caso de incumprimento, incorre em contra-ordenação, nos termos do disposto no artigo 99.º-A.

Artigo 29.º

Caducidade e não renovação da licença

- 1 — Nos casos em que se verifique a caducidade da licença, o respectivo titular tem o prazo de 180 dias para promover a sua renovação, solicitar outra licença que permita a detenção, uso ou porte das armas adquiridas ao abrigo da licença caducada ou proceder à transmissão das respectivas armas.
- 2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 99.º-A, logo que caducar a licença, as armas adquiridas ao abrigo da mesma e que não estejam legalmente autorizadas a ser utilizadas ao abrigo doutra licença passam a ser consideradas, a título transitório, como em detenção domiciliária, durante o prazo estipulado no número anterior.
- 3 — No caso de o titular da licença caducada ser titular de outra licença que permita a detenção, uso ou porte, das armas adquiridas ao abrigo daquela, pode solicitar, no prazo referido no n.º 1, que as mesmas sejam consideradas tituladas por esta outra licença.
- 4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que não seja autorizada a renovação da licença ou seja indeferida a concessão da nova licença a que se refere o n.º 1, deve o interessado depositar a respectiva arma na PSP, acompanhada dos documentos inerentes, no prazo de 15 dias após a notificação da decisão, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada.
- 5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos 180 dias seguintes à data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.
- 6 — Findo o prazo de 180 dias referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

CAPÍTULO III
Aquisição de armas e munições

SECÇÃO I
Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas

Artigo 30.º
Autorização de aquisição

1 — A autorização de aquisição é o documento emitido pela PSP que permite ao seu titular a aquisição, a título oneroso ou gratuito, de arma da classe a que o mesmo se refere.

2 — O requerimento a solicitar a autorização de aquisição deve conter:

- a) A identificação completa do comprador ou donatário;
- b) O número e o tipo de licença de que é titular ou o número do alvará da entidade que exerce a actividade;
- c) Identificação da marca, modelo, tipo e calibre ou, no caso de partes essenciais de arma de fogo, a identificação da arma a que se destinam e as características dessas partes;
- d) Declaração, sob compromisso de honra, de possuir no seu domicílio ou instalações, respectivamente, um cofre ou armário de segurança não portáteis, ou casa-forte ou fortificada, bem como referência à existência de menores no domicílio, se os houver;
- e) Autorização para que a PSP, sem prejuízo do disposto no artigo 34.º da Constituição e após notificação para o efeito, proceda à fiscalização das condições de segurança para a guarda das armas.

3 — A verificação das condições de segurança por parte da PSP leva sempre em consideração a existência ou não de menores no domicílio do requerente, podendo a autorização de aquisição ser condicionada à realização de alterações nas mesmas.

4 — A autorização de aquisição tem o prazo de validade de 60 dias e dela devem constar os elementos referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2.

5 — *(Revogado.)*

Artigo 31.º
Declarações de compra e venda ou doação

1 — A declaração de compra e venda ou doação é o documento do qual consta a identificação completa do vendedor ou doador e do comprador ou donatário, tipo e número das licenças ou alvarás, data, identificação da marca, modelo, tipo, calibre, capacidade ou voltagem da arma, conforme os casos, e número de fabrico, se o tiver.

2 — A declaração referida no número anterior é feita em triplicado, sendo o original para a PSP, o duplicado para o comprador ou donatário e o triplicado para o vendedor ou doador.

3 — O vendedor ou doador remete o original da declaração para a PSP, bem como o livrete de manifesto, ou documento que o substitua, no prazo máximo de 15 dias, para efeitos de emissão de livrete de manifesto, do registo da arma e da sua propriedade, conforme os casos.

4 — Os documentos que podem ser considerados como substitutos do livrete de manifesto são os seguintes:

- a) A declaração de compra e venda, desde que o livrete já tenha sido solicitado e não recebido.
- b) Para os detentores de alvará de armeiro considera-se também documento substituto a guia de peritagem e verificação emitida pelos peritos da PSP executantes de tais actos, no acto de transferência ou importação.

5 — A PSP emite os livretes no prazo máximo de 30 dias, prorrogável, em caso fundamentado, por igual período.

Artigo 32.º

Limites de detenção

1 — Aos titulares das licenças B e B1 só é permitida a detenção até duas armas da classe respectiva.

2 — Ao titular da licença C só é permitida a detenção até duas armas de fogo desta classe, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa-forte ou fortificada para a guarda das mesmas, devidamente verificados pela PSP.

3 — Ao titular da licença D só é permitida a detenção até duas armas de fogo desta classe, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, devidamente verificados pela PSP.

4 — Ao titular de licença de detenção de arma no domicílio só é permitida a detenção até duas armas de fogo, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, devidamente verificados pela PSP.

5 — Independentemente do número de armas detidas ao abrigo das licenças referidas nos números anteriores, sempre que o titular detiver no total mais de 25 armas de fogo está obrigado a ter casa-forte ou fortificada para a guarda das mesmas, devidamente verificada pela PSP.

6 — Sempre que, por razões legais ou de estrutura do edifício, não seja possível a edificação de casa-forte ou fortificada, podem estas ser substituídas por cofre com fixação à parede ou a pavimento, devidamente verificado pela PSP.

SECÇÃO II

Aquisição de munições

Artigo 33.º

Livro de registo de munições para as armas das classes B e B1

1 — O livro de registo de munições é concedido com o livrete de manifesto das armas das classes B e B1.

2 — O livro de registo de munições destina-se a inscrever em campos próprios as datas e quantidades de munições adquiridas e disparadas, dele devendo constar o nome do titular, número do livrete de manifesto da arma e seu calibre.

3 — Cada compra de munições efectuada deve ser registada no livro e certificada e datada pelo armeiro.

4 — Cada disparo ou conjunto de disparos efectuados pelo proprietário em carreira de tiro deve ser registado no livro e certificado e datado pelo responsável da carreira.

5 — O livro de registo de munições pode ser substituído no quadro da implementação de um registo informático centralizado na PSP de todas as aquisições e gastos de munições que inclua a atribuição e gestão de um cartão electrónico com código de identificação secreto.

Artigo 34.º

Posse e aquisição de munições para as armas das classes B e B1

1 — O proprietário ou o detentor de uma arma das classes B e B1 não pode, em momento algum, ter em seu poder mais de 250 munições por cada uma das referidas classes.

2 — A aquisição de munições depende da apresentação do livrete de manifesto da arma, da licença de uso e porte de arma, do livro de registo de munições e de prova da identidade do titular da licença.

Artigo 35.º**Aquisição de munições para as armas das classes C e D**

1 — A compra e venda de munições para as armas das classes C e D é livre, mediante prova da identidade do comprador, exibição do livrete de manifesto da respectiva arma ou do documento comprovativo da cedência a título de empréstimo da mesma, licença de uso e porte de arma e emissão de factura discriminada das munições vendidas.

2 — Aos titulares das licenças C e D não é permitida a detenção de mais de 5 000 munições para armas da classe D ou de mais de 1 000 munições para cada calibre de armas da classe C, salvo por autorização especial do director nacional da PSP, mediante requerimento do interessado, através do qual comprove possuir as necessárias condições de segurança para o seu armazenamento.

3 — A legislação regulamentar da presente lei define as medidas necessárias para a implementação de meios de registo electrónico e gestão centralizada na PSP de todas as aquisições.

Artigo 36.º**Recarga e componentes de recarga**

1 — A recarga de munições é permitida aos titulares de licenças C e D, não podendo ultrapassar as cargas propulsoras indicadas pelos fabricantes.

2 — Só é permitida a venda de equipamentos e componentes de recarga a quem apresentar as licenças referidas no número anterior.

3 — As munições provenientes de recarga não podem ser vendidas ou cedidas e só podem ser utilizadas na prática de actos venatórios, treinos ou provas desportivas.

SECÇÃO III**Aquisição por sucessão *mortis causa* e cedência por empréstimo****Artigo 37.º****Aquisição por sucessão *mortis causa***

1 — A aquisição por sucessão *mortis causa* de qualquer arma manifestada é permitida mediante autorização do director nacional da PSP.

2 — Para efeitos do número anterior, a existência de armas deve ser declarada à PSP no prazo de 90 dias sobre a morte do anterior proprietário ou sobre a descoberta das armas por quem estiver na sua detenção.

3 — O director nacional da PSP pode autorizar que a arma fique averbada em nome do cabeça-de-casal até se proceder à partilha dos bens do autor da herança, sendo neste caso obrigatório o depósito da arma à guarda da PSP.

4 — Caso o cabeça-de-casal ou outro herdeiro reúna as condições legais para a detenção da arma, pode ser solicitado averbamento em seu nome, ficando a mesma à sua guarda.

5 — A pedido do cabeça-de-casal, pode a arma ser transmitida a quem reunir condições para a sua detenção, sendo o adquirente escolhido pelo interessado, ou pode ser vendida em leilão que a PSP promova, sendo o valor da adjudicação, deduzido dos encargos, entregue à herança.

6 — Finda a partilha, a arma será entregue ao herdeiro beneficiário, desde que este reúna as condições legais para a sua detenção.

7 — Decorridos 10 anos sem que haja reclamação do bem, será o mesmo declarado perdido a favor do Estado.

Artigo 38.º

Cedência a título de empréstimo

1 — Podem ser objecto de cedência, a título de empréstimo, a terceiro que as possa legalmente deter, as armas das classes C e D, desde que destinadas ao exercício de prática venatória ou treino de caça, nas condições definidas na legislação regulamentar da presente lei.

2 — O empréstimo deve ser formalizado mediante documento escrito, elaborado em triplicado, emitido pelo proprietário e por este datado e assinado, sendo certificado pela PSP, que arquiva o original, devendo o duplicado ser guardado pelo proprietário e o triplicado acompanhar a arma.

3 — Não é permitido o empréstimo por mais de um ano, excepto se for a museu.

4 — O empréstimo legal da arma exime o proprietário da responsabilidade civil inerente aos danos por aquela causados.

CAPÍTULO IV

Normas de conduta de portadores de armas

SECÇÃO I

Obrigações comuns

Artigo 39.º

Obrigações gerais

1 — Os portadores, detentores e proprietários de qualquer arma obrigam-se a cumprir as disposições legais constantes da presente lei e seus regulamentos, bem como as normas regulamentares de qualquer natureza relativas ao porte de armas no interior de edifícios públicos, e as indicações das autoridades competentes relativas à detenção, guarda, transporte, uso e porte das mesmas.

2 — Os portadores, os detentores e os proprietários de armas estão, nomeadamente, obrigados a:

a) Apresentar as armas, bem como a respectiva documentação, sempre que solicitado pelas autoridades competentes;

b) Declarar, de imediato e por qualquer meio, às autoridades policiais o extravio, furto ou roubo das armas, bem como o extravio, furto, roubo ou destruição do livrete de manifesto ou da licença de uso e porte de arma;

c) Não exhibir ou empunhar armas sem que exista manifesta justificação para tal;

d) Disparar as armas unicamente em carreiras ou campos de tiro ou no exercício de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente no treino de caça em áreas específicas para o efeito, em provas desportivas ou em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas em condições de segurança para o efeito;

e) Comunicar de imediato às autoridades policiais situações em que tenham recorrido às armas por circunstâncias de defesa pessoal ou de propriedade;

f) Comunicar às autoridades policiais qualquer tipo de acidente ocorrido;

g) Não emprestar ou ceder as armas, a qualquer título, fora das circunstâncias previstas na presente lei;

h) Dar uma utilização às armas de acordo com a justificação da pretensão declarada aquando do seu licenciamento;

i) Manter válido e eficaz o contrato de seguro relativo à sua responsabilidade civil, quando a isso esteja obrigado nos termos da presente lei;

j) Declarar, no prazo de 30 dias, à entidade licenciadora qualquer alteração do domicílio.

Artigo 40.º

Segurança das armas

Os portadores de armas são permanentemente responsáveis pela segurança das mesmas, no domicílio ou fora dele, e devem tomar todas as precauções necessárias para prevenir o seu extravio, furto ou roubo, bem como a ocorrência de acidentes.

SECÇÃO II

Uso de armas de fogo, eléctricas e aerossóis de defesa

Artigo 41.º

Uso, porte e transporte

1 — O uso, porte e transporte das armas de fogo deve ser especialmente disciplinado e seguir rigorosamente as regras e procedimentos de segurança.

2 — As armas de fogo curtas devem ser portadas em condições de segurança, em coldre ou estojo próprio para o seu porte, com dispositivo de segurança, sem qualquer munição introduzida na câmara, com excepção dos revólveres.

3 — As armas de fogo devem ser transportadas em bolsa ou estojo adequados ao modelo em questão, com adequadas condições de segurança, de forma separada das respectivas munições, com cadeado de gatilho ou mecanismo que impossibilite o seu uso ou desmontadas de forma que não sejam facilmente utilizáveis, ou sem peça cuja falta impossibilite o seu disparo, que deve ser transportada à parte.

4 — O porte de arma de fogo, armas eléctricas, aerossóis de defesa e munições nas zonas restritas de segurança dos aeroportos e a bordo de uma aeronave carece de autorização da autoridade competente, sendo o seu transporte a bordo de aeronaves, como carga, sujeito ao disposto na Convenção da Aviação Civil Internacional.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se igualmente ao uso, porte e transporte de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas.

Artigo 42.º

Uso de armas de fogo

1 — Considera-se uso excepcional de arma de fogo a sua utilização efectiva nas seguintes circunstâncias:

a) Como último meio de defesa, para fazer cessar ou repelir uma agressão actual e ilícita dirigida contra o próprio ou terceiros, quando exista perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física e quando essa defesa não possa ser garantida por agentes da autoridade do Estado, devendo o disparo ser precedido de advertência verbal ou de disparo de advertência e em caso algum podendo visar zona letal do corpo humano;

b) Como último meio de defesa, para fazer cessar ou repelir uma agressão actual e ilícita dirigida contra o património do próprio ou de terceiro e quando essa defesa não possa ser garantida por agentes da autoridade do Estado, devendo os disparos ser exclusivamente de advertência.

2 — Considera-se uso não excepcional de arma de fogo:

a) O exercício da prática desportiva ou de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente o treino de tiro em zonas de caça nas áreas específicas para o efeito, em provas desportivas e em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas com condições de segurança para o efeito;

b) Como meio de alarme ou pedido de socorro, numa situação de emergência, quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade;

c) Como meio de repelir uma agressão iminente ou em execução, perpetrada por animal susceptível de fazer perigar a vida ou a integridade física do próprio ou de terceiros, quando essa defesa não possa ser garantida por outra forma.

Artigo 43.º

Segurança no domicílio

1 — O portador que se separe fisicamente da arma de fogo deve colocá-la no interior de um cofre ou armário de segurança não portáteis, sempre que exigido.

2 — Nos casos não abrangidos pelo n.º 1, deve o portador retirar à arma peça cuja falta impossibilite o seu disparo, que deve ser guardada separadamente, ou apor-lhe cadeado ou outro mecanismo que impossibilitem o seu uso, ou fixá-la a parede ou a outro objecto fixo por forma que não seja possível a sua utilização.

3 — O cofre ou armário referidos no n.º 1 podem ser substituídos por casa-forte ou fortificada.

Artigo 44.º

Armas eléctricas, aerossóis de defesa e outras armas de letalidade reduzida

1 — O uso de arma eléctrica, aerossóis de defesa e outras armas não letais deve ser precedido de aviso explícito quanto à sua natureza e intenção da sua utilização, aplicando-se, com as devidas adaptações, as limitações definidas no artigo 42.º.

2 — Estas armas ou dispositivos devem ser transportados em bolsa própria para o efeito, com o dispositivo de segurança accionado, e ser guardados no domicílio em local seguro.

SECÇÃO III

Proibição de detenção, uso e porte de arma

Artigo 45.º

Ingestão de bebidas alcoólicas ou de outras substâncias

1 — É proibida a detenção, uso e porte de arma, bem como o seu transporte fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, sob a influência de álcool ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, sendo o portador de arma, por ordem de autoridade policial competente, obrigado, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada, a submeter-se a provas para a sua detecção.

2 — Entende-se estar sob o efeito do álcool quem apresentar uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50 g/l.

3 — As provas referidas no n.º 1 compreendem exames de pesquisa de álcool no ar expirado, análise de sangue e outros exames médicos adequados.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se detenção de arma o facto de esta se encontrar na esfera de disponibilidade imediata do detentor, montada, municiada, e apta a disparar.

Artigo 46.º

Fiscalização

1 — O exame de pesquisa de álcool no ar expirado é efectuado por qualquer autoridade ou agente de autoridade, mediante o recurso a aparelho aprovado.

2 — Sempre que o resultado do exame for positivo, o agente de autoridade deve notificar o examinado por escrito do respectivo resultado e sanções daí decorrentes e ainda da possibilidade de este requerer de imediato a realização de contraprova por análise do sangue.

3 — Os custos da contraprova a que se refere o número anterior são suportados pelo examinado no caso de resultado positivo, aplicando-se correspondentemente o disposto no Código da Estrada e legislação complementar.

4 — Se a suspeita se reportar à existência de substâncias estupefacientes ou outras, o exame é feito mediante análise ao sangue ou outros exames médicos, devendo o suspeito ser conduzido pelo agente de autoridade ao estabelecimento de saúde mais próximo dotado de meios que permitam a sua realização.

5 — A recolha do sangue para efeitos dos números anteriores deve efectuar-se no prazo máximo de duas horas e é realizada em estabelecimento de saúde oficial ou, no caso de contraprova de exame que já consistiu em análise do sangue, noutro estabelecimento de saúde, público ou privado, indicado pelo examinado, desde que a sua localização e horário de funcionamento permitam a sua efectivação no prazo referido.

6 — Para efeitos da fiscalização prevista neste artigo, as autoridades policiais podem utilizar os aparelhos e outros meios homologados ao abrigo do Código da Estrada e legislação complementar.

CAPÍTULO V

Armeiros

SECÇÃO I

Tipos de alvarás, sua atribuição e cassação

Artigo 47.º

Concessão de alvarás

Por despacho do director nacional da PSP, podem ser concedidos alvarás de armeiro para o exercício da actividade de fabrico, compra e venda, reparação, efeitos cénicos ou cinematográficos e leilão de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e suas munições, e ainda para as colecções temáticas definidas no artigo 27.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto.

Artigo 48.º

Tipos de alvarás

1 — Tendo em consideração a actividade pretendida e as condições de segurança das instalações, são atribuídos os seguintes tipos de alvarás:

a) Alvará de armeiro do tipo 1, para o fabrico, montagem e reparação de armas de fogo e suas munições;

b) Alvará de armeiro do tipo 2, para a compra e venda e reparação de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e suas munições;

c) Alvará de armeiro do tipo 3, para a compra e venda e reparação de armas das classes E, F e G e suas munições;

d) Alvará de armeiro do tipo 4, para importar, transferir, deter e ceder temporariamente armas e acessórios de todas as classes, com excepção dos equipamentos, meios militares e material de guerra, para efeitos cénicos e cinematográficos;

e) Alvará de armeiro do tipo 5, para venda e leilão de armas destinadas a colecção.

2 — Os alvarás podem ser requeridos por quem reúna, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Seja maior de 18 anos;

b) Se encontre em pleno uso de todos os direitos civis;

c) Seja idóneo;

d) Tenha obtido aprovação em curso de formação técnica e cívica para o exercício da actividade de armeiro ou, tratando-se de pessoa colectiva, possua um responsável técnico que preencha os requisitos das alíneas *a)* a *e)*;

e) Seja portador de certificado médico;

f) Seja possuidor de instalações comerciais ou industriais devidamente licenciadas e que observem as condições de segurança fixadas para a actividade pretendida.

3 — Quando o requerente for uma pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *e)* do número anterior têm de se verificar relativamente a todos os sócios e gerentes ou aos cinco maiores accionistas ou administradores, conforme os casos.

4 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º.

5 — O alvará de armeiro é concedido por um período de 10 anos, renovável, ficando a sua renovação condicionada à verificação das condições exigidas para a sua concessão, não sendo contudo exigido o certificado previsto na alínea *d)* do n.º 2.

6 — O alvará de armeiro só é concedido depois de verificadas as condições de segurança das instalações, bem como da comprovada capacidade que os requerentes possuem para o exercício da actividade, podendo a PSP, para o efeito, solicitar parecer às associações da classe.

7 — Os requisitos fixados no n.º 2 são de verificação obrigatória para as pessoas singulares ou colectivas provenientes de Estados membros da União Europeia ou de países terceiros.

8 — Para os efeitos previstos no número anterior, pode a Direcção Nacional da PSP proceder à equiparação de certificações emitidas por Estados terceiros para o exercício da actividade de armeiro a que corresponda alvará do tipo 1, sem prejuízo da aplicabilidade de eventuais tratados ou acordos de que Portugal seja, no presente domínio, parte celebrante ou aderente.

9 — Aos elementos das forças e serviços de segurança e das Forças Armadas, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de armeiro.

10 — Sem prejuízo do disposto no artigo 68.º-A, os titulares de alvará de armeiro só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos licenciados para o efeito, de acordo com as regras de segurança definidas, podendo transaccionar artigos não abrangidos pela presente lei, desde que destinados à caça, pesca, tiro desportivo e recreativo, para além de todos os bens, materiais e equipamentos de venda livre, as armas, munições e equipamentos previstos na presente lei que recaiam no âmbito do seu alvará.

11 — O exercício da actividade de armeiro em feiras da especialidade ou feiras agrícolas, bem como em exposições, carece de autorização prévia do director nacional da PSP.

12 — As regras de funcionamento, obrigações, requisitos de concessão e taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de armeiro tipos 4 e 5 são estabelecidos por portaria do Ministério da Administração Interna.

13 — Sem prejuízo das normas de segurança, aos titulares de alvará e seus funcionários é autorizado o transporte de armas, munições e partes essenciais de armas, para os locais referidos no n.º 11 do presente artigo, desde que afectas à respectiva actividade comercial.

14 — Os titulares de alvará de armeiro tipo 2 podem ter à sua guarda armas das classes C e D, desde que acompanhadas do respectivo livrete, bem como de declaração do proprietário da arma.

Artigo 49.º

Cedência do alvará

O alvará de armeiro só pode ser cedido a pessoa singular ou colectiva que reúna iguais condições às do seu titular para o exercício da actividade, ficando a sua cedência dependente de autorização do director nacional da PSP.

Artigo 50.º**Cassação do alvará**

1 — O director nacional da PSP pode determinar a cassação do alvará de armeiro nos seguintes casos:

- a) Incumprimento das disposições legais fixadas para a prática da actividade;
- b) Alteração dos pressupostos em que se baseou a concessão do alvará;
- c) Por razões de segurança e ordem pública.

2 — A cassação do alvará é precedida de um processo de inquérito, instruído pela PSP com todos os documentos atinentes ao fundamento da cassação relativos à infracção e com outros elementos que se revelem necessários.

3 — O armeiro a quem for cassado o alvará deve encerrar a instalação no prazo de 48 horas após a notificação da decisão, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de a PSP optar por outro procedimento, nomeadamente o imediato encerramento e selagem preventiva das instalações.

Artigo 50.º-A**Comércio electrónico**

1 — É permitido aos armeiros o comércio electrónico de bens que recaiam no âmbito do seu alvará, com excepção de armas, munições e acessórios da classe A e partes essenciais dessas armas.

2 — O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo da presente lei, ou sujeitos a autorização prévia de compra, seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários para a sua realização, cujo alvará permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações do n.º 2 do artigo 52.º.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, não é admissível a apresentação de fotocópias autenticadas de autorizações prévias de importação, exportação ou de transferência.

SECÇÃO II**Obrigações dos armeiros, registos e mapas****Artigo 51.º****Obrigações especiais dos armeiros quanto à actividade**

1 — Os titulares de alvará de armeiro, para além de outras obrigações decorrentes da presente lei, estão, especialmente, obrigados a:

- a) Exercer a actividade de acordo com o seu alvará e com as normas legais;
- b) Manter actualizados os registos obrigatórios;
- c) Enviar à PSP cópia dos registos obrigatórios;
- d) Observar com rigor todas as normas de segurança a que está sujeita a actividade;
- e) Facultar às autoridades competentes, sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos de armas e munições, bem como a conferência das armas e munições em existência;
- f) Facultar às autoridades competentes, sempre que por estas solicitado, o acesso às armas transferidas de outro Estado membro, bem como à respectiva documentação.

2 — Os armeiros estão, especialmente, obrigados a registar diariamente os seguintes actos:

- a) Importação, exportação e transferência de armas;
- b) Importação, exportação e transferência de munições;

- c) Compra de armas;
- d) Venda de armas;
- e) Compra e venda de munições;
- f) Fabrico e montagem de armas;
- g) Reparação de armas;
- h) Existências de armas e munições.
- i) Armas à sua guarda, nos termos do n.º 14 do artigo 48.º.

3 — Em cada um dos registos referidos nas alíneas do número anterior são escrituradas, separadamente, as armas e munições por classes, indicando-se o seu fabricante, número, modelo, calibre, data e entidade com quem se efectuou a transacção, respectiva licença ou alvará, bem como o número da autorização de compra, quando exigida.

4 — Os registos são efectuados em livros ou suporte informático e devem existir em todos os locais de fabrico, compra e venda ou reparação de armas e suas munições.

5 — Nos armazéns que o armeiro possua só é obrigatório o registo referido na alínea h) do n.º 2.

6 — O armeiro remete à PSP, até ao dia 5 de cada mês, uma cópia dos registos obrigatórios.

7 — Os registos devem ser mantidos por um período de 20 anos.

Artigo 52.º

Obrigações especiais dos armeiros na venda ao público

1 — A venda ao público de armas de fogo e suas munições só pode ser efectuada por pessoas devidamente habilitadas para o efeito, com domínio da língua portuguesa.

2 — Cabe aos armeiros ou aos seus trabalhadores verificar a identidade do comprador, a existência das licenças ou autorizações habilitantes, confirmar e explicar as características e efeitos da arma e munições vendidas, bem como as regras de segurança aplicáveis.

3 — O armeiro e os seus trabalhadores devem recusar a venda de arma ou munições sempre que o comprador apresente sinais notórios de embriaguez, perturbação psíquica, consumo de estupefacientes ou ingestão de qualquer substância que lhe afecte o comportamento.

SECÇÃO III

Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas

Artigo 53.º

Marca de origem

1 — O titular de alvará do tipo 1 é obrigado a marcar, de modo permanente, nas armas por ele produzidas, por marcação incisiva ou indelével, o seu nome ou marca de origem, país de origem, número de série de fabrico e calibre e a apresentar as mesmas à PSP para exame.

2 — As armas de fogo produzidas em Portugal devem ter inscrito um punção de origem e uma marca aposta por um banco oficial de provas reconhecido por despacho do Ministro da Administração Interna.

Artigo 54.º

Manifesto de armas

O manifesto das armas fabricadas ou montadas é sempre feito a favor dos armeiros habilitados com alvará do tipo 2 ou 3.

Artigo 55.º**Obrigações especiais dos armeiros na reparação de armas de fogo**

1 — É proibida a reparação de armas de fogo que não estejam devidamente manifestadas e acompanhadas dos respectivos livretes de manifesto ou documento que os substitua.

2 — Quando da reparação de armas possa resultar eliminação de número de série de fabrico ou alteração das suas características, devem as armas ser, previamente, examinadas e marcadas pela PSP.

3 — As armas sem número de série de fabrico ficam sujeitas ao exame e marcação previstos no número anterior.

4 — As alterações de características das armas para efeito de maior aptidão venatória ou desportiva são requeridas ao director nacional da PSP, sendo obrigatório o seu averbamento ao respectivo manifesto.

CAPÍTULO VI**Carreiras e campos de tiro****SECÇÃO I****Prática de tiro****Artigo 56.º****Locais permitidos**

1 — Só é permitido efectuar disparos com armas de fogo em carreiras e campos de tiro devidamente autorizados ou no exercício de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente o treino de caça em áreas específicas para o efeito, em provas desportivas e em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas em condições de segurança para o efeito e nos demais locais permitidos por lei.

2 — Ficam excluídos do âmbito da presente lei as carreiras e campos de tiro para uso militar ou policial, estejam ou não afectos à prática de tiro desportivo.

3 — É permitida a prática recreativa de tiro com armas de fogo em propriedades rústicas privadas, desde que observadas as condições de segurança definidas por despacho do director nacional da PSP.

4 — A realização de qualquer prova ou actividade com reproduções de armas de fogo para práticas recreativas depende de prévia comunicação ao departamento competente da PSP e à autoridade policial com competência territorial, com a antecedência mínima de 10 dias.

SECÇÃO II**Atribuição de alvarás, sua cedência e cassação****Artigo 57.º****Competência**

1 — O licenciamento das carreiras e campos de tiro depende de alvará concedido pelo director nacional da PSP.

2 — A criação de carreiras e campos de tiro em propriedades rústicas, com área adequada para o efeito, para uso restrito do proprietário, depende de licença concedida pela PSP.

3 — Ficam excluídos do disposto no n.º 1 as carreiras e campos de tiro da iniciativa do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., desde que se encontrem asseguradas as condições de segurança.

Artigo 58.º**Concessão de alvarás**

As pessoas singulares ou colectivas que pretendam instalar carreiras ou campos de tiro devem requerer ao director nacional da PSP a atribuição do respectivo alvará e licenciamento do local, observando-se, na parte aplicável, o disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 48.º.

Artigo 59.º**Cedência e cassação do alvará**

São aplicáveis à cedência e à cassação dos alvarás para a exploração e gestão de carreiras e campos de tiro as disposições constantes dos artigos 49.º e 50.º.

CAPÍTULO VII**Importação, exportação, transferência e cartão europeu de arma de fogo****SECÇÃO I****Importação e exportação de armas e munições****Artigo 60.º****Autorização prévia à importação e exportação**

1 — A importação e a exportação de armas de aquisição condicionada, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, partes essenciais de armas de fogo, com excepção da culatra, caixa da culatra e carcaça, estão sujeitas a prévia autorização do director nacional da PSP.

2 — A autorização pode ser concedida:

- a) Ao titular do alvará de armeiro, de acordo com a actividade exercida;
- b) Ao titular de licença B, ou isento nos termos da lei, para armas de fogo da classe B;
- c) Ao titular de licença B1, C, D, E ou F, para armas da classe permitida pela respectiva licença.

3 — Em cada ano apenas é concedida autorização de importação de uma arma aos titulares das licenças B, B1, C, D, E e F, ou que delas estejam isentos.

4 — Os cidadãos nacionais regressados de países terceiros após ausência superior a um ano e os estrangeiros oriundos desses países que pretendam fixar residência em território nacional podem ser autorizados a importar as suas armas das classes B, B1, C, D, E, F ou G e respectivas munições, ficando contudo sujeitos à prova da respectiva licença de uso e porte ou detenção.

5 — A autorização prevista no número anterior pode, em casos devidamente fundamentados, ser concedida, pelo director nacional da PSP, a nacionais regressados de países terceiros antes de decorrido um ano.

6 — O requerimento, acompanhado pelo certificado de utilizador final, individual ou colectivo, quando a arma se destine à exportação, indica o tipo, a marca, o modelo, o calibre, o número de série de fabrico, demais características da arma e a indicação de a arma ter sido sujeita ao controlo de conformidade.

7 — Em caso de dúvida quanto ao cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos no Código de Conduta da União Europeia sobre exportação de armas, a PSP pode solicitar parecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, previamente à concessão da autorização de exportação.

8 — O parecer previsto no número anterior é vinculativo e enviado à PSP no prazo de 10 dias após o pedido.

9 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas homologadas nos termos do artigo 11.º-A.

Artigo 61.º

Procedimento para a concessão da autorização prévia

1 — Do requerimento da autorização de importação devem constar o número e a data do alvará, a licença dos requerentes, a descrição dos artigos a importar, a sua proveniência, características e quantidades, o nome dos fabricantes e revendedores, bem como a indicação de as armas terem sido sujeitas ao controlo de conformidade.

2 — A autorização é válida pelo prazo de 180 dias prorrogável por um período de 90 dias.

3 — A autorização é provisória, convertendo-se em definitiva após peritagem a efectuar pela PSP.

4 — O disposto nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, à autorização de exportação sempre que o director nacional da PSP o considere necessário.

Artigo 62.º

Autorização prévia para a importação e exportação temporária

1 — O director nacional da PSP pode emitir autorização prévia, nos seguintes casos:

a) Para a importação e exportação temporária de armas, munições e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas à prática venatória e competições desportivas;

b) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a feiras da especialidade, feiras agrícolas ou de coleccionadores, exposições, mostuários e demonstrações;

c) Para importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com excepção da culatra, caixa de culatra e carcaça, com vista à sua alteração ou reparação.

2 — O requerimento será formulado pelos proprietários, fabricantes, armeiros, agentes comerciais ou entidades que promovem as iniciativas referidas no n.º 1.

3 — Da autorização constam a classe, tipo, modelo, calibre e demais características das armas e suas quantidades, o prazo de permanência ou ausência do País, bem como, se for caso disso, as regras de segurança a observar.

4 — (*Revogado.*)

Artigo 63.º

Peritagem

1 — A peritagem efectua-se num prazo máximo de cinco dias após a sua solicitação e destina-se a verificar se os artigos declarados para importação, e se for caso disso para exportação, estão em conformidade com o previsto na presente lei.

2 — A peritagem só pode ser efectuada após o importador ou exportador fornecer os dados que não tenha apresentado no momento do pedido de autorização prévia, relativos às armas de aquisição condicionada, às partes essenciais de armas de fogo, às munições, aos fulminantes, aos cartuchos ou invólucros com fulminantes.

3 — A abertura dos volumes com armas, partes essenciais, munições, invólucros com fulminantes ou só fulminantes só pode ser efectuada nas estâncias alfandegárias na presença de perito da PSP, mediante a apresentação da declaração aduaneira acompanhada de todos os documentos exigidos, prontos para a verificação.

4 — A peritagem a que se refere o número anterior é feita conjuntamente com a Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa sempre que se trate de armas, munições ou acessórios cuja característica dual, civil e militar, as torne enquadráveis nas seguintes normas do artigo 3.º:

- a) Alíneas a) a c), q) e r) do n.º 2;
- b) N.º 3;
- c) Alíneas a) a c) do n.º 5, apenas no que respeita a armas semiautomáticas e de repetição;
- d) Alínea a) do n.º 6, apenas quanto a armas semiautomáticas.

5 — Quando, na sequência da peritagem referida no número anterior, as armas, munições e acessórios sejam classificados como arma com a configuração de armamento militar, o processo de atribuição das autorizações para importação, exportação, transferência, trânsito e transbordo é encerrado, as armas são devolvidas à origem e o respectivo processo de notificação internacional segue o disposto na legislação própria aplicável, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

Artigo 64.º

Procedimentos aduaneiros

1 — A importação e a exportação de armas, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis efectuem-se nas estâncias aduaneiras de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada e Funchal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC).

2 — A declaração aduaneira de importação ou de exportação depende da apresentação da autorização de importação ou de exportação concedida pela PSP e processa-se com observância da regulamentação aduaneira aplicável, sem prejuízo do disposto na presente lei.

3 — A autorização de importação é arquivada na instância aduaneira de processamento da declaração aduaneira.

4 — A declaração aduaneira de importação ou de exportação é comunicada à PSP nos 15 dias seguintes à respectiva ultimação.

Artigo 65.º

Ausência de autorização prévia

1 — As armas, munições e partes essenciais de armas de fogo fulminantes e invólucros com fulminantes, importadas ou exportadas por titular de alvará ou de licença referidos nos n.ºs 2, 4 ou 5 do artigo 60.º ou por proprietário, armeiro, agente comercial ou entidade indicados no n.º 2 do artigo 62.º, na ausência de autorização prévia, são imediatamente apreendidas.

2 — No caso previsto no número anterior, a notícia da infracção é comunicada à entidade competente, seguindo-se, na parte aplicável, o disposto no artigo 80.º.

3 — *(Revogado.)*

Artigo 66.º

Despacho de armas para diplomatas e acompanhantes de missões oficiais

1 — A entrada no território nacional e a saída deste de armas de fogo e munições das missões acreditadas junto do Estado Português, ou outras de carácter diplomático contempladas por acordos entre os Estados, são dispensadas de formalidades alfandegárias.

2 — A entrada e circulação em território nacional e a saída deste de armas de fogo e munições para uso, porte e transporte por elementos de forças e serviços de segurança de outros Estados, em missão oficial em Portugal ou em trânsito de ou para países terceiros, carecem de autorização do director nacional da PSP, estando dispensadas de formalidades alfandegárias.

3 — Mediante autorização especial do director nacional da PSP e a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pode ser autorizada a detenção, uso e porte de arma em território nacional a elementos do corpo diplomático ou de missões acreditadas junto do Estado Português, renovada anualmente e enquanto se mantiver o exercício de funções.

SECÇÃO II Transferência

Artigo 67.º

Transferência de Portugal para os Estados membros

1 — A expedição ou transferência de armas de aquisição condicionada, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, partes essenciais de armas de fogo, com excepção da culatra, caixa da culatra e carcaça, de Portugal para os Estados membros da União Europeia depende de autorização, nos termos dos números seguintes.

2 — O requerimento a solicitar a autorização é dirigido ao director nacional da PSP e deve conter:

- a) A identidade do comprador ou cessionário;
- b) O nome e apelidos, a data e lugar de nascimento, a residência e o número do documento de identificação, bem como a data de emissão e indicação da autoridade que tiver emitido os documentos, tratando-se de pessoa singular;
- c) A denominação e a sede social, bem como os elementos de identificação referidos na alínea anterior relativamente ao seu representante, tratando-se de pessoa colectiva;
- d) O endereço do local para onde são enviadas ou transportadas as armas;
- e) O número de armas que integram o envio ou o transporte;
- f) O tipo, a marca, o modelo, o calibre, o número de série de fabrico e demais características da arma, bem como a indicação de as armas terem sido sujeitas ao controlo de conformidade;
- g) O meio de transferência;
- h) A data de saída e a data estimada da chegada das armas.

3 — O requerimento a que se refere o número anterior deve ser acompanhado do acordo prévio emitido pelo Estado membro do destino das armas, quando exigido.

4 — A PSP verifica as condições em que se realiza a transferência com o objectivo de determinar se garante as condições de segurança da mesma.

5 — Cumpridos os requisitos dos números anteriores, é emitida uma autorização de transferência, por despacho do director nacional da PSP, de onde constem todos os dados exigidos no n.º 2 do presente artigo.

6 — A autorização de transferência deve acompanhar a arma ou armas até ao ponto de destino e deve ser apresentada, sempre que solicitada, às autoridades dos Estados membros da União Europeia de trânsito ou de destino.

7 — À ausência de autorização prevista no n.º 1 aplica-se com as necessárias adaptações o previsto no artigo 65.º, n.º 1.

Artigo 68.º

Transferência dos Estados membros para Portugal

1 — A admissão ou entrada e a circulação de armas de aquisição condicionada, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, partes essenciais de armas de fogo, com excepção da culatra, caixa da culatra e carcaça, procedentes de outros Estados membros da União Europeia dependem de autorização prévia, quando exigida, nos termos dos números seguintes.

2 — A autorização é concedida por despacho do director nacional da PSP, observado o disposto na presente lei, mediante requerimento do interessado, instruído com os elementos referidos na alínea f) do n.º 2 do artigo anterior.

3 — As armas que entrem ou circulem em Portugal devem estar acompanhadas da autorização expedida pelas autoridades competentes do país de procedência.

4 — Cumpridos os requisitos dos números anteriores e após verificação por perito da PSP das características dos bens referidos no n.º 1, é emitida uma autorização de transferência definitiva, por despacho do director nacional da PSP, de onde constem os elementos referidos no n.º 2 do artigo anterior.

5 — Por razões de segurança interna, o Ministro da Administração Interna pode autorizar a transferência de armas para Portugal com isenção das formalidades previstas nos números anteriores, devendo comunicar a lista das armas objecto de isenção às autoridades dos restantes Estados membros da União Europeia.

6 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições homologadas por despacho do director nacional da PSP, nos termos do artigo 11.º-A, ficando a autorização de transferência definitiva condicionada à verificação da conformidade do artigo declarado com o artigo efectivamente transferido pelo centro nacional de peritagens da PSP.

7 — Nos casos em que a arma cuja transferência foi requerida não coincidir com o resultado da peritagem, a arma é imediatamente apreendida e comunicada a notícia da infracção à entidade competente.

Artigo 68.º-A

Transferência temporária

1 — O director nacional da PSP pode autorizar previamente a transferência temporária de:

a) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a práticas venatórias e competições desportivas;

b) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a feiras da especialidade, feiras agrícolas ou de coleccionadores, exposições, mostruários e demonstrações;

c) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com vista à sua alteração ou reparação.

2 — O requerimento será formulado pelos proprietários, fabricantes, armeiros, agentes comerciais e entidades que promovem as iniciativas referidas no n.º 1.

3 — Da autorização constam a classe, tipo, marca, modelo, calibre, número de série de fabrico e demais características da arma ou munições, e as suas quantidades, o prazo de permanência ou ausência do país, bem como as regras de segurança a observar.

4 — A autorização prevista na alínea a) do n.º 1 é dispensada aos titulares do cartão europeu de arma de fogo, desde que nele estejam averbadas as armas a transferir.

Artigo 69.º

Comunicações

1 — A PSP envia toda a informação pertinente de que disponha sobre transferências definitivas de armas às correspondentes autoridades dos Estados membros da União Europeia para onde se realize a transferência.

2 — Sempre que o Estado Português esteja vinculado por acordo ou tratado internacional à notificação de países terceiros relativa à exportação de armas, a PSP faz as comunicações necessárias à entidade que nos termos das obrigações assumidas for competente para o efeito.

SECÇÃO III**Cartão europeu de arma de fogo****Artigo 70.º****Cartão europeu de arma de fogo**

1 — O cartão europeu de arma de fogo é o documento que habilita o seu titular a deter uma ou mais armas de fogo em qualquer Estado membro da União Europeia desde que autorizado pelo Estado membro de destino.

2 — O cartão europeu de arma de fogo é concedido pelo director nacional da PSP e é válido pelo período de cinco anos, prorrogável por iguais períodos, desde que se verifiquem os requisitos que levaram à sua emissão.

3 — Os pedidos de concessão do cartão europeu de arma de fogo são instruídos com os seguintes documentos:

a) Requerimento a solicitar a concessão de onde conste a identificação completa do requerente, nomeadamente estado civil, idade, profissão, naturalidade, nacionalidade e domicílio;

b) Duas fotografias do requerente a cores e em tamanho tipo passe;

c) Cópia da licença ou licenças de uso e porte de armas de fogo ou prova da sua isenção;

d) Cópia dos livretes de manifesto de armas que pretende averbar, ou dos documentos que os substituam nos termos da presente lei;

e) Cópia do bilhete de identidade ou passaporte.

4 — O director nacional da PSP pode determinar a todo o tempo a apreensão do cartão europeu de arma de fogo por motivos de segurança e ordem pública de especial relevo.

5 — São averbadas as armas de propriedade do requerente e aquelas de que é legítimo detentor e utilizador, bem como o seu extravio ou furto.

Artigo 71.º**Vistos**

1 — A autorização referida no n.º 1 do artigo anterior reveste a forma de visto prévio e deve ser requerida à PSP quando Portugal for o Estado de destino.

2 — O visto prévio a que se refere o número anterior não é exigido para o exercício de prática venatória ou desportiva, desde que comprovado o motivo da deslocação, nomeadamente mediante a apresentação de um convite ou de outro documento que prove a prática das actividades de caça ou de tiro desportivo no Estado membro de destino.

CAPÍTULO VIII**Manifesto****SECÇÃO I****Marcação e registo****Artigo 72.º****Competência**

Compete à PSP a organização e manutenção do cadastro e fiscalização das armas classificadas no artigo 3.º e suas munições.

Artigo 73.º**Manifesto**

1 — O manifesto das armas das classes B, B1, C e D e das previstas na alínea c) do n.º 7 e na alínea b) do n.º 8 do artigo 3.º é obrigatório, resulta da sua importação, transferência, fabrico, apresentação voluntária ou aquisição e faz-se em função das respectivas características, classificando-as de acordo com o disposto no artigo 3.º.

2 — A cada arma manifestada corresponde um livrete de manifesto, a emitir pela PSP.

3 — Do livrete de manifesto consta o número e data de emissão, classe da arma, marca, calibre, número de fabrico, número de canos e identificação do seu proprietário.

4 — Em caso de extravio ou inutilização do livrete é concedida uma segunda via depois de organizado o respectivo processo justificativo.

Artigo 74.º**Numeração e marcação**

1 — As armas sujeitas a manifesto têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem, número de série de fabrico e calibre, com excepção das que foram fabricadas antes de 1950, que apenas têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem e número de série de fabrico.

2 — As armas que não estejam marcadas em conformidade com o disposto no número anterior são marcadas com um código numérico e com punção da PSP.

3 — A marcação deve ser efectuada de molde a não diminuir o valor patrimonial das armas.

4 — Cada embalagem de munições produzidas, comercializadas e utilizadas em Portugal tem de ser marcada, de forma a identificar o fabricante, o calibre, o tipo de munição e o número de identificação do lote, em conformidade com regras a estabelecer por portaria do Ministério da Administração Interna.

Artigo 75.º**Factos sujeitos a registo**

1 — O extravio, furto, roubo e transmissão de armas ficam sujeitos a registo na PSP.

2 — As armas que se inutilizem por completo são entregues à PSP para efeitos de peritagem.

3 — Quando da peritagem resultar a reclassificação da arma como arma inutilizada, pode o respectivo proprietário requerer à PSP a sua devolução, quando titular de licença aplicável, ou a sua destruição.

CAPÍTULO IX**Disposições comuns****Artigo 76.º****Exercício da actividade de armeiro e de gestão de carreiras e campos de tiro**

1 — A constituição de pessoas colectivas sob a forma de sociedade anónima cujo objecto social consista, total ou parcialmente, no exercício da actividade de armeiro ou na exploração e gestão de carreiras e campos de tiro obriga a que todas as acções representativas do seu capital social sejam nominativas.

2 — Independentemente do tipo de pessoa colectiva cujo objecto social consista, total ou parcialmente, no exercício da actividade de armeiro ou de exploração e gestão de carreiras e campos de tiro, qualquer transmissão das suas participações sociais deve ser sempre autorizada pelo director nacional da PSP, sendo exigido ao novo titular a verificação dos requisitos legais para o exercício da actividade.

Artigo 77.º

Responsabilidade civil e seguro obrigatório

1 — Os titulares de licenças e de alvarás previstos na presente lei ou aqueles a quem a respectiva lei orgânica ou estatuto profissional atribui ou dispensa da licença de uso e porte de arma são civilmente responsáveis, independentemente da sua culpa, por danos causados a terceiros em consequência da utilização das armas de fogo que detenham ou do exercício da sua actividade.

2 — A violação grosseira de norma de conduta referente à guarda e transporte das armas de fogo determina sempre a responsabilização solidária do seu proprietário pelos danos causados a terceiros pelo uso, legítimo ou não, que às mesmas venha a ser dado.

3 — Com excepção dos titulares de licenças E ou de licença especial, quando a arma não for da sua propriedade, é obrigatória a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com empresa seguradora mediante o qual seja transferida a sua responsabilidade até um capital mínimo a definir em portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Administração Interna.

4 — A celebração autónoma do contrato de seguro previsto no número anterior é dispensada sempre que o respectivo risco esteja coberto por contrato de seguro que cubra simultaneamente a responsabilidade civil para a prática de actos venatórios.

5 — Se o segurado for titular de mais de uma licença só está obrigado a um único seguro de responsabilidade civil.

6 — Os titulares de licenças e de alvarás previstos na presente lei ou aqueles a quem a respectiva lei orgânica ou estatuto profissional atribui ou dispensa da licença de uso e porte de arma, deverão fazer prova, a qualquer momento e em sede de fiscalização, da existência de seguro válido.

Artigo 78.º

Armas declaradas perdidas a favor do Estado

1 — Sem prejuízo do disposto em legislação especial, todas as armas que, independentemente do motivo da entrega ou decisão, sejam declaradas perdidas a favor do Estado ficam depositadas à guarda da PSP, que promoverá o seu destino.

2 — As armas referidas no número anterior, desde o momento do depósito à guarda da PSP até à decisão final, nomeadamente de destruição, venda, afectação a museus públicos ou privados, ou utilização pelas forças de segurança, devem ser acompanhadas de registo documental, consultável a todo o tempo pelo interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação da pessoa, ou entidade, que procedeu à entrega;
- b) Motivo que determinou a entrega;
- c) Agente que recepcionou a entrega e respectiva esquadra;
- d) Características da arma, com referência à marca, modelo, calibre, condições de funcionalidade, estado de conservação e demais características relevantes;
- e) Fotografia da arma aquando do depósito, da qual deve ser facultada cópia à pessoa ou entidade que procedeu à entrega;
- f) Decisão final quanto ao destino da arma.

Artigo 79.º

Leilões de armas

1 — Compete exclusivamente à Direcção Nacional da PSP organizar, pelo menos uma vez por ano, uma venda em leilão das armas que tenham sido declaradas perdidas a favor do Estado, apreendidas ou achadas e que se encontrem em condições de serem colocadas no comércio.

2 — Podem licitar em leilões de armas:

- a) Os legalmente isentos de licença de uso e porte de arma;
- b) Os titulares de licença de uso e porte de arma adequada à classe da peça em leilão, desde que preencham as condições legalmente exigidas para detenção da arma em causa;
- c) Os armeiros detentores de alvarás dos tipos 2 e 3, consoante a classe das peças presentes a leilão;
- d) Os titulares de licença de colecionador e as associações de colecionadores com museu, correndo o processo de emissão de autorização de compra posteriormente à licitação, se necessário.

3 — Sob requisição da Direcção Nacional da PSP ou das entidades públicas responsáveis por laboratórios de perícia científica e balística, podem ser retiradas de qualquer venda armas com interesse científico para o estudo e investigação, sendo-lhes afectas gratuitamente.

Artigo 79.º-A

Publicidade da venda em leilão

1 — Quando decidida a venda em leilão, como destino das armas, procede-se à respectiva publicitação, mediante editais, anúncios e divulgação através da Internet.

2 — Os editais são afixados, com a antecipação de 10 dias úteis, na porta de cada um dos comandos distritais da PSP.

3 — Os anúncios são publicados, com a antecipação referida no número anterior, num dos jornais mais lidos de expressão nacional.

4 — Em todos os meios de publicitação da venda incluem-se, para que permita a sua fácil compreensão, as seguintes indicações:

- a) Número de armas por cada classe;
- b) Local, data e hora da venda em leilão.

5 — Os bens destinados a leilão devem estar expostos para exame dos interessados, durante os cinco dias anteriores à data prevista para a sua venda em leilão, devendo para o efeito os interessados solicitar informação a uma qualquer esquadra da PSP, sobre o local e hora onde podem examinar os bens.

6 — A publicitação através da Internet faz-se mediante a publicação, em destaque, no sítio oficial da PSP, do anúncio referido no n.º 3, durante os 15 dias que antecedem o leilão.

7 — A publicação de anúncios poderá não ter lugar quando o departamento responsável pela venda considere justificadamente os bens de reduzido valor, procedendo-se, porém, sempre, à afixação de editais e à publicitação através da Internet.

8 — No que não esteja expressamente previsto na presente lei, à venda das armas aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 248.º e seguintes do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 80.º

Armas apreendidas

1 — Todas as armas apreendidas à ordem de processos criminais ficam na disponibilidade da autoridade judiciária até decisão definitiva que sobre a mesma recair.

2 — As armas são depositadas nas instalações da PSP, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Judiciária, ou unidade militar que melhor garanta a sua segurança e disponibilidade em todas as fases do processo, sem prejuízo do disposto em legislação especial aplicável aos órgãos de polícia criminal.

3 — Somente serão depositadas armas em instalações da Guarda Nacional Republicana se na área do tribunal que ordenou a apreensão não operar a PSP.

4 — Excepcionalmente, atenta a natureza da arma e a sua perigosidade, pode o juiz ordenar o seu depósito em unidade militar, com condições de segurança para o efeito, após indicação do Ministério da Defesa Nacional.

5 — Compete à PSP manter, organizar e disponibilizar um ficheiro informático nacional de armas apreendidas, proceder à sua análise estatística e técnica e difundir informação às entidades nacionais e estrangeiras.

6 — Todas as entidades que procedam à apreensão de armas de fogo, independentemente do motivo que determinou a apreensão, comunicam a sua apreensão à PSP, para efeitos de centralização e tratamento de informação, de acordo com as regras a estabelecer por despacho dos membros do Governo competentes.

7 — Todas as armas apreendidas devem ser peritadas, registadas as suas características e o seu estado de conservação, competindo à entidade à guarda de quem ficam a sua conservação no estado em que se encontravam à data da sua apreensão.

8 — Do ficheiro informático referido no n.º 5 devem constar, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Entidade apreensora;
- b) Despacho judicial que determinou, ou validou, a apreensão, com menção do número do processo e respectivo tribunal.

Artigo 81.º

Publicidade

Não é permitida a publicidade a armas, suas características e aptidões, excepto em meios de divulgação da especialidade, feiras de armas, feiras de caça, provas desportivas de tiro e, relativamente a armas longas, feiras agrícolas, bem como a publicidade da venda em leilão nos termos do artigo 79.º-A.

Artigo 82.º

Entrega obrigatória de arma achada

1 — Quem achar arma de fogo está obrigado a entregar de imediato a mesma às autoridades policiais, mediante recibo de entrega.

2 — Com a entrega deve ser lavrado termo de justificação da posse, contendo todas as circunstâncias de tempo e lugar em que o achado ocorreu.

3 — Todas as armas entregues devem ser objecto de exame e rastreio.

4 — Os resultados dos exames realizados pela PSP são comunicados ao Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária.

5 — O achado, logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio ou manifesto, será objecto de venda em leilão, revertendo o produto da venda para o achador.

Artigo 83.º

Taxas devidas

1 — A apresentação de requerimentos, a concessão de licenças e de alvarás, e suas renovações, de autorizações, a realização de vistorias e exames, os manifestos e todos os actos sujeitos a despacho, previstos na presente lei, estão dependentes do pagamento por parte do interessado de uma taxa de valor a fixar por portaria do ministro que tutele a administração interna, sujeita a actualização anual, tendo em conta o índice médio de preços junto do consumidor oficialmente publicado e referente ao ano imediatamente anterior.

2 — O disposto na presente lei não prejudica as isenções previstas na lei.

3 — O produto das taxas previstas no n.º 1 reverte a favor da PSP.

4 — Para os efeitos do disposto no n.º 1 podem ser utilizados meios electrónicos de pagamento, nas condições e prazos constantes da legislação regulamentar da presente lei.

5 — A falta de pagamento voluntário das quantias devidas nos termos do n.º 1 determina a suspensão automática de toda e qualquer autorização prevista na presente lei.

Artigo 84.º

Delegação de competências

1 — As competências atribuídas na presente lei ao director nacional da PSP podem ser delegadas e subdelegadas nos termos da lei.

2 — Compete ao director nacional da PSP a emissão de normas técnicas destinadas a estabelecer procedimentos operativos no âmbito do regime jurídico das armas e munições.

Artigo 85.º

Isenção

O disposto na presente lei relativamente ao certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo não é aplicável aos requerentes que, pela sua experiência profissional nas Forças Armadas e nas forças e serviços de segurança, tenham adquirido instrução própria no uso e manejo de armas de fogo que seja considerada adequada e bastante em certificado a emitir pelo comando ou direcção competente, nos termos da legislação regulamentar da presente lei.

CAPÍTULO X

Responsabilidade criminal e contra-ordenacional

SECÇÃO I

Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum

Artigo 86.º

Detenção de arma proibida e crime cometido com arma

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, transferir, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação, transferência ou exportação, usar ou trazer consigo:

a) Equipamentos, meios militares e material de guerra, arma biológica, arma química, arma radioactiva ou susceptível de explosão nuclear, arma de fogo automática, arma longa semiautomática com a configuração de arma automática para uso militar ou das forças de segurança, explosivo civil, engenho explosivo ou incendiário improvisado é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;

b) Produtos ou substâncias que se destinem ou possam destinar, total ou parcialmente, a serem utilizados para o desenvolvimento, produção, manuseamento, accionamento, manutenção, armazenamento ou proliferação de armas biológicas, armas químicas ou armas radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear, ou para o desenvolvimento, produção, manutenção ou armazenamento de engenhos susceptíveis de transportar essas armas, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos;

c) Arma das classes B, B1, C e D, espingarda ou carabina facilmente desmontável em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação, espingarda não modificada de cano de alma lisa inferior a 46 cm, arma de fogo dissimulada sob a forma de outro objecto, ou arma de fogo transformada ou modificada, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos ou com pena de multa até 600 dias;

d) Arma da classe E, arma branca dissimulada sob a forma de outro objecto, faca de abertura automática, estilete, faca de borboleta, faca de arremesso, estrela de lançar, boxers, outras armas brancas ou engenhos ou instrumentos sem aplicação definida que possam ser usados como arma de agressão e o seu portador não justifique a sua posse, aerossóis de defesa não constantes da alínea *a)* do n.º 7 do artigo 3.º, armas lançadoras de gases, bastão, bastão extensível, bastão eléctrico, armas eléctricas não constantes da alínea *b)* do n.º 7 do artigo 3.º, quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão, silenciador, partes essenciais da arma de fogo, bem como munições de armas de fogo independentemente do tipo de projectil utilizado, é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias.

2 — A detenção de arma não registada ou manifestada, quando obrigatório, constitui, para efeitos do número anterior, detenção de arma fora das condições legais.

3 — As penas aplicáveis a crimes cometidos com arma são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo, excepto se o porte ou uso de arma for elemento do respectivo tipo de crime ou a lei já prever agravação mais elevada para o crime, em função do uso ou porte de arma.

4 — Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se que o crime é cometido com arma quando qualquer participante traga, no momento do crime, arma aparente ou oculta prevista nas alíneas *a)* a *d)* do n.º 1, mesmo que se encontre autorizado ou dentro das condições legais ou prescrições da autoridade competente.

5 — Em caso algum pode ser excedido o limite máximo de 25 anos da pena de prisão.

Artigo 87.º

Tráfico e mediação de armas

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, vender, ceder a qualquer título ou por qualquer meio distribuir, mediar uma transacção ou, com intenção de transmitir a sua detenção, posse ou propriedade, adoptar algum dos comportamentos previstos no artigo anterior, envolvendo quaisquer equipamentos, meios militares e material de guerra, armas, engenhos, instrumentos, mecanismos, munições, substâncias ou produtos aí referidos, é punido com uma pena de 2 a 10 anos de prisão.

2 — A pena referida no n.º 1 é de 4 a 12 anos de prisão se:

a) O agente for funcionário incumbido da prevenção ou repressão de alguma das actividades ilícitas previstas nesta lei; ou

b) Aquela coisa ou coisas se destinarem, com o conhecimento do agente, a grupos, organizações ou associações criminosas; ou

c) O agente fizer daquelas condutas modo de vida.

3 — A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a sua punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 88.º

Uso e porte de arma sob efeito de álcool e substâncias estupefacientes ou psicotrópicas

1 — Quem, pelo menos por negligência, detiver, transportar fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, usar ou portar arma com uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 360 dias.

2 — Na mesma pena incorre quem, pelo menos por negligência, detiver, transportar fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, usar ou portar arma não estando em condições de o fazer com segurança, por se encontrar sob a influência de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ou produtos com efeito análogo perturbadores da aptidão física, mental ou psicológica.

Artigo 89.º

Detenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos

Quem, sem estar especificamente autorizado por legítimo motivo de serviço ou pela autoridade legalmente competente, transportar, detiver, usar, distribuir ou for portador, em recintos desportivos ou religiosos, em zona de exclusão, em estabelecimentos ou locais onde decorra manifestação cívica ou política, bem como em estabelecimentos ou locais de diversão, feiras e mercados, qualquer das armas previstas no n.º 1 do artigo 2.º, bem como quaisquer munições, engenhos, instrumentos, mecanismos, produtos ou substâncias referidos no artigo 86.º, é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

SECÇÃO II

Penas acessórias e medidas de segurança

Artigo 90.º

Interdição de detenção, uso e porte de armas

1 — Pode incorrer na interdição temporária de detenção, uso e porte de arma ou armas quem for condenado pela prática de crime previsto na presente lei ou pela prática, a título doloso ou negligente, de crime em cuja preparação ou execução tenha sido relevante a utilização ou disponibilidade sobre a arma.

2 — O período de interdição tem o limite mínimo de um ano e o máximo igual ao limite superior da moldura penal do crime em causa, não contando para este efeito o tempo em que a ou as armas, licenças e outros documentos tenham estado apreendidos à ordem do processo ou em que o condenado tenha estado sujeito a medida de coacção ou de pena ou execução de medida de segurança.

3 — A interdição implica a proibição de detenção, uso e porte de armas, designadamente para efeitos pessoais, funcionais ou laborais, desportivos, venatórios ou outros, bem como de concessão ou renovação de licença, cartão europeu de arma de fogo ou de autorização de aquisição de arma de fogo durante o período de interdição, devendo o condenado fazer entrega da ou das armas, licenças e demais documentação no posto ou unidade policial da área da sua residência no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado.

4 — A interdição é decretada independentemente de o condenado gozar de isenção ou dispensa de licença ou licença especial.

5 — A decisão de interdição é comunicada à PSP e, sendo caso disso, à entidade pública ou privada relevante no procedimento de atribuição da arma de fogo ou de quem o condenado dependa.

6 — O condenado que deixar de entregar a ou as armas no prazo referido no n.º 3 incorre em crime de desobediência qualificada.

Artigo 91.º

Interdição de frequência, participação ou entrada em determinados locais

1 — Pode ser temporariamente interdita a frequência, participação ou entrada em estabelecimento de ensino, recinto desportivo, estabelecimentos ou locais de diversão, locais onde ocorra manifestação cultural, desportiva ou venatória, feira ou mercado, campo ou carreira de tiro, a quem for condenado:

- a) Pela prática de crime previsto na presente lei praticado num dos locais referidos;
- b) Pela prática de crime cometido num desses locais ou que se repercuta significativamente no mesmo e em cuja preparação ou execução tenha sido relevante uma arma.

2 — O período de interdição tem o período mínimo de um ano e máximo de cinco anos, não contando para o efeito o tempo em que o condenado esteja sujeito a medida de coacção ou em cumprimento de pena ou medida de segurança privativa da liberdade.

3 — A decisão de interdição é comunicada à PSP e à autoridade administrativa, federação desportiva, associação ou entidade pública ou privada que regule ou fiscalize o sector ou actividade ou organize o evento.

4 — O incumprimento faz incorrer o condenado em crime de desobediência qualificada.

5 — A decisão de interdição pode compreender a obrigação de apresentação do condenado no posto ou unidade policial da área da sua residência no dia ou dias de realização de feira, mercado ou evento desportivo, cultural ou venatório.

Artigo 92.º

Interdição de exercício de actividade

1 — Pode incorrer na interdição temporária de exercício de actividade o titular de alvará de armeiro ou de exploração de campo ou carreira de tiro que seja condenado, a título doloso e sob qualquer forma de participação, pela prática de crime cometido com grave desvio dos fins para que foi licenciado ou credenciado ou com grave violação dos deveres e regras que disciplinam o exercício da actividade.

2 — A interdição tem a duração mínima de 6 meses e máxima de 10 anos, não contando para este efeito o tempo em que o condenado tenha estado sujeito a medida de coacção ou em cumprimento de pena ou execução de medida de segurança privativas da liberdade.

3 — A interdição implica a proibição do exercício da actividade ou a prática de qualquer acto em que a mesma se traduza, bem como a concessão ou renovação de alvará, credenciação, licença ou autorização no período de interdição.

4 — O exercício da actividade ou a prática de actos em que a mesma se traduza durante o período de interdição faz incorrer em crime de desobediência qualificada.

5 — É aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 90.º.

Artigo 93.º

Medidas de segurança

1 — Pode ser aplicada a medida de segurança de cassação de licença de detenção, uso e porte de armas ou de alvará a quem:

a) For condenado pela prática de crime previsto na presente lei, pela prática de qualquer um dos crimes referidos no n.º 2 do artigo 14.º ou por crime relacionado com armas de fogo ou cometido com violência contra pessoas ou bens;

b) For absolvido da prática dos crimes referidos na alínea anterior apenas por inimputabilidade, desde que a personalidade do agente e o facto praticado façam recear o cometimento de novos crimes que envolvam tais armas ou o agente se revele inapto para a detenção, uso e porte das mesmas.

2 — A medida tem a duração mínima de 2 e máxima de 10 anos.

3 — A cassação implica a caducidade do ou dos títulos, a proibição de concessão de nova licença ou alvará ou de autorização de aquisição de arma pelo período de duração da medida e ainda a proibição de detenção, uso e porte de arma ou armas, designadamente para efeitos pessoais, funcionais ou laborais,

desportivos, venatórios ou outros durante o mesmo período, devendo o arguido ou quem por ele for responsável fazer entrega de armas, licenças e demais documentação no posto ou unidade policial da área da sua residência no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado.

4 — É aplicável o disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 90.º.

Artigo 94.º

Perda da arma

1 — Sem prejuízo de ser declarada perdida a favor do Estado nos termos gerais, qualquer arma entregue na PSP, por força da aplicação ao condenado de uma pena acessória ou medida de segurança, pode ser vendida a quem reúna condições para as possuir.

2 — A venda, requerida pelo condenado, é efectuada pela PSP ao comprador indicado por aquele ou, caso não haja indicação de comprador no prazo de 180 dias contados da apresentação do requerimento, é levada a leilão nos termos do disposto no artigo 79.º, revertendo o produto da venda para o condenado, deduzidas as despesas e taxas aplicáveis, a fixar por portaria do ministro que tutela a administração interna.

Artigo 95.º

Responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas

As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos no n.º 1 do artigo 86.º e no artigo 87.º.

Artigo 95.º-A

Detenção e prisão preventiva

(Revogado.)

Artigo 96.º

Punição das entidades colectivas e equiparadas

(Revogado.)

SECÇÃO III

Responsabilidade contra-ordenacional

Artigo 97.º

Detenção ilegal de arma

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação ou exportação, usar ou trazer consigo reprodução de arma de fogo, arma de alarme, munições de salva ou alarme ou armas das classes F e G, é punido com uma coima de €400 a €4 000.

2 — O titular de alvará ou de licença referidos nos n.ºs 2, 4 ou 5 do artigo 60.º ou proprietário, armeiro, agente comercial ou entidade indicados no n.º 2 do artigo 62.º que, na ausência de autorização prévia, importe ou exporte armas, munições e partes essenciais de armas de fogo fulminantes e invólucros com fulminantes é punido com uma coima de €600 a €6 000.

Artigo 98.º**Violação geral das normas de conduta e obrigações dos portadores de armas**

Quem, sendo titular de licença, detiver, usar ou for portador, transportar arma fora das condições legais, afectar arma a actividade diversa da autorizada pelo director nacional da PSP ou em violação das normas de conduta previstas na presente lei é punido com uma coima de €400 a €4 000.

Artigo 99.º**Violação específica de normas de conduta e outras obrigações**

1 — Quem não observar o disposto:

- a) No n.º 3 do artigo 31.º e nos artigos 34.º e 35.º, é punido com uma coima de €250 a €2 500;
- b) No artigo 19.º-A, é punido com uma coima de €400 a €4 000;
- c) No n.º 6 do artigo 11.º, no n.º 3 do artigo 18.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º, é punido com uma coima de €600 a €6 000;
- d) Nos artigos 32.º, 33.º e 36.º, no n.º 1 do artigo 45.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 53.º, é punido com uma coima de €700 a €7 000;
- e) No n.º 2 do artigo 37.º e na alínea j) do n.º 2 do artigo 39.º, é punido com uma coima de €150 a €1 000.

2 — Quem proceder à alteração das características das reproduções de armas de fogo para práticas recreativas é punido com coima de €500 a €1 000.

Artigo 99.º-A**Violação específica de norma de conduta atinente à renovação de licença de uso e porte de arma**

1 — Quem, sendo detentor de arma, deixar caducar a sua licença de uso e porte de arma, tendo ou não posteriormente promovido a tramitação necessária à sua legalização prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 29.º, é punido com coima de €250 a €2 500.

2 — A detenção de arma, verificada a caducidade da licença de uso e porte de arma sem que tenha sido promovida a sua renovação, requerida nova licença aplicável no prazo previsto no n.º 1 do artigo 29.º ou solicitada a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável conforme o disposto no n.º 3 do artigo 29.º, é punida com uma coima de €400 a €4 000.

3 — A detenção de arma da classe F, verificada a caducidade da licença de uso e porte de arma sem que tenha sido promovida a sua renovação, requerida nova licença aplicável dentro do prazo previsto no n.º 1 do artigo 29.º ou solicitada a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável conforme o disposto no n.º 3 do artigo 29.º, é considerada detenção ilegal de arma, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 97.º.

4 — A notificação do auto de notícia relativo à contra-ordenação prevista no n.º 2 será complementada com a advertência de que o arguido deve proceder à renovação da licença de uso e porte de arma caducada, requerer nova licença ou solicitar a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável, no prazo de 15 dias, sob pena de, findo esse prazo, a detenção de arma passar a ser considerada detenção de arma fora das condições legais, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º.

Artigo 100.º**Violação das normas para o exercício da actividade de armeiro**

1 — Quem, sendo titular de alvará para o exercício das actividades de armeiro, se encontrar a exercer a actividade em violação das normas e regras legais para o exercício da actividade é punido com uma coima de €1 000 a €20 000.

2 — É punido com a coima referida no número anterior o armeiro que tenha estabelecimento de venda ao público e não observe as normas e deveres de conduta a que está obrigado bem como os seus funcionários.

Artigo 101.º

Exercício ilegal de actividades sujeitas a autorização

1 — Quem, sendo titular de alvará para a exploração de carreira ou campo de tiro, se encontrar a exercer a actividade em violação das normas e regras legais para o exercício da mesma é punido com uma coima de €1 000 a €20 000.

2 — Quem, não estando autorizado pelo director nacional da PSP, organizar manifestação teatral, cultural ou outra onde sejam utilizadas ou disparadas armas de fogo, mostra ou feira de armas, leilão ou outro tipo de iniciativa aberta ao público é punido com uma coima de €1 000 a €20 000.

3 — Quem, não sendo titular de alvará para a exploração de carreira ou campo de tiro, se encontrar a exercer esta actividade é punido com coima de €20 000 a €40 000.

4 — Quem exercer comércio electrónico de armas, munições e acessórios da classe A e partes essenciais dessas armas é punido com coima de €2 000 a €20 000.

5 — Quem exercer comércio electrónico em violação do disposto no artigo 50.º-A é punido com coima de €1 000 a €10 000.

6 — Quem frequentar ou utilizar carreira ou campo de tiro não licenciado, conhecendo ou devendo conhecer essa falta de licenciamento, é punido com coima de €500 a €2 000.

Artigo 102.º

Publicidade ilícita

Quem efectuar publicidade a armas de fogo e quem a publicar, editar ou transmitir fora das condições previstas na presente lei é punido com uma coima de €1 000 a €20 000.

Artigo 103.º

Agravação

As coimas são agravadas nos seus limites mínimos e máximos para o triplo se o titular da licença ou alvará, o organizador ou promotor for uma entidade colectiva ou equiparada, sendo responsáveis solidários pelo pagamento os seus sócios, gerentes, accionistas e administradores.

Artigo 104.º

Negligência e tentativa

1 — A negligência e a tentativa são puníveis.

2 — No caso de tentativa, as coimas previstas para a respectiva contra-ordenação são reduzidas para metade nos seus limites máximos e mínimos.

SECÇÃO IV

Regime subsidiário e competências

Artigo 105.º

Regime subsidiário

1 — Em matéria relativa à responsabilidade criminal ou contra-ordenacional é aplicável subsidiariamente o Código Penal, o Código de Processo Penal e o regime geral das contra-ordenações.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a aplicação à matéria regulada na presente lei do regime relativo ao combate à criminalidade organizada e económico-financeira e demais legislação especial.

Artigo 106.º

Competências e produto das coimas

- 1 — A instrução dos processos de contra-ordenação compete à PSP.
- 2 — A aplicação das respectivas coimas compete ao director nacional, que pode delegar essa competência.
- 3 — O produto das coimas previstas nesta lei reverte na percentagem de 40 % para o Estado, de 40 % para a PSP e de 20 % a repartir entre as demais entidades fiscalizadoras do cumprimento da presente lei.

Artigo 106.º-A

Exames técnicos

Para efeitos de licenciamento e de fiscalização da aquisição, importação, exportação, transferência e comércio de armas, a PSP pode realizar exames às armas e suas munições.

SECÇÃO V

Apreensão de armas e cassação de licenças

Artigo 107.º

Apreensão de armas

1 — O agente ou autoridade policial procede à apreensão da ou das armas de fogo, munições e respectivas licenças e manifestos, emitindo documento de apreensão com a descrição da ou das armas, munições e documentação, quando:

a) Quem a detiver, portar ou transportar se encontrar sob influência do álcool, de estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, verificada nos termos da presente lei ou recusar a submeter-se a provas para sua detecção;

b) Houver indícios da prática pelo suspeito de crime de maus tratos a cônjuge, a quem com ele viva em condições análogas às dos cônjuges, a progenitor de descendente comum em 1.º grau, aos filhos, a pessoa menor ou particularmente indefesa em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez e que esteja a seu cuidado, à sua guarda ou sob a sua responsabilidade de direcção ou educação e, perante a queixa, denúncia ou a constatação de flagrante, verificarem probabilidade na sua utilização;

c) Se encontrarem fora das condições legais ou em violação das prescrições da autoridade competente;

d) Apresentarem indícios sérios de perturbação psíquica ou mental.

2 — A apreensão inclui a arma de fogo detida ao abrigo de isenção ou dispensa de licença ou de licença especial, bem como a arma de fogo que seja propriedade de entidade pública ou privada.

3 — Para além da transmissão da notícia do crime ao Ministério Público ou à PSP, em caso de contra-ordenação, a apreensão nos termos do número anterior é comunicada à respectiva entidade pública ou privada titular da arma, para efeitos de acção disciplinar e ou de restituição da arma, nos termos gerais.

4 — Em caso de manifesto estado de embriaguez, de intoxicação por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ou indícios sérios de perturbação psíquica ou mental de pessoa que detenha, use, porte ou transporte consigo arma de fogo, a arma pode ser retida por qualquer caçador ou atirador desportivo ou ainda por qualquer pessoa que o possa fazer em condições de segurança até à comparência de agente ou autoridade policial.

Artigo 108.º
Cassação das licenças

1 — Sem prejuízo da cassação de licenças por autoridade judiciária, o director nacional da PSP pode determinar a cassação:

a) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular tenha sido condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão;

b) Das licenças C e D obtidas com base na titularidade de carta de caçador, quando o titular foi condenado pela prática de infracção no exercício de acto venatório, tendo-lhe sido interdito o direito de caçar ou cassada a respectiva autorização, ou cessado, por caducidade, a referida autorização;

c) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular for condenado por crime de maus tratos ao cônjuge ou a quem com ele viva em condições análogas, aos filhos ou a menores ao seu cuidado, ou quando pelo mesmo crime foi determinada a suspensão provisória do processo de inquérito;

d) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando ao titular for aplicada medida de coacção de obrigação de não contactar com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou certos meios;

e) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando ao titular for aplicada a medida de suspensão provisória do processo de inquérito mediante a imposição de idênticas injunções ou regras de conduta;

f) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, ao titular que utilizou a arma para fins não autorizados ou diferentes daqueles a que a mesma se destina ou violou as normas de conduta do portador de arma;

g) Da licença de tiro desportivo, quando tenha cessado, por qualquer forma, a atinente licença federativa;

h) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular contribuiu com culpa para o furto ou extravio da arma;

i) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular contribuiu com culpa, na guarda, segurança ou transporte da arma, para a criação de perigo ou verificação de acidente.

2 — Nos casos previstos no n.º 1 do artigo anterior é lavrado termo de cassação provisória que seguirá juntamente com o expediente resultante da notícia do crime ou da contra-ordenação para os serviços do Ministério Público ou para a PSP, respectivamente.

3 — Nos casos previstos nas alíneas *f)*, *h)* e *i)* do n.º 1 e nos casos em que o titular de licença de tiro desportivo tenha sido expulso da respectiva federação, a concessão de nova licença só é autorizada decorridos cinco anos após a cassação e implica sempre a verificação de todos os requisitos exigidos para a sua concessão.

4 — A Autoridade Florestal Nacional deve comunicar à Direcção Nacional da PSP, no prazo de 60 dias após a sua ocorrência, a cassação ou a caducidade da autorização para a prática de actos venatórios, bem como todas as interdições efectivas do direito de caçar de que tenha conhecimento.

5 — Para efeitos do disposto nas alíneas *a)*, *c)*, *d)* e *e)* do n.º 1, a cassação não ocorrerá se, observado o procedimento previsto no n.º 3 do artigo 14.º, instaurado pelo interessado até 30 dias após

o trânsito em julgado da condenação, medida de coacção fixada ou da decisão da suspensão provisória do processo de inquérito, houver reconhecimento judicial da idoneidade do titular para a sua manutenção.

6 — Para efeitos do disposto nas alíneas *f)*, *h)* e *i)* do n.º 1 e nos casos em que o titular de licença de tiro desportivo tenha sido expulso da respectiva federação, a PSP instaura um processo de inquérito com todos os elementos atinentes ao fundamento da cassação relativos à infracção e outros considerados necessários.

7 — A cassação da licença implica a sua entrega na PSP, acompanhada da arma ou armas que a mesma autoriza e respectivos documentos inerentes, no prazo de 15 dias após a notificação do despacho, sob pena de cometimento de crime de desobediência qualificada.

8 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, no prazo de 180 dias após o depósito ou após a data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.

9 — Findo o prazo referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

SECÇÃO VI

Operações especiais de prevenção criminal

Artigo 109.º

Reforço da eficácia da prevenção criminal

1 — As forças de segurança devem planear e levar a efeito, periodicamente, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas com a finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir a introdução, assegurar a remoção ou verificar a regularidade da situação de armas, seus componentes ou munições ou substâncias ou produtos a que se refere a presente lei, reduzindo o risco de prática de infracções previstas no presente capítulo, bem como de outras infracções que a estas se encontrem habitualmente associadas ou ainda quando haja suspeita de que algum desses crimes possa ter sido cometido como forma de levar a cabo ou encobrir outros.

2 — A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

a) Pontos de controlo de acesso a locais em que constitui crime a detenção de armas, dispositivos, produtos ou substâncias enumeradas na presente lei;

b) Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários ou fluviais, bem como no interior desses transportes, e ainda em portos, aeroportos, vias públicas ou outros locais públicos, e respectivos acessos, frequentados por pessoas que em razão de acções de vigilância, patrulhamento ou informação policial seja de admitir que se dediquem à prática das infracções previstas no n.º 1.

3 — As operações especiais de prevenção podem compreender, em função da necessidade, a identificação das pessoas que se encontrem na área geográfica onde têm lugar, bem como a revista de pessoas, de viaturas ou de equipamentos e, quando haja indícios da prática dos crimes previstos no n.º 1, risco de resistência ou de desobediência à autoridade pública ou ainda a necessidade de condução ao posto policial, por não ser possível a identificação suficiente, a realização de buscas no local onde se encontrem.

4 — Compete ainda à PSP a verificação dos bens previstos na presente lei e que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias e aeroportuárias internacionais, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores, para avaliação do seu destino e proveniência.

Artigo 110.º

Desencadeamento e acompanhamento

1 — As operações especiais de prevenção são sempre comunicadas ao Ministério Público, através do procurador-geral distrital com competência territorial na área geográfica visada.

2 — A comunicação é feita, com antecedência adequada e especificação da delimitação geográfica e temporal das medidas previstas, pelo director nacional da PSP, pelo comandante-geral da GNR ou por ambos, caso se trate de operação conjunta.

3 — Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças de segurança, as operações podem ser acompanhadas, na modalidade tecnicamente disponível que se revele mais apropriada, por um magistrado, o qual será responsável pela prática dos actos de competência do Ministério Público que elas possam requerer.

4 — As operações podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal determinados se os actos a levar a cabo forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

Artigo 111.º

Actos da exclusiva competência de juiz de instrução

1 — Quando no âmbito de uma operação especial de prevenção se torne necessário levar a cabo buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas as medidas necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado, na modalidade tecnicamente disponível que se revele mais apropriada.

2 — Quando a operação deva ser desenvolvida em mais de uma comarca, intervém o juiz de instrução que, nos termos da lei, tenha competência no território da comarca em que a operação se inicie.

CAPÍTULO XI

Disposições transitórias e finais

SECÇÃO I

Regime transitório

Artigo 112.º

Armas manifestadas em países que estiveram sob a administração portuguesa

Os proprietários das armas manifestadas nos países que estiveram sob a administração portuguesa têm o prazo de 180 dias após a entrada em vigor da presente lei para substituir o documento de manifesto concedido pelas autoridades portuguesas de então pelo livrete de manifesto concedido pelo director nacional da PSP e livro de registo de munições *[caducado]*.

Artigo 112.º-A

Reclassificação de armas

1 — As armas que, no âmbito da presente lei, venham a ser reclassificadas só podem ser detidas e utilizadas nos termos permitidos pela presente lei.

2 — Se o titular da arma reclassificada não a puder deter e utilizar no âmbito da presente lei, tem o prazo de seis meses para proceder à sua venda ou inutilização, sob pena de a mesma ser declarada perdida a favor do Estado.

Artigo 113.º

Transição para o novo regime legal

1 — As licenças e autorizações de uso e porte de arma concedidas ao abrigo de legislação anterior são convertidas, quando da sua renovação, para as licenças agora previstas, nos seguintes termos:

- a) Licença de uso e porte de arma de defesa transita para licença de uso e porte de arma B1;
- b) Licença de uso e porte de arma de caça transita para licença de uso e porte de arma C ou D, conforme os casos;
- c) Licença de uso e porte de arma de recreio de cano liso transita para licença de uso e porte de arma D;
- d) Autorização de uso e porte de arma de defesa «modelo V» e «modelo V-A» transita para licença especial, aplicando-se as mesmas regras que a esta relativamente à caducidade e validade, bem como no que se refere aos requisitos previstos para a sua concessão;
- e) Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º, as referências existentes nas respectivas leis orgânicas ou estatutos profissionais a licença de uso e porte de arma de defesa entendem-se feitas para licença de uso e porte de arma de classe B.

2 — Os armeiros devidamente licenciados que se encontrem no exercício da actividade dispõem de um prazo de seis meses contados da data da entrada em vigor da presente lei para requerer a concessão de um alvará para o exercício da actividade pretendida no novo quadro legal [*caducado*].

3 — Os proprietários dos estabelecimentos que efectuem vendas de armas das classes G e F dispõem de um prazo de seis meses a contar da data da entrada em vigor da presente lei para requerer a concessão de um alvará do tipo 3 para a continuação do exercício da actividade [*caducado*].

Artigo 114.º

Detenção vitalícia de armas no domicílio

1 — Os possuidores de armas detidas ao abrigo de licenças de detenção domiciliária emitidas nos termos do disposto no artigo 46.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949, mantêm o direito a deter essas armas nos termos anteriormente estabelecidos.

2 — Os possuidores de armas de ornamentação abrangidas pelo disposto no artigo 5.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949, mantêm o direito de deter essas armas nos termos anteriormente estabelecidos.

3 — Os possuidores de armas de fogo manifestadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 328/76, de 6 de Maio, e que nos termos da presente lei devam ser consideradas armas da classe A, mantêm o direito de deter essas armas, desde que comprovem junto da Direcção Nacional da PSP que são legítimos detentores e que dispõem das condições de segurança previstas na presente lei.

4 — Os possuidores de armas de fogo manifestadas e registadas ao abrigo do regime anterior como armas de defesa e que por força da presente lei não sejam classificadas como armas da classe B1 mantêm o direito de deter, usar e portar essas armas, desde que comprovem junto da Direcção Nacional da PSP que são legítimos detentores e que dispõem das condições de segurança previstas na presente lei.

5 — Os possuidores de armas de fogo manifestadas e registadas ao abrigo do regime anterior como armas de caça grossa, ou que tenham sido classificadas no actual regime como armas da classe A, mantêm o direito de as deter nas condições previstas no artigo 18.º, com as devidas adaptações.

6 — A eventual transmissão das armas a que se referem os n.ºs 1, 3, 4 e 5 está sujeita à sua inutilização, passando a ser classificadas como armas da classe F, excepto se transmitidas a museus públicos ou, mediante autorização do director nacional da PSP, a associações de coleccionadores com museu, ou, se esse for o caso, à sua reclassificação como arma de outra classe legalmente permitida.

Artigo 115.º

Manifesto voluntário e detenção domiciliária provisória

1 — Todos os possuidores de armas de fogo não manifestadas ou registadas devem, no prazo de 120 dias contado da sua entrada em vigor, requerer a sua apresentação a exame e manifesto, não havendo nesse caso lugar a procedimento criminal.

2 — Após exame e manifesto, a requerimento do interessado, as referidas armas ficam, se susceptíveis de serem legalizadas ao abrigo deste diploma, em regime de detenção domiciliária provisória pelo período de 180 dias, devendo nesse prazo habilitar-se com a necessária licença, ficando perdidas a favor do Estado se não puderem ser legalizadas.

3 — O requerimento para a detenção domiciliária provisória deve ser instruído com certificado de registo criminal do requerente.

4 — Em caso de indeferimento ou decorrido o prazo referido no n.º 2 deste artigo sem que o apresentante mostre estar habilitado com a respectiva licença, são as armas guardadas em depósito na PSP, sendo aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 18.º [*caducado*].

Artigo 116.º

Livro de registo de munições

Mediante a exibição da licença de uso e porte de arma e o manifesto da arma, é emitido pelo director nacional da PSP, a requerimento do interessado, um livro de registo de munições.

Artigo 116.º-A

Armas de ar comprimido de aquisição condicionada

1 — Os titulares de armas de ar comprimido de aquisição condicionada, que detenham essas armas à data da entrada em vigor da presente lei, mantêm o direito a detê-las e a usá-las para tiro lúdico, independentemente de qualquer autorização ou licença, desde que as manifestem no prazo de seis meses após essa data.

2 — Poderão ainda os titulares dessas armas, no mesmo prazo, aliená-las a quem for titular de licença para o efeito.

3 — A falta de cumprimento, no prazo legal, do disposto no n.º 1, ou no n.º 2, implica a perda de tais armas a favor do Estado.

4 — O direito dos titulares referidos no n.º 1 será certificado por documento a emitir pela Direcção Nacional da PSP.

Artigo 117.º

Regulamentação a aprovar

1 — São aprovadas por decreto regulamentar as normas referentes às seguintes matérias:

- a) Licenciamento e concessão de alvará para a exploração e gestão de carreiras e campos de tiro;
- b) Condições técnicas de funcionamento e de segurança das carreiras e campos de tiro.

2 — São aprovadas por portaria do ministro que tutela a administração interna as normas referentes às seguintes matérias:

- a) Condições de segurança para o exercício da actividade de armeiro;
- b) Regime da formação técnica e cívica para uso e porte de armas de fogo, incluindo os conteúdos programáticos e duração dos cursos;

- c) Regime do exame de aptidão para obtenção do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo;
- d) Modelo das licenças, alvarás, certificados e outros necessários à execução da presente lei;
- e) As taxas a cobrar pela prestação dos serviços e demais actos previstos na presente lei *[caducado]*.

SECÇÃO II

Revogação e início de vigência

Artigo 118.º

Norma revogatória

São revogados os seguintes diplomas:

- a) O Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949;
- b) O Decreto-Lei n.º 49 439, de 15 de Dezembro de 1969;
- c) O Decreto-Lei n.º 207-A/75, de 17 de Abril;
- d) O Decreto-Lei n.º 328/76, de 6 de Maio;
- e) O Decreto-Lei n.º 432/83, de 14 de Dezembro;
- f) O Decreto-Lei n.º 399/93, de 3 de Dezembro;
- g) A Lei n.º 8/97, de 12 de Abril;
- h) A Lei n.º 22/97, de 27 de Junho;
- i) A Lei n.º 93-A/97, de 22 de Agosto;
- j) A Lei n.º 29/98, de 26 de Junho;
- l) A Lei n.º 98/2001, de 25 de Agosto;
- m) O Decreto-Lei n.º 258/2002, de 23 de Novembro;
- n) O Decreto-Lei n.º 162/2003, de 24 de Julho;
- o) O artigo 275.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, alterado pela Lei n.º 98/2001, de 25 de Agosto.

Artigo 119.º

Legislação especial

Legislação própria, a elaborar no prazo de 180 dias, regula:

- a) O uso e porte de armas em actividades de carácter desportivo, incluindo a definição dos tipos de armas utilizáveis, as modalidades e as regras de licenciamento, continuando a aplicar-se, até à entrada em vigor de novo regime, o actual quadro legal *[caducado]*;
- b) A actividade de coleccionador, designadamente no tocante ao licenciamento, à segurança e aos incentivos tendentes a promover a defesa do património histórico *[caducado]*;
- c) Lei especial regulará os termos e condições em que as empresas com alvará de armeiro podem dispor de bancos de provas próprios ou comuns a várias dessas empresas.

Artigo 120.º

Início de vigência

A presente lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação, com excepção do disposto nos artigos 109.º a 111.º, que vigoram a partir do dia seguinte ao da publicação da presente lei.

II — DECRETOS-LEIS

Ministério da Justiça

Decreto-Lei n.º 52/2011

de 13 de Abril de 2011

O XVII Governo Constitucional procedeu a uma ampla reforma do regime das custas processuais, cujas linhas de orientação foram, fundamentalmente, as seguintes: (i) repartição mais justa e adequada dos custos da Justiça; (ii) moralização e racionalização do recurso aos tribunais, com o tratamento diferenciado dos litigantes em massa; (iii) adopção de critérios de tributação mais claros e objectivos; (iv) reavaliação do sistema de isenção de custas; (v) simplificação da estrutura jurídica do sistema de custas processuais e unificação da respectiva regulamentação; e (vi) redução do número de execuções por custas.

Os objectivos de uniformização e simplificação do sistema de custas processuais continuam a ser prosseguidos pelo XVIII Governo Constitucional, pelo que se mantêm as regras quantitativas e de procedimento sobre custas devidas em qualquer processo, independentemente da natureza judicial, administrativa ou fiscal num só diploma — o novo Regulamento das Custas Processuais.

A aplicação na prática do Regulamento das Custas Processuais tem vindo a revelar alguns aspectos que carecem de aperfeiçoamento, pelo que o presente decreto-lei introduz alterações nesse sentido, mas garantido o acesso à justiça das pessoas com menos recursos.

Assim, em primeiro lugar, o principal aspecto a alterar diz respeito ao pagamento num momento único da taxa de justiça.

De forma a permitir uma maior facilidade de acesso à justiça por parte dos seus utentes, torna-se necessário proceder a uma bipartição da taxa de justiça que permita o recurso ao sistema de justiça com uma menor disponibilidade financeira. Nesse sentido, a taxa de justiça passa a ser paga em duas prestações.

Em segundo lugar, mantém-se o incentivo à entrega electrónica de todas as peças processuais com um valor mais reduzido. A redução da taxa de justiça para os casos em que a parte entregue as suas peças processuais por via electrónica tem como intuito incentivar e estimular o recurso aos meios electrónicos, contribuindo-se assim para a simplificação da justiça. Neste momento, o CITIUS é cada vez mais parte integrante da realidade dos tribunais e dos profissionais da justiça, dependendo cada vez menos de estímulos externos.

Em terceiro lugar, regula-se a matéria da remuneração de outros intervenientes acidentais, como os liquidatários e entidades encarregadas da venda extrajudicial. As traduções passam a ser pagas à palavra, o que corresponde à prática corrente no mercado e as testemunhas passam a ser remuneradas em função dos quilómetros percorridos. Garante-se, assim, que é tratado de forma diferente o que é efectivamente diferente, de acordo com o princípio da igualdade.

Em quarto lugar, os montantes das multas processuais são actualizados, permitindo aos juízes aplicar sanções que permitam, efectivamente, combater o uso reprovável dos meios processuais. Os valores actuais das multas têm-se revelado desadequados no que diz respeito ao instituto da litigância de má fé. O seu valor reduzido tem provado ser insuficiente para dissuadir comportamentos maliciosos ou manifestamente dilatórios.

Em quinto lugar, procede-se à especificação do pagamento de um valor pela consulta às bases de dados em acções executivas, da responsabilidade exclusiva dos grandes litigantes pelo uso intensivo que promovem do sistema.

Em sexto lugar, clarifica-se o regime de pagamento e de promoção das penhoras electrónicas de saldos bancários no sentido de incentivar o recurso à utilização dos meios electrónicos.

Finalmente, as tabelas, anexas ao Regulamento das Custas Processuais, são alteradas no sentido de prever algumas situações que estavam omissas. Constatou-se que a taxa de justiça nalguns casos não estava adequada à complexidade da causa, pelo que se prevê um aumento progressivo da taxa de justiça a partir do último escalão da tabela, embora os valores se mantenham muito inferiores aos do regime anterior ao do Regulamento.

Foram ouvidos o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, a Ordem dos Advogados e a Câmara dos Solicitadores.

Foi promovida a audição do Conselho dos Oficiais de Justiça.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Regulamento das Custas Processuais

Os artigos 6.º, 7.º, 13.º, 17.º, 20.º, 21.º, 25.º, 26.º, 27.º e as tabelas I, II, III e IV do Regulamento das Custas Processuais, aprovado no anexo III ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 43/2008, de 27 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28 de Agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6.º

[...]

1 —

2 —

3 — Nos processos em que o recurso aos meios electrónicos não seja obrigatório, a taxa de justiça é reduzida a 90 % do seu valor quando a parte entregue todas as peças processuais através dos meios electrónicos disponíveis.

4 — Para efeitos do número anterior, a parte paga inicialmente 90 % da taxa de justiça, perdendo o direito à redução e ficando obrigada a pagar o valor desta no momento em que entregar uma peça processual em papel, sob pena de sujeição à sanção prevista na lei de processo para a omissão de pagamento da taxa de justiça.

5 —

6 —

Artigo 7.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — Nas execuções por custas, multas ou coimas o executado é responsável pelo pagamento da taxa de justiça nos termos da tabela II.

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — (*Anterior n.º 5.*)

7 — (*Anterior n.º 6.*)

Artigo 13.º

[...]

1 —

2 — Nos casos da tabela I-A e C, na parte relativa ao n.º 3 do artigo 13.º, a taxa de justiça é paga em duas prestações de igual valor por cada parte ou sujeito processual, salvo disposição em contrário resultante da legislação relativa ao apoio judiciário.

3 — Quando o responsável passivo da taxa de justiça seja uma sociedade comercial que tenha dado entrada num tribunal, secretaria judicial ou balcão, no ano anterior, a 200 ou mais providências cautelares, acções, procedimentos ou execuções, a taxa de justiça é fixada, para qualquer providência cautelar, acção, procedimento ou execução intentado pela sociedade de acordo com a tabela I-C, salvo os casos expressamente referidos na tabela II, em que a taxa de justiça é fixada de acordo com a tabela II-B.

4 —

5 — Para efeitos do disposto no n.º 3 é elaborada anualmente pelo Ministério da Justiça uma lista de sociedades comerciais que durante o ano civil anterior tenham intentado mais de 200 acções, procedimentos ou execuções, que é publicada na 2.ª série do *Diário da República* sob a forma de aviso e disponibilizada no CITIUS.

6 — (Anterior n.º 5.)

7 — (Anterior n.º 6.)

Artigo 17.º

[...]

1 —

2 — A remuneração de peritos, tradutores, intérpretes, consultores técnicos e liquidatários, administradores e entidades encarregadas da venda extrajudicial em qualquer processo é efectuada nos termos do disposto no presente artigo e na tabela IV, que faz parte integrante do presente Regulamento.

3 — Quando a taxa seja variável, a remuneração é fixada numa das seguintes modalidades, tendo em consideração o tipo de serviço, os usos do mercado e a indicação dos interessados:

a)

b) Remuneração em função do número de páginas ou fracção de um parecer ou relatório de peritagem ou em função do número de palavras traduzidas.

4 —

5 — Salvo disposição especial, a quantia devida às testemunhas em qualquer processo é fixada nos termos da tabela IV e o seu pagamento depende de requerimento apresentado pela testemunha.

6 — Os liquidatários, os administradores e as entidades encarregadas da venda extrajudicial recebem a quantia fixada pelo tribunal, até 5 % do valor da causa ou dos bens vendidos ou administrados, se este for inferior, e o estabelecido na tabela IV pelas deslocações que tenham de efectuar, se não lhes for disponibilizado transporte pelas partes ou pelo tribunal.

7 — (Anterior n.º 6.)

8 — Nas acções emergentes de acidente de trabalho ou de doença profissional incumbe à pessoa legalmente responsável pelo acidente ou pela doença, ainda que isenta de custas, o pagamento da remuneração aos peritos e da despesa realizada com autópsias ou outras diligências necessárias ao diagnóstico clínico do efeito do sinistro ou da doença.

9 — As remunerações dos serviços prestados por instituições de acordo com o disposto nos artigos 833.º-A e 861.º-A do Código de Processo Civil obedecem ao seguinte:

a) Metade de uma UC pelo conjunto de pesquisas efectuadas no âmbito do artigo 833.º-A do Código do Processo Civil;

b) Um quinto de UC quando sejam apreendidos saldos de conta bancária ou valores mobiliários existentes em nome do executado;

c) Um décimo de UC quando não haja saldos ou valores em nome do executado.

10 — As remunerações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior são reduzidas a um décimo quando, por facto imputável à instituição bancária, não sejam utilizados meios electrónicos.

11 — As remunerações previstas nos n.ºs 9 e 10 são devidas apenas nos casos em que o exequente seja uma sociedade comercial que tenha dado entrada num tribunal, secretaria judicial ou balcão, no ano anterior, a 200 ou mais providências cautelares, acções, procedimentos ou execuções.

12 — As remunerações previstas nos n.ºs 9 e 10 constituem receita:

a) Nas acções em que a consulta ou apreensão é realizada por agente de execução, da instituição gestora da base de dados consultada, do IGFIJ, I. P., do ITIJ, I. P., e da Câmara dos Solicitadores, na proporção de 25 %, 35 %, 15 % e 25 % respectivamente;

b) Nas acções em que a consulta ou apreensão é efectuada pelo tribunal ou por outra entidade, da instituição gestora da base de dados consultada, do IGFIJ, I. P., e do ITIJ, I. P., na proporção de 50 %, 25 % e 25 % respectivamente.

13 — As remunerações previstas nos n.ºs 9 e 10 são consideradas despesas do processo e devem ser previamente pagas pelo exequente, em qualquer fase do processo, nos termos a regulamentar por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

14 — As remunerações previstas nos n.ºs 9 e 10 são da responsabilidade exclusiva do exequente e não integram nem os honorários do agente de execução, nem as custas da execução, nem podem ser reclamadas a título de custas de parte.

15 — A forma de cobrança, de distribuição da receita de forma proporcional ao volume total de consultas e o modo e forma de pagamento anual da receita devida às instituições gestoras de bases de dados referidas no n.º 12, bem como os demais aspectos de gestão do sistema, são regulamentadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

Artigo 20.º

[...]

1 — Sempre que seja previsível a necessidade de pagamento de encargos iguais ou superiores a metade de uma UC face às diligências previstas ou requeridas, a parte requerente ou interessada é notificada para efectuar o pagamento dos montantes respectivos antes de realizadas as diligências, salvo quando beneficie de isenção de custas ou de apoio judiciário.

2 —

3 —

4 —

5 —

Artigo 21.º

[...]

Os encargos não pagos, incluindo os referidos no artigo anterior, são contados oficiosamente pela secretaria no prazo de 10 dias após o seu montante acumulado atingir ou superar 4 UC, devendo esta notificar o responsável não beneficiário de isenção de custas ou de apoio judiciário para realizar o seu pagamento, no mesmo prazo.

Artigo 25.º

[...]

1 — Até cinco dias após o trânsito em julgado ou após a notificação de que foi obtida a totalidade do pagamento ou do produto da penhora, consoante os casos, as partes que tenham direito a custas de parte remetem para o tribunal, para a parte vencida e para o agente de execução, quando aplicável, a respectiva nota discriminativa e justificativa.

- 2 —
3 — Na acção executiva, a liquidação da responsabilidade do executado compreende as quantias indicadas na nota discriminativa, nos termos do número anterior.

Artigo 26.º

[...]

- 1 —
2 — As custas de parte são pagas directamente pela parte vencida à parte que delas seja credora, salvo o disposto no artigo 454.º do Código de Processo Civil, sendo disso notificado o agente de execução, quando aplicável.
3 — A parte vencida é condenada, nos termos previstos no Código de Processo Civil, ao pagamento dos seguintes valores, a título de custas de parte:
a)
b) Os valores pagos pela parte vencedora a título de encargos, incluindo as despesas do agente de execução;
c)
4 —
5 —

Artigo 27.º

[...]

- 1 —
2 —
3 —
4 —
5 — Da condenação em multa, penalidade ou taxa sancionatória excepcional fora dos casos legalmente admissíveis cabe sempre recurso, o qual, quando deduzido autonomamente, é apresentado nos 15 dias após a notificação do despacho que condenou a parte em multa, penalidade ou taxa.»

Artigo 2.º

Alteração às tabelas I, II, III e IV do Regulamento das Custas Processuais

As tabelas I, II, III e IV do Regulamento das Custas Processuais, aprovado no anexo III ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 43/2008, de 27 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28 de Agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, são alteradas de acordo com o anexo ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.

Artigo 3.º

Aditamento ao Regulamento das Custas Processuais

É aditado ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado no anexo III ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 43/2008, de 27 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28 de Agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, o artigo 40.º, com a seguinte redacção:

«Artigo 40.º

Contagem dos prazos

Salvo disposição especial em contrário, aos prazos previstos para pagamentos no presente Regulamento não se aplica o disposto no n.º 5 do artigo 145.º do Código de Processo Civil.»

Artigo 4.º

Alteração ao Código de Processo Civil

Os artigos 447.º-A, 833.º-A e 861.º-A do Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44 129, de 28 de Dezembro de 1961, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47 690, de 11 de Maio de 1967, pela Lei n.º 2 140, de 14 de Março de 1969, pelo Decreto-Lei n.º 323/70, de 11 de Julho, pela Portaria n.º 439/74, de 10 de Julho, pelos Decretos-Leis n.ºs 261/75, de 27 de Maio, 165/76, de 1 de Março, 201/76, de 19 de Março, 366/76, de 15 de Maio, 605/76, de 24 de Julho, 738/76, de 16 de Outubro, 368/77, de 3 de Setembro, e 533/77, de 30 de Dezembro, pela Lei n.º 21/78, de 3 de Maio, pelos Decretos-Leis n.ºs 513-X/79, de 27 de Dezembro, 207/80, de 1 de Julho, 457/80, de 10 de Outubro, 224/82, de 8 de Junho, e 400/82, de 23 de Setembro, pela Lei n.º 3/83, de 26 de Fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 128/83, de 12 de Março, 242/85, de 9 de Julho, 381-A/85, de 28 de Setembro, e 177/86, de 2 de Julho, pela Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 92/88, de 17 de Março, 321-B/90, de 15 de Outubro, 211/91, de 14 de Junho, 132/93, de 23 de Abril, 227/94, de 8 de Setembro, 39/95, de 15 de Fevereiro, 329-A/95, de 12 de Dezembro, pela Lei n.º 6/96, de 29 de Fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 180/96, de 25 de Setembro, 125/98, de 12 de Maio, 269/98, de 1 de Setembro, e 315/98, de 20 de Outubro, pela Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 375-A/99, de 20 de Setembro, e 183/2000, de 10 de Agosto, pela Lei n.º 30-D/2000, de 20 de Dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 272/2001, de 13 de Outubro, e 323/2001, de 17 de Dezembro, pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 38/2003, de 8 de Março, 199/2003, de 10 de Setembro, 324/2003, de 27 de Dezembro, e 53/2004, de 18 de Março, pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, pelas Leis n.ºs 14/2006, de 26 de Abril, e 53-A/2006, de 29 de Dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 8/2007, de 17 de Janeiro, 303/2007, de 24 de Agosto, 34/2008, de 26 de Fevereiro, 116/2008, de 4 de Julho, pelas Leis n.ºs 52/2008, de 28 de Agosto, e 61/2008, de 31 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro, pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 35/2010, de 15 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 447.º-A

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 — Nas acções propostas por sociedades comerciais que tenham dado entrada em qualquer tribunal, no ano anterior, 200 ou mais acções, procedimentos ou execuções, a taxa de justiça é fixada nos termos do Regulamento das Custas Processuais.
- 7 —

Artigo 833.º-A
[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —

8 — Apenas nos casos em que o exequente seja uma sociedade comercial que tenha dado entrada num tribunal, secretaria judicial ou balcão, no ano anterior, a 200 ou mais providências cautelares, acções, procedimentos ou execuções, é devida uma remuneração pelos serviços prestados na identificação do executado e na identificação e localização dos seus bens, às instituições públicas e privadas que prestem colaboração à execução nos termos deste artigo e constitui encargo, nos termos e para os efeitos do Regulamento das Custas Processuais.

Artigo 861.º-A
[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

6 — A notificação é feita directamente às instituições de crédito, com a menção expressa de que o saldo existente, ou a quota-parte do executado nesse saldo, até ao limite estabelecido no n.º 3 do artigo 821.º, fica cativo desde a data da notificação e, sem prejuízo do disposto no n.º 10, só pode ser movimentado pelo agente de execução.

- 7 —
- 8 —
- 9 —
- 10 —
- 11 —

12 — Apenas nos casos em que o exequente seja uma sociedade comercial que tenha dado entrada num tribunal, secretaria judicial ou balcão, no ano anterior, a 200 ou mais providências cautelares, acções, procedimentos ou execuções, é devida uma remuneração pelos serviços prestados na averiguação da existência das contas bancárias e na efectivação da penhora dos saldos existentes às instituições que prestem colaboração à execução nos termos deste artigo, que constitui encargo, nos termos e para os efeitos do Regulamento das Custas Processuais.

- 13 —
- 14 — »

Artigo 5.º
Aplicação da lei no tempo

O presente decreto-lei aplica-se aos processos iniciados a partir da data da sua entrada em vigor.

Artigo 6.º
Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 17 de Fevereiro de 2011. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Emanuel Augusto dos Santos* — *Alberto de Sousa Martins*.

Promulgado em 17 de Março de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 18 de Março de 2011.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO
(a que se refere o artigo 2.º)

TABELAI
(a que se referem os artigos 6.º, 7.º, 11.º, 12.º e 13.º do Regulamento)

	Valor da acção (euros)	Taxa de justiça (UC)		
		A — Artigo 6.º, n.º 1, do RCP	B — Artigos 6.º, n.º 2, 7.º, n.º 2, 12.º, n.º 1, e 13.º, n.º 6, do RCP	C — Artigos 6.º, n.º 5, e 13.º, n.º 3, do RCP
1	Até 2 000	1	0,5	1,5
2	De 2 000,01 a 8 000	2	1	3
3	De 8 000,01 a 16 000	3	1,5	4,5
4	De 16 000,01 a 24 000	4	2	6
5	De 24 000,01 a 30 000	5	2,5	7,5
6	De 30 000,01 a 40 000	6	3	9
7	De 40 000,01 a 60 000	7	3,5	10,5
8	De 60 000,01 a 80 000	8	4	12
9	De 80 000,01 a 100 000	9	4,5	13,5
10	De 100 000,01 a 150 000	10	5	15
11	De 150 000,01 a 200 000	12	6	18
12	De 200 000,01 a 250 000	14	7	21
13	De 250 000,01 a 275 000	16	8	24

Para além dos €275 000, ao valor da taxa de justiça acresce, a final, por cada €25 000 ou fracção, 3 UC, no caso da coluna A, 1,5 UC no caso da coluna B e 4,5 UC, no caso da coluna C.

TABELA II

(a que se referem os n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 7.º do Regulamento)

Incidente/procedimento/execução	A — Taxa de justiça normal (UC)	B — Taxa de justiça agravada (UC) (artigo 13.º, n.º 3)
Procedimentos cautelares:		
Até € 300 000	3	3,5
Procedimentos cautelares de valor igual ou superior a € 300 000,01	8	9
Procedimentos cautelares de especial complexidade	9 a 20	10 a 22
Restituição provisória de posse/alimentos provisórios/arbitramento de reparação provisória/regulação provisória do pagamento de quantias	1	1
Processos administrativos urgentes (artigos 97.º e 100.º do CPTA):		
Contencioso eleitoral.....	1	1
Contencioso pré-contratual	2	2
Impugnação de procedimentos cautelares adoptados pela administração tributária/impugnação de actos de autoliquidação, substituição tributária e pagamentos por conta	2	2
Incidente de intervenção provocada principal ou acessória de terceiros e oposição provocada:		
Até € 30 000	2	2
Igual ou superior a € 30 000,01	4	4
Incidentes/procedimentos anómalos	1 a 3	1 a 3
Incidente de verificação do valor da causa/produção antecipada de prova	1	1
Outros incidentes	0,5 a 5	0,5 a 5
Execução:		
Até € 30 000	2	3
Igual ou superior a € 30 000, 01	4	6
Quando as diligências de execução não forem realizadas por oficial de justiça:		
Até € 30 000	0,25	0,375
Igual ou superior a € 30 000, 01	0,5	0,75
Execução por custas/multas/coimas (a suportar pelo executado):		
Até € 30 000	2	2
Igual ou superior a € 30 000,01	4	4
Reclamação de créditos:		
Até € 30 000	2	2
Igual ou superior a € 30 000, 01	4	4
Oposição à execução ou à penhora/embargos de terceiro:		
Até € 30 000	3	3
Execuções de valor igual ou superior a € 30 000, 01	6	6
Incidentes de especial complexidade	7 a 14	7 a 14
Requerimento de injunção:		
Valores até € 5 000	0,5	0,75
De € 5 000 a € 15 000	1	1,5
A partir de € 15 000,01	1,5	2,25
Reclamações, pedidos de rectificação, de esclarecimento e de reforma da sentença	0,25 a 3	0,25 a 3

TABELA III

(a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 8.º do Regulamento)

Acto processual	Taxa de justiça (UC)
Acusação particular	1 a 3
Requerimento de abertura de instrução pelo arguido	1 a 3
Recurso do despacho de pronúncia	1 a 5
Recurso do despacho de não pronúncia	3 a 6
Contestação/oposição:	
Processo comum	2 a 6
Processos especiais	1/2 a 3
Condenação em 1.ª instância sem contestação ou oposição:	
Processo comum	2 a 6
Processos especiais	1/2 a 2
<i>Habeas corpus</i>	1 a 5
Processos tutelares educativos	1 a 5
Recurso para o tribunal da relação	3 a 6
Recurso para o tribunal da relação (artigo 430.º do CPP)	4 a 8
Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça	5 a 10
Reclamações e pedidos de rectificação	1 a 3
Recursos de fixação de jurisprudência (artigos 437.º e 446.º do CPP)	1 a 5
Recurso de revisão	1 a 5
Impugnação judicial em processo contra-ordenacional	1 a 5

TABELA IV

(a que se referem os n.ºs 2 e 5 do artigo 17.º do Regulamento)

Categoria	Remuneração por serviço/ /deslocação	Remuneração por fracção/ /página/palavra
Peritos e peritagens	1 UC a 10 UC (serviço)	1/10 UC (página).
Traduções	—	1/3777 UC (palavra).
Intérpretes	1 UC a 2 UC (serviço)	—
Testemunhas	1/500 UC (quilómetro)	—
Consultores técnicos	1 UC a 10 UC (serviço)	1/15 UC (página).
Liquidatários, administradores e entidades encarregadas da venda extrajudicial	1/255 UC (quilómetro) + até 5 % do valor da causa ou dos bens vendidos ou administrados, se este for inferior.	—

III — PORTARIAS

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Portaria n.º 159/2011 de 15 de Abril de 2011

O Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, aprovou um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013, entre as quais consta uma alteração ao regime de exercício de funções públicas por aposentados, reformados ou reservistas, previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação.

Resulta daquele regime, em síntese, que os aposentados, reformados ou reservistas não podem, regra geral, voltar a exercer funções públicas, salvo se existir lei especial que o permita, ou se for emitida autorização pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, fundada em interesse público excepcional. Em qualquer caso, a possibilidade do exercício de funções públicas encontra-se totalmente vedada aos aposentados compulsivamente ou com fundamento em incapacidade.

Acresce que, aos aposentados que tenham recorrido a mecanismos legais de antecipação da aposentação — os quais, na anterior redacção do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação, não podiam, em caso algum, voltar a exercer funções públicas — é actualmente exigida uma autorização especial dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, no âmbito da qual deve não só proceder-se à verificação dos requisitos legalmente exigíveis mas também ao cumprimento dos termos estabelecidos por portaria emitida pelos mesmos membros do Governo.

Entretanto, o artigo 173.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011, veio estender o regime de cumulação de funções públicas previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e aos beneficiários de pensões pagas por entidades gestoras de fundos ou planos de pensões de entidades públicas, extensão de regime que habilita a que a presente portaria, enquanto conjunto de normas de mera execução e com as adaptações que se venham a revelar necessárias, incida igualmente sobre os referidos beneficiários, sempre que estes se encontrem em situação análoga à aposentação antecipada.

Importa, pois, proceder à concretização dos moldes em que aquela autorização pode ser concedida, aproveitando, igualmente, para clarificar o conceito de mecanismo legal de aposentação antecipada.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação e da extensão de regime operada pelo artigo 173.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — A presente portaria estabelece os termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções públicas a que se refere o n.º 7 do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro.

2 — O disposto na presente portaria é aplicável às propostas de autorização para exercício de funções por aposentados que tenham recorrido a mecanismos legais de antecipação da aposentação e ainda, com as devidas adaptações, às situações referidas no artigo 4.º da presente portaria.

Artigo 2.º**Aposentação antecipada**

Por mecanismo legal de antecipação da aposentação considera-se a atribuição de uma pensão ao pensionista, ao abrigo de qualquer regime legal de aposentação voluntária, que não dependa de verificação de incapacidade, com idade inferior à legalmente estabelecida para a aposentação ordinária, tal como prevista no artigo 37.º do Estatuto da Aposentação, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro.

Artigo 3.º**Requisitos**

A autorização a que se refere o n.º 7 do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação apenas pode ser concedida se, além do interesse público excepcional, se verificarem, comprovadamente, os seguintes requisitos cumulativos:

a) A não coincidência entre as funções públicas subjacentes à proposta de autorização e as funções que o aposentado exercia à data da aposentação, nem se destinarem estas a ser exercidas no mesmo serviço, entidade ou empresa;

b) A imprescindibilidade da nomeação ou a contratação do aposentado em causa no âmbito do serviço, entidade ou empresa onde as funções devam ser exercidas, designadamente em virtude da comprovada carência de pessoal habilitado, formado ou especializado para o exercício dessas mesmas funções;

c) A estreita relação entre as características das funções públicas a exercer e o nível habilitacional, área de formação e experiência profissional do aposentado em causa;

d) A impossibilidade ou inconveniência do exercício das funções públicas em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nomeadamente em situação de mobilidade especial ou por recurso aos mecanismos de mobilidade interna;

e) A existência de um benefício em termos de despesa pública resultante da autorização a conceder, especialmente tendo por referência o impacto, nesta sede, das eventuais soluções alternativas à autorização;

f) O carácter transitório das funções públicas a exercer, preferencialmente de duração não superior a um ano, salvo tratando-se de cargos dirigentes ou de chefia, cujo período legal de duração seja superior.

Artigo 4.º**Extensão**

Por força da extensão operada pelo artigo 173.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o disposto na presente portaria é aplicável, com as devidas adaptações, às propostas de autorização para o exercício de funções públicas relativas a beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões pagas por entidades gestoras de fundos de pensões, ou planos de pensões de entidades públicas, que se encontrem em situação análoga à aposentação antecipada.

Artigo 5.º**Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*, em 8 de Abril de 2011.

Ministério da Defesa Nacional**Portaria n.º 508/2011
de 14 de Abril de 2011**

Mantendo-se a conjuntura que determinou o estabelecimento da missão de treino da UE na Somália — EU Training Mission (EUTM) Somália — de apoio na formação e treino das forças de segurança da Somália, na qual Portugal participa com um contingente constituído por 17 militares, nos termos da Portaria n.º 236/2010, de 17 de Março, publicada no *Diário da República*, 2.ª série-B, n.º 61, de 29 de Março de 2010, e considerando a necessidade de prolongamento da missão em apreço, a fim de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália;

De acordo com o estipulado no artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto, a decisão do Governo de envolver contingentes militares nesta missão foi comunicada à Assembleia da República.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º e nas alíneas *n)* e *f)* do n.º 3 do artigo 14.º, ambos da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, determina o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, que:

1 — É prorrogada até 31 de Agosto de 2011 a missão militar portuguesa no âmbito da EU na Somália — EU Training Mission (EUTM) Somália, a que se refere o n.º 2 da portaria n.º 236/2010, de 17 de Março.

2 — A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2011.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

IV — DESPACHOS**Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional****Despacho n.º 6 379/2011
de 16 de Março de 2011**

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objectivos de reorganização das suas instalações militares e adequação às transformações ditadas, entre outros, pela profissionalização e pela adopção de um novo modelo de organização da estrutura superior, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados, também, com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado afecto à defesa nacional;

Considerando que a rentabilização dos imóveis, disponibilizados pela contracção do dispositivo militar, num contexto de adaptação das Forças Armadas aos novos tempos e novos desafios, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas, nomeadamente através da concentração de infra-estruturas em zonas adequadas, libertando assim os espaços urbanos que, pelas suas características, se revelam inadequados à função militar;

Considerando que, neste contexto, foi aprovada, pela Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, a Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares, que consagra o regime de programação da gestão das infra-estruturas afectas à defesa nacional;

Considerando que para o desenvolvimento desse regime foi definido, pelo Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de Novembro, o universo de imóveis a rentabilizar;

Considerando que o prédio militar n.º 6/Cascais, denominado «Quartel da bateria da Parede», sito na Parede, freguesia da Parede, concelho de Cascais, faz parte desse universo;

Considerando que o prédio em causa integra o domínio público militar e que se revela necessária a sua desafecção daquele domínio:

Assim, determina-se:

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, a desafecção do domínio público militar e a integração no domínio privado do Estado, afecto ao Ministério da Defesa Nacional, do prédio militar n.º 6/Cascais, denominado «Quartel da bateria da Parede», sito na Parede, freguesia da Parede, concelho de Cascais, com a área de 9 305 m², constituído pelo prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 263/280 885, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 39/070 394, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 219, secção 78, da freguesia da Parede, com a área de 1 800 m², por uma parcela de terreno com a área de 6 240 m² a desanexar do prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 1585/19 910 527, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 47/1991/05/27, inscrito na matriz predial rústica na parcela n.º 2 do artigo n.º 275, secção 70-78, da freguesia da Parede, pelo prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 4 261/20 101 020, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 3, de 17 de Junho de 1916, omissa na matriz, com a área de 609 m², e do prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais, sob o n.º 4257/20 100 119, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 4 de 31 de Março de 1915, omissa na matriz, com a área de 656 m².

Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

**Despacho n.º 6 380/2011
de 16 de Março de 2011**

Tendo em conta os objectivos de reorganização e de requalificação das infra-estruturas militares prosseguido pela política de modernização das Forças Armadas, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência e assegurar o cumprimento das suas missões, a Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, consagrou o regime de programação da gestão dos imóveis afectos à Defesa Nacional.

No desenvolvimento do regime aí estabelecido o Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de Novembro, definiu o universo de imóveis que são disponibilizados para rentabilização nos termos previstos na Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares e em obediência aos critérios de gestão, definidos no seu artigo 7.º, de modo a maximizar o aproveitamento das vantagens a realizar.

Considerando que foi desafectado do domínio público militar o prédio denominado «Quartel da Bateria da Parede», sito na Parede, freguesia da Parede, concelho de Cascais, com a área de 9 305 m², constituído pelo prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 263/280 885, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 39/070 394, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 219, secção 78, da freguesia da Parede, com a área de 1 800 m², por uma parcela de terreno com a área de 6 240 m² a desanexar do prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 1585/19 910 527, da freguesia da Parede,

registado a favor do Estado pela apresentação n.º 47/1991/05/27, inscrito na matriz predial rústica na parcela 2 do artigo n.º 275, secção 70-78, da freguesia da Parede, pelo prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 4 261/20 101 020, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 3 de 17 de Junho de 1916, omissa na matriz, com a área de 609 m², e do prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 4 257/20 100 119, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 4 de 31 de Março de 1915, omissa na matriz, com a área de 656 m²;

Considerando que a ESTAMO — Participações Imobiliárias, S. A., faz parte do grupo SAGESTAMO, que pertence ao sector empresarial do Estado e está vocacionado para encontrar soluções para aumentar o valor de mercado dos bens imóveis do Estado e outros entes públicos;

Considerando que a alínea e) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, prevê que o Estado pode alienar os seus imóveis mediante ajuste directo, sempre que o adquirente pertença ao sector empresarial do Estado:

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º, da alínea a) do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, determinasse o seguinte:

1 — Autorizar a venda por ajuste directo, à ESTAMO — Participações Imobiliárias, S. A., do prédio denominado «Quartel da Bateria da Parede», sito na Parede, freguesia da Parede, concelho de Cascais, com a área de 9 305 m², constituído pelo prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 263/280 885, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 39/070 394, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 219, secção 78, da freguesia da Parede, com a área de 1 800 m², por uma parcela de terreno com a área de 6 240 m² a desanexar do prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 1 585/19 910 527, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 47/1991/05/27, inscrito na matriz predial rústica na parcela 2 do artigo n.º 275, secção 70-78, da freguesia da Parede, pelo prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 4 261/20 101 020, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 3 de 17 de Junho de 1916, omissa na matriz, com a área de 609 m², e do prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 4 257/20 100 119, da freguesia da Parede, registado a favor do Estado pela apresentação n.º 4 de 31 de Março de 1915, omissa na matriz, com a área de 656 m², mediante a compensação financeira de €2 430 340.

2 — A preparação e formalização do procedimento relativo à alienação bem como a assinatura dos instrumentos contratuais necessários cabem à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro.

3 — O valor de €2 430 340 é afecto, na sua totalidade, à execução da Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, bem como as receitas provenientes da aplicação dos n.ºs 1 e 3 do artigo 16.º da referida lei.

Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 6 121/2011

de 21 de Março de 2011

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo

Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general **Luís Evangelista Esteves de Araújo**, a competência para:

a) Autorizar a realização de exercícios conjuntos nacionais, bem como a participação em exercícios combinados, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou fora dela, desde que uns e outros decorrentes de programas estabelecidos e devidamente orçamentados, com base no que dispõe a alínea s) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 20 de Julho;

b) Licenciatar obras em áreas na sua directa dependência, sujeitas a servidão militar, com base no que dispõe a alínea t) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 20 de Julho;

c) Autorizar, no âmbito do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e dos demais organismos na sua directa dependência, após prévia concordância do Ministro da Defesa Nacional, os processamentos relativos a deslocações em missão oficial ao estrangeiro.

2 — Ao abrigo das disposições citadas no número anterior, delego ainda no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General **Luís Evangelista Esteves de Araújo**, a competência para autorizar despesas:

a) Com locação e aquisição de bens e serviços, até €1 246 994,70, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Com empreitadas de obras públicas, até €1 246 994,70, de acordo com o previsto nos artigos 343.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

c) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até €1 246 994,70, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

d) Com contratos de arrendamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 465/79, de 5 de Dezembro, até ao limite anual de €19 951,15, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

e) Com indemnizações a terceiros, resultantes de decisão judicial ou de acordo com o indemnizado, decorrentes de acidentes em serviço ocorridos no âmbito do EMGFA.

3 — As autorizações de despesas superiores a €299 278,74 relativas a construções e grandes reparações ficam sujeitas à prévia concordância do Ministro da Defesa Nacional, sem prejuízo de posteriores determinações quanto à coordenação de outras despesas relativas a equipamento e material militar, no âmbito das directivas sobre a execução do orçamento da Defesa.

4 — Autorizo a subdelegação das competências referidas nos n.ºs 1 e 2 nos oficiais que, na directa dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, desempenhem funções de comando, direcção ou chefia.

5 — São ratificados todos os actos praticados pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, compreendidos no âmbito da presente delegação, desde o dia 7 de Fevereiro de 2011 até à entrada em vigor do presente despacho.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Despacho n.º 6 122/2011
de 21 de Março de 2011

Considerando que o Programa NH90, no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), visa satisfazer necessidades operacionais — que requerem a utilização de helicópteros de tipo utilitário médio —, das Forças Armadas dos países participantes, na óptica de uma maior padronização e interoperabilidade operacional, optimização de sinergias industriais europeias e minimização de custos;

Considerando que este Programa da OTAN, comporta o sistema GLIMS — Ground Based Logistic Information Management System — enquanto estação de trabalhos, vocacionada para a gestão da informação produzida pelos respectivos helicópteros, possibilitando assim a sua análise, diagnóstico e acompanhamento, designadamente para as áreas de manutenção, logística e aeronavegabilidade;

Considerando que o Programme Arrangement Ground Based Logistic Information Management (GLIMS PA) visa essencialmente a adesão da Noruega ao subprojecto GLIMS, representando, uma redução dos custos partilhados e um alargamento do universo de utilizadores, o que comportará benefícios futuros de sustentação e interoperabilidade;

Considerando que o Purchase Order Ground Based Logistic Information Management (GLIMS PO) merece aceitação, representando uma *purchase order* compreendendo uma serialização do GLIMS e serviços relacionados, baseando-se em concretas especificações e num protótipo;

Considerando que, com a aprovação do GLIMS PO, Portugal assumirá um encargo estimado de €483 227,01 e que esta despesa está prevista e inscrita na Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, e na proposta de revisão da LPM, de acordo com o calendário de encargos por anos apresentado na tabela abaixo:

Ano	Encargo (euros)
2011	9 453,60
2012	143 772,52
2013	74 150,90
2014	99 688,88
2015	-
2016	37 056,38
2017	-
2018	38 615,16
2019	39 465,40
2020	41 024,18
<i>Total</i>	483 227,01

Tendo ainda presente que o GLIMS PA e o GLIMS PO a serem subscritos respeitam o direito interno bem como o Tratado do Atlântico Norte, destacando-se o vincado espírito de cooperação entre os países participantes no Programa NH 90:

Determino, de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional — Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de Julho —, o seguinte:

1 — Aprovo o GLIMS PA e o GLIMS PO.

2 — Delego, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no director-geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, Vice-Almirante **Carlos Alberto Viegas Filipe**, com faculdade de subdelegação, a competência para a assinatura do GLIMS PA.

3 — Confiro mandato à NAHEMA (NATO Helicopter Management Agency) para a assinatura do GLIMS PO em nome de Portugal, devendo o Exército transmitir à Agência esta autorização.

4 — Autorizo que seja assumido o encargo resultante do GLIMS PO até ao montante máximo de €483 227,01, a preços actualizados ao momento dos pagamentos.

5 — Remeta-se o presente despacho ao Chefe de Estado-Maior do Exército, à secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional e ao director-geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Despacho n.º 6 484/2011
de 23 de Março de 2011

Nos termos do disposto no artigo 14.º da Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, e no artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, e, ainda, na segunda parte da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 10.º do despacho normativo n.º 13/2009, de 1 de Abril, que republicou o Regulamento de Publicação de Actos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de Julho, determino a publicação da Directiva Ambiental para a Defesa Nacional, anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Directiva Ambiental para a Defesa Nacional

1 — Finalidade

A presente directiva tem como finalidade definir as linhas de orientação, prioridades e objectivos para operacionalizar a estratégia a adoptar pelo Ministério da Defesa Nacional em matéria de ambiente, tendo em consideração não só os resultados alcançados nos últimos 10 anos pela aplicação da política ambiental, mas também as directrizes nacionais e internacionais de curto e médio prazos.

2 — Introdução

Nos anos mais recentes as questões ambientais tornaram-se incontornáveis, assumindo posição de destaque em todas as agendas políticas dos Estados ou das organizações internacionais. A preservação do equilíbrio e do valor das reservas do capital natural, a distribuição e utilização equitativa dos recursos entre as nações e a redefinição dos critérios e instrumentos de avaliação de custo-benefício são pressupostos que devem ser considerados.

A crescente complexidade dos desafios ambientais e a sua globalização leva à necessidade de introduzir políticas mais ambiciosas para enfrentar os principais problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável, cujo conceito — promover um desenvolvimento social, económico e ambiental que assegure as necessidades do presente sem comprometer as de futuras gerações — deve ser uma preocupação e uma responsabilidade de todos.

Em 1972, as Nações Unidas, com o intuito de promover a cooperação no domínio do ambiente, monitorizar o seu estado, difundir informação, promover a consciência ambiental ao nível dos decisores políticos, desenvolver e acompanhar programas de desenvolvimento sustentável e apoiar os responsáveis governamentais na definição de políticas ambientais, criaram o Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Também constituiu um relevante marco na actividade da ONU para o ambiente a Cimeira da Terra — Cimeira Mundial do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — no Rio de Janeiro em 1992, onde surgiram a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, a Convenção para a Biodiversidade, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21.

Por outro lado, a União Europeia integrou as preocupações ambientais na sua agenda há largos anos, através do Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente, principal instrumento responsável pela implementação da política ambiental no espaço comunitário. Aqui foram configuradas as bases da dimensão ambiental da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para a integração das preocupações ambientais em todas as políticas comunitárias, estabelecendo

prioridades. Neste programa realçam-se quatro domínios de acção: *i)* as alterações climáticas; *ii)* a natureza e a biodiversidade; *iii)* o ambiente e a saúde; e *iv)* a gestão dos recursos naturais e dos resíduos.

Também em Portugal, as preocupações com o ambiente têm vindo a crescer. Neste contexto e na sequência da Lei de Bases do Ambiente de 1987, foi elaborado o Plano Nacional da Política de Ambiente, em 1995, instrumento fundamental para a coerência do trabalho que vinha a ser desenvolvido na criação das bases para a implementação da política de ambiente. Este Plano foi ainda inovador ao considerar o ambiente como uma área transversal a todos os sectores da sociedade, estruturando-se segundo três vectores: *i)* o reforço da participação da sociedade civil; *ii)* a ordenação ambiental das actividades produtivas; e *iii)* a superação da carência de infra-estruturas. Nele foram igualmente estabelecidas as 10 linhas de orientação estratégica que exprimem as grandes preocupações que devem condicionar a definição de prioridades e alocação de recursos.

Tendo presente esta realidade e os pressupostos subjacentes ao desenvolvimento sustentável, o Programa do XVIII Governo Constitucional assume como essencial integrar as preocupações ambientais nas diferentes políticas sectoriais, definindo as prioridades e os compromissos ambientais.

3 — Situação

A preocupação com a protecção e preservação do meio ambiente é uma responsabilidade individual, das instituições e organizações e em particular do Estado, que se deve constituir como exemplo para a sociedade em geral.

Na defesa nacional, à dimensão «tradicional» de funcionamento de um organismo do Estado de natureza essencialmente administrativa, em nada diferente de outros organismos públicos, acresce uma dimensão «operacional» que lhe é imposta pelas missões e responsabilidades exigidas às Forças Armadas.

Também no quadro das outras missões de interesse público atribuídas às Forças Armadas, é uma exigência melhorar a capacidade de resposta da defesa nacional face aos crescentes atentados aos ecossistemas e ao património nacional, em particular à poluição marítima, à utilização abusiva dos recursos marinhos nas águas sob a nossa jurisdição e à destruição da floresta.

O desenvolvimento da política ambiental da defesa, na última década, tem-se centrado em três eixos.

Um primeiro eixo polarizou preocupações ambientais associadas às actividades inerentes à componente logística das Forças Armadas, que foram sendo integradas, estruturadas e sistematizadas, de forma a minimizar o impacte ambiental decorrente da utilização dos equipamentos e das infra-estruturas. Exemplos destas boas práticas ambientais na actuação e na actividade corrente de todos os organismos da defesa nacional são:

Na preservação dos recursos naturais e na utilização de energias renováveis:

Implementação de medidas de eficiência energética, recorrendo a energias renováveis, nomeadamente com a instalação de sistemas solares térmicos e utilização de painéis solares fotovoltaicos;

Implementação de sistemas de tratamento das águas residuais;

Instalação progressiva de sistemas de pré-tratamento de águas residuais (separadores de hidrocarbonetos em oficinas, estações de serviço e placas de lavagem; separadores de óleos e gorduras em cozinhas);

Na gestão de resíduos:

Remoção de pára-raios radioactivos em instalações da defesa nacional;

Recolha diferenciada de resíduos por categorias;

Encaminhamento dos resíduos industriais para destino adequado;

Recolha e acondicionamento dos resíduos hospitalares para posterior transporte e tratamento;

Criação de infra-estruturas adequadas para armazenamento temporário de resíduos industriais;

Incorporação, quando possível, dos resíduos de construção e demolição e encaminhamento adequado dos sobrantes;

Cumprimento com os requisitos associados ao Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente;

Estabelecimento de protocolos e acordos com as autarquias locais e entidades credenciadas para o efeito para a recolha e reciclagem de resíduos;

Na formação e sensibilização dos recursos humanos:

Inclusão no plano curricular de todos os cursos das Forças Armadas de uma componente ambiental;

Participação em consórcios de investigação e desenvolvimento («Oceanos » e «Riscos»), na área da oceanografia e da previsão e prevenção de riscos naturais e ambientais;

Participação em dois projectos europeus na área ambiental, o SEADATANET, relativo à gestão e acesso aos dados dos oceanos, e o HERMIONE, sobre o estudo dos ecossistemas marinhos;

Realização de acções de formação específicas em gestão ambiental, eficiência energética, gestão de resíduos e gestão de sistemas de tratamento de águas residuais;

Certificação ambiental de unidades em conformidade com a Norma ISSO 14001.

O segundo eixo consubstanciou-se no nível operacional, mediante a integração de preocupações ambientais no planeamento e execução das missões das Forças Armadas. De facto, com o tempo, as Forças Armadas na sua actividade operacional passaram a aglutinar boas práticas individuais mas também preocupações e sensibilidades identificadas pelo contacto com organizações internacionais, ou mesmo por requisitos ditados pela necessidade de conduzir acções e missões de natureza combinada no exterior do território nacional.

Com a ratificação e implementação dos Acordos de Normalização NATO (STANAG), de cariz ambiental, a defesa nacional tem adoptado comportamentos ambientalmente mais adequados nas diversas missões realizadas fora do território nacional, sendo o contacto com outras nações uma mais-valia para que os conceitos gerais, em termos de ambiente, passem a estar mais enraizados no comportamento individual e colectivo.

Pelo seu lado, o próprio ambiente também influencia cada vez mais todas as áreas da sociedade, incluindo também a actividade militar.

Neste contexto, a actuação da defesa nacional incluiu preocupações ambientais no planeamento e execução das missões das Forças Armadas, destacando-se:

Planeamento e realização de exercícios militares considerando a preservação do meio ambiente, de acordo com as normas nacionais e os padrões ambientais da NATO;

Preparação e participação em missões no exterior do território nacional, tendo em consideração os normativos ambientais europeus, nacionais, da NATO e, caso existam, na nação onde a força vai actuar;

Integração da gestão ambiental no treino militar, utilizando novas tecnologias, com o objectivo de melhorar a qualidade ambiental das áreas de treino, através da partilha de informação técnica, de novos métodos de treino e de gestão, de acordo com as normas e procedimentos nacionais, da NATO e da UE.

Em paralelo, com base na legislação estruturante da defesa nacional, que atribui às Forças Armadas missões e responsabilidades em áreas relacionadas com a protecção do ambiente e dos recursos naturais, foi desenvolvida uma componente de prevenção e fiscalização do ambiente, através da execução de missões específicas, que se constituem num terceiro eixo de intervenção, com destaque para:

Participação em actividades de combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios — Plano Mar Limpo;

Apoio na vigilância, no controlo e no combate a incêndios nas florestas;

Vigilância com meios navais e aéreos no controlo das actividades de pesca e detecção de poluição;

Fiscalização do cumprimento das medidas de protecção dos diversos parques e reservas naturais tuteladas, que integram áreas no espaço marítimo/hídrico;

Participação em projectos de cooperação com a sociedade civil, no âmbito da conservação da natureza e da preservação da biodiversidade.

Complementarmente numa visão de topo, a estrutura do Ministério da Defesa Nacional acompanhou as actividades desenvolvidas pelos ramos e incentivou e desenvolveu as boas práticas ambientais.

Da necessidade de gerir a interdependência das questões ambientais com as actividades desenvolvidas no âmbito da defesa nacional, resultou a criação do Núcleo de Estudo de Assuntos Ambientais (NEAA), em 1993, através do despacho n.º 23/MDN/93, de 22 de Fevereiro.

Em 1995, considerou-se que as atribuições de coordenação dos assuntos ambientais passassem a ser asseguradas pela então Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), potenciando todo o conhecimento e experiência adquiridos no âmbito do NEAA.

Considerando a necessidade de dar coerência às actividades e iniciativas que, de uma forma não integrada, foram surgindo nos diferentes organismos da defesa nacional e também a especificidade e particular interacção das actividades das Forças Armadas nos diversos domínios ambientais, foi criada uma estrutura com elementos de cada uma das direcções-gerais, do Estado-Maior-General das Forças Armadas e de cada um dos ramos das Forças Armadas (despacho n.º 30/MDN/95, de 6 de Janeiro). Posteriormente, tendo em vista a necessidade de se estabelecerem linhas orientadoras para a inclusão de preocupações ambientais no planeamento e actividade dos ramos, foi promulgado o despacho n.º 77/MDN/2001.

A transversalidade das actividades no domínio do ambiente determinou que, numa visão de topo, também os Serviços Centrais de Suporte (SCS) do Ministério da Defesa Nacional desenvolvessem um elevado conjunto de iniciativas que tiveram como destinatários os ramos das Forças Armadas, importando destacar as seguintes:

Preparação e criação de condições para a implementação de sistemas de gestão ambiental nas unidades, estabelecimentos e órgãos;

Certificação ambiental em conformidade com a Norma ISO 14001 de unidades das Forças Armadas;

Realização de auditorias ambientais às unidades para manutenção dos sistemas e das certificações obtidas;

Implementação faseada do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS — Eco-Management and Audit Scheme) em várias unidades;

Promoção de estudos de incidências ambientais e projectos de integração paisagística, para minimizar os impactes resultantes da construção de infra-estruturas afectas à defesa nacional;

Participação em programas de controlo de determinadas substâncias, ambientalmente perigosas:

Amianto, halon e dos bifenilos policlorados (PCB);

Inventário e acompanhamento da utilização, na defesa nacional, de substâncias cobertas pelo REACH (Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals), para uso específico nas actividades estritamente militares;

Adopção de medidas para uma melhor gestão de resíduos;

Participação em grupos de trabalho especializados, tendo também como objectivo manter a ligação a outras entidades, nacionais e estrangeiras, que se possam constituir como referência para a actuação do Ministério da Defesa Nacional nesta matéria:

Conselho Nacional da Água;

Conselho Nacional de Planeamento Civil e Emergência;

NATO Environmental Protection Working Group (EPWG);

NATO Science for Peace and Security Committee (SPSC);

NATO Joint Environmental Protection Management Group (JEPMG);

UE Environmental Defence Network (DEFNET);

Cooperação técnica e científica nos domínios da gestão ambiental com diversas universidades, tendo-se estabelecido diversos protocolos com vários organismos, numa perspectiva de optimização dos recursos energéticos endógenos das infra-estruturas afectas à defesa nacional, bem como a racionalização e melhoria da eficiência do consumo energético, com vista à articulação entre os sistemas de ensino e investigação e os serviços da Administração Pública;

Realização de auditorias energéticas a infra-estruturas, com o objectivo de promover algumas das medidas preconizadas no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, nomeadamente a eficiência energética e a adopção de comportamentos de consumo;

Criação de uma bolsa de auditores internos ambientais, como forma de assegurar a manutenção ou atribuição de certificações ambientais;

Formação de projectistas e instaladores em «sistemas solares térmicos activos»;

Realização de seminários e palestras e participação em eventos ambientais realizados por outras entidades;

Realização e promoção de acções tendo em vista a sensibilização e a dinamização das actividades e preocupações ambientais:

Criação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente, conjuntamente com o Ministério do Ambiente;

Realização da mini série *Conduta Ambiental nas Forças Armadas*;

Realização de diversas acções de divulgação ambiental, nomeadamente através da utilização da Internet e das diferentes *intranet*.

4 — Implementação da Directiva

Muitos foram os domínios em que os ramos das Forças Armadas e os próprios serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional se envolveram, tendo como objectivo uma actividade ambientalmente mais sã e uma participação mais activa no que respeita às preocupações ambientais, pelo que, em consequência dos ensinamentos obtidos ao longo dos anos, é necessário projectar o futuro, consolidando o realizado e definindo os objectivos estratégicos e operacionais que, no quadro da presente Directiva, se propõem alcançar no próximo decénio, no respeito dos seguintes princípios:

Sustentabilidade — consciente de que a sobrevivência depende da conservação e utilização racional dos recursos, o Ministério da Defesa Nacional prestará uma especial atenção à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais;

Prevenção e precaução — considerando que as actividades desenvolvidas no âmbito da defesa nacional são susceptíveis de provocar impactes ambientais, é essencial a prevenção e a precaução;

Aproveitamento racional dos recursos naturais — consciente da necessidade de evitar a deterioração dos recursos naturais não renováveis, deverá privilegiar-se a minimização da degradação ambiental;

Transversalidade — a política de ambiente da defesa nacional deve ser assumida transversalmente em todas as actividades e organismos no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

Objectivos estratégicos

Atenta a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, o Plano Nacional da Política de Ambiente e o Programa do XVIII Governo Constitucional, consideram-se objectivos estratégicos a atingir, no âmbito da(s): *i*) gestão ambiental; *ii*) gestão dos recursos naturais; *iii*) alterações climáticas; e *iv*) educação ambiental:

i) Gestão ambiental:

OE-1 — integrar critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos inerentes ao ciclo de vida do armamento, sistemas e equipamentos, bem como nos projectos de investigação e desenvolvimento;

OE-2 — incluir requisitos ambientais na valorização do património e na concepção, execução, remodelação e gestão de instalações e infra-estruturas afectas à defesa nacional;

OE-3 — integrar critérios ambientais nos processos de contratação para aquisição de bens e serviços;

OE-4 — colaborar com outras entidades públicas e privadas a nível nacional e internacional, de forma a conseguir uma conjugação de esforços na valorização do ambiente em todas as áreas de defesa nacional;

OE-5 — promover o desenvolvimento de uma cultura ambiental envolvendo todos os elementos integrantes da estrutura da defesa nacional nos processos de gestão e visando a transparência para a sociedade civil;

OE-6 — otimizar a gestão de resíduos, adoptando comportamentos que promovam a sua redução, reutilização e valorização;

ii) Gestão dos recursos naturais:

OE-7 — contribuir para a gestão eficiente da água, controlando a sua qualidade e promovendo o uso sustentável dos recursos hídricos;

OE-8 — prevenir e minimizar todas as formas de poluição da água, do solo e do ar, evitando o uso de substâncias ou equipamentos prejudiciais ao ambiente, introduzindo melhorias que evitem a sua dispersão accidental e, quando necessário, implementando medidas de carácter correctivo;

OE-9 — contribuir para a preservação e protecção das espécies e dos *habitats*, de modo a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como a valorização e conservação do património natural e cultural;

OE-10 — promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, através da melhoria contínua no desempenho ambiental das actividades da defesa nacional;

iii) Alterações climáticas:

OE-11 — promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, na perspectiva de uma economia de baixo carbono;

OE-12 — promover a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa, com a implementação de medidas de eficiência energética e com o recurso às energias renováveis;

iv) Educação ambiental:

OE-13 — promover o reforço dos recursos humanos e garantir a educação ambiental para a sustentabilidade, através de programas adequados de consciencialização e sensibilização.

Objectivos operacionais

Tendo em vista a consecução dos objectivos estratégicos fixados, é necessário elaborar um plano de acção ambiental que articule acções, responsáveis e resultados em função das metas associadas aos objectivos de carácter operacional, seguidamente enunciados:

i) No âmbito da gestão ambiental:

OE-1 — integrar critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos inerentes ao ciclo de vida do armamento, sistemas e equipamentos, bem como nos projectos de investigação e desenvolvimento;

Planear a aquisição de armamento, sistemas e equipamentos, tomando em consideração os critérios ambientais constantes da legislação em vigor;

Promover a integração de critérios ambientais nos projectos de investigação e desenvolvimento;

OE-2 — incluir requisitos ambientais na valorização do património e na concepção, execução, remodelação e gestão de instalações e infra-estruturas afectas à defesa nacional:

Dar continuidade à implementação de sistemas de gestão ambiental nos organismos afectos à defesa nacional e apoiar a sua certificação;

Dar continuidade ao registo no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria — EMAS de organismos da Defesa Nacional;

Implementar um sistema de informação para a gestão ambiental nas Forças Armadas, que contribua para:

Monitorizar os consumos de água, gás e energia através de sistemas automáticos;

Integrar automaticamente as leituras numa base de dados e desenvolver um conjunto de indicadores ambientais com base nos dados recolhidos;

Promover a inclusão de critérios ambientais na concepção, execução, remodelação e gestão de instalações e infra-estruturas, incluindo a sua integração paisagística;

OE-3 — integrar critérios ambientais nos processos de contratação para aquisição de bens e serviços:

Integrar critérios ambientais nos processos de contratação e adjudicação de bens e serviços, nomeadamente na escolha das matérias-primas, no transporte e fornecimento dos produtos;

Valorizar as empresas que possuam rótulos ecológicos nos produtos ou serviços;

OE-4 — colaborar com outras entidades públicas e privadas a nível nacional e internacional, de forma a conseguir uma conjugação de esforços na valorização do ambiente em todas as áreas de defesa nacional:

Manter a ligação a outras entidades, nacionais e estrangeiras que se possam constituir como fonte e referência para a actuação do Ministério da Defesa Nacional em matéria de ambiente;

OE-5 — promover o desenvolvimento de uma cultura ambiental envolvendo todos os elementos integrantes da estrutura da defesa nacional nos processos de gestão e visando a transparência para a sociedade civil:

Realizar acções específicas de envolvimento da comunidade, tais como seminários e grupos de debate nos meios de comunicação internos;

Promover e fomentar a divulgação interna e externa dos indicadores ambientais, criando-se uma imagem de transparência perante toda a sociedade;

OE-6 — otimizar a gestão de resíduos, adoptando comportamentos que promovam a sua redução, reutilização e valorização:

Promover a utilização do SIRAPA, em todas as instalações afectas à defesa nacional, onde aplicável;

Promover o encaminhamento adequado de resíduos, de acordo com as respectivas fileiras;

Promover a utilização dos recursos de modo a reduzir ao mínimo a produção de resíduos;

Promover a reutilização e valorização de resíduos sempre que tal seja viável;

ii) No âmbito da gestão dos recursos naturais:

OE-7 — contribuir para a gestão eficiente da água, controlando a sua qualidade e promovendo o uso sustentável dos recursos hídricos:

Promover a monitorização da qualidade da água para consumo humano, em instalações militares;

Promover medidas de reutilização de águas provenientes de sistemas de tratamento, para consumo não humano;

Promover medidas para recolha e aproveitamento de águas pluviais para consumo não humano;

OE-8 — prevenir e minimizar todas as formas de poluição da água, do solo e do ar, evitando o uso de substâncias ou equipamentos prejudiciais ao ambiente, introduzindo melhorias que evitem a sua dispersão accidental e, quando necessário, implementando medidas de carácter correctivo:

- Promover a monitorização da qualidade das águas residuais a encaminhar para o meio hídrico;
- Promover a instalação de separadores de hidrocarbonetos, onde necessário;
- Promover a utilização de bacias de retenção em locais de estacionamento de viaturas;
- Promover o encaminhamento adequado de lamas e solos contaminados ou o seu tratamento, quando aplicável;

- Promover medidas de combate à erosão dos solos;

- Promover a monitorização do ruído em actividades que possam colocar em perigo a saúde pública ou o bem-estar das populações;

- Promover a monitorização das radiações electromagnéticas proveniente dos radares, de forma a proteger a saúde humana e o ambiente;

- Promover a utilização de equipamentos adequados na resolução de acidentes ou incidentes com substâncias perigosas;

- Promover a aplicação do Regulamento REACH;

OE-9 — contribuir para a preservação e protecção das espécies e dos *habitats*, de modo a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como a valorização e conservação do património natural e cultural:

- Proceder ao levantamento das áreas terrestres de treino militar que se encontram abrangidas pela Rede Natura 2000, bem como à identificação dos respectivos ecossistemas;

- Contribuir para o desenvolvimento de projectos destinados a proteger e preservar o meio marinho, impedindo a sua deterioração e assegurando uma exploração equilibrada, racional e sustentável dos recursos dos oceanos e mares;

- Contribuir para prevenir, reduzir e eliminar a poluição, assegurando a redução de impactes ou riscos significativos para a biodiversidade marinha, para os ecossistemas marinhos e para as utilizações legítimas do mar;

- Estabelecer protocolos com universidades para, no âmbito da protecção das espécies e dos *habitats*, garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente:

- No levantamento e protecção de espécies;

- Na investigação no domínio da conservação da natureza;

- No recurso a parcerias para florestação e reflorestação;

OE-10 — promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, através da melhoria contínua no desempenho ambiental das actividades da defesa nacional:

- Promover a implementação do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública — ECO.AP, inserido no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE);

- Regulamentar a aplicação do PNAEE nas Forças Armadas;

- Dar continuidade ao programa de auditorias energéticas realizadas ao abrigo do PNAEE, através da implementação das medidas propostas pelas empresas que efectuaram auditorias a algumas instalações da defesa nacional e da realização de novas auditorias;

iii) No âmbito das alterações climáticas:

OE-11 — promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, na perspectiva de uma economia de baixo carbono:

- Elaborar o Plano Sectorial de Baixo Carbono para a Defesa Nacional, dando resposta à política das alterações climáticas — Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020;

OE-12 — promover a diminuição das emissões de GEE, com a implementação de medidas de eficiência energética e com o recurso às energias renováveis:

Promover a utilização de soluções que recorram a sistemas baseados em fontes de energia renováveis;
Dinamizar projectos de investigação e desenvolvimento no âmbito das energias renováveis;

iv) No âmbito da educação ambiental:

OE-13 — promover o reforço dos recursos humanos e garantir a educação ambiental para a sustentabilidade, através de programas adequados de consciencialização e sensibilização:

Promover o reforço dos recursos humanos dedicados ao ambiente no âmbito da defesa nacional;
Realizar cursos de peritos e auditores energéticos;

Promover acções de formação ou de sensibilização no domínio do ambiente, nomeadamente nas áreas da gestão ambiental, das auditorias ambientais, da conservação da natureza e da biodiversidade e do controlo das substâncias químicas nocivas para o ambiente.

5 — Disposições finais

Considerando a abrangência e a transversalidade das questões ambientais no quadro da defesa nacional, designadamente no que se refere às actividades subjacentes às missões das Forças Armadas e tendo presente os objectivos estratégicos e operacionais definidos, cuja persecução exige uma estreita e permanente coordenação entre os vários organismos, determino:

a) À Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa que:

Constitua e regule a Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais, até final de 2011;
Coordene a implementação e registo no EMAS das infra-estruturas da defesa nacional, dentro dos prazos previstos no protocolo;

Coordene a elaboração e execução do Plano Sectorial de Baixo Carbono para a Defesa Nacional, até final de 2012;

Coordene a regulamentação e execução do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, para as Forças Armadas, de acordo com os prazos estabelecidos na legislação;

Coordene a execução do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, ECO.AP, de acordo com os prazos estabelecidos na legislação;

Apresente um plano de acção ambiental para a defesa nacional, que materialize os objectivos anteriormente descritos, até final de 2011, com os contributos dos SCS, do EMGFA e dos ramos;

Apresente um relatório de sustentabilidade, de dois em dois anos, tendo como base o Plano de Acção Ambiental e que permita em simultâneo reflectir sobre o desempenho ambiental e contribuir para alterar comportamentos e atitudes numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;

Dê continuidade a todos os projectos de cariz ambiental que estão já em curso;

b) Aos serviços centrais de suporte que:

Contribuam para a implementação e registo no EMAS do edifício do MDN/EMGFA, dentro dos prazos previstos no protocolo;

Contribuam, no âmbito das suas competências, para a implementação do Plano Sectorial de Baixo Carbono;

Contribuam para a execução do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética de acordo com os prazos estabelecidos na legislação;

Contribuam para a execução do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, ECO.AP, de acordo com os prazos estabelecidos na legislação;

Contribuam para a elaboração e execução do Plano de Acção Ambiental para a Defesa Nacional;
Contribuam, no âmbito das suas competências, para a realização de todos os projectos de cariz ambiental que estão já em curso;

c) Ao Estado-Maior-General das Forças Armadas que:

Coordene a implementação e registo no EMAS do edifício do MDN/EMGFA, dentro dos prazos previstos no protocolo;

Contribua, no âmbito das suas competências, para a implementação do Plano Sectorial de Baixo Carbono;

Contribua para a execução do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, para as Forças Armadas, de acordo com os prazos estabelecidos na legislação;

Contribua para a execução do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, ECO.AP, de acordo com os prazos estabelecidos na legislação;

Contribua para a elaboração e execução do Plano de Acção Ambiental para a Defesa Nacional;

Contribua, no âmbito das suas competências, para a realização de todos os projectos de cariz ambiental que estão já em curso;

d) Ao Estado-Maior da Armada, ao Estado-Maior do Exército e ao Estado-Maior da Força Aérea que:

Reforcem a integração de aspectos ambientais em todos os processos de tomada de decisão, no planeamento e execução das suas actividades;

Contribuam, no âmbito das suas competências, para a implementação do Plano Sectorial de Baixo Carbono e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública;

Contribuam para a elaboração e execução do Plano de Acção Ambiental para a Defesa Nacional;

Contribuam, no âmbito das suas competências, para a realização de todos os projectos de cariz ambiental que estão já em curso;

e) A revogação do despacho n.º 77/MDN/2001.

Despacho s/n.º
de 20 de Dezembro de 2010

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 20 de Dezembro de 2010, foi autorizada a Escola de Serviço de Saúde Militar, a aceitar, a condecoração de:

Título de Membro Honorário da Academia Brasileira de Medicina Militar

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa

Despacho n.º 5 657/2011
de 21 de Março de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique o STANAG 2369 EOD (Edition 3) — The NATO EOD Publications Set (NEPS) Identification and Disposal of Surface, Air and Underwater Munitions, com implementação na Marinha e no Exército na data de ratificação nacional.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Despacho n.º 5 658/2011
de 21 de Março de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique mas não implemente o STANAG 2997 RTIOS (Edition 2) — Life Jackets and Personal Flotation Devices.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Despacho n.º 6 333/2011
de 31 de Março de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique o STANAG 2582 EP (ED1) (RD1) — BEST ENVIRONMENTAL PROTECTION PRACTICES FOR MILITARY COMPOUNDS IN NATO OPERATIONS, com implementação na Marinha e no Exército, na data da sua promulgação e na Força Aérea, na data da sua promulgação com a seguinte reserva: a eventual aquisição de equipamentos se faça apenas quando houver disponibilidade financeira.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Despacho n.º 6 334/2011
de 31 de Março de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique e implemente o STANAG 4157 PPS (EDITION 2) — FUZING SYSTEMS: TEST REQUIREMENTS FOR THE ASSESSMENT OF SAFETY AND SUITABILITY FOR SERVICE na data da ratificação nacional.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Despacho n.º 6 335/2011
de 31 de Março de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique o STANAG 2583 EP (ED1) (RD1) Environmental Management System in NATO Operations, com implementação na Marinha e no Exército, na data da sua promulgação e na Força Aérea, na data da sua promulgação, com a seguinte reserva: a eventual aquisição de equipamentos se faça apenas quando houver disponibilidade financeira.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Despacho n.º 6 336/2011
de 31 de Março de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e

tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique o STANAG 2581 EP (ED1) (RD1) — environmental protection standards and norms for military compounds in NATO operations, com implementação na Marinha e no Exército, na data da sua promulgação e na Força Aérea, na data da sua promulgação, com a seguinte reserva: a eventual aquisição de equipamentos se faça apenas quando houver disponibilidade financeira.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 6 702/2011 de 05 de Abril de 2011

Nos termos dos artigos 1.º e 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de Setembro, 17.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego no Major-General **Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos**, Comandante Operacional da Madeira, com poder de subdelegação nos Oficiais que, na sua directa dependência, exerçam funções de comando, direcção ou chefia, a competência para, no âmbito do Comando Operacional da Madeira, autorizar despesas:

- a) Com locação, aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até €99 000;
- b) Relativas à execução de planos e programas plurianuais legalmente aprovados até €490 000;
- c) Com indemnizações a terceiros resultantes de decisão judicial ou de acordo decorrentes de acidentes em serviço.

O presente despacho produz efeitos desde 07 de Fevereiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Secretaria Central

Despacho n.º 6 706/2011 de 04 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo do disposto do n.º 3 do Despacho n.º 4 675/2011, de 7 de Fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no *Diário República*, 2.ª série, n.º 53, de 16 de Março de 2011, subdelego no Coronel **Eduardo Manuel Alves Pinheiro Garcia Fernandes**, Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior-General das Forças Armadas, as competências que me foram delegadas pelo n.º 1 do Despacho n.º 4 675/2011, de 7 de Fevereiro, para a prática dos seguintes actos de gestão relativos ao pessoal militar e civil, nomeadamente:

- a) Concessão de licenças, facilidades para estudo e para a prática de actividades desportivas;

b) Autorizações para o exercício cumulativo de funções privadas, previstas no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

c) Autorizações previstas no Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 430/86, de 30 de Dezembro, em matéria de transportes.

2 — Excluem-se da presente subdelegação os actos de gestão relativos a Oficiais de posto ou antiguidade superior ao do subdelegado.

3 — Ao abrigo do mesmo despacho as competências referidas no número anterior podem ser subdelegadas no todo ou em parte, nos titulares das Subunidades da Unidade de Apoio na sua directa dependência.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 07 de Fevereiro de 2011.

O Chefe do Estado-Maior Conjunto, *José Domingos Pereira da Cunha*, Vice-Almirante

Comando Operacional dos Açores

Despacho n.º 6 707/2011

de 13 de Abril de 2011

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 007/2011, de 05 de Abril de 2011, do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, subdelego no Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional dos Açores, Coronel de Infantaria, **Carlos Alberto Lopes Beleza**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de €5 000.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 07 de Fevereiro de 2011, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional dos Açores que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante Operacional dos Açores, *Alfredo dos Santos Pereira da Cruz*, Tenente-General.

Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 5 674/2011

de 23 de Março de 2011

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 8.º Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro, delego no Adjunto do Comandante da Brigada Mecanizada, Coronel de Infantaria (19888079) **Elias Lopes Inácio**, a competência para, no âmbito do Campo Militar de Santa Margarida, representar o Exército Português (ou o Estado-Maior do Exército) nos assuntos relacionados com o Ministério da Agricultura, em matérias agro-florestais, nomeadamente ajudas anuais, projectos de investimento agrícolas e florestais e licenciamento e controlo dos mesmos.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Despacho n.º 6 381/2011
de 05 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General **Mário de Oliveira Cardoso**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina:

a) Aprovar instruções e normas técnicas nos domínios da doutrina, da educação, da formação militar, da formação profissional, da educação física, dos desportos e do tiro no Exército;

b) Praticar todos os actos administrativos respeitantes à vida escolar nos estabelecimentos militares de ensino e nos estabelecimentos de ensino militar, com excepção da Academia Militar, nomeadamente proferir decisão sobre requerimentos, exposições e outros documentos apresentados por alunos, candidatos a aluno ou encarregados de educação;

c) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

d) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

e) Planear, coordenar, executar e inspeccionar os cursos de formação geral comum de praças, bem como para o controlo e tratamento dos dados relativos às actividades de instrução das unidades onde se realizam aqueles cursos;

f) Aprovar a calendarização dos cursos que integram o Plano de Formação Contínua, depois de aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego na mesma entidade a competência para, no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99.759,58, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — A competência referida na alínea b) do n.º 1 pode ser subdelegada no Director de Educação, podendo este subdelegá-la, no todo ou em parte, nos directores dos estabelecimentos de ensino que se encontrem na sua dependência directa.

4 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos directores, comandantes e chefes na dependência directa do Comandante da Instrução e Doutrina, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, directores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa.

5 — Ratifico todos os actos praticados pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército desde 17 de Janeiro de 2011, bem como os que vierem a ser praticados até à data da publicação deste despacho, no âmbito dos poderes abrangidos pela presente delegação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Comando do Pessoal

Despacho n.º 6 338/2011
de 29 de Março de 2011

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 202/2011, de 19 de Janeiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 31 de Janeiro,

subdelego no Major-General **Manuel Diamantino Pinheiro Correia**, Director de Justiça e Disciplina, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes actos:

a) Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria n.º 22 396, de 27 de Dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

b) Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da Portaria referida na alínea anterior, excepto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infracção disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

c) Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito dos processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na anterior alínea b);

d) Orientar a elaboração e emitir parecer sobre os processos por acidente ou doença, excepto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou desaparecimento da vítima;

e) Homologar os pareceres da CPIP/Direcção de Saúde sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos, excepto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respectivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

f) Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

g) Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

h) Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

i) Autorizar o averbamento de condecorações colectivas;

j) Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

k) Actos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar;

2 — Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

3 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no subdirector da DJD.

4 — Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Março de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

V — DECLARAÇÕES

Presidência do Conselho de Ministros

Declaração de Rectificação n.º 12/2011 de 28 de Abril de 2011

Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea h) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, por vacatura dos cargos de director e director-adjunto, declara-se que o Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de

1 de Março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, suplemento, n.º 42, de 1 de Março de 2011, saiu com a seguinte inexactidão que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectifica:

No n.º 4 do artigo 51.º, onde se lê:

«4 — O incumprimento, total ou parcial, do disposto no n.º 1 do artigo 49.º implica a retenção de 15 % nas transferências mensais a realizar pela ACSS, I. P., a título de duodécimo ou de adiantamento.»

deve ler-se:

«4 — O incumprimento, total ou parcial, do disposto no n.º 1 do artigo 50.º implica a retenção de 15 % nas transferências mensais a realizar pela ACSS, I. P., a título de duodécimo ou de adiantamento.»

O Director do Centro Jurídico, em substituição, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, *José Manuel Bento Ferreira de Almeida*.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 04/30 DE ABRIL DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, ao abrigo do artigo 7.º e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o MGen (16450473) **Luís Manuel dos Santos Newton Parreira**.

(Por despacho de 05 de Maio de 2008)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor Inf (16733185) **Joaquim Jorge da Silva Pereira**.

(Por despacho de 01 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.^a classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Inf (11689185) **João Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães**.

(Por despacho de 01 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.^a classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Inf (00355588) **Emanuel Jorge de Almeida Luís**.

(Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.^a classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Tm (02140689) **Alberto Lopes Correia**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj TManTm (01754381) **José Luís da Silva Garcia**.

(Por despacho 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Cap Art (12390594) **Luís Miguel Parreira Roberto**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Inf (10174882) **Jorge Manuel da Costa Pereira**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Inf (11855983) **Octávio Manuel Martins Alves Diz**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Cav (07741384) **Paulo José Antunes Rainho**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Tm (06656982) **Miguel José da Costa Pinto**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Inf (00968284) **José Augusto da Silva Lucas**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Mat (01285583) **José Carlos Fernandes Borges**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Tm (04657186) **José Paulo Gonçalves Leitão**.

(Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Tm (08896285) **Eusébio Fernandes Ferreira**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Inf (00412888) **Luís Manuel dos Santos Gomes**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Inf (00366888) **João José Luzio Domingos**.

(Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Cav (16941190) **João Pedro Rebelo Gomes**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Para (10580889) **Humberto José Morais Teixeira**.

(Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Cav (00884689) **Edmundo Manuel Lopes Fontinha**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Inf (07202090) **Nuno Miguel Baião Marques Bexiga**.

(Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Art (09237691) **Manuel do Carmo Parreira Agostinho**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg AdMil (10053692) **Rui Paulo Rabaça Araújo**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg PesSec (25110393) **Marco Paulo Salvador Santos**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg Inf (00042996) **Abílio Chaves Marques**.

(Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cor Inf (17270685) **Carlos Nuno Leitão dos Santos Adrega**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Cav (10978985) **Paulo de Jesus Pereira Zagalo**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Art (08932488) **Luís Filipe de Sousa Lopes**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Mat (00781887) **José Luís Serra David**.

(Por despacho de 18 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Inf (02932989) **Carlos Abílio Cavacas Macieira**.

(Por despacho de 18 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor SGE (17170179) **Hélder Duarte Henriques**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Art (07763287) **José Carlos Alves Peralta Patronilho**.

(Por despacho de 18 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Cav (08357090) **Nuno Lourenço Alvares Alves de Sousa**.

(Por despacho de 18 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (07143290) **Rui Manuel Afonso Rodrigues**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (34743193) **Pedro Miguel Pisco Magrinho**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Ten TS (4278830) **José Rui Santos Ganilha**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Vet (07548182) **Luís Manuel Figueira Marono**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Cav (19153881) **António Manuel Ferreira Rodrigues**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (12232586) **Luís Acácio Honçalves Rocha**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg SGE (18569790) **João Manuel da Luz Conceição**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Cav (09142293) **Pedro Manuel da Silva Batista Nogueira**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Maj CBMus (03177083) Fernando Manuel Cosme Moreira;
SCh Inf GNR (1826091) José dos Santos Reis;
SCh Inf GNR (1826544) José dos Reis Martinho;
SCh Cav GNR (1860101) Vítor Manuel de Sousa F. Azevedo;
SAj Inf GNR (1836253) Américo Luís Gomes Rodrigues;
CbMor Inf GNR (1830984) Miguel Guilherme Alves;
CbCh Inf GNR (1810571) Francisco José Lamelas Fins;
CbCh Inf GNR (1820063) Frederico de Sousa Ferraz;
Cb Inf GNR (1810530) Arlindo Capela Batista Lima;
Cb Inf GNR (1820021) Manuel Joaquim Correia Pinto;
Cb Inf GNR (1826511) José Francisco Ferreira Lima;
Cb Inf GNR (1820050) Joaquim da Silva dos Santos;
Cb Inf GNR (1826246) Augusto Manuel Ferreira Lima.

(Por despacho de 18 de Março de 2011)

Cor Inf (14056180) João Francisco Braga Marquilhas;
Maj TManTm (07562779) Fernando de Freitas Lúcio;
SMor Inf (05672881) José Albano Teixeira Pinheiro;
SCh Mat (06618081) António Manuel Lopes Dias Ribeiro.

(Por despacho de 23 de Março de 2011)

Cor Inf GNR (1850004) António A. da Natividade Monteiro;
Cor Cav GNR (1801990) Leonel Augusto Monteiro;
TCor Cav GNR (1811315) Carlos Manuel Freitas;
Maj Inf GNR (1906003) Joaquim Carreiro Crespo;
Maj Inf GNR (1820469) Francisco Marinheiro;
Maj Inf GNR (1826126) Vasco Augusto M. Pires;
Maj Cav GNR (1826289) Duarte Reis Jacinto;
Ten Med GNR (1820234) Paulo Agostinho Ferreira;
SMor Inf GNR (1820052) Maximiano Afonso Vaz;
SMor Inf GNR (1826191) José Maria M. Lopes;

SMor Inf GNR (1826278) Jorge Manuel P. Ladeiro;
SMor Cav GNR (1811318) Fernando Manuel Piloto;
SMor Mat CARP GNR (1810357) Júlio Luz Pinheiro;
SMor SS GNR (1801673) Augusto Manuel Chiote;
SCh Inf GNR (1810095) Carlos Lourenço Pereira;
SCh Inf GNR (1810648) Manuel João Branco;
SCh Inf GNR (1816049) José Luís Reis Cabaço;
SCh Inf GNR (1820041) João Paulo Andrade;
SCh Inf GNR (1826285) Jorge Manuel Coito;
SCh Inf GNR (1836379) Arnaldo Augusto Henriques;
SCh Inf GNR (1826299) António José Rodrigues L. Pereira;
SCh Med GNR (1836480) António Manuel Pereira;
SCh Med GNR (1810065) José Manuel Silva;
SCh Med GNR (1820455) Carlos Manuel Baptista;
SCh Med GNR (1826192) Carlos Alberto Pereira;
SCh Med (1810423) Manuel Joaquim Fernandes;
SCh Med (1826335) Francisco Ferreira;
SCh Med (1826363) José Mário Gaspar Gomes;
SCh AdMil GNR (1811241) Valdemar Batista Pires;
SAj Inf GNR (1826332) Antenor Manuel de Sousa Afonso;
CbMor Inf GNR (1810537) Sidónio Manuel Dias Costa;
CbMor Inf GNR (1810683) Sílvio Nascimento Santos;
CBMor Inf GNR (1811193) António Pedro Félix Pires;
CbMor Inf GNR (1816218) Hélio Pires Farias;
CbMor Inf GNR (1820032) António Marques Nunes;
CbMor Inf GNR (1820301) Basílio Augusto Afonso;
CbMor Inf GNR (1826189) João Rodrigues Saraiva;
CbMor Inf GNR (1826277) Jorge Manuel Carvalho;
CbMor Inf GNR (1820320) Carlos Manuel P. Salgado;
CbMor Inf GNR (1826062) António Araújo A. de Brito;
CbMor Inf GNR (1826606) Manuel Rodrigues de Abreu;
CbMor Inf GNR (1826286) Carlos Manuel G. Dias;
CbMor Inf GNR (1826292) Abílio Augusto B. Lucas;
CbMor Inf GNR (1826297) António do Nascimento S. Cardoso;
CbMor Inf GNR (1826340) Abílio Vieira Branco;
CbCh Inf GNR (1810686) Telmo Camilo Morais;
CbCh Inf GNR (1840197) José Pires Lopes;
CbCh Inf GNR (1810540) Fernando Augusto Almeida;
CbCh Inf GNR (1826107) Vivaldo Mondragão G. Martins;
CbCh Inf GNR (1826132) Alcino José Morais;
CbCh Inf GNR (1826151) João de Deus M. Gomes;
CbCh Inf GNR (1826175) Diamantino dos Santos João;
CbCh Inf GNR (1826377) António João V. Gonçalves;
CbCh Inf GNR (1810615) António A. do Amaral Botelho;
CbCh Inf GNR (1826025) Luís Filipe Soares Rodrigues;
CbCh Inf GNR (1826225) Carlos Alberto P. Gonçalves;
CbCh Inf GNR (1826364) Manuel João Pires;
CbCh Inf GNR (1826441) José Pereira Dias;
CbCh Inf GNR (1826538) Adalberto José dos Reis Silva;
Cb Inf GNR (1810939) António Rocha e Silva;
Cb Inf GNR (1811060) Fernando Salvador D. da Silva;
Cb Inf GNR (1811152) Manuel Luís Aires Navarro;
Cb Inf GNR (1811196) Arlindo Ferreira da Silva Cid;
Cb Inf GNR (1810978) Armindo de Sousa Barbosa;

Cb Inf GNR (1820316) Abílio Rodrigues Guimarães;
Cb Inf GNR (1820330) Henrique Gomes da Silva;
Cb Inf GNR (1826504) Manuel Livio P. Costa;
Cb Inf GNR (1811231) Júlio Frederico Esteves;
Cb Inf GNR (1810636) Belmiro Augusto Alves;
Cb Inf GNR (1816019) Rui Manuel Santos;
Cb Inf GNR (1816220) Armando Cordeiro;
Cb Inf GNR (1816336) João Manuel M. Marinho;
Cb Inf GNR (1820024) Casimiro Matos;
Cb Inf GNR (1820036) Manuel Santos Pesqueira;
Cb Inf GNR (1820094) José Rodrigues João;
Cb Inf GNR (1820115) Manuel Carmo Cortinhas;
Cb Inf GNR (1820371) Luís Filipe Lopes Calado;
Cb Inf GNR (1820382) António Inácio Lopes;
Cb Inf GNR (1826421) Fernando Rodrigues;
Cb Inf GNR (1826267) Carlos Manuel G. Correia;
Cb Inf GNR (1826324) Manuel Casimiro S. Medeiros;
Cb Inf GNR (1826341) Vítor Manuel A. Araujo;
Cb Inf GNR (1826354) Joaquim Maria L. G. de Oliveira;
Cb Inf GNR (1826367) Fernando Jorge A. Gonçalves;
Cb Inf GNR (1826373) José António N. Landeiro;
Cb Inf GNR (1826387) Adérito Peixoto Cardoso;
Cb Inf GNR (1826423) Rui Manuel R. Rodrigues;
Cb Inf GNR (1826447) José António P. Fernandes;
Cb Inf GNR (1826460) José Maria G. da Silva;
Cb Inf GNR (1826481) Manuel Pedro S. da Silva;
Cb Inf GNR (1826483) João Carlos D. Barbeitos Pinto;
Cb Inf GNR (1826489) Francisco José da Rosa F. Martins;
Cb Inf GNR (1826525) Aníbal Viriato Machado;
Cb Inf GNR (1826552) Narciso António Pinto Russo;
Cb Inf GNR (1826063) José António Viana Carmo;
Cb Cav GNR (1811398) Jorge Almeida Castanheira;
Cb Cav GNR (1811383) Manuel Mendes Azevedo;
Cb Cav GNR (1811325) Manuel Silva;
Cb Cav GNR (1810390) António Manuel Trigo;
Cb Tm GNR (1826306) Octávio de Moraes Fernandes;
Cb Tm GNR (1826262) Rui Manuel Carrajola Parra;
Cb Tm GNR (1826315) João Matias Magalhães;
Cb Tm GNR (1811238) Messias Armando da Silva;
Cb SS GNR (1811239) Pedro F. de Oliveira Nunes;
Cb Mat Aut GNR (1820099) Domingos Machado Ribeiro;
Cb Mat Carp GNR (1810578) Daniel Valdeira Diniz.

(Por despacho de 30 de Março de 2011)

Cor Med (09891181) Luís Manuel Lopes Gusmão;
Maj SGE (12366581) António João Mendes Cordeiro;
Maj TManTm (04015080) Francisco P. Martins Carvalho;
Maj TManMat (14545981) João Francisco Alves Ramos;
SMor Inf Res (04214780) José Plácido Lemos Silva;
SMor Mat (10573580) Joaquim Manuel Laço Caroço;
SCh Tm (06763681) Alberto César Coutinho Pires;
SCh AdMil (06231781) Carlos Manuel Silva Almeida;
1Sarg Aman (19954481) João Afonso Alves de Amorim.

(Por despacho de 06 de Abril de 2011)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Cap Inf (02533895) Sérgio Alexandre Cascais Martins;
1Sarg Inf (38898493) Paulo Manuel S. Foz Gorjão;
1Sarg Art (31124692) Sérgio M. do Nascimento Contente;
1Sarg Art (04338194) Alexandre José C. Paixão Conde;
1Sarg Tm (09163094) Duarte Filipe Gomes Gato;
1Sarg Tm (07614192) Fernanda Maria Martins da Rosa;
1Sarg AdMil (14317594) António Silvino Anacleto Castro;
1Sarg PesSec (07653195) Emanuel José Miranda da Costa.

(Por despacho de 21 de Março de 2011)

Cap Inf GNR (1950890) João Fernando de Sousa Caleiras;
1Sarg Inf GNR (1950398) Pedro Filipe M. dos Santos Cardos;
1Sarg Inf GNR (1950479) José António M. da Silva;
1Sarg Inf GNR (1960011) Rui Manuel da Costa Teixeira;
1Sarg Inf GNR (1960753) Anabela da Cruz Mendes;
1Sarg Cav GNR (1960145) José Paulo Mota Pinto;
1Sarg Tm GNR (1950384) Jorge Manuel de Sousa;
2Sarg Inf GNR (1960694) Mário Nunes de Sousa Ramos.

(Por despacho de 24 de Março de 2011)

Cap Inf GNR (1950894) Paulo Miguel L. de Barros;
Cap Inf (36883693) Alcino José Parada Pires;
Ten PesSec (02862794) João Pedro Garcia da Silva;
SAj Inf (12762089) Vítor Manuel Teixeira Gomes;
1Sarg Inf (21455093) Osvaldo Miguel Rodrigues Pereira;
1Sarg Inf (39030593) Ivo Miguel Parreira Teixeira;
1Sarg Inf GNR (1960151) José António S. de Campos;
1Sarg Inf GNR (1960171) César Manuel Castro Paradela;
1Sarg Inf GNR (1960284) Luís Miguel da Cruz Pereira;
1Sarg Inf GNR (1970713) Bruno Alexandre G. Brandão;
1Sarg Inf GNR (1970486) Hugo Filipe C. Chaveiro;
1Sarg Eng (20944193) José Augusto Faustino Anjinho;
1Sarg Mat (20749493) Paulo Válder Costa Rosa;
1Sarg PesSec (39425792) Sérgio Jorge Estevão Gomes;
2Sarg Inf GNR (1960103) Rui José Marques Garcia;
2Sarg Inf GNR (1990614) Sérgio Félix da Cruz Gamito;
1Cb Inf GNR (1960067) Nuno Filipe P. Silva;
Cb Inf GNR (1960364) Rui Manuel da Silva Batista;
Cb Inf GNR (1960436) Rui Manuel M. Campelo;
Cb Inf GNR (1960574) Sónia Isabel da Costa Malveiro;
Cb Inf GNR (1970819) Luís Miguel S. Pereira;
Cb Inf GNR (1970929) Vítor Manuel T. dos Prazeres;
Cb Inf GNR (2000843) Ana Elisabete dos Santos Teodoro;
Cb Inf GNR (1910248) Hermenegildo Jose C. Plácido;
Cb Inf GNR (1910605) Manuel Estevão G. Mouquinho;
Cb Inf GNR (1920052) António José V. Florencio;
Cb Inf GNR (1920054) João Mário T. Barradas;
Cb Inf GNR (1920082) Paulo Jorge C. Malhado;
Cb Inf GNR (1920119) Carlos Manuel G. Figueiredo;

Cb Inf GNR (1920198) Vítor José Pires Branco;
Cb Inf GNR (1920239) Fernando Manuel T. Rebimba;
Cb Inf GNR (1920250) Élio Joaquim D. Cirilo;
Cb Inf GNR (1920358) Hélder Manuel G. Aleluia;
Cb Inf GNR (1920407) Paulo Jorge T. Monteiro;
Cb Inf GNR (1920416) Vitorino da Silva Janeiro;
Cb Inf GNR (1920464) José Manuel P. Flores;
Cb Inf GNR (1950251) Luís Fernando dos Anjos C. Coelho;
Cb Inf GNR (1970179) Rui Fernando A. Pataco;
Cb Cav GNR (1960230) Hugo Ricardo Pires Tavares;
Cb Cav GNR (1960273) Marco António P. Nobre;
Cb Cav GNR (1960495) José Carlos C. da Costa;
Cb Tm GNR (1920088) João Carlos C. Oliveira;
Cb Tm GNR (1940033) Dário José Alves Garcias;
Guar Inf GNR (1960496) António Maria S. Narciso;
Guar Inf GNR (1960505) Dário Alexandre P. Marcelino;
Guar Inf GNR (1960818) Rui José Martins Teodoro;
Guar Inf GNR (1960967) Filipe Nuno B. Natário;
Guar Inf GNR (1980148) Rui Miguel F. de Matos Nanques;
Guar Inf GNR (1990163) Pedro Miguel L. Croca;
Guar Inf GNR (1990499) Joaquim Azevedo Matos;
Guar Inf GNR (1990651) António Francisco Nascimento;
Guar Inf GNR (2000484) Nuno M. dos Santos Guilherme;
Guar Inf GNR (1950386) José Augusto P. Aires;
Guar Inf GNR (1930088) João Manuel Afonso Martins;
Guar Inf GNR (1930122) Paulo João R. Realinho;
Guar Inf GNR (1930128) João Paulo Galveia Aleluia;
Guar Inf GNR (1930395) João José Casado E. Palhóco;
Guar Inf GNR (1940149) João Carlos M. Marques;
Guar Inf GNR (1940169) Custódio Manuel F. Raposo;
Guar Inf GNR (1940236) José Francisco B. Silva;
Guar Inf GNR (1940246) Adérito João G. Rodrigues;
Guar Inf GNR (1940642) Manuel João Pires Perleques;
Guar Inf GNR (1940649) Manuel Benvindo C. Carrilho;
Guar Inf GNR (1950006) Mário João G. Semedo Vitorino;
Guar Inf GNR (1950022) Luís Fernando P. Santana;
Guar Inf GNR (1950129) José Romão R. Santos;
Guar Inf GNR (1950178) João António B. Neto;
Guar Inf GNR (1950333) Luís Filipe S. N. Galvão;
Guar Inf GNR (1950527) Jorge Manuel R. Chaves;
Guar Inf GNR (1950613) Joaquim Eduardo P. B. Ramos;
Guar Inf GNR (1950760) João Carlos A. Pimenta;
Guar Inf GNR (1960024) Paulo M. da Conceição Curião;
Guar Inf GNR (1960218) Pedro Alexandre B. Guerra;
Guar Inf GNR (1960917) Carlos Manuel Calado;
Guar Inf GNR (1960953) António Manuel B. Fanico;
Guar Inf GNR (2000861) Nelson Miguel C. Parrano;
Guar Cav GNR (2000781) António José G. Valverde;
Guar Cav GNR (1971021) Filipe Manuel P. Tavares;
Guar Cav GNR (1930328) José Joaquim C. Velhinho;
Guar Tm GNR (1950130) Paulo Jorge M. Farropo;
Guar Tm GNR (1920697) Pedro Miguel da Costa Fanico;
Guar Tm GNR (1950215) João Gaspar C. Coré.

(Por despacho de 04 de Abril de 2011)

Condecorados com a Medalha Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Ten Inf (08487002) Jacinto Gabriel H. Rodrigues Franco;
Ten Med (14077099) Catarina Alexandra V. Leitão;
Ten Med (01585200) Vítor Emanuel V. de Freitas;
Alf Art (06749602) Diogo Manuel Rosa da Silva;
2Sarg Inf (08184703) Hélder dos Reis César;
2Sarg Inf (02676902) Cláudio Samuel Machado Azevedo;
2Sarg Inf (15154102) Paulo Ricardo Ferreira Torres;
2Sarg Inf (12821204) Cláudio Manuel P. Bagulho;
2Sarg Inf (04941903) João Manuel Teixeira Lopes;
2Sarg Eng (06270903) Filipe Manuel Miranda Laranjeira;
2Sarg Tm (18787498) Nuno Luciano Pereira Fernandes;
2Sarg Farm (18604403) Jennifer Feliciano;
2Sarg AdMil (06901404) Carlos José Baptista de Sousa;
2Sarg Mat (13111603) Nuno Miguel Possante Pascoal;
2Sarg Trans (14209202) Bruno Filipe dos Santos Pereira;
2Sarg PesSec (07839704) Nuno Miguel Rua Babo.

(Por despacho de 21 de Março de 2011)

Ten Inf GNR (2031229) Irina de Fátima H. Lopes;
Ten Inf GNR (2011000) Isidro Dias Pinheiro;
2Sarg Inf GNR (2000697) Márcia Augusta C. Duarte;
2Sarg Inf GNR (2010017) Rui José Melato Neto;
2Sarg Inf GNR (2010546) António José R. da Rocha;
2Sarg Inf GNR (2020776) Luís Carlos Dias;
2Sarg AdMil GNR (2010251) João Manuel R. Boieiro;
Furr AdMil GNR (1990397) Estevão Manuel M. Branco;
Furr Tm GNR (2020526) José Alito Coelho;
Cb Inf GNR (1990460) Miguel Santos Godinho;
Cb Inf GNR (2000077) Ana Catarina Alves Vidal;
Cb Inf GNR (2000545) Amândio Manuel Santos;
Cb Inf GNR (2000800) António José Marques;
Cb Inf GNR (2020423) Ricardo Bruno Barreiro;
Cb SS GNR (2020929) Paulo Alexandre Duarte;
Guar Inf GNR (2000698) Tânia Isabel Castanheira;
Guar Inf GNR (2010259) António José Silva Moio;
Guar Inf GNR (2020126) Francisco José Canatário;
Guar Inf GNR (2020211) Sónia Daniela Sá Machado;
Guar Inf GNR (2020609) José Manuel Oliveira;
Guar Inf GNR (2030269) Paulo Fernando C. Gonçalves.

(Por despacho de 24 de Março de 2011)

2Sarg Inf GNR (2000081) Jorge Filipe P. Alexandre;
2Sarg Cav GNR (2000442) Paulo Teixeira Sabença;
Guar Inf GNR (2020160) Susana Maria P. Romão;
Guar Inf GNR (2030496) José Augusto S. dos Santos;
Guar Inf GNR (2040604) Miguel Alexandre M. Freire;
Guar Inf GNR (2010247) Paulo Jorge D. Basto;
Guar Tm GNR (2000846) José Manuel F. Marques.

(Por despacho de 28 de Março de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

1Sarg Inf (38149793) João Salvador Cardoso Reis, “Afeganistão 2007”.

(Por despacho de 10 de Março de 2011)

SMor Inf Ref (32256560) Josué Amoroso, “Moçambique 1963-65”;

SMor Inf Ref (32256560) Josué Amoroso, “Guiné 1967-69”;

SMor Inf Ref (32256560) Josué Amoroso, “Guiné 1970-72”.

(Por despacho de 30 de Março de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Cb Ref GNR (1771192) Daniel Sousa Lopes, “Timor 1974-75”.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Cor Inf (04273084) Pedro Manuel Monteiro Sardinha, “Moçambique 2009-10”;

TCor Cav (03763787) Paulo Jorge Rodrigues Ramos, “Bélgica 2003-06”;

Maj Eng (25574791) Vítor Manuel M. Lopes Felisberto, “Líbano 2010”;

Cap Eng (12774596) Miguel Henriques D. Dias Sereno, “Líbano 2010”;

Cap AdMil (04890695) João Manuel Amaral Figueiredo, “Líbano 2010”;

SCh Mat (04109184) Américo Rafael Lopes da Silva, “Líbano 2010”;

SAj Eng (00833887) Paulo Manuel Mota Nunes, “Líbano 2010”;

SAj Eng (17101387) Fernando Manuel de Deus Pereira, “Líbano 2010”;

SAj Med (15532887) José Maria Fernandes Teixeira, “Líbano 2010”;

1Sarg Tm (07176493) Hélder Jose Fernandes Barreira, “Líbano 2010”;

1Sarg AdMil (13369391) Edmundo Manuel Ferreira Alves, “Angola 2009-10”;

2Sarg Inf (18268602) Márcio Filipe da Almeida Gonçalves, “Afeganistão 2006-07”.

(Por despacho de 22 de Março de 2011)

Cor Inf (15767882) José António Costa G. M. Alexandre, “Espanha 2003-06”;

TCor Inf (04257987) João Alberto Gonçalves Domingos, “Timor 2002”;

TCor Art (08949385) Carlos Manuel de Lemos R. Dionísio, “Bósnia 1999”;

Maj Tm (00314987) António Jorge de Sousa Narra, “Bósnia 2009-10”;

SAj Inf (19577085) Francisco António da Silva Pereira, “Iraque 2007-08”.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

SAj Inf (17183586) Rui Manuel Cabral Teixeira, “Angola 2004-05”.

(Por despacho de 10 de Março de 2011)

Cor Inf (04273084) Pedro Manuel M. Sardinha, “Bósnia 2001”;

TCor Inf (00056185) Paulo Jorge dos Santos Veloso, “Kosovo 2010”;

Maj Eng (25639692) José Miguel Almeida Ramalho, “Líbano 2010”;

SAj Eng (18956587) Paulo Jorge R. Perna, “Líbano 2010”;

SAj AdMil (07380686) José Pedro Cruz Brito, “Bélgica 2006-09”.

(Por despacho de 22 de Março de 2011)

TCor Inf (04257987) João Alberto G. Domingos, “Angola 2006-07”;
TCor Inf (04257987) João Alberto G. Domingos, “Angola 2009-10”;
TCor Inf (02500382) José Manuel Pereira Nunes, “Timor 2009-10”;
Maj Cav (20862391) Rui Carlos Sobrinho Fernandes, “Afeganistão 2010”;
Maj Tm (00314987) António Jorge de Sousa Narra, “Bósnia 2010-11”;
Cap Inf (10824599) Nuno Alexandre Vieira Fernandes, “Bósnia 2006-07”;
SAj Inf (09081289) Paulo Fernando C. Barreira, “Guiné 2003”;
SAj Inf (09081289) Paulo Fernando C. Barreira, “Bósnia 1999”;
1Sarg Inf (09587491) António Ventura L. Teixeira, “Líbano 2010-11”.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Agraciado com medalha “do Pacificador” do Exército Brasileiro, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto Regulamentar N.º 71-A/86 de 15 de Dezembro, MGen (07251372) **Alfredo Nunes da Cunha Piriquito**.

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 26 de Março de 2010, foram autorizados os militares indicados a aceitar as seguintes condecorações:

Medalha da EUROFOR

SMor Inf (04812184) Álvaro João Balsinhas Matroca.

Medalha da UNMISSET

1Sarg Eng (06824391) Paulo Nuno Ferreira Esteves.

Medalha da UNMIT

Cor Mat (17977477) Gustavo Jorge Dias.

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 16 de Abril de 2010, foram autorizados os militares indicados a aceitar as seguintes condecorações:

Medalha da NATO

Cor Inf (00140284) Frederico Manuel Assoeira Almendra;
Cor Inf (10884983) Nuno Domingos Marques Cardoso;
Cor Inf (16770875) Américo Luís Brigas Paulino;
Cor Eng (16599781) Gil Abel de Andrade Ramos;
TCor Inf (17385789) Pedro Filipe Leal Pires da Silva;
TCor Inf (16795683) David Teixeira Correia;
TCor Inf (01672587) Fernando Paulo M. L. Gonçalves;
TCor Cav (11703886) Paulo Jorge Guedes Freire;
TCor SGPQ (18127884) Manuel José Moutinho;
TCor SAR (13930072) João Esteves Filipe;
Maj Inf (22156491) Telmo Lau Hing;
Maj Inf (14557792) Hélder Manuel Homem Félix;
Maj Inf (39269791) Osvaldo Daniel P. da Rocha e Silva;
Maj Inf (35764591) Pedro Miguel M. Ribeiro Faria;
Maj Inf (36280093) Carlos Nunes Lobão Dias Afonso;
Maj Inf (30706992) Miguel Pascoal C. Saldanha Seabra;

Maj Inf (11424990) Paulo Jorge da Silva Almeida;
Maj Inf (13193191) João Alberto Alexandre Ferreira;
Maj Inf (11857088) Roberto Martins Mariano;
Maj Inf (03197893) Manuel António Paulo Lourenço;
Maj Inf (14184491) António Manuel Pereira Alves;
Maj Art (04009092) João Miguel Louro D. Ferreira Belo;
Maj Cav (11507092) Celestino Manuel C. G. Santana;
Maj Art (00100893) Daniel João Ribeiro Valente;
Maj Tm (24793391) Jorge M. da Encarnação Vinagreiro;
Maj TExpTm (07599978) Jorge Manuel Soares Barroso;
Maj TManMat (09928879) Américo Augusto Frade;
Maj SGPO (00268885) José Joaquim G. Dias de Pinho;
Cap Inf (12793694) Bruno Alexandre G. Oliveira;
Cap Inf (13481297) José Edgar F. R. de Carvalho;
Cap Inf (09634095) João Pedro Alves Loura;
Cap Inf (32764593) Rui Jorge das Neves Santos;
Cap Inf (01275791) João de Sousa Machado;
Cap Art (12390594) Luís Miguel Parreira Roberto;
Cap Cav (13450294) Gilberto Henrique Pires Lopes;
Cap Cav (01573997) Alberto Joel Santos C. Pinto;
Cap Cav (16691199) Rui Jorge Neves Moura;
Cap Cav (10064996) Tiago Filipe Parreira Pires;
Cap AdMil (08570197) Raquel Sofia Moreira Tomé;
Cap SAR (12166190) Luís Alberto Ferreira Seixeira;
Ten Inf (19659398) Nuno Alexandre F. Morgado;
Ten Cav (11641300) Ricardo Filipe F. Oliveira;
SMor Inf (03865678) António Luís Figueira F. Paiva;
SMor Inf (11414482) José Aurélio Castro da Costa;
SCh Inf (01323482) Carlos Ângelo Lourenço Justino;
SCh Inf (00391684) José António dos Santos Gouveia;
SCh Para (16713483) José António Pinto de Sousa;
SAj Inf (15231187) Carlos Manuel Bargão M. Rascão;
SAj Inf (05501990) David Paulo Moura Ferreira;
SAj Inf (19256291) António Manuel M. Marceneiro;
SAj Inf (06548290) António Manuel Marques Faria;
SAj Inf (10690890) Carlos Alberto Marques Calvão;
SAj Cav (12907988) José Fernando Teixeira Pinheiro;
SAj Eng (08784084) Manuel João Ramalho Rolhas;
SAj Cav (12376188) Óscar da Liberdade Jantarada;
SAj Para (07573987) José Ribeiro Rebelo;
SAj Mat (18876587) António Eduardo de B. Bizarro;
SAj Mat (04504587) José Manuel Nogueira Simões;
SAj AdMil (07920386) Guilherme Alberto M. Trindade;
SAj AdMil (00322688) Rogério Paulo Félix Duarte;
SAj SGE (16655589) João Cabral L. de Sousa Amaral;
1Sarg Inf (28146192) Paulo Jorge Dias Carvalho;
1Sarg Inf (08952296) Vítor José Vicente Fonseca;
1Sarg Inf (20107792) João Paulo Pires da Silva;
1Sarg Inf (21539592) Sérgio Fernandes Gomes;
1Sarg Inf (14025895) Paulo Jorge dos Santos Costa;
1Sarg Inf (15896692) Sérgio Afonso Borges;
1Sarg Inf (02954499) Ricardo Jorge Ferreira Carreira;
1Sarg Inf (07861798) David Alcino Gonçalves Terrão;
1Sarg Inf (08683898) Paulo Nuno Gonçalves Pereira;

1Sarg Inf (12785096) Paulo Jorge Levita Ferreira;
1Sarg Inf (13622497) Luís Filipe Rosa Vinagre;
1Sarg Inf (00316596) Paulo Alexandre Ferreira da Silva;
1Sarg Inf (26135693) Pedro Miguel Pereira Monteiro;
1Sarg Inf (11066696) Sérgio Filipe Duarte Santos;
1Sarg Inf (12669896) José Carlos Mota Gonçalves;
1Sarg Inf (00593496) José Carlos Pereira Lourenço;
1Sarg Inf (01764690) António José da Silva Castanheira;
1Sarg Inf (21107892) Eloy Alfredo Fonseca Fernandes;
1Sarg Inf (28020893) Joaquim Lopes Pereira;
1Sarg Inf (06062592) Aristides Manuel Rodrigues Neves;
1Sarg Inf (32597992) Paulo Emanuel Camilo Lopes;
1Sarg Inf (17580891) Alfredo Luís de Olim Rodrigues;
1Sarg Cav (07303999) Maria José Aguiar Pinto;
1Sarg Cav (28054392) Domingos Sequeira Tomé;
1Sarg Cav (15397891) Artur da Costa Ferreira;
1Sarg Art (13027094) Emanuel Alberto Bastos P. Batalha;
1Sarg Tm (01247992) Maria Gourete de Oliveira Salvador;
1Sarg Tm (07677988) Boaventura José Grincho Pinela;
1Sarg Tm (16004094) Marco António Mendes de Melo;
1Sarg Mat (01898090) José Manuel Mendes Lamaroso;
1Sarg Mat (07715194) Miguel Ventura Martins;
1Sarg AdMil (18444991) Marcelo Afonso Gomes Esteves;
1Sarg Med (03924796) Filipe Miguel da Silva;
2Sarg PesSec (06329493) Ricardo Manuel de Oliveira P. Sereno.

Medalha da UNIFIL

Cor Inf (19801582) Diogo Maria da Silva P. Sepúlveda Veloso;
Maj Art (14831992) Pedro Alexandre Sobral Almeida Dias;
Maj Med (11244089) Carlos Manuel L. Gomes de Sousa;
SMor Eng (11552882) Joaquim Ferreira S. de Oliveira Paulo;
SAj Tm (11316986) Fernando José Dias Azenha;
SAj Tm (14076586) Jorge António da Costa Correia;
1Sarg Eng (12500396) Humberto de Jesus Camacho;
1Sarg Mat (07532990) José Pedro Henriques Fraga.

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 29 de Junho de 2010, foi autorizado o militar indicado a aceitar a seguinte condecoração:

Medalha da UNMISSET

Cor Inf (13020883) Eugénio Francisco Nunes Henriques.

Louvores

Louvo, por proposta do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o MGen (2050002) **Luís Manuel dos Santos Newton Parreira** (NIM 16450473) pela excelência das competências técnicas e profissionais, pela vincada capacidade de liderança e pela dedicação insigne e nobre à causa da segurança pública demonstradas ao longo dos últimos dois anos e meio em que tem vindo a comandar a Brigada Territorial n.º 2, da Guarda Nacional Republicana.

Oficial que dedica particular atenção à actividade operacional, são de realçar as diversas acções levadas a efeito no âmbito do combate à insegurança, às quais imprimiu forte dinâmica, fruto da sua personalidade esforçada e enérgica, o que tem permitido alcançar significativos êxitos na limitação do número de delitos e na detenção e consequente desmantelamento de alguns grupos que se dedicavam à prática de ilícitos em ambientes de extrema complexidade e sofisticação.

Ao nível das operações planeadas pela Unidade, avultam, em particular, a realização de operações conjuntas, por si promovidas e incentivadas, não só no seio da Guarda, mas também com outras forças e serviços de segurança, nomeadamente na organização das cimeiras de projecção internacional, as quais constituem prova insofismável da sua capacidade de gerar sinergias com as diversas valências da Guarda envolvidas, e que, também aqui, lograram transmitir um forte sentimento de tranquilidade e segurança, quer aos participantes, quer à população em geral.

A sua visão esclarecida, o criterioso planeamento e a supervisão que colocou na reorganização do dispositivo territorial da Unidade, privilegiando em todo o processo uma especial atenção aos problemas e anseios dos seus militares, contribuiu fortemente para que a transição e alterações ao dispositivo decorressem com grande dignidade e brio, concorrendo desta forma para a criação de um clima de grande confiança e de forte espírito de corpo entre todos os militares.

Oficial de méritos notáveis, em que pontificam a irrepreensível postura ética, a coragem, a frontalidade e a permanente disponibilidade, associados aos dotes de lealdade, forte abnegação e espírito de sacrifício, procurou estar sempre junto dos seus subordinados, particularmente em momentos difíceis como o do sequestro ocorrido no Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, o de uma barricada no Sobral de Monte Agraço, o de uma rusga no Bairro da Amoreira, o da greve dos trabalhadores da Valor Sul, e em outros igualmente delicados ou importantes, o que torna o Major-General Newton Parreira num comandante respeitado e estimado por todos os militares que servem sob o seu comando,

Pelo excelente conjunto de atributos pessoais, militares e profissionais que possui e pela forma como se entregou ao exercício do seu cargo, é de toda a justiça considerar os serviços prestados pelo Major-General Newton Parreira como extraordinariamente importantes, relevantes e distintíssimos, dos quais resultou honra e lustre para o País e para a Guarda Nacional Republicana.

5 de Maio de 2008. - O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Louvo o Cor Inf (12284883) **César Nunes da Fonseca**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares, elevada competência profissional, extrema lealdade e espírito de missão que evidenciou no exercício das funções de Comandante do Regimento de Infantaria N.º 15 (RI15). Militar possuidor de relevantes qualidades pessoais, consubstanciadas numa notável capacidade de planeamento, organização, direcção e controlo, iniciou em 2008 a complexa, mas simultaneamente nobre, tarefa de comandar uma unidade com um historial grandioso. Da sua superior acção de comando, merecem especial saliência, um conjunto de acções em que procurou preservar e reavivar a História do Regimento, melhorar as condições de vida e de trabalho dos Militares e Civis que nele servem, aprofundar os laços de colaboração e amizade com entidades e populações locais e, não menos importante, aprontar o produto operacional do Regimento, o 1.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (IBIPara), bem como apoiar de forma exemplar todas as solicitações do Comando da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), quer no âmbito do treino operacional das suas sub-unidades, quer no aprontamento das Forças Nacionais Destacadas projectadas pela Brigada.

As suas acções não se confinaram ao nível da melhoria das condições de vida dos seus subordinados, tendo o seu extraordinário desempenho, revelado no âmbito técnico-profissional, sido responsável pela implementação de uma série de aplicações informáticas, desenvolvidas internamente, tendentes a otimizar recursos concomitantemente com a melhoria do desempenho. Fruto das excelentes relações que estabeleceu com a sociedade civil, ao nível regional, desenvolveu parcerias

com o Instituto de Formação Profissional (IFP) em termos da execução de estágios curriculares, bem como da cedência de espaços para o funcionamento de cursos ministrados pelo IFP, indispensáveis à requalificação académica dos Militares da Unidade, com vista à sua futura inserção no mercado de trabalho, após o final do serviço militar. Ao nível do parque escolar do concelho, as suas orientações foram sempre no sentido de apoiar, acautelando os condicionalismos operacionais, as solicitações para a realização de actividades relacionadas com a juventude, criando desta forma uma empatia entre o público-alvo de recrutamento e a sociedade castrense.

No âmbito operacional, o inextinguível esforço dedicado pela estrutura Regimental na criação das condições administrativo-logísticas e operacionais para que o 1BIPa pudesse atingir níveis de prontidão operacional consentâneos com as missões que lhe foram sendo atribuídas, nomeadamente quando se constituiu como componente terrestre da Força de Reacção Imediata (FRI) e posteriormente como KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM), constitui uma marca indelével da sua acção de comando.

Sereno, mas tenaz, demonstrou em todas as circunstâncias uma permanente disponibilidade para o serviço, sentido de camaradagem e espírito de corpo, cativando de uma forma inequívoca a atenção e o respeito dos seus pares bem como inferiores e superiores hierárquicos, impondo-se à consideração pública pela afirmação constante dos seus elevados dotes de carácter bem como pela permanente demonstração das suas insígnias qualidades humanas e militares. Oficial valoroso, possuidor de um elevado espírito de sacrifício e de obediência, grande dinamismo, frontalidade e extraordinário desempenho e abnegação, pautou sempre a sua actuação pela coerência, bom senso, sentido do dever e férrea determinação, evidenciando uma constante preocupação com todas as situações relacionadas com o RI15, nunca perdendo de vista o seu referencial hierárquico, a Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), facilitando de um modo notável a acção do seu Comandante de Brigada. Pelo anteriormente exposto, o Coronel César Fonseca uma vez mais se afirmou como um Oficial de excepção, tendo prestado serviços de muito elevado mérito que contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da BrigRR e do Exército.

22 de Março de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o Cor Inf (11689185) **João Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães**, pela forma altamente honrosa e brilhante com que exerceu, durante mais de dois anos, as exigentes funções de Chefe do Estado-Maior do Comando da Brigada de Intervenção. Revelando sólidos conhecimentos técnico-profissionais, armou-se pelo domínio dos assuntos das diversas áreas de Estado-Maior e por uma permanente preocupação com o acompanhamento e actualização da informação no âmbito do Exército que poderia ter reflexos nas actividades e no cumprimento da missão da Brigada.

O seu inextinguível rigor e profissionalismo, aliados a uma sólida cultura militar, permitiram-lhe uma acção proeminente no exigente planeamento e execução das actividades da Brigada, com particular realce para o planeamento dos exercícios das séries *DRAGÃO* e *ORION*, no aprontamento de Forças Nacionais Destacadas para os Teatros de Operações do Líbano e do Afeganistão, na qualidade das apresentações dirigidas às mais diversas entidades, das cerimónias que organizou, e ainda, nos processos de certificação do Comando da Brigada de Intervenção e do Battlegroup para a União Europeia, onde ficou bem patente toda a sua experiência e conhecimento.

Merece ainda ser relevada a capacidade de liderança demonstrada na definição de objectivos e na conjugação dos esforços das unidades, importando realçar também a sua exemplar conduta durante o processo de mudança do Comandante da Brigada de Intervenção, centrada no espírito de bem servir, sabendo passar os assuntos de forma compreensível e simples, mas completa, e dando conta fiel dos antecedentes, relacionando-os com os objectivos e interesses do Exército, o que muito facilitou uma oportuna tornada de decisão.

Muito ponderado e sensato, soube conduzir a actividade do Estado-Maior com muita eficiência, orientando estudos e trabalhos com grande oportunidade e rigor, que muito aproveitaram à acção de comando e ao desempenho das missões das unidades da Brigada de Intervenção. Através da sua

grande capacidade de julgamento, assente na permanente prática da lealdade, conseguiu instilar um ambiente de confiança que facilitou e potenciou uma salutar colaboração e uma harmoniosa cooperação, quer com as unidades da Brigada, quer com os Comandos Funcionais e com as entidades exteriores ao Exército.

Possuidor de uma formação humana edificante, o Coronel Magalhães distinguiu-se ainda pelo ímpar espírito de sacrifício e de obediência, pela atitude didáctica e simultaneamente exemplar que sempre adoptou no relacionamento com superiores e subordinados e que o tornam num exemplo de conduta para as gerações mais jovens.

Pela afirmação constante das suas excepcionais qualidades e virtudes militares, pelo grande sentido das responsabilidades e de camaradagem e pelo apoio à decisão dos escalões superiores com esclarecido e excepcional zelo, o Coronel João Magalhães é, na altura em que cessa funções como Chefe do Estado-Maior da Brigada de Intervenção, digno de ver realçada a confiança nele depositada e merecedor do reconhecimento dos serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército e para a Nação.

1 de Março de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o TCor Inf (16733185) **Joaquim Jorge da Silva Pereira**, pela forma altamente honrosa e brilhante, como desempenhou, durante o último ano, as funções de Comandante da 5.ª Operational Mentor and Liaison Team de Guarnição (OMLT G), durante o aprontamento e enquanto força Nacional Destacada integrada na Força de Paz da missão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no exigente Teatro de Operações do Afeganistão.

Durante o aprontamento, desde logo confirmou ser possuidor de excelentes qualidades morais e humanas, com destaque para a firmeza de carácter, a lealdade e grande abnegação, o que associado a uma elevada capacidade de liderança e de organização, muito contribuiu para que a integração dos elementos dos três Ramos e o aproveitamento e combinação das experiências individuais para que o nível de preparação da sua unidade tivesse atingido elevados padrões de prontidão. Mercê da sua elevada competência profissional, imprimiu à sua acção de comando um grande rigor técnico-tático e interpretou a missão de forma muito correcta, tendo conseguido uma exímia execução e um desempenho colectivo assinalável.

No Teatro de Operações, acumulando as funções de Comandante da 5.ª Operational Mentor and Liaison Team de Guarnição com as de Sénior Mentor na Guarnição n.º 3 do Corpo 201 do Exército Nacional do Afeganistão em Pol-e-Charki, manteve uma grande motivação em todos os seus subordinados, conduzindo a actividade de assessoria de forma extremamente eficaz adoptando uma estratégia de envolvimento e comprometimento dos assessores e assessorados na definição dos objectivos a alcançar em sintonia com o Comandante da Guarnição Afegã e de acordo com as prioridades definidas. Para este efeito em muito contribuiu a adaptação à International Security and Assistance Force (ISAF) e a estreita colaboração com os elementos do Afghan National Security Assistance Force Development Assistance Bureau (ADAB) o que permitiu que a guarnição assessorada mantivesse a certificação de Capability Milestone 1. Desenvolveu e promoveu uma excelente relação de confiança e empatia com os assessorados da Guarnição Pol-e-Charki bem como com os diversos contingentes com que a 5.ª OMLT G privou e contribuiu significativamente para dar uma imagem do profissionalismo e competência do militar português no seio da ISAF.

Pela afirmação constante das suas excepcionais qualidades e virtudes militares, o Tenente-Coronel Pereira, é merecedor de público reconhecimento pela acção de comando que desenvolveu com esclarecido e excepcional zelo, devendo os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e Portugal, serem considerados extraordinários, relevantes e distintos.

1 de Março de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Ingresso no Quadro

Passagem da situação de adido nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

Cap AdMil, Adido (00456398) António José Luís Antunes, da DA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Passagem à situação de adido

Nos termos do n.º 1 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Cap Inf, no Quadro (11257192) João Filipe Martinho Exposto, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Outubro de 2010 por ter iniciado licença ilimitada.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Cor Inf, no Quadro (09637880) António Gualdino Ventura Moura Pinto, da UnAp/EME em diligência no Comando Operacional Conjunto do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Dezembro de 2010)

Cor Tm, no Quadro (19886885) Luís Filipe Camelo Duarte Santos, da UnAp/EME em diligência na DivCSI EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 18 de Novembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (07812983) António Mário Bonito Afonso Vargas, da UnAp/EME em diligência no Comando Operacional da Madeira/EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 20 de Janeiro de 2011)

TCor Inf, no Quadro (18009287) Rui Pedro Dias da Silva Formosinho, da UnAp/EME em diligência no CSMIE/EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (00602185) António Carlos Pinto Prata, da UnAp/EME em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (13113989) Paulo Alexandre Teixeira de Almeida, da UnAp/EME em diligência no Allied Joint Command Lisbon, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2010)

Maj Inf, no Quadro (29636693) Luís António Miguens Louro Pereira Mamão, da UnAp/EME em diligência no Comando Operacional da Força Aérea, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 21 de Janeiro de 2011)

Cap AdMil, no Quadro (10799397) Nuno Salvador Vicente Pedro, da UnAp/EME em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 19 de Novembro de 2010)

Nos termos da alínea *c)* do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Cor Inf, no Quadro (16376380) Manuel Carço Prehaz, da UnAp/EME em diligência no EMGFA, por ter tomado posse do cargo de Adido de Defesa junto da embaixada de Portugal em Dili, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2010.

(Por portaria de 12 de Novembro de 2010)

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Cor Inf, no Quadro (02400378) António José de Sampaio Silva, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Novembro de 2010 por ter sido nomeado, nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro, para o desempenho das funções de Director-Técnico no âmbito do Projecto N.º 1 – Organização Superior da Defesa e das Forças de Defesa de Timor-Leste, inscrito do Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Timor-Leste.

(Por portaria de 29 de Novembro de 2010)

Cap Inf, no Quadro (05762697) Nuno Alexandre de Sá e Figueiredo, do CTC, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Setembro de 2010, por ter sido nomeado, nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro, para o desempenho das funções de Assessor no âmbito do Projecto N.º 4 – Apoio à Brigada de Forças Terrestres, inscrito do Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

(Por portaria de 12 de Novembro de 2010)

Nos termos da alínea *f)* do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Cor Inf, no Quadro (07536380) José da Silva Ferreira Loureiro, da UnAp/EME em diligência no IDN, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Julho de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Cor Inf, no Quadro (19801582) Diogo Maria da Silva Pinto Sepúlveda Veloso, da UnAp/EME em diligência no IDN, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Maj Eng, no Quadro (18852292) Paulo Jorge Correia Lamego, da UnAp/EME em diligência no Batalhão de Sapadores Bombeiros de Setúbal, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 21 de Janeiro de 2011)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

TCor Tm, Adido (10585485) João Manuel Marques Maia, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Passagem da situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor AdMil, Supranumerário (07721880) Álvaro José Afonso Oliveira, da UnAp/EME em diligência na DGPRM/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Cor Inf, no Quadro (17585781) António José Lourenço da Fonte Rabaça, da UnAp/EME em diligência no CAS COIMBRA/IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Cor Eng, no Quadro (16599781) Gil Abel de Andrade Ramos, da UnAp/EME em diligência na DGPRM/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Cor Eng, no Quadro (02742883) Hermínio Teodoro Maio, da UnAp/EME em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 07 de Julho de 2010.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Cor Inf, no Quadro (06682882) Rui Manuel Serras Valente, da UnAp/EME em diligência na DGPRM/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 18 de Novembro de 2010)

Cor Eng, no Quadro (05826179) Manuel dos Santos Dias, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança/Presidência do Conselho de Ministros, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 20 de Janeiro de 2011)

Cor Inf, no Quadro (07317783) João Alexandre Jesus da Silva Correia Franco, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Cor Inf, no Quadro (12313984) Norberto António Coelho Carrasqueira, da UnAp/EME em diligência na DGPRM/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.
(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (08976784) João Carlos Sobral dos Santos, da UnAp/EME em diligência no CAS PORTO/IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 20 de Janeiro de 2011)

TCor Art, no Quadro (19734783) Luís Miguel Green Dias Henriques, da UnAp/EME em diligência na IGDN/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 31 de Dezembro de 2010)

TCor Cav, no Quadro (12763583) Carlos Manuel Siborro Reis, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 31 de Dezembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (02193378) Rui Jorge Ramos Carvalho, da UnAp/EME em diligência na DGPRM/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 31 de Dezembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (04633584) António Pedro Proença Esgalhado, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança/Presidência do Conselho de Ministros, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 20 de Janeiro de 2011)

TCor Mat, no Quadro (17977477) Gustavo Jorge Dias, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança/Presidência do Conselho de Ministros, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 20 de Janeiro de 2011)

TCor Inf, no Quadro (09989390) Firmino José Mata Simão, da UnAp/EME em diligência na DGPDN/MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.
(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (17766982) Fernando Manuel Rodrigues Pereira de Albuquerque, da UnAp/EME em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Outubro de 2010.
(Por portaria de 18 de Novembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (03572379) Artur Carabau Brás, da UnAp/EME em diligência no IDN, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.
(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Cav, no Quadro (17473882) António Maria Vilaça Delgado dos Anjos Galego, da UnAp/EME em diligência na Comissão Portuguesa de História Militar do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.
(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Tm, no Quadro (13385883) Álvaro Domingos Marques Moleiro, da UnAp/EME em diligência na Guarda Nacional Republicana, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.
(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (06012577) António José Pinheiro Pimenta, da UnAp/EME em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Inf, no Quadro (01427181) João José Claro dos Santos Cravo, da UnAp/EME em diligência no Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

TCor Farm, no Quadro (04608180) Carlos Alberto do Amaral Souto, da UnAp/EME em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2010)

Maj Inf, no Quadro (18018088) Fernando Manuel Carrasquinho de Melo Martins, da UnAp/EME em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 19 de Novembro de 2010)

Maj Inf, no Quadro (03019890) Amaro José Zambujo Carapuço, da UnAp/EME em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Maj Art, no Quadro (09464888) José Correia André, da UnAp/EME em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 2010)

Maj Inf, no Quadro (03478188) Mário José Rodrigues Capricho, da UnAp/EME em diligência na Secretaria-Geral do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 21 de Janeiro de 2011)

Maj TManTm, no Quadro (01754381) José Luís da Silva Garcia, da UnAp/EME em diligência na PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 19 de Novembro de 2010)

Ten AdMil, no Quadro (04586502) José Manuel Mendes Henriques, da UnAp/EME em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 19 de Novembro de 2010)

Passagem à situação de supranumerário

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

Cor Inf, Adido (00371884) Paulo Emanuel Maia Pereira, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Outubro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no EMGFA.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

TCor Inf, Adido (12367085) Pedro Miguel de Lemos Costa Leal Rosa, do RI3, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Outubro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no Comando Operacional Conjunto do EMGFA.

(Por portaria de 19 de Novembro de 2010)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

Cor Art, Adido (10523283) João Jorge Botelho Vieira Borges, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no IDN.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

Cor Inf, Adido (03071382) Rui Davide Guerra Pereira, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no IESM.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

TCor Cav, Adido (09407383) António Nuno Reis Carrapatoso Marcos de Andrade, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Outubro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no Allied Joint Command Lisbon.

(Por portaria de 18 de Novembro de 2010)

TCor Inf, Adido (01395687) Eleutério João Laranjinho Faleiro, do CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no MDN (FAMET-Fuerzas Aeromóviles del Ejército de Tierra).

(Por portaria de 18 de Novembro de 2010)

TCor Eng, Adido (02917682) José da Costa Rodrigues dos Santos, do RE1, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no IESM.

(Por portaria de 18 de Novembro de 2010)

TCor Eng, Adido (15421988) Raúl Fernando Rodrigues Cabral Gomes, da DIE, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no IESM.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

TCor Cav, Adido (04067989) José Carlos da Silva Mello de Almeida Loureiro, do CmdCCS/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2010 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no IESM.

(Por portaria de 05 de Novembro de 2010)

Passagem à situação de Reserva

Cor Mat (00914474) Armindo José Ventura Rodrigues, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

Cor AdMil (01977981) António Manuel Ferrer de Carvalho, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

Cor Tm (11733874) José Manuel Bento Varela, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Inf (12057574) José António Silva Conceição, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Farm (08952179) José Manuel Pires Duarte Belo, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Farm (09643577) João José Coelho da Torre, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Vet (05307077) Pedro Averous Mira Crespo, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

Cor AdMil (04236476) António Aurélio da Silva Ferreira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

Cor Eng (05833576) Manuel Ferreira da Silva e Osório de Castro, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

Cor Inf (00383882) José Alexandre da Cruz Soares, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

Cor Inf (06767880) António Carlos Sequeira da Teodora, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Farm (19923978) António Manuel dos Santos Carvalho, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Tm (13296183) Carlos Manuel Dias Chambel, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor AdMil (07721880) Álvaro José Afonso Oliveira, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Cor Inf (02941183) Fernando António Pereira de Figueiredo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Março de 2011.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor TManTm (09696279) José Manuel Girão Lima, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 06 de Janeiro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor SGE (13329278) João da Silva Veloso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Agosto de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TExpTm (07547479) Modesto Moraes Fernandes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 07 de Setembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TExpTm (13890379) António Alberto Gabriel Meireles, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 08 de Setembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TExpTm (19032577) Carlos Alberto da Mata Mendes Henriques, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TExpTm (14214680) Luís Filipe Pereira Ferreira, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 01 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TManMat (12655079) Joaquim Luís de Matos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor SGE (15012077) Damélio de Deus da Veiga, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor SGE (14985476) António Manuel Gonçalves Rodrigues Jardim, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TManMat (05395778) António Cavaco Diogo, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 03 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor SGE (15297178) Fernando dos Santos Guedes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 03 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TExpTm (02067777) João Aires Fernandes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor TManTm (02572079) António Manuel Caracol de Almeida Amador, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 02Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor TManMat (14168774) Isáias Escalreira Pires, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor Inf (09216086) Pedro Jorge Carvalheiro Henriques, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor SGE (09152576) Arsénio Jorge Martins Fernandes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor TExpTm (06542378) Fernando Augusto Oliveira das Neves, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor SGE (04181678) Jorge Rodrigues Pereira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor SGE (13812679) Luís Manuel dos Santos Alves Figueira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor SGE (07216978) David José Marques Soares, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

TCor SGE (05032477) Armandino Miguel Fernandes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

TCor SGE (09680673) Carlos Pires Martins, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Janeiro de 2011.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

MAj SGE (06738778) Manuel Ribeiro Batista Mendes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

MAj SGE (02419882) Fernando da Conceição Menezes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Mat (08580879) Hélio João da Silva Coelho, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Março de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Art (15273778) Joaquim António Cabral de Oliveira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor SGE (12770281) José Albino Filipe Seco, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Med (08413680) Manuel Gomes Videira, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Cav (00305481) António José Branquinho dos Santos, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor AdMil (16992880) António Joaquim Cabaço Pereira, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor AdMil (16689380) José Carlos Moreno Malveiro, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Med (09336582) José Carlos Pereira Rijo, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Tm (02484576) Daniel da Conceição Costa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 04Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Inf (11254079) Jorge Manuel Fernandes Veiga dos Reis, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 01 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Inf (04113579) Amadeu Luís de Almeida Figueiredo, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Inf (07504979) António do Nascimento Silva Porto, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Farm (01725178) Jorge Manuel dos Reis Rocha, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 03 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Mat (19543180) Carlos Alberto Gonçalves Neto da Graça, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 03 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Eng (05832779) Francisco Firmino Esteves de Sousa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 03 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Tm (05551580) Álvaro Augusto Maia Maurício, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 04 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor AdMil (05876281) Carlos Alberto da Silva Minhós, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 04 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Mus (12812283) Ricardo Isidro Martins Xavier, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Tm (10225177) Manuel Filipe dos Santos Oliveira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Vet (03989177) António Palheira Lopes da Silva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Med (17865481) Maximino de Sousa Passos, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Cav (02584580) Alcides Marques Pais Mamede, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Para (15623577) José Francisco Antunes Farinha, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Vet (03949676) José Ladislau Montagne Barbosa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 01 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 114Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Eng (07996279) Vítor Manuel Cordeiro, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Inf (10496179) Esmeraldo Manuel Rão Roxo, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Eng (08967979) Domingos José Gonçalves Rodrigues Limão, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 07 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Mat (11520781) Manuel Costa, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SMor Inf (16800779) Jorge Marques da Fonseca, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Inf (15720279) Victor Manuel Gonçalves Canário, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Tm (15626978) Joaquim Augusto da Silva Freitas, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor Art (04576679) Agostinho Rodrigues Barbosa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SMor SGE (14985179) Fernando Pereira Monteiro, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SCh Para (16713483) Jorge António Pinto de Sousa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SCh Para (03393783) Pedro Manuel Bernardes Lourenço, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SCh Mus (07393386) Adriano Joaquim Soares Carvalho, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SCh Para (18467584) Manuel Francisco Carvalho da Mota, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

SAj Mus (11049486) Júlio dos Santos Moreira, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SAj Mat (07118986) Luís Manuel Henrique Mendes, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

SAj Art (11950585) Nelson Samuel Caldas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 64 de 31Mar11)

1Sarg Aman (15824278) Jorge Manuel Vidades de Sousa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 04Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

1Sarg Aman (03571778) José Augusto Oliveira Chouriço, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Outubro de 2010.

(Por despacho de 04Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

1Sarg Aman (10110379) António Manuel Rosa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 02 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

1Sarg Aman (03619688) António Manuel Barbosa da Silva, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 23Fev11/DR II série n.º 58 de 23Mar11)

1Sarg Aman (02413579) Jaime de Ponte Jesus, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 01 de Março de 2011.

(Por despacho de 11Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Passagem à situação de Reforma

MGen (08623075) José Caetano Almeida e Sousa, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o n.º 6, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 15Mar11/DR II série n.º 61 de 28Mar11)

Cor Inf (08367674) Manuel Carneiro Teixeira, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 15Mar11/DR II série n.º 61 de 28Mar11)

TCor QTS (04839266) José Álvaro Carvalho Pereira Leite, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Agosto de 2007.

(Por despacho de 15Mar11/DR II série n.º 61 de 28Mar11)

1Sarg Inf (15352388) João Carlos Gomes Libório, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Julho de 2010.

(Por despacho de 15Mar11/DR II série n.º 61 de 28Mar11)

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerados nesta situação desde a data que a cada um se indica:

TGen (03935864) José Carlos Cadavez, desde 1 de Novembro de 2010;
Cor Inf (03543664) Horácio da Silva Ferreira, desde 5 de Novembro de 2010;
TCor QTS (03838966) António Mendes da Cruz, desde 9 de Novembro de 2010;
Maj QTS (05424566) João Humberto Campos de Carvalho, desde 20 de Novembro de 2010.
(Por despacho de 14Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerados nesta situação desde a data que a cada um se indica:

MGen (13908469) Manuel António Apolinário, desde 1 de Novembro de 2010;
Cor AdMil (17736173) José Salviano Ferreira Correia, desde 1 de Novembro de 2010;
Cor Inf (06989873) Pedro Manuel Moço Ferreira, desde 2 de Novembro de 2010;
Cor AdMil (18094974) João Carlos Gonçalves Fortes, desde 15 de Novembro de 2010;
Cor AdMil (02404379) José Manuel Pronto do Rosário Santos, desde 15 de Novembro de 2010;
Cor AdMil (60952773) Luís Filipe Magalhães de Aguiar, desde 15 de Novembro de 2010;
Cor Inf (07542675) António Manuel Camacho Soares, desde 25 de Novembro de 2010;
Cor Vet (04827470) Artur Dinis Fernandes, desde 30 de Novembro de 2010;
TCor Tm (08177084) José Carlos Carvalho da Cunha Silva, desde 1 de Novembro de 2010;
TCor SGE (08905374) Daniel Francisco Silva Coelho de Moura, desde 22 de Novembro de 2010;
TCor Med (09605773) Jorge Manuel Marques do Espírito Santo, desde 26 de Novembro de 2010;
TCor SGE (07984774) Gualdim Cordeiro, desde 30 de Novembro de 2010;
Maj Art (08390486) Nuno Miguel Mendonça Romão de V. Cabanas, desde 1 de Novembro de 2010;
Maj SGE (04516076) João Dionísio Parreira Bate, desde 22 de Novembro de 2010;
Maj TManMat (10903577) Delmar Fernandes Rio, desde 28 de Novembro de 2010;
SMor AdMil (01655275) Guilherme José Saiote Louro, desde 1 de Novembro de 2010;
SMor Art (10304774) José António Gonçalves Correia, desde 2 de Novembro de 2010;
SMor Inf (09392774) José Armindo Mendes Barata, desde 2 de Novembro de 2010;
SMor Tm (00273170) Hernâni Luís Valoura Balsa, desde 14 de Novembro de 2010;
SMor Inf (10432572) Francisco António Teiga, desde 20 de Novembro de 2010;
SMor Inf (62968774) António da Anunciação Pereira, desde 30 de Novembro de 2010;
SCh Tm (01183181) António José Ferreira Caldas de Araújo, desde 1 de Novembro de 2010;
SCh Inf (10907177) António Manuel da Ressurreição, desde 1 de Novembro de 2010;
SCh Para (09195278) Dinis Fernando Alves Jerónimo, desde 21 de Novembro de 2010;
SCh Cav (10216280) João Carlos Gonçalves Maridalho, desde 25 de Novembro de 2010;
SCh Para (12651177) José Maria da Silva Alexandre, desde 30 de Novembro de 2010;
SAj Mat (04598283) António Alberto Nuno Agostinho, desde 2 de Novembro de 2010;
SAj Mat (10213985) Vítor Manuel Brites Florindo, desde 15 de Novembro de 2010;
SAj Tm (05802079) Isidro Manuel dos Santos, desde 30 de Novembro de 2010;
SAj Art (17589983) José Manuel Carvalho, desde 30 de Novembro de 2010;
1Sarg Aman (18264877) Manuel dos Santos Faustino, desde 4 de Novembro de 2010;
1Sarg Aman (19239677) Joaquim Fernando Neves de Figueiredo, desde 7 de Novembro de 2010;
1Sarg Eng (03052287) Fernando António de Oliveira Tavares, desde 10 de Novembro de 2010;
1Sarg Aman (17226376) António Amâncio da Cruz Portas, desde 16 de Novembro de 2010;
1Sarg Aman (04252981) José Diogo Figueiredo Almeida, desde 25 de Novembro de 2010;
1Sarg Aman (13904282) António Manuel Gomes Paulino, desde 30 de Novembro de 2010;
1Sarg Art (10374089) Paulo Jorge da Silva Azenha, desde 30 de Novembro de 2010.

(Por despacho de 14Mar11/DR II série n.º 59 de 24Mar11)

Passagem à situação de Reforma Extraordinária

TCor Eng (14424182) Augusto José Pinto da Rocha Pinheiro, nos termos da alínea *a*) do artigo 160.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b*) n.º 9 da Portaria 162/76, de 24 de Março, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por despacho de 17Mar11/DR II série n.º 61 de 28Mar11)

SAj Para (10315780) António Domingos da Fonseca, nos termos da alínea *a*) do artigo 160.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Dezembro de 2004.

(Por despacho de 31Mar11/DR II série n.º 71 de 11Abr11)

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Por despacho de 03 de Novembro de 2010 do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, praticado no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo Despacho n.º 13 551/2010 de 24 de Agosto, do Major-General Director de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do Tenente-General Ajudante-General do Exército, por delegação recebida do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República* (II Série) n.º 41 de 1 de Março de 2010, foram promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e da alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, os Sargentos a seguir indicados:

1Sarg Cav (15390890) Rui Manuel Matos Rodrigues	15Out10
1Sarg AdMil (06831792) Pedro Miguel Inácio Rezendes	15Out10
1Sarg Inf (05097190) Rodrigo Manuel Matos Minhava	15Out10
1Sarg Inf (06052390) António da Costa Oliveira	15Out10
1Sarg SGE (02923191) José Manuel Falé da Silva	15Out10
1Sarg Inf (11476391) Carlos Alberto da Silva Barry	15Out10
1Sarg Inf (28471491) Hélder Daniel da Mota B. Raposo	15Out10
1Sarg Eng (17282390) Carlos Manuel Gomes Marques	15Out10
1Sarg Med (01821991) Carlos Armando Morais Delgado	15Out10
1Sarg Inf (00167091) Carlos Manuel Lopes Marques	15Out10
1Sarg Cav (04593291) Mário João Valério Alho	18Out10
1Sarg Tm (10171991) Hélder José Ferreira Regada	18Out10
1Sarg Inf (00245293) Hélder Nuno Miguel dos S. Rodrigues	18Out10
1Sarg Eng (12784090) Francisco José Brás de Oliveira	19Out10
1Sarg Inf (03933291) Carlos Manuel Pereira Mouro	19Out10
1Sarg Art (09237691) Manuel do Carmo Parreira Agostinho	19Out10
1Sarg Inf (07202090) Nuno Miguel Baião Marques Bexiga	19Out10
1Sarg Inf (01838092) Hugo Miguel Ferreira de O. Leitão	20Out10
1Sarg SGE (10790891) Paulo Jorge Veiguinha Soares	20Out10
1Sarg Art (16421290) José Ivo de Abreu	20Out10
1Sarg Mat (11048090) José Manuel Carvalho B. Rodrigues	20Out10
1Sarg Art (02586891) Davide Rui Pedrosa de Brito	21Out10
1Sarg Mus (00245693) Luís Carlos Garcia Cascão	21Out10
1Sarg Mat (16693191) Rui Manuel da Silva Infante	21Out10
1Sarg Mat (16671991) Sérgio António Dias Geraldês	21Out10
1Sarg AdMil (15903092) Humberto Patrício Esteves	21Out10

Contam antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Sargento-Ajudante, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de Outubro.

São promovidos para o Quadro ocupando as vagas previstas no Despacho 187/CEME/2010, de 11 de Outubro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, para qualquer quadro especial, pelo que, encerram vaga.

Ficam posicionados na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 231 de 29 de Novembro de 2010)

IV — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção por escolha ao posto de Coronel, dos Tenentes-Coroneis das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 2 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 11 de Março de 2011, para vigorar no ano de 2011:

Infantaria

- 1 TCor Inf (17527085) Francisco José Fonseca Rijo;
- 2 TCor Inf (09023286) Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira;
- 3 TCor Inf (15372686) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires;
- 4 TCor Inf (14651184) António Alcino da Silva Regadas;
- 5 TCor Inf (04667779) Ricardo Manuel Pereira Viegas;
- 6 TCor Inf (02126184) Carlos Alberto Esteves Filipe;
- 7 TCor Inf (13411681) Mário José Vieira Pereira;
- 8 TCor Inf (16198181) Armando dos Santos Ramos;
- 9 TCor Inf (16113584) Arsénio de Matos Luís;
- 10 TCor Inf (00316485) Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira;
- 11 TCor Inf (18070785) José Carlos de Almeida Sobreira;
- 12 TCor Inf (02274679) Carlos Fernando Nunes Faria;
- 13 TCor Inf (02500382) José Manuel Pereira Nunes;
- 14 TCor Inf (13360886) Manuel Nunes Maio Rosa;
- 15 TCor Inf (12367085) Pedro Miguel de Lemos Costa Leal Rosa;
- 16 TCor Inf (15424885) Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues;
- 17 TCor Inf (05070684) Luís Filipe Gomes Salgado;
- 18 TCor Inf (00721880) Américo Fernando Carreira Martins;
- 19 TCor Inf (19115586) Paulo Jorge Baptista Domingos;
- 20 TCor Inf (00560183) Filipe Jorge Pires Medina de Sousa;
- 21 TCor Inf (03401681) Jorge Manuel Santos da Silveira;
- 22 TCor Inf (06967586) José Alberto dos Santos Marcos;
- 23 TCor Inf (04572785) Assis Inácio dos Santos Rodrigues;
- 24 TCor Inf (19412385) Jorge Manuel de Oliveira Diogo;
- 25 TCor Inf (10541285) António Manuel Diogo Velez;
- 26 TCor Inf (09946386) António José Pires Mendes;
- 27 TCor Inf (18236781) Ulisses Alves;
- 28 TCor Inf (06341683) José Manuel Pires Contramestre;
- 29 TCor Inf (09523783) Francisco António Gonçalves Vaz;
- 30 TCor Inf (12069184) Joaquim do Cabo Sabino;
- 31 TCor Inf (04620286) Gabriel José Costa Barbado;
- 32 TCor Inf (06075085) Carlos António Manso Mendes Bartolomeu;
- 33 TCor Inf (19371784) José Manuel Carvalho das Dores Moreira;

- 34 TCor Inf (12418780) Luís Manuel Pires Pita;
- 35 TCor Inf (15560185) José Joaquim Barreno Branco;
- 36 TCor Inf (12419387) Sérgio Augusto Valente Marques;
- 37 TCor Inf (05521487) Sebastião Joaquim Rebouta Macedo;
- 38 TCor Inf (15344483) Valdemar Correia Lima;
- 39 TCor Inf (11794785) Francisco José Ferreira Duarte;
- 40 TCor Inf (01341685) Rui Manuel das Neves Azevedo Machado;
- 41 TCor Inf (01372287) Nuno Manuel Mendes Farinha;
- 42 TCor Inf (09156086) Lino Loureiro Gonçalves;
- 43 TCor Inf (11079884) Jaime Ventura Morais Queijo;
- 44 TCor Inf (03878381) Jorge Luís Leão da Costa Campos;
- 45 TCor Inf (05972286) Manuel Paulo da Costa Santos;
- 46 TCor Inf (19015786) Paulo Bernardino Pires Miranda;
- 47 TCor Inf (07398786) Nuno Manuel Romana Pires Barão;
- 48 TCor Inf (16370385) João Carlos Carvalho e Cunha Godinho;
- 49 TCor Inf (13065884) João Carlos Rodrigues Mendes da Silva Caldeira;
- 50 TCor Inf (05534484) Paulo José da Cruz Lourenço;
- 51 TCor Inf (07496887) Francisco José dos Santos Martins;
- 52 TCor Inf (12274484) António Jorge Pinho de Oliveira;
- 53 TCor Inf (01091586) Mário João Vaz Alves de Bastos;
- 54 TCor Inf (17199386) Paulo Jorge Varela Curro;
- 55 TCor Inf (14699384) Rui Manuel Dias Carrapico Nicau;
- 56 TCor Inf (07147687) Paulo Raúl Cheu Guedes Vaz;
- 57 TCor Inf (09615186) Cesário Filipe Barros da Rocha;
- 58 TCor Inf (16910285) Luís Miguel Pinheiro da Silva Raposo de Medeiros;
- 59 TCor Inf (02033185) Manuel Joaquim Moreno Ratão;
- 60 TCor Inf (17355286) António Paulo Lopes Romeiro;
- 61 TCor Inf (09091485) Paulo Jorge da Ponte Figueiredo;
- 62 TCor Inf (04030986) João Alberto Nunes Silva;
- 63 TCor Inf (18455486) Marco Aurélio dos Santos Silva;
- 64 TCor Inf (00771586) Hilário Dionísio Peixeiro;
- 65 TCor Inf (07448385) Joaquim José Rodrigues Bucho;
- 66 TCor Inf (17320986) José Augusto Amaral Lopes;
- 67 TCor Inf (01395687) Eleutério João Laranjinho Faleiro;
- 68 TCor Inf (00064585) José Manuel Salgueiro Ribeiro Boieiro;
- 69 TCor Inf (07323682) José Manuel Ferreira Afonso;
- 70 TCor Inf (04257585) Luís Filipe Martins Antunes Andrade;
- 71 TCor Inf (07174788) Paulo Alexandre Braga Gordo;
- 72 TCor Inf (00208586) Manuel da Cruz Pereira Lopes;
- 73 TCor Inf (17687085) Rui Alexandre de Almeida Esteves;
- 74 TCor Inf (06935985) Paulo Alexandre Parreira Bilro;
- 75 TCor Inf (04436085) Pedro Manuel Pessanha de Almeida Duarte;
- 76 TCor Inf (09185485) Augusto Cerdeira;
- 77 TCor Inf (01200185) José Luís Patrício Rego Batista;
- 78 TCor Inf (16583686) Paulo José de Sousa Teles Serra Pedro;
- 79 TCor Inf (14185187) João Carlos Ferreira Gouveia;
- 80 TCor Inf (00056185) Paulo Jorge dos Santos Veloso;
- 81 TCor Inf (06402081) António Manuel Gomes da Silva;
- 82 TCor Inf (13247083) Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim;
- 83 TCor Inf (00355588) Emanuel Jorge de Almeida Luís;
- 84 TCor Inf (05962787) Eduardo Manuel Vieira Pombo;
- 85 TCor Inf (07221881) Rui Manuel Mendes Dias;
- 86 TCor Inf (06194686) Raul José Felisberto Matias;
- 87 TCor Inf (08893286) Mário Alexandre de Menezes Patrício Alvares;

- 88 TCor Inf (08559187) José Dias Lages;
- 89 TCor Inf (08060786) José Luís Sousa Pereira;
- 90 TCor Inf (09275387) Gonçalo José Santos de Azevedo;
- 91 TCor Inf (17914486) João Manuel Mendonça Roque;
- 92 TCor Inf (15059788) Luís Miguel Afonso Calmeiro;
- 93 TCor Inf (16795683) David Teixeira Correia;
- 94 TCor Inf (06292287) João Luís Rodrigues Leal;
- 95 TCor Inf (04257987) João Alberto Gonçalves Domingos;
- 96 TCor Inf (05797282) Fernando Jorge Semedo da Costa;
- 97 TCor Inf (01623385) Carlos José Félix Peças;
- 98 TCor Inf (16199985) Paulo Jorge Torres Afonso;
- 99 TCor Inf (15412984) Francisco José Courelas de Oliveira Figueiredo;
- 100 TCor Inf (12798784) Jorge Manuel dos Santos Vieira Martins;
- 101 TCor Inf (08211788) João Paulo Ribeiro Junqueira;
- 102 TCor Inf (03571487) Luís Miguel Rogado Pereira Salvador Pinheiro;
- 103 TCor Inf (07628788) Paulo Jorge Franco Marques Saraiva;
- 104 TCor Inf (13384988) Luís Miguel Correia Cardoso;
- 105 TCor Inf (11082087) Jorge Manuel Dias Sequeira;
- 106 TCor Inf (06672988) Rui Alexandre Ramos Silva;
- 107 TCor Inf (15756386) Francisco José Bernardo de Azevedo Narciso.

Artilharia

- 1 TCor Art (02792185) António José Pardal dos Santos;
- 2 TCor Art (07126877) João Carlos Ferreira da Costa;
- 3 TCor Art (12469086) Carlos Manuel Mendes Dias;
- 4 TCor Art (15369685) João Luís Morgado Silveira;
- 5 TCor Art (00392880) Jaime da Silva Sequeira;
- 6 TCor Art (10717084) José António de Figueiredo Rocha;
- 7 TCor Art (18003185) José Augusto Oliveira Costa dos Reis;
- 8 TCor Art (07483286) Francisco José Bernardino da Silva Leandro;
- 9 TCor Art (14735284) José Manuel Peres de Almeida;
- 10 TCor Art (03094584) Pedro Manuel Teixeira da Paula Gomes;
- 11 TCor Art (07376881) José Fernando de Araújo Carvalho;
- 12 TCor Art (02951882) José Fernando Duque Luciano Paulo;
- 13 TCor Art (03289784) Joaquim Manuel de Almeida Moura;
- 14 TCor Art (08949385) Carlos Manuel de Lemos Ramos Dionísio;
- 15 TCor Art (09068383) Norberto Antunes Serra;
- 16 TCor Art (17815284) João Paulo da Costa Salgado;
- 17 TCor Art (12925784) Joaquim Manuel Ferreira Ramalho;
- 18 TCor Art (15754584) Mário Jorge Assis Ferreira da Silva;
- 19 TCor Art (00267186) José Carlos Levy Varela Benrós;
- 20 TCor Art (07448182) António José Marques dos Santos;
- 21 TCor Art (02426380) João Alberto Amador Botelho;
- 22 TCor Art (05431477) Vítor Manuel Martins Dias;
- 23 TCor Art (01539381) José Domingos Nogueira da Silva;
- 24 TCor Art (08431388) Luís Manuel Ricardo Monsanto;
- 25 TCor Art (19881486) Vítor Hugo Dias de Almeida;
- 26 TCor Art (05539186) António Jaime Gago Afonso;
- 27 TCor Art (04626886) João Alberto Cabecinha Quaresma Furtado de Almeida;
- 28 TCor Art (19123887) César Luís Henriques dos Reis;
- 29 TCor Art (05581385) António Pedro Matias Ricardo Romão;
- 30 TCor Art (01001885) Rui Manuel Costa Ribeiro;
- 31 TCor Art (17268485) Pedro Nuno da Costa Salgado;

- 32 TCor Art (13240087) José Firmino Soares de Aquino;
- 33 TCor Art (12440187) José Fraga Figueiredo Conceição;
- 34 TCor Art (10836685) José Manuel Vinhas Nunes;
- 35 TCor Art (05245686) Francisco Afonso Mexia Favita Setoca;
- 36 TCor Art (09177683) Manuel Maria Barreto Rosa;
- 37 TCor Art (18565583) Luís Manuel Garcia de Oliveira;
- 38 TCor Art (05773288) Francisco José Lopes Palma Gomes;
- 39 TCor Art (19796487) António José Ruivo Grilo;
- 40 TCor Art (02000786) José Alberto Dias Martins;
- 41 TCor Art (12282686) António Alberto Crispim Paradelo;
- 42 TCor Art (03452087) Hélder António da Silva Perdigão;
- 43 TCor Art (17098077) José António Ribeiro de Oliveira;
- 44 TCor Art (17337287) Luís Filipe Marinho Pereira;
- 45 TCor Art (06234885) José Carlos dos Santos Leal Teixeira;
- 46 TCor Art (13673983) Fernando José de Jesus Eduardo Parreira;
- 47 TCor Art (11205186) Carlos Manuel da Silva Caravela;
- 48 TCor Art (11903386) Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar;
- 49 TCor Art (19715986) António José Belchior Serrano;
- 50 TCor Art (02139187) João Manuel Serra David.

Cavalaria

- 1 TCor Cav (15050884) José Pedro Leitão do Carmo Costa;
- 2 TCor Cav (11898185) Rui Manuel da Silva Ferreira;
- 3 TCor Cav (18503485) Paulo Manuel Simões das Neves de Abreu;
- 4 TCor Cav (01831883) João Carlos Vaz Ribeiro do Amaral Brites;
- 5 TCor Cav (03234984) Nuno Gonçalo Victória Duarte;
- 6 TCor Cav (00364985) Álvaro Manuel Claro Guedes de Seixas Rosas;
- 7 TCor Cav (13901581) Joaquim Lúcio da Silva e Conceição;
- 8 TCor Cav (03240582) José Túlio Marques da Silva;
- 9 TCor Cav (05997180) Jorge Fernando de Almeida Brito;
- 10 TCor Cav (14614686) Jaime Joaquim Picado Nogueiro;
- 11 TCor Cav (09407383) António Nuno Reis Carrapatoso Marcos de Andrade;
- 12 TCor Cav (01650784) José Elísio Oliveira Gonçalves;
- 13 TCor Cav (01266186) António Manuel de Almeida Domingues Varregoso;
- 14 TCor Cav (03763787) Paulo Jorge Rodrigues Ramos;
- 15 TCor Cav (01585486) Henrique José Cabrita Gonçalves Mateus;
- 16 TCor Cav (14668385) Francisco António Amado Rodrigues;
- 17 TCor Cav (02007586) Rui Manuel Sequeira de Seça;
- 18 TCor Cav (11407084) Paulo Manuel Rebelo Cadoso;
- 19 TCor Cav (07177087) Paulo Jorge Ferreira Gomes Pinto de Sousa;
- 20 TCor Cav (10978985) Paulo de Jesus Pereira Zagalo;
- 21 TCor Cav (02052885) José David Angelino da Graça Talambas;
- 22 TCor Cav (05908888) Paulo Jorge Lopes da Silva;
- 23 TCor Cav (06995487) Jorge Manuel Guerreiro Gonçalves Pedro;
- 24 TCor Cav (00598788) Paulo Alexandre Simões Marques;
- 25 TCor Cav (12398586) Miguel Serrão Sirgado Arnaut Pombeiro;
- 26 TCor Cav (12694585) Hélder de Jesus Charreu Casação;
- 27 TCor Cav (05535184) Luís Manuel Guerreiro Ferreira;
- 28 TCor Cav (15720485) José Manuel Carreiro Crespo.

Engenharia

- 1 TCor Eng (07320186) Francisco António Amado Monteiro Fernandes;
- 2 TCor Eng (12656084) João Manuel Pires;

- 3 TCor Eng (01506285) Fausto Manuel Vale do Couto;
- 4 TCor Eng (15645281) José Paulo Ribeiro Berger;
- 5 TCor Eng (18914784) Manuel Salvador Rebelo de Carvalho;
- 6 TCor Eng (10589981) Rui Albertino Costa Neto;
- 7 TCor Eng (00907086) João Paulo de Almeida;
- 8 TCor Eng (07978886) Rui Paulo Brazão Martins Costa;
- 9 TCor Eng (18264085) Avelino João Carvalho Dantas;
- 10 TCor Eng (07233182) Augusto de Barros Sepúlveda;
- 11 TCor Eng (02917682) José da Costa Rodrigues dos Santos.

Transmissões

- 1 TCor Tm (08105285) Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro;
- 2 TCor Tm (09304085) José Augusto dos Santos Rodrigues;
- 3 TCor Tm (01266881) Rui Manuel Pimenta Couto;
- 4 TCor Tm (04844285) Manuel Carvalho Vinhas;
- 5 TCor Tm (04641886) Fernando Manuel Salas Gonçalves Baptista;
- 6 TCor Tm (13936286) Luís Miguel Garrido Afonso;
- 7 TCor Tm (00849886) José Carlos da Costa Guilherme;
- 8 TCor Tm (06684986) João Batista Dias Garcia;
- 9 TCor Tm (02360085) Rui Manuel Marques da Silva;
- 10 TCor Tm (01095486) António Renato Pimentel Santos;
- 11 TCor Tm (13847087) Paulo Fernando Viegas Nunes;
- 12 TCor Tm (15420584) Alberto Cabreiro Palhau;
- 13 TCor Tm (18941587) José António da Silva Vieira.

Serviço de Administração Militar

- 1 TCor AdMil (00944379) José Alves de Sousa;
- 2 TCor AdMil (16106184) José Manuel Almeida de Rodrigues Gonçalves;
- 3 TCor AdMil (00662783) Carlos Manuel Diogo da Graça Rosa;
- 4 TCor AdMil (12287983) Manuel David de Jesus;
- 5 TCor AdMil (11110985) António Manuel Lebre Falcão;
- 6 TCor AdMil (06299979) Manuel Maximino Carvalho Teixeira;
- 7 TCor AdMil (16357684) Luís Artur Alves Rita;
- 8 TCor AdMil (16678180) Vítor Carreiros Pedroso;
- 9 TCor AdMil (05013985) Rui Miguel Azevedo Grosso;
- 10 TCor AdMil (15478784) Paulo Jorge Ramos Cecília Farrajota Ralheta;
- 11 TCor AdMil (05572985) José Carlos Alves Rodrigues;
- 12 TCor AdMil (05581685) Carlos Manuel Barbas Fernandes;
- 13 TCor AdMil (10473185) Armando José Rei Soares Ferreira;
- 14 TCor AdMil (17245485) Carlos Manuel Rebelo Ribeiro;
- 15 TCor AdMil (18176883) Henrique Manuel Martins Veríssimo;
- 16 TCor AdMil (00453481) Rui Manuel Albuquerque Tavares Salvado;
- 17 TCor AdMil (14562980) Manuel Gonçalves da Silva;
- 18 TCor AdMil (00200982) Raul Manuel Leão Baptista;
- 19 TCor AdMil (19205786) José Alberto Alves Ribeiro de Magalhães.

Serviço de Material

- 1 TCor Mat (05038479) Manuel Gonçalves Travessa Garcia;
- 2 TCor Mat (02469884) João Luís de Sousa Pires;
- 3 TCor Mat (06780784) João Paulo Barreiros Pereira da Silva;
- 4 TCor Mat (01276281) António Manuel Cruz Fernandes Vieira;

- 5 TCor Mat (08578183) Manuel Duarte de Amorim Ribeiro;
- 6 TCor Mat (00253282) José Manuel Valente Castelhana;
- 7 TCor Mat (07276886) Arlindo Neves Lucas;
- 8 TCor Mat (06951781) António José dos Santos Martins;
- 9 TCor Mat (00610382) José Manuel Jorge da Costa Roldão;
- 10 TCor Mat (01157387) Marco António Domingos Teresa;
- 11 TCor Mat (14569881) Miguel Luís Ferreira Sendim.

Medicina

- 1 TCor Med (05156982) Rui Adriano André da Silva Santos;
- 2 TCor Med (01270480) António Maria Ferreira Alcoforado Côrte-Real;
- 3 TCor Med (11393780) Rui Hélder Tomás Labrusco;
- 4 TCor Med (01531481) Joaquim António Mendes da Luz Machado Caetano;
- 5 TCor Med (01676082) Paulo Jorge Monteiro da Silva Lúcio;
- 6 TCor Med (02105584) João Pedro Ivens Ferraz Jácome de Castro;
- 7 TCor Med (17704681) Jorge Alberto de Faria Moreno Governa;
- 8 TCor Med (14430181) António Rui de Campos Sousa;
- 9 TCor Med (12667584) José Nicolau Almeida e Sá Ferreira de Andrade;
- 10 TCor Med (19524484) José João Miranda dos Santos Gonçalves;
- 11 TCor Med (17530883) Maria do Carmo Rocha e Silva.

Medicina Dentária

- 1 TCor Dent (13738083) Francisco da Silva Barbosa.

Farmácia

- 1 TCor Farm (12367485) Maria Ângela Pereira R. Pinheiro Pimentel Furtado;
- 2 TCor Farm (16882585) Margarida de Sá Figueiredo;
- 3 TCor Farm (09882782) Maria de Fátima Faria Daniel Ferreira Jorge.

Medicina Veterinária

- 1 TCor Vet (05201482) Luís Manuel Carreira Garcia;
- 2 TCor Vet (08700986) José Carlos Sanches Ribeiro.

Técnicos de Manutenção de Material

- 1 TCor TManMat (14797475) João Tavares Tomás.

Técnicos de Exploração de Transmissões

- 1 TCor TExpTm (00576178) Agostinho de Aguiar Pinto Janeiro.

Serviço Geral do Exército

- 1 TCor SGE (17164773) Olivério Martins Teixeira;
- 2 TCor SGE (09034474) Albano Braz das Neves;
- 3 TCor SGE (09680673) Carlos Pires Martins.

Serviço Geral Pára-quedista

- 1 TCor SGPQ (10365379) João Manuel da Costa Lopes;
- 2 TCor SGPQ (09214283) Filipe Luís Carvalho de Castro.

Listas de promoção por antiguidade ao posto de Tenente-Coronel, dos Majores das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 29 de Março de 2011, para vigorar no ano de 2011:

Infantaria

- 1 Maj Inf (16468287) Vítor Joaquim Bicheiro Sanches;
- 2 Maj Inf (07149485) João Carlos de Miranda Saborano;
- 3 Maj Inf (0876289) Rui Morgado Cupido;
- 4 Maj Inf (08821689) António Manuel Evangelista Esteves;
- 5 Maj Inf (04393089) Paulo Jorge Caiadas da Quinta;
- 6 Maj Inf (10829089) Joaquim José Estevão da Silva;
- 7 Maj Inf (18375991) João Pedro Machado Falcão Lhano;
- 8 Maj Inf (16492190) Miguel Ricardo Rodrigues Pimentel Cruz;
- 9 Maj Inf (11075389) José Manuel Alves Guedes dos Santos;
- 10 Maj Inf (09677291) António Colaço Gabriel;
- 11 Maj Inf (16026090) Manuel Adriano Santana Pires;
- 12 Maj Inf (18163587) Luís Manuel Brás Bernardino;
- 13 Maj Inf (02976989) Paulo Jorge Malva de Jesus Repas;
- 14 Maj Inf (07821688) Luís Manuel Gonçalves Leal;
- 15 Maj Inf (08516084) Jorge Manuel Dias Freixo;
- 16 Maj Inf (18768490) José Jorge de Sousa Marinho;
- 17 Maj Inf (10194690) António Carlos Cara Nova de Góis Cachopo;
- 18 Maj Inf (01275791) João de Sousa Machado;
- 19 Maj Inf (01873189) Paulo Alexandre Moreira Machado;
- 20 Maj Inf (03912989) Paulo Jorge Gonçalves Martins;
- 21 Maj Inf (08683288) Manuel Maria de Sousa Fernandes Dias;
- 22 Maj Inf (19886690) Carlos Alberto Mendes Ferreira;
- 23 Maj Inf (01953389) Mário Manuel Mourão Pinto;
- 24 Maj Inf (02195388) Carlos Jorge Gomes Marques;
- 25 Maj Inf (03478188) Mário José Rodrigues Capricho;
- 26 Maj Inf (03216189) João Manuel de Jesus Carvalho;
- 27 Maj Inf (18468689) Jaime César Oliveira da Costa;
- 28 Maj Inf (05979792) José Manuel Figueiredo Moreira;
- 29 Maj Inf (09669188) Manuel José Mendes Cavaco;
- 30 Maj Inf (09481689) José Eduardo Blanc Capinha Henriques;
- 31 Maj Inf (01035387) João Francisco da Costa Bernardino;
- 32 Maj Inf (14170089) Jorge Manuel Varanda Pinto;
- 33 Maj Inf (14322791) Rui Monteiro Gonçalves;
- 34 Maj Inf (17779791) José Alfredo Santos Soares;
- 35 Maj Inf (13193191) João Alberto Alexandre Ferreira;
- 36 Maj Inf (11768092) Luís Carlos Falcão Escorrega;
- 37 Maj Inf (09976591) José Custódio Reis Lopes Marques;
- 38 Maj Inf (02685892) Carlos Manuel Domingues Cardador Pires Pato;
- 39 Maj Inf (19843491) Manuel José Antunes da Costa Reis;
- 40 Maj Inf (05309590) Joaquim António Teixeira Barreira;
- 41 Maj Inf (07623091) Ilídio de Viveiros Freire;
- 42 Maj Inf (18856391) Paulo Jorge Tavares dos Santos Nunes;
- 43 Maj Inf (01292286) Rui Carlos Monteiro de Oliveira;
- 44 Maj Inf (19723290) Luís Miguel de Sousa Lopes;
- 45 Maj Inf (04240290) Artur Guilherme Ramos de Matos Efigénio;
- 46 Maj Inf (15476792) António José Pereira Cancelinha;
- 47 Maj Inf (12255288) Paulo Alexandre das Neves Rodrigues Dias;
- 48 Maj Inf (03917791) Marco Paulo Alves do Carmo Lima;

- 49 Maj Inf (17772590) José Luís de Mata Avo Martinho;
- 50 Maj Inf (14184491) António Manuel Pereira Alves.

Artilharia

- 1 Maj Art (03469389) João Manuel da Cruz Seatra;
- 2 Maj Art (09979389) Rui Arménio Chinita Sequeira Afonso;
- 3 Maj Art (16645789) Eduardo Jorge Martins Nunes da Silva;
- 4 Maj Art (15821390) Eugénio António Ferrão Correia Gil;
- 5 Maj Art (13624889) Pedro Melo Vasconcelos de Almeida;
- 6 Maj Art (17926187) António João Guelha da Rosa;
- 7 Maj Art (10075390) Renato Afonso Gonçalves de Assis;
- 8 Maj Art (01931587) Luís Filipe Ventura dos Santos;
- 9 Maj Art (19216286) José António Vitorino Andrade;
- 10 Maj Art (13677089) Carlos Manuel Machado Narciso Cavaco;
- 11 Maj Art (17234789) João Afonso Góis Pires;
- 12 Maj Art (00755991) Rui Francisco da Silva Teodoro;
- 13 Maj Art (04267590) Jaime Adolfo Cabral Ribeiro da Cunha;
- 14 Maj Art (19447088) Luís Fernando Lopes Anselmo Baião Custódio;
- 15 Maj Art (16261091) Camilo José Marques Serrano;
- 16 Maj Art (17659791) João Henriques Cortês Gomes de Leão;
- 17 Maj Art (15833191) Vítor Manuel Ferreira Lopes;
- 18 Maj Art (09873992) João Marcelino Miquelina Albino;
- 19 Maj Art (00595091) António Jorge André Rabaço.

Cavalaria

- 1 Maj Cav (04494289) Luís Carlos Gomes da Silva;
- 2 Maj Cav (03043989) Alberto José Nunes Laranjeira;
- 3 Maj Cav (07581490) Jorge Paulo Martins Henriques;
- 4 Maj Cav (13134087) Pedro Manuel dos Santos Ferreira;
- 5 Maj Cav (08357090) Nuno Lourenço Alvares Alves de Sousa;
- 6 Maj Cav (15602989) Luís Miguel Correia Mourato Gonçalves;
- 7 Maj Cav (11578489) António Augusto Vicente;
- 8 Maj Cav (17561491) Celso Jorge Pereira Freilão Bráz;
- 9 Maj Cav (11507092) Celestino Manuel Caldeira Gonçalves Santana;
- 10 Maj Cav (00387391) Lourenço Manuel Simões de Azevedo;
- 11 Maj Cav (08170691) Carlos Manuel da Costa Gabriel;
- 12 Maj Cav (11097885) Jorge Manuel Pires Clérigo;
- 13 Maj Cav (10847991) Hugo Duarte Rodrigues Porém Machado.

Engenharia

- 1 Maj Eng (00722991) João Carlos Martins Rei;
- 2 Maj Eng (16603091) Artur José dos Santos Nunes Afonso;
- 3 Maj Eng (06667591) António José Nunes Donário Veríssimo;
- 4 Maj Eng (12222992) Arlindo Paulo Martins Domingues;
- 5 Maj Eng (00376592) Nuno Miguel Ramos Benevides Prata;
- 6 Maj Eng (03105892) Luís Manuel Pais Rodrigues.

Transmissões

- 1 Maj Tm (04087287) João Carlos do Nascimento Nunes;
- 2 Maj Tm (08210684) Carlos Manuel Pires de Sousa;
- 3 Maj Tm (19280687) José Carlos da Silva Veríssimo;

- 4 Maj Tm (17174091) João Carlos F. Carichas do Amaral Marques;
- 5 Maj Tm (07034284) Nuno Manuel de Abreu Sacramento;
- 6 Maj Tm (08952791) Paulo Jorge Leal Pinto;
- 7 Maj Tm (13580785) João Paulo Gomes Ferreira;
- 8 Maj Tm (07618387) Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues;
- 9 Maj Tm (14260990) António Martins Limão de Oliveira Jarmela.

Administração Militar

- 1 Maj AdMil (16797390) José Carlos Bento Paulo;
- 2 Maj AdMil (01164487) César Augusto Martins Mexia;
- 3 Maj AdMil (12069986) José Manuel Madaleno Rei Tomás Leal;
- 4 Maj AdMil (17404689) Bruno Miguel Abrantes da Silva Neves;
- 5 Maj AdMil (00369691) Carlos Manuel Ferreira Guedes;
- 6 Maj AdMil (12816886) Fernando Jorge Cachado Farinha;
- 7 Maj AdMil (18272491) Sérgio Paulo Rodrigues Augusto;
- 8 Maj AdMil (03717287) Paulo Jorge Galhardas Rosado Barreiros;
- 9 Maj AdMil (13225191) José Manuel Pinto Cano.

Medicina

- 1 Maj Med (16323988) José Rui Ramos Duarte;
- 2 Maj Med (12637383) José Miguel Marques Martins Salazar;
- 3 Maj Med (07338391) Alcindo Lucas Carvalho Cruz e Silva;
- 4 Maj Med (11244089) Carlos Manuel Lobato Gomes de Sousa.

Medicina Veterinária

- 1 Maj Vet (18080691) Paulo José Lourenço de Carvalho e Leite Ribeiro.

Serviço de Material

- 1 Maj Mat (01597289) Américo Marques Garção Cara D`Anjo;
- 2 Maj Mat (02328585) Mário Rodrigues Marques;
- 3 Maj Mat (07459487) Rui Manuel Piteira Natário;
- 4 Maj Mat (01405085) Manuel Fortunato Mendes Marques;
- 5 Maj Mat (15110491) Paulo José Freitas Macário Calvão Silva.

Exploração de Transmissões

- 1 Maj TExpTm (11761878) Joaquim Manuel de Oliveira Lima;
- 2 Maj TExpTm (05301479) Luís Manuel Bonacho Lourenço de Matos Santana;
- 3 Maj TExpTm (04111081) Miguel Carneiro Monteiro.

Técnicos de Manutenção de Transmissões

- 1 Maj TManTm (05121580) Joaquim António Gonçalves Barbosa;
- 2 Maj TManTm (17562578) José Manuel Sampaio Ribeiro de Castro;
- 3 Maj TManTm (18170074) António Manuel Sardinha Vicente;
- 4 Maj TManTm (09911577) Mário Pires Tavares.

Técnicos de Manutenção de Material

- 1 Maj TManMat (02131078) José Rosa Serrano Martins;
- 2 Maj TManMat (12486780) Alexandre Francisco Salsa Arranhado;

- 3 Maj TManMat (08107780) Hermínio Monteiro Ferreira;
- 4 Maj TManMat (13890880) Victor José Vieira;
- 5 Maj TManMat (07133780) António João Fernandes Correia Mondim;
- 6 Maj TManMat (14043580) José Manuel Gomes Domingues;
- 7 Maj TManMat (15853981) João Manuel da Silva Dias.

Serviço Geral do Exército

- 1 Maj SGE (19510379) José Francisco Rodrigues Caravana;
- 2 Maj SGE (04120279) Joaquim Francisco Lopes Bento Chambel;
- 3 Maj SGE (08745278) José Manuel da Costa Neto Alves;
- 4 Maj SGE (17607180) Victor Manuel da Silva Cabrita;
- 5 Maj SGE (00135676) Domingos da Cruz Malheiro;
- 6 Maj SGE (10401478) Sebastião Machado Fernandes;
- 7 Maj SGE (11507778) Manuel Alberto Monteiro Martins;
- 8 Maj SGE (00394577) José Manuel de Melo Nunes da Silva;
- 9 Maj SGE (06098778) João da Silva Ferreira;
- 10 Maj SGE (04868079) José Daniel Baptista Jorge;
- 11 Maj SGE (00993683) Amílcar dos Anjos Reis;
- 12 Maj SGE (14016178) Manuel de Jesus Jorge Buco;
- 13 Maj SGE (07087780) Manuel Lourenço Carrasco Costa;
- 14 Maj SGE (07820779) Carlos do Amaral Coimbra;
- 15 Maj SGE (13105778) José da Silva Pinto;
- 16 Maj SGE (16465680) António da Costa Botelho;
- 17 Maj SGE (18686580) Albino de Sousa Pedro;
- 18 Maj SGE (16913579) José Sebastião Fernandes;
- 19 Maj SGE (16558379) José Carlos Amaral Cruz;
- 20 Maj SGE (03240778) Albano de Sousa Covas;
- 21 Maj SGE (18215775) Domingos de Oliveira Silva;
- 22 Maj SGE (13306582) Sérgio da Costa Guimarães;
- 23 Maj SGE (11543079) Carlos Fernando de Oliveira Carrisosa;
- 24 Maj SGE (17209478) Josué Dias Rosa;
- 25 Maj SGE (16563378) Rui Manuel Vidigal Vaz;
- 26 Maj SGE (13534678) Manuel Ferreira Cardoso;
- 27 Maj SGE (09432980) Artur José Felizardo Marques;
- 28 Maj SGE (03796679) Augusto Manuel Tira Rodrigues;
- 29 Maj SGE (00093879) Carlos Alberto Ruivo Ferreira Andrade;
- 30 Maj SGE (19850680) Victor José Pires Costa;
- 31 Maj SGE (01782778) José Manuel Lombo;
- 32 Maj SGE (07652277) José Mendes Centeio;
- 33 Maj SGE (0288680) José Augusto de Sá Pinheiro;
- 34 Maj SGE (07519279) José António Moreira Martins;
- 35 Maj SGE (07760179) Carlos Alberto Jesus Pereira;
- 36 Maj SGE (17818279) Carlos Alberto Pereira da Silva;
- 37 Maj SGE (08170979) Vitorino José Aveiro Gonçalves;
- 38 Maj SGE (16342078) Hígino Rodrigo Roliça.

Serviço Geral Pára-quedista

- 1 Maj SGPQ (00268885) José Joaquim Gonçalves Dias de Pinho.

Serviço de Bandas e Fanfarras

- 1 Maj CBMus (03177083) Fernando Manuel Cosme Moreira.

Listas de promoção por escolha ao posto de Sargento-Mor, dos Sargentos-Chefes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 11 de Março de 2011, para vigorar no ano de 2011:

Infantaria

- 1 SCh Inf (12218582) José António Cardoso;
- 2 SCh Inf (14255982) Rui Manuel Ciríaco dos Santos;
- 3 SCh Inf (16742782) José Manuel Coelho Rodrigues;
- 4 SCh Inf (15927882) João Manuel Brás Bernardo;
- 5 SCh Inf (09911682) Carlos Manuel loureiro dos Santos;
- 6 SCh Inf (08395083) Hélder António Carneira do Carmo Ramos;
- 7 SCh Inf (07824583) Horácio Joaquim da Conceição C. Rodrigues;
- 8 SCh Inf (05208679) Gaspar Rebelo Lopes de Moura;
- 9 SCh Inf (10406583) Fernando Alberto Garcia de Moraes.

Artilharia

- 1 SCh Art (06121682) José Casado Marques;
- 2 SCh Art (16037585) João Manuel Henrique Trindade;
- 3 SCh Art (15769982) António de Carvalho Ferreira;
- 4 SCh Art (05004082) Pedro Jorge Martins dos Santos.

Cavalaria

- 1 SCh Cav (19153881) António Manuel Ferreira Rodrigues;
- 2 SCh Cav (10238381) Ernesto Arnaldo Fernandes Clemente.

Engenharia

- 1 SCh Eng (10228684) Rui José Ferreira de Sousa Casimiro.

Administração Militar

- 1 SCh AdMil (07052282) José Manuel Henriques Moreira.

Serviço de Material

- 1 SCh Mat (09443981) José João da Cruz Fitas da Silva;
2. SCh Mat (07572280) Mário Humberto Santos Sousa.

Músicos

- 1 SCh Mus (13988384) Fernando da Cruz Vidal;
- 2 SCh Mus (15588482) José Agante da Costa Ferreira.

Listas de promoção por escolha ao posto de Sargento-Chefe, dos Sargentos-Ajudantes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 11 de Março de 2011, para vigorar no ano de 2011:

Infantaria

- 1 SAj Inf (14401684) Manuel António Rodrigues;
- 2 SAj Inf (13577887) Eliseu dos Santos Leitão;
- 3 SAj Inf (09936485) Carlos Manuel Martins dos Santos;

- 4 SAj Inf (06251383) Manuel Francisco Trindade Martins;
- 5 SAj Inf (06115285) José Eduardo Gonçalves Rodrigues;
- 6 SAj Inf (05101185) José Eduardo Peniche Falcão;
- 7 SAj Inf (09693584) Jorge Manuel de Almeida Valadares;
- 8 SAj Inf (07767982) António Manuel Pimentel;
- 9 SAj Inf (08509385) Jorge Manuel Mendes Ribeiro;
- 10 SAj Inf (12232586) Luís Acácio Gonçalves Rocha;
- 11 SAj Inf (07716085) Francisco Fernando Borralho Morgado;
- 12 SAj Inf (08756185) João Carlos Silva Noira;
- 13 SAj Inf (15465284) José Luís Miranda Botas;
- 14 SAj Inf (06996583) Fernando Rodrigues da Fonseca;
- 15 SAj Inf (11725285) Carlos António da Costa Veloso;
- 16 SAj Inf (14030884) Leonel David Bacelar Lopes;
- 17 SAj Inf (16115485) Fernando Domingos Aleixo Caldeireiro;
- 18 SAj Inf (13662083) João Batista Sanches Nunes;
- 19 SAj Inf (15886784) Luís Alexandre Marques Reguengos;
- 20 SAj Inf (19359385) Carlos Manuel Soares Alves;
- 21 SAj Inf (08096686) José António Duarte Rebelo da Cruz;
- 22 SAj Inf (04273486) José David Monteiro Morgado;
- 23 SAj Inf (18879386) José Carlos Lopes Osório Lima;
- 24 SAj Inf (18382085) António José Batista Ferreira;
- 25 SAj Inf (11304285) João Francisco Miranda da Costa;
- 26 SAj Inf (17582684) Carlos dos Santos Moraes;
- 27 SAj Inf (05840684) Jorge Manuel Vieira Elias;
- 28 SAj Inf (16261882) António Pinheiro Mendes;
- 29 SAj Inf (13330686) Rui Sousa Correia da Silva;
- 30 SAj Inf (07766585) António Manuel Sequeira Sanches;
- 31 SAj Inf (15028384) José Augusto Costa Rodrigues;
- 32 SAj Inf (17032786) João Paulo da Rocha Chambel;
- 33 SAj Inf (07555285) Bernardo Figueiredo Rodrigues;
- 34 SAj Inf (05914285) Ricardo Alfredo Fernandes de Moura;
- 35 SAj Inf (17588386) Manuel António Sousa Lampreia Cordeiro;
- 36 SAj Inf (19814084) Jorge Manuel Lourenço Henriques;
- 37 SAj Inf (04998483) Francisco Manuel de Cristo Anes;
- 38 SAj Inf (13321683) António Manuel Nunes Candeias;
- 39 SAj Inf (18848685) Carlos António Vaz de Andrade;
- 40 SAj Inf (18093886) João Carlos Vieira Rosado;
- 41 SAj Inf (02215986) José Manuel Lourenço de Andrade;
- 42 SAj Inf (03802786) Daniel Alves Bento dos Reis;
- 43 SAj Inf (00138886) Jorge dos Santos Pereira da Cruz;
- 44 SAj Inf (07765586) António Pinho Magina;
- 45 SAj Inf (15243685) Artur Fernandes Barbosa;
- 46 SAj Inf (06140086) Marcelino Chaves Valente;
- 47 SAj Inf (11408786) Paulo Jorge da Fonseca Alexandre;
- 48 SAj Inf (04424886) Júlio Fernando Fresco Ferreira;
- 49 SAj Inf (17234682) Sebastião Pereira Fraústo;
- 50 SAj Inf (14944988) Paulo Jorge Lourenço Nisa;
- 51 SAj Inf (14475586) Sesinando dos Anjos Afonso Monteiro;
- 52 SAj Inf (12057585) Abel José Ramos Roque;
- 53 SAj Inf (08229986) António Manuel Braz da Silva;
- 54 SAj Inf (07376186) Luís Filipe Mendes Gonçalves;
- 55 SAj Inf (18407285) Humberto dos Ramos Vara;
- 56 SAj Inf (18568086) Carlos Alberto Ferreira da Cruz;
- 57 SAj Inf (08269881) Amílcar José Martinho Ramalho;

- 58 SAj Inf (04521085) Agostinho José Carrilho Mousinho Paixão;
- 59 SAj Inf (16810684) João António Gouveia Gomes;
- 60 SAj Inf (10870282) Francisco Tomás Rodrigues Granada;
- 61 SAj Inf (00375485) Manuel António Marques de Matos;
- 62 SAj Inf (19947986) José Domingos Gomes Machado;
- 63 SAj Inf (03580684) Carlos Alberto de São José Teixeira;
- 64 SAj Inf (06882886) José Joaquim Fontes Marques;
- 65 SAj Inf (11686686) Alcino Alberto Moura Gonçalves;
- 66 SAj Inf (19082985) Manuel Júlio Mezas da Eira;
- 67 SAj Inf (03403985) Manuel Marchante Vicente;
- 68 SAj Inf (08122286) António Manuel dos Santos Marques;
- 69 SAj Inf (15431886) Valdemar José Garcia Sendim;
- 70 SAj Inf (17183586) Rui Manuel Cabral Teixeira;
- 71 SAj Inf (06945287) José Fernando Lopes da Rocha;
- 72 SAj Inf (06511086) Joaquim António de Oliveira da Silva;
- 73 SAj Inf (17344786) Luís Filipe Peres Robalo;
- 74 SAj Inf (15011486) João Gomes dos Santos Júnior;
- 75 SAj Inf (10694986) António Augusto Calado de Carvalho;
- 76 SAj Inf (15679686) João Carlos Antunes Luís Sanches;
- 77 SAj Inf (00293387) José Bernardo Henriques;
- 78 SAj Inf (17954086) António Luís Pereira Pinto;
- 79 SAj Inf (07761686) António Daniel Esteves Martins;
- 80 SAj Inf (15958182) António Ismael Oliveira Pereira;
- 81 SAj Inf (17469586) António Manuel dos Santos Carmelo;
- 82 SAj Inf (00792786) Henrique Manuel de Oliveira;
- 83 SAj Inf (13232086) Manuel Carlos Teixeira Varandas;
- 84 SAj Inf (19898385) Emanuel de Jesus de Sousa Filipe;
- 85 SAj Inf (05613186) Rui Baltazar de Sousa Viana;
- 86 SAj Inf (16750687) Armindo José Afonso Trindade;
- 87 SAj Inf (13611085) Mário Jorge do Nascimento Cautela;
- 88 SAj Inf (10274485) José Carlos Marques Sacramento;
- 89 SAj Inf (18778686) Hélder Manuel Perfeito Santa Maria;
- 90 SAj Inf (14326285) José António de Oliveira Novais;
- 91 SAj Inf (18962684) Alberto Joaquim Barcia Soares;
- 92 SAj Inf (03272086) Jacinto António Fialho Murcho;
- 93 SAj Inf (04037784) Augusto Pereira Dias;
- 94 SAj Inf (01633786) Pedro José de Jesus da Silva Pinto;
- 95 SAj Inf (16257685) António Carlos Crespo Rabeca;
- 96 SAj Inf (09192088) Artur João Moreira Marques;
- 97 SAj Inf (18710384) António Manuel Ferreira Fragoso;
- 98 SAj Inf (07553085) Américo de Jesus Marques;
- 99 SAj Inf (04212686) Domingos Manuel Segurado Ilhéu;
- 100 SAj Inf (02049186) Luís Alberto Elias Rodrigues;
- 101 SAj Inf (01611886) João Manuel Cunha dos Reis Pires;
- 102 SAj Inf (16532886) Carlos Manuel Coelho Afonso;
- 103 SAj Inf (17050285) António José Viegas de Albuquerque;
- 104 SAj Inf (00455186) Vítor Manuel da Silva Gomes;
- 105 SAj Inf (10678486) Acácio Rodrigues Gomes;
- 106 SAj Inf (06563782) Joaquim José Gomes da Rocha Fernandes;
- 107 SAj Inf (01546187) António Manuel Ribeiro Marques Fornea;
- 108 SAj Inf (00672188) João Maria Gomes Henriques;
- 109 SAj Inf (00094487) João Paulo Nora Pepê;
- 110 SAj Inf (12333286) Rui Guardado da Silva;
- 111 SAj Inf (12266186) António Carlos Bento Correia;

- 112 SAj Inf (10498087) José Carlos Rafael Lopes;
- 113 SAj Inf (05200287) Hélder Roberto do Carmo Santos;
- 114 SAj Inf (12779187) José Zeferino Marques da Silva;
- 115 SAj Inf (08780287) Ramiro Diamantino Lóio Loureiro;
- 116 SAj Inf (03560286) João Manuel Ribeiro de Almeida Lourenço;
- 117 SAj Inf (10900486) Aristides Martins Ribeiro;
- 118 SAj Inf (16297089) Guilherme Joaquim Ganhão Guerra;
- 119 SAj Inf (19094685) Hélder Almeida Gabriel;
- 120 SAj Inf (19928787) João Manuel Marques Tavares;
- 121 SAj Inf (19577085) Francisco António da Silva Pereira;
- 122 SAj Inf (00086786) José Manuel Ramos Fernandes;
- 123 SAj Inf (03080986) António Cristiano Magalhães G. Veloso;
- 124 SAj Inf (16816386) Bruno Vicente Costa Vieira;
- 125 SAj Inf (09442887) Pedro Manuel Silva Pires;
- 126 SAj Inf (02211985) Paulo Jorge Cruz da Costa Silva;
- 127 SAj Inf (16718087) Jorge Manuel Morais Pereira;
- 128 SAj Inf (09483387) João Carlos Gomes dos Santos;
- 129 SAj Inf (13044187) Teófilo Leopoldino Madeira Vieira;
- 130 SAj Inf (00337689) João Alfredo Rodrigues de Moura;
- 131 SAj Inf (18209787) António Campeã Barros;
- 132 SAj Inf (09546886) José dos Santos Guerra;
- 133 SAj Inf (11448585) António José de Almeida Pacheco;
- 134 SAj Inf (07628187) Victor Manuel Rodrigues Calado;
- 135 SAj Inf (01498088) Filipe José Ferreira da Costa Vieira;
- 136 SAj Inf (10456187) Paulo Carlos da Costa Vieira Gomes;
- 137 SAj Inf (07163286) Jorge Manuel Gonçalves Costa;
- 138 SAj Inf (05338687) Carlos Alberto Marques Capela;
- 139 SAj Inf (01576387) Jorge Alexandre Mateus Machado;
- 140 SAj Inf (18223685) João Manuel Ferreira;
- 141 SAj Inf (08814985) Alberto Pinto Guedes;
- 142 SAj Inf (03681187) Luís Filipe Dias Domingues;
- 143 SAj Inf (16253888) António José Martins Reis;
- 144 SAj Inf (07879988) Rui Manuel Correia Costa;
- 145 SAj Inf (02807088) António Manuel Algarvio Coelho;
- 146 SAj Inf (05790987) Jorge Manuel Caiola Victorino;
- 147 SAj Inf (18758188) Carlos Alberto da Conceição Pereira;
- 148 SAj Inf (02340388) Herculano de Jesus Amaral S. Costa;
- 149 SAj Inf (05099388) Paulo Sérgio de Jesus Rebelo;
- 150 SAj Inf (05096787) César Varanda Lopes;
- 151 SAj Inf (02366788) André Adriano Pereira;
- 152 SAj Inf (01615788) José Nunes;
- 153 SAj Inf (04493883) João Evangelista Borges;
- 154 SAj Inf (11858287) José Pedro Mata Cordeiro;
- 155 SAj Inf (06124485) José António Monteiro da Fonseca;
- 156 SAj Inf (03996385) José de Jesus Fonseca;
- 157 SAj Inf (04454387) Manuel Nogueira de Oliveira Gonçalves;
- 158 SAj Inf (13826386) José Carlos Lourenço Roseiro;
- 159 SAj Inf (14907386) Armando de Deus Mourato de Andrade;
- 160 SAj Inf (09762285) José António Rodrigues de Oliveira;
- 161 SAj Inf (03156186) António Miranda Montes;
- 162 SAj Inf (19928485) Carlos Manuel Marques Martins;
- 163 SAj Inf (14062087) Miguel Cavaco Correia;
- 164 SAj Inf (13447586) João Miguel Delgado Ribeiro;
- 165 SAj Inf (00569886) José Carlos Bernardes de Jesus;

- 166 SAj Inf (04826187) João Paulo Monteiro;
- 167 SAj Inf (15231187) Carlos Manuel Bargão Marques Rascão;
- 168 SAj Inf (15924085) José Augusto Alves Dinis;
- 169 SAj Inf (03229084) António Ferreira Dinis;
- 170 SAj Inf (15018287) Duarte Miguel Rodrigues;
- 171 SAj Inf (03694387) Agostinho André Cavaca;
- 172 SAj Inf (07513290) José Fernando Frausto Mousinho;
- 173 SAj Inf (19229487) Fernando Paulo Gaiato da Silva;
- 174 SAj Inf (15805787) José António dos Santos Faustino Rebelo;
- 175 SAj Inf (19229887) Paulo Fernando Lopes Vieira;
- 176 SAj Inf (06671885) Carlos Manuel da Silva Lopes;
- 177 SAj Inf (08369385) José Joaquim Caetano Oliveirinha;
- 178 SAj Inf (03412687) Manuel Luís Rodrigues Ricardo;
- 179 SAj Inf (03101088) António José Henriques Rosa;
- 180 SAj Inf (12901587) Carlos Ilídio Pestana Sá Vieira;
- 181 SAj Inf (06763187) João de Deus Prada Ferreira;
- 182 SAj Inf (13044285) Paulo Manuel Alfaiate Poupino;
- 183 SAj Inf (14524286) João Morgado Cotovio;
- 184 SAj Inf (13505887) Mário Jorge Arruda Moniz;
- 185 SAj Inf (17384185) Egídio Valente Pinto;
- 186 SAj Inf (17776189) António Joaquim Dias Gomes Raposo;
- 187 SAj Inf (06667188) Manuel Filipe Machado Rua.

Artilharia

- 1 SAj Art (06031585) Luís Filipe Ferreira Lopes de Sousa;
- 2 SAj Art (03161685) António Luís Pereira Seródio;
- 3 SAj Art (19238182) Severino de Freitas Olim;
- 4 SAj Art (09004182) Francisco Falé da Silva Capucho;
- 5 SAj Art (07236684) Luís Manuel Pinto Esteves;
- 6 SAj Art (02380885) Paulo Renato Evangelista Matos;
- 7 SAj Art (04853384) José Cláudio Rodrigues Alves;
- 8 SAj Art (17891982) Manuel Francisco do Vale Pereira;
- 9 SAj Art (05827382) António Domingos dos Santos Alves;
- 10 SAj Art (04370785) Luís Alberto da Silva Ferreira dos Santos;
- 11 SAj Art (12253785) António Augusto Prates Rosado;
- 12 SAj Art (17172784) Carlos Manuel de Jesus Ferreira Neto;
- 13 SAj Art (09624783) Felisberto Armando Neves Santos;
- 14 SAj Art (00626786) António Manuel Lameira Valadas;
- 15 SAj Art (01863586) José Galvão de Moura;
- 16 SAj Art (15844685) Carlos Alberto Martins dos Santos;
- 17 SAj Art (04635787) José António Malveiro da Glória;
- 18 SAj Art (06398783) Eduardo Higíno do Nascimento Moreira;
- 19 SAj Art (15815786) José Carlos Ramos Gaspar;
- 20 SAj Art (11583786) Vítor Manuel de Oliveira Rodrigues Martins;
- 21 SAj Art (07325884) Luís Filipe Cardoso Domingues;
- 22 SAj Art (06010483) José Filipe de Oliveira Fernandes;
- 23 SAj Art (00734885) Nuno Miguel Cardoso Belo de Carvalho;
- 24 SAj Art (02362587) Henrique Manuel Hortelão Trindade;
- 25 SAj Art (18915885) João Alexandre Nabais Birra;
- 26 SAj Art (01235786) Paulo Renato Duque da Cunha Teixeira;
- 27 SAj Art (19900385) Joaquim José Gomes;
- 28 SAj Art (00032986) Carlos Alberto Pereira;
- 29 SAj Art (03514586) João Manuel Gaspar da Silva;

- 30 SAj Art (10471185) Carlos Jorge Caetano Novais;
- 31 SAj Art (07843486) Vítor Manuel Pereira de Carvalho;
- 32 SAj Art (01177886) Vítor Manuel de Almeida Marques Alves;
- 33 SAj Art (16287183) Edigar de Almeida Almeida;
- 34 SAj Art (16052084) Ricardo Jorge Santos Gonçalves;
- 35 SAj Art (08622386) Jorge Paulo Estevens de Sousa Freire;
- 36 SAj Art (10289087) Rui Batista Felino;
- 37 SAj Art (00404187) José João Neto Serafim;
- 38 SAj Art (03864386) Joaquim José Bravo dos Santos;
- 39 SAj Art (10903187) José Carlos Teixeira da Costa;
- 40 SAj Art (12836585) António de Jesus Freixo Farragolo;
- 41 SAj Art (19583989) José António Ferraz dos Santos;
- 42 SAj Art (03555486) Rui Adão da Costa Teixeira;
- 43 SAj Art (01143986) José Joaquim Coelho Segurado dos Santos;
- 44 SAj Art (05523187) Carlos José Repolho Narciso;
- 45 SAj Art (14766487) António Manuel Costa das Neves;
- 46 SAj Art (02960985) Rogério Paulo de Brito Cunha;
- 47 SAj Art (16268187) Jorge Manuel Rosa Cordeiro;
- 48 SAj Art (11038586) José Manuel Flores da Mata;
- 49 SAj Art (12771187) João Paulo Correia da Costa;
- 50 SAj Art (08092688) Victor Manuel Valente Piçarra;
- 51 SAj Art (00039389) José Domingos Dias Camponês;
- 52 SAj Art (14963388) José Manuel Sebastião Dias;
- 53 SAj Art (09067888) Armando José Borges de Almeida L. Pinto;
- 54 SAj Art (04417688) Filipe Nério de Freitas Cardoso;
- 55 SAj Art (08495089) Nuno Filipe Ferreira de Pinho;
- 56 SAj Art (00246287) Joaquim António Fernandes Piteira;
- 57 SAj Art (10372288) João Augusto Lopes Torres;
- 58 SAj Art (05904088) João Manuel Vieira Cajadão;
- 59 SAj Art (08519188) António Manuel Peixoto Tibério;
- 60 SAj Art (14981887) Fernando Jorge da Silva Oliveira C. Daniel;
- 61 SAj Art (09157087) Francisco Maria Paixão Torres;
- 62 SAj Art (10886186) Joaquim Alfredo Pereira Capela;
- 63 SAj Art (16980388) Domingos António Pestana Dias;
- 64 SAj Art (03447187) Elias da Silva Rodrigues;
- 65 SAj Art (04807187) José Manuel Quintaneiro Selorindo;
- 66 SAj Art (19440287) Luís Manuel Bulhão Pateiro;
- 67 SAj Art (12766687) Pedro Alexandre Lopes M. Mascarenhas;
- 68 SAj Art (12731687) Paulo Gabriel Apolinário Bonito;
- 69 SAj Art (03882286) Adérito Brás Pinto;
- 70 SAj Art (07438287) Emídio Joaquim da Silva Batista;
- 71 SAj Art (15596584) Vítor Manuel Duarte dos Santos;
- 72 SAj Art (14589186) Almerindo Rodrigues.

Cavalaria

- 1 SAj Cav (10444084) Américo das Neves Pratas;
- 2 SAj Cav (11027185) Manuel Jesus Vitorino Neves;
- 3 SAj Cav (17755785) José Manuel Fonseca Miguens;
- 4 SAj Cav (06278885) Fernando José Caiola Victorino;
- 5 SAj Cav (02316485) Luís Manuel Alves Grácio Contente;
- 6 SAj Cav (06616482) Carlos Alberto Duarte Marques;
- 7 SAj Cav (04759684) Paulo Alexandre de Matos Mestre;
- 8 SAj Cav (09876279) Luiz Manuel Vicente Vergara Peres;

- 9 SAj Cav (09031583) João Emanuel Costa Soares;
- 10 SAj Cav (05479985) Manuel Dantas Pereira;
- 11 SAj Cav (19153986) Paulo António Valentim Balsa;
- 12 SAj Cav (06872286) Licínio Domingues de Oliveira Simões;
- 13 SAj Cav (02922081) Heitor Jorge de Castro Batista Peixoto;
- 14 SAj Cav (08426086) Jorge Manuel Coelho Gambutas;
- 15 SAj Cav (00269686) Carlos Jorge Plácido Baptista;
- 16 SAj Cav (08152786) Dinário Manuel da Silva Seromenho;
- 17 SAj Cav (15858886) Nelson Jerónimo Alves de Oliveira;
- 18 SAj Cav (05139986) Fernando Manuel Ferreira de Matos;
- 19 SAj Cav (08605486) Paulo Jorge Pereira Martins Canilho;
- 20 SAj Cav (04728084) Arnaldo Francisco Lopes de Sousa e Brito;
- 21 SAj Cav (19185285) António Delfim Vieira da Silva;
- 22 SAj Cav (17602186) Manuel Carlos Paz Lopes;
- 23 SAj Cav (07003886) José Manuel Sochas Badalo;
- 24 SAj Cav (01645185) Francisco José Neto Garcia;
- 25 SAj Cav (01610284) António José Neves Baptista;
- 26 SAj Cav (04700886) António Luís Martins Bernardino;
- 27 SAj Cav (18313586) José Manuel Agante de Matos;
- 28 SAj Cav (17445687) António Correia França;
- 29 SAj Cav (09825186) Carlos José Semião Pinto;
- 30 SAj Cav (13506483) Carlos Alberto Simões dos Reis;
- 31 SAj Cav (04208086) Fernando Augusto Antunes de Carvalho;
- 32 SAj Cav (05942987) Manuel Afonso Brigas;
- 33 SAj Cav (12442887) Rui Manuel da Luz Lopes;
- 34 SAj Cav (00262587) Jorge Hélder Severino Carujo;
- 35 SAj Cav (05168687) Jorge Manuel da Silva Ferreira;
- 36 SAj Cav (09111287) José João Batista Figueiredo;
- 37 SAj Cav (17821787) Luís Manuel da Silva Ramos Senica;
- 38 SAj Cav (17227387) Fernando Armandino Montenegro da Silva;
- 39 SAj Cav (01095785) Abílio José Nogueira Martins A. S. Ferreira;
- 40 SAj Cav (12134488) Manuel Lopes Ferreira;
- 41 SAj Cav (13729188) Filipe António Cortes de Alturas;
- 42 SAj Cav (05907389) Sérgio Paulo Marques de Jesus;
- 43 SAj Cav (13517287) Paulo Augusto Ferreira Santos G. Verdade;
- 44 SAj Cav (11807483) José Manuel Madrinha Bexiga;
- 45 SAj Cav (04990685) Fernando Jorge Cardinho Ramos;
- 46 SAj Cav (08383887) António Miguel da Silva Santos;
- 47 SAj Cav (11637187) Rogério Paulo Peralta Rodrigues;
- 48 SAj Cav (16792887) António Guilherme Henriques Ferreira;
- 49 SAj Cav (02864984) Bernardino Alberto Tavares Passadinhas;
- 50 SAj Cav (00904986) Vítor Fernando Correia Rita Vilhena;
- 51 SAj Cav (05451285) José Manuel de Matos Gaspar Moraes;
- 52 SAj Cav (02910087) José Francisco Espada Batalha;
- 53 SAj Cav (05114787) Manuel Maria Velez Maurício;
- 54 SAj Cav (14346788) Fernando Joaquim dos Santos Graça;
- 55 SAj Cav (17971087) Joaquim Manuel Ascensão Tiago.

Engenharia

- 1 SAj Eng (10301386) Paulo Jorge Barata Mendes;
- 2 SAj Eng (11500585) Fernando Duarte Portela Martins;
- 3 SAj Eng (14556885) Manuel Mário Velho Neves da Costa;
- 4 SAj Eng (07213584) João Maximino Pedro Moraes;

- 5 SAj Eng (08784084) Manuel João Ramalho Rolhas;
- 6 SAj Eng (01634685) Fernando Catarino Augusto;
- 7 SAj Eng (14645085) José Carlos Marques Dias;
- 8 SAj Eng (15412485) Ricardo Manuel Alves;
- 9 SAj Eng (17622286) Ernesto João Martinho;
- 10 SAj Eng (15064885) José Alfredo Nunes Ribeiro;
- 11 SAj Eng (09414386) António Carlos Vicente Carita;
- 12 SAj Eng (02667785) Eugénio Manuel Casaca Marçal;
- 13 SAj Eng (11657186) Herlander Aires Caetano Macedo Tibério;
- 14 SAj Eng (09893086) Joaquim Fernando dos Santos G. Cabete;
- 15 SAj Eng (14065185) António Manuel Lopes Mendes;
- 16 SAj Eng (19239986) Eduardo Tomás de Seixas Vieira Correia;
- 17 SAj Eng (01803786) José Augusto Dias Lourenço;
- 18 SAj Eng (11415786) Severino Gregório Valente;
- 19 SAj Eng (11813886) António José Martinho Nunes;
- 20 SAj Eng (19182986) João José Basso Ferreira;
- 21 SAj Eng (08354886) Jaime Diogo da Costa Silva;
- 22 SAj Eng (19664386) Hélder António dos Santos Silva;
- 23 SAj Eng (09997087) José Manuel Rosa Ventura;
- 24 SAj Eng (00241786) José Eduardo Caetano Rebelo;
- 25 SAj Eng (16490986) Mário Jorge de Carvalho Fernandes;
- 26 SAj Eng (15463084) Joaquim Neves Pina Monteiro;
- 27 SAj Eng (01670486) Luiz António Pombo Palmeiro Pedro;
- 28 SAj Eng (05285686) Vítor Manuel Pires Gonçalves Capela;
- 29 SAj Eng (13336187) Augusto Manuel Fonseca Vidal;
- 30 SAj Eng (08413487) Mário Jorge Duarte de Oliveira Maia;
- 31 SAj Eng (16751187) Casimiro Carlos da Silva Cacho;
- 32 SAj Eng (01307487) Luís Manuel da Silva Carvalho dos Santos;
- 33 SAj Eng (09069688) Mário José Pires da Silva;
- 34 SAj Eng (00225087) Carlos Filipe Guerra;
- 35 SAj Eng (08034288) Paulo Alexandre Brás dos Santos;
- 36 SAj Eng (18956587) Paulo Jorge Rodrigues Perna;
- 37 SAj Eng (02815687) Fernando Bernardes Ribeiro Morgado;
- 38 SAj Eng (02659588) Carlos Manuel Neves Moita;
- 39 SAj Eng (16432386) José Fernando de Oliveira;
- 40 SAj Eng (00833887) Paulo Manuel Mota Nunes;
- 41 SAj Eng (07652086) António José Costa Pires;
- 42 SAj Eng (15429687) João Maria Silvério Calouro;
- 43 SAj Eng (00714184) Fernando José da Silva Rito;
- 44 SAj Eng (00272687) Gabriel Soares Lopes;
- 45 SAj Eng (18309087) Emílio Augusto Lopes Alegre;
- 46 SAj Eng (06590588) António Manuel Constantino Rato.

Transmissões

- 1 SAj Tm (19236085) Ernesto Manuel Rodrigues da Silva;
- 2 SAj Tm (16539083) Fernando Lourenço de Castro;
- 3 SAj Tm (13981784) Carlos Alberto Nabais Júnior;
- 4 SAj Tm (16947785) Eduardo José Alves Rodrigues de Moura;
- 5 SAj Tm (10803285) Teixeira José Barreira Reigada;
- 6 SAj Tm (11048785) Joaquim Manuel Gregório Mateus Bonacho;
- 7 SAj Tm (03871384) António Machado Fernandes;
- 8 SAj Tm (16304385) Armando Coelho Duarte;
- 9 SAj Tm (17722386) Jorge Manuel Pereira de Almeida;

- 10 SAj Tm (05295186) Alcides Daniel Guimarães Osório;
- 11 SAj Tm (13357685) Júlio Manuel da Silva Vieira Venâncio;
- 12 SAj Tm (19483083) João Carlos Duarte de Carvalho;
- 13 SAj Tm (02742785) Jorge Manuel Cortes dos Santos;
- 14 SAj Tm (15930885) José Francisco Neto;
- 15 SAj Tm (04129085) António Manuel Soares Moço;
- 16 SAj Tm (17839586) António Luís Antunes de Carvalho;
- 17 SAj Tm (09251986) Ângelo Francisco Moreira Duarte;
- 18 SAj Tm (14362384) António José Gomes de Sousa Cardoso;
- 19 SAj Tm (05010186) Carlos Craveiro Pereira;
- 20 SAj Tm (04657186) José Paulo Gonçalves Leitão;
- 21 SAj Tm (15938484) Luciano Augusto Barbosa dos Santos;
- 22 SAj Tm (13846786) José Fernando Bastos Gomes;
- 23 SAj Tm (02593386) Joaquim Manuel Pinto da Silva;
- 24 SAj Tm (09599486) Manuel Boaventura dos Santos Oliveira;
- 25 SAj Tm (05725786) Telmo dos Reis Pires;
- 26 SAj Tm (05664786) José Alcídio Martins Teixeira;
- 27 SAj Tm (02380586) Luís Veiga Maria Loureiro;
- 28 SAj Tm (14503987) António Manuel Teixeira Pacheco;
- 29 SAj Tm (07262586) Luciano do Nascimento Costa;
- 30 SAj Tm (08896285) Eusébio Fernandes Ferreira;
- 31 SAj Tm (11316986) Fernando José Dias Azenha;
- 32 SAj Tm (04517587) João Carlos Fontes Antunes;
- 33 SAj Tm (07048887) Arnaldo Paulo Silva Pereira;
- 34 SAj Tm (16330687) Jorge Manuel Carapuço Dias;
- 35 SAj Tm (02295787) Emílio Gouveia Miranda;
- 36 SAj Tm (08440085) Victor Luís Tavira Catela Geitoeira;
- 37 SAj Tm (14242587) Adelino Manuel Castanheira Vale;
- 38 SAj Tm (15023787) António Armando Senane Custódio;
- 39 SAj Tm (14029987) Carlos Óscar Duarte Ramos;
- 40 SAj Tm (02670287) Luís Manuel Ferreira Veríssimo;
- 41 SAj Tm (11159186) João Paulo Gomes Pratas;
- 42 SAj Tm (11462287) Paulo Jorge de Jesus da Silva;
- 43 SAj Tm (02697785) José Cândido Fernandes de Matos;
- 44 SAj Tm (19446087) José Francisco de Sousa Moreira;
- 45 SAj Tm (14367187) Vítor Manuel Estevão Cavaco;
- 46 SAj Tm (10119186) João Jorge Fernandes Godinho;
- 47 SAj Tm (04338087) Carlos Manuel da Costa Pereira;
- 48 SAj Tm (05560487) João Carlos do Livramento Matias;
- 49 SAj Tm (15354286) João Alberto Franca de Freitas;
- 50 SAj Tm (14219184) Américo Emílio Ferreira Caldas de Araújo;
- 51 SAj Tm (13932086) Manuel António Pires Mata;
- 52 SAj Tm (01663788) António Fernando Monteiro Teixeira;
- 53 SAj Tm (15955487) Pedro Miguel de Oliveira Martins;
- 54 SAj Tm (11755888) Leonardo de Sousa Diogo;
- 55 SAj Tm (12391788) Adelino dos Santos Pinto;
- 56 SAj Tm (08749685) José Maria de Sousa Moreira.

Medicina

- 1 SAj Med (11452085) Fernando Nuno Martinho Martins;
- 2 SAj Med (17887385) Carlos Manuel da Silva Ribeiro;
- 3 SAj Med (09863885) Cassiano Henriques Cardoso;
- 4 SAj Med (11292185) Joaquim Maria Xavier Raimundo;

- 5 SAj Med (13607186) Carlos Manuel Nogueira do Ó Vinhas;
- 6 SAj Med (08396085) João António Gaspar da Silva;
- 7 SAj Med (08908486) Manuel António Bugio Guerreiro;
- 8 SAj Med (09571986) João Paulo Rosado Godinho;
- 9 SAj Med (17843585) João Carlos Mesquita E. Correia;
- 10 SAj Med (14293286) Carlos Manuel Pires Martins;
- 11 SAj Med (08110786) João Paulo Branco Gaspar D. Balau;
- 12 SAj Med (07138585) Hermínio Diz Ferreira Moura;
- 13 SAj Med (19218385) Luís Filipe dos Reis Santos;
- 14 SAj Med (07812387) José Manuel de Moura Coelho;
- 15 SAj Med (06283487) Norberto Manuel Raposo Amaro;
- 16 SAj Med (17140785) Paulo Jorge Alves Rana;
- 17 SAj Med (04178587) António João Alves Fernandes;
- 18 SAj Med (01213686) Mário Fernando da Silva Gonçalves;
- 19 SAj Med (08787887) Carlos António Pinto Telo;
- 20 SAj Med (01362687) Fernando Jorge Rodrigues de Sousa;
- 21 SAj Med (14892387) José Emanuel Antunes Félix;
- 22 SAj Med (04754387) Manuel João Lousada Paradinha;
- 23 SAj Med (02224987) Casimiro Augusto Flores;
- 24 SAj Med (14689887) Amadeu Domingos Gonçalves Teixeira Silva;
- 25 SAj Med (15304087) Alfredo António Casas Novas Correia;
- 26 SAj Med (04100088) Mário de Oliveira do Souto;
- 27 SAj Med (11618886) Fernando José Matos Belo;
- 28 SAj Med (05907487) João Manuel da Silva Sousa;
- 29 SAj Med (15532887) José Maria Fernandes Teixeira;
- 30 SAj Med (13640988) Florido Joaquim Ferreira Pereira;
- 31 SAj Med (07801186) António Manuel Pereira da Costa;
- 32 SAj Med (18757788) Luís Mariano Ferreira Madruga;
- 33 SAj Med (07929588) José da Glória Rodrigues Vieira;
- 34 SAj Med (06546086) José Paulo da Silva Carvalho.

Farmácia

- 1 SAj Farm (14489285) Luís Manuel da Silva Catarino;
- 2 SAj Farm (19599786) Paulo Jorge Pereira Godinho;
- 3 SAj Farm (10283386) José Manuel Nunes Pires;
- 4 SAj Farm (19924583) Jorge Manuel da Encarnação Rodrigues;
- 5 SAj Farm (05939384) António Dias Brazinha Mochacho;
- 6 SAj Farm (07282287) Carlos Manuel Moreira Ribeiro Marques;
- 7 SAj Farm (09092687) Mário José da Conceição Matilde;
- 8 SAj Farm (01882388) Jorge Pereira Ramos;
- 9 SAj Farm (03059087) João Paulo Teles Pisco.

Medicina Veterinária

- 1 SAj Vet (16453085) Vítor Manuel Madeira Abreu;
- 2 SAj Vet (02072886) José Carlos do Nascimento Monteiro;
- 3 SAj Vet (15901585) Paulo Jorge Correia Siborro;
- 4 SAj Vet (06814386) Jorge Fernandes Soares Ribeiro;
- 5 SAj Vet (08883687) José Luís da Conceição Simões;
- 6 SAj Vet (17147286) António Luís Martins.

Administração Militar

- 1 SAj AdMi (12209285) Rui Manuel Costa Henriques;
- 2 SAj AdMil (16720885) José António Fonseca;

- 3 SAj AdMil (09423285) Carlos Manuel Beato Amaro;
- 4 SAj AdMil (10798386) António da Conceição Guerreiro Pinto;
- 5 SAj AdMil (07920386) Guilherme Alberto Mouquinho Trindade;
- 6 SAj AdMil (18316885) Jorge Manuel de Araújo Fonseca;
- 7 SAj AdMil (11981986) Carlos Alberto da Veiga Veríssimo;
- 8 SAj AdMil (11279486) José de Freitas Vieira;
- 9 SAj AdMil (00306486) António Aurélio Gouveia Coelho;
- 10 SAj AdMil (07380686) José Pedro Cruz Brito;
- 11 SAj AdMil (05624885) João Manuel Fernandes Barreira;
- 12 SAj AdMil (12893787) José Manuel Alves dos Santos;
- 13 SAj AdMil (19240485) José Alberto Monteiro Rodrigues;
- 14 SAj AdMil (19819684) Carlos Alberto Roriz Peixoto;
- 15 SAj AdMil (06789487) José Augusto Alves David;
- 16 SAj AdMil (10096086) Armindo José Raminhos Queimado;
- 17 SAj AdMil (16541488) Ricardo do Amaral Correia;
- 18 SAj AdMil (11260087) João Carlos Chaves Fernandes;
- 19 SAj AdMil (10942287) Benjamim Pereira Campos;
- 20 SAj AdMil (06365085) Carlos Alberto Durães;
- 21 SAj AdMil (02830086) Abílio Manuel Serra Nunes.

Serviço de Material

- 1 SAj Mat (15663285) Eusébio da Silva;
- 2 SAj Mat (03815885) António Manuel Alves Ribeiro;
- 3 SAj Mat (11656885) Rui António Alves Martins;
- 4 SAj Mat (15161084) Carlos Alberto Costa Pinto;
- 5 SAj Mat (12381885) António Óscar Cardoso de Oliveira;
- 6 SAj Mat (19458386) Celestino Manuel dos Santos Ganilha;
- 7 SAj Mat (11451585) Francisco José dos Santos Agostinho;
- 8 SAj Mat (03165786) Hélio Manuel Neto Ferreira;
- 9 SAj Mat (10691782) António José Tavares dos Santos;
- 10 SAj Mat (03181186) Manuel Gervásio Poejo Churra;
- 11 SAj Mat (00257885) Vasco Manuel Guedes de Melo Matias;
- 12 SAj Mat (06042082) Victor Manuel Gomes Antunes;
- 13 SAj Mat (17658385) Joaquim José Rodrigues Gonçalves;
- 14 SAj Mat (08398185) Luís Fernandes Morais;
- 15 SAj Mat (04745485) Paulo Jorge Gonçalves Baieta;
- 16 SAj Mat (02712385) Cipriano António Ferrão Gonçalves;
- 17 SAj Mat (11667685) Mário João da Fonseca Pinto;
- 18 SAj Mat (01341185) Vítor Manuel Santos Rodrigues;
- 19 SAj Mat (08563485) Francisco Xavier Mariano Casqueiro;
- 20 SAj Mat (04786085) José Manuel Duarte Pinto;
- 21 SAj Mat (12561385) António Luís Carrasco Cardoso;
- 22 SAj Mat (11036186) Carlos Manuel dos Santos B. Gonçalves;
- 23 SAj Mat (01285583) José Carlos Fernandes Borges;
- 24 SAj Mat (04148485) Luís Alberto Gonzalez Pires;
- 25 SAj Mat (02309886) Aristides Teófilo Bregas Ramalho;
- 26 SAj Mat (02410085) Rui Manuel de Sousa Alves;
- 27 SAj Mat (09401986) Paulo Alexandre Dias Ferreira Nabais;
- 28 SAj Mat (17820984) António dos Santos Barros;
- 29 SAj Mat (11045185) Aníbal José Fernandes Afonso;
- 30 SAj Mat (08406683) Carlos Alberto Henriques Bento;
- 31 SAj Mat (06850086) Rui Antunes Alferes Gomes;
- 32 SAj Mat (03741385) Jorge Manuel Rebocho Costa;

- 33 SAj Mat (16489486) Humberto José da Silva Vidigal;
- 34 SAj Mat (01560985) António Manuel Geraldês Botelho;
- 35 SAj Mat (16273386) Paulo José Queimado Pagará;
- 36 SAj Mat (07824282) João Carlos Mendes Faztudo;
- 37 SAj Mat (08465985) Carlos Alberto Bernardino;
- 38 SAj Mat (18019883) Eduardo Manuel Porto Silva;
- 39 SAj Mat (16097886) Luís Alberto Vieira Leal;
- 40 SAj Mat (04801685) José António Trindade Parente;
- 41 SAj Mat (16682586) Mário Jorge Noválio Bossa;
- 42 SAj Mat (03357086) António Luís Esteves Rebelo;
- 43 SAj Mat (13563186) José Manuel Rodrigues Silva Castelo Henriques;
- 44 SAj Mat (04504587) José Manuel Nogueira Simões;
- 45 SAj Mat (19926486) António Manuel Andrade Pinto;
- 46 SAj Mat (12391987) Vítor Manuel Silvério Delgado;
- 47 SAj Mat (03880086) Manuel Machado Menor Vitorino;
- 48 SAj Mat (09127887) Victor Manuel Mendes Semedo Esteves;
- 49 SAj Mat (10524686) José Pote Pereira Caneira;
- 50 SAj Mat (09818785) Vítor Manuel Freire da Silva;
- 51 SAj Mat (15547787) José Luís Delgado Dinis;
- 52 SAj Mat (00460288) António Carlos Verde Mendes;
- 53 SAj Mat (13855686) Jacinto Martins Fernandes;
- 54 SAj Mat (17602987) Luís Filipe Nóbrega Ferreira Moita;
- 55 SAj Mat (07649287) João António Lucas Esteves;
- 56 SAj Mat (19559287) José Júlio Gomes de Carvalho;
- 57 SAj Mat (01287485) António Mota da Silva;
- 58 SAj Mat (17391787) José Manuel Madureira da Silva;
- 59 SAj Mat (07705188) Paulo Jorge Valentim Rebola;
- 60 SAj Mat (18876587) António Eduardo de Barros Oliveira Bizarro;
- 61 SAj Mat (14360087) Fernando Manuel da Silva Prates;
- 62 SAj Mat (01797085) Luís Augusto Lopes Pacheco;
- 63 SAj Mat (05376487) António Raul Farinha Santos;
- 64 SAj Mat (14899586) Raul Gonçalves Valverde;
- 65 SAj Mat (04303984) Jorge António Prata Geraldês;
- 66 SAj Mat (11153287) José Joaquim Ferreira Antunes;
- 67 SAj Mat (00043887) Pedro Manuel Dias Domingos;
- 68 SAj Mat (19510986) Domingos Manuel da Silva Coelho;
- 69 SAj Mat (16732887) Victor Manuel dos Anjos Lemos;
- 70 SAj Mat (10683487) Paulo Alexandre Teixeira de Oliveira L. Monteiro;
- 71 SAj Mat (13405387) João Carlos Rocha Pisco Tangarrinhas;
- 72 SAj Mat (12956188) Emanuel Resendes;
- 73 SAj Mat (03033185) Luís Filipe Gonçalves Gavazzi;
- 74 SAj Mat (11293985) Manuel Jerónimo Lucas Caronho;
- 75 SAj Mat (03933288) Carlos Manuel Pinto dos Reis;
- 76 SAj Mat (07433888) Fernando Manuel Coelho Paixão;
- 77 SAj Mat (03670687) João Vítor Coelho Gomes;
- 78 SAj Mat (11925887) José Manuel Lameiras dos Santos;
- 79 SAj Mat (11205088) João Alberto Alves Lopes;
- 80 SAj Mat (05304488) Duarte Manuel dos Santos Antunes;
- 81 SAj Mat (03749587) Victor Manuel Pinadas Ramos;
- 82 SAj Mat (05177187) José Luís Fernandes de Carvalho Frias;
- 83 SAj Mat (07495388) Luís Alexandre Cantoneiro Velez;
- 84 SAj Mat (17455987) Gabriel Eduardo Dias Maia;
- 85 SAj Mat (10933787) José Manuel Dias Gonçalves Capelo;
- 86 SAj Mat (00096286) João Veríssimo Alves;

- 87 SAj Mat (09094986) Célio Marques da Silva;
- 89 SAj Mat (19705083) António Manuel Forca.

Amanuenses

- 1 SAj Amam (07682375) José Carreira Pereira.

Músicos

- 1 SAj Mus (06726487) José Manuel Barbosa Maciel;
- 2 SAj Mus (17857681) Manuel José Gouveia;
- 3 SAj Mus (17121884) Carlos Manuel Nunes da Silva;
- 4 SAj Mus (05762285) Paulo Jorge Madeira Ribeiro Canhoto;
- 5 SAj Mus (17048888) Francisco Manuel Marques Rosado;
- 6 SAj Mus (12129187) Gualdino Ferreira Branco;
- 7 SAj Mus (02551888) Fernando Jorge Pereira;
- 8 SAj Mus (13788987) Manuel Carvalho da Fonseca Babo;
- 9 SAj Mus (10522588) Fernando Jorge Pacheco Soares Magalhães;
- 10 SAj Mus (14855683) João José Vitorino Pessoa;
- 11 SAj Mus (07645287) João Paulo Martins Santana;
- 12 SAj Mus (09812785) António Claudino Silva Dias;
- 13 SAj Mus (05522686) José Manuel Novo Leandro Miranda;
- 14 SAj Mus (18351088) Ernesto Ferreira Loureiro;
- 15 SAj Mus (00119587) Paulo Alexandre Dias Ramos Lindo Pleno;
- 16 SAj Mus (01007587) Paulo Alexandre Nereu Monteiro;
- 17 SAj Mus (09932887) Dulcínio Toni Pereira de Matos;
- 18 SAj Mus (07408485) João António Viso Mota;
- 19 SAj Mus (03961385) Francisco José Pires Paixão;
- 20 SAj Mus (00604685) Ricardo Manuel Lemos Botelho;
- 21 SAj Mus (14372690) Joaquim Jorge Neto Campos;
- 22 SAj Mus (12136389) Luís Miguel Tomé Correia;
- 23 SAj Mus (09346589) António José Baião Bravo;
- 24 SAj Mus (12534185) Gustavo Jorge da Silva Dias;
- 25 SAj Mus (04005190) Luciano José Machado;
- 26 SAj Mus (06002786) João Carlos Sousa Lopes;
- 27 SAj Mus (17356984) José Maria Rodrigues Monteiro;
- 28 SAj Mus (19811887) Fernando Manuel Queirós Moreira;
- 29 SAj Mus (05060187) João Manuel Vasco André;
- 30 SAj Mus (05136890) Luís Paulo Gaspar Salgado;
- 31 SAj Mus (07075985) José António Alves Marques;
- 32 SAj Mus (14762289) Nuno Jorge dos Santos Ferreira;
- 33 SAj Mus (09616088) Pedro Manuel Malva Cipriano;
- 34 SAj Mus (13231884) José da Costa Freitas;
- 35 SAj Mus (11895984) Mário Norberto dos Santos Rocha.

Corneteiros/Clarins

- 1 SAj Corn/Clar (17917382) Joaquim Fernandes Dias Agudo;
- 2 SAj Corn/Clar (17533884) António Ricardo Bico Rosa Mendes;
- 3 SAj Corn/Clar (02771785) António Marques de Oliveira;
- 4 SAj Corn/Clar (17072285) Carlos Manuel Inocêncio Rodrigues;
- 5 SAj Corn/Clar (10020986) António Júlio Costa Jacinto;
- 6 SAj Corn/Clar (10006788) Pedro Jorge Silva Henriques;
- 7 SAj Corn/Clar (10406886) Armando Jorge Trigo Ribeiro;

- 8 SAj Corn/Clar (07880488) Avelino José de Oliveira;
- 9 SAj Corn/Clar (15723087) Carlos Maria Henriques Pereira;
- 10 SAj Corn/Clar (14006988) José Luís Furtado de Figueiredo Canário;
- 11 SAj Corn/Clar (05925587) Paulo Alexandre Moreira Vilaverde.

Pára-Quedistas

- 1 SAj Para (01089984) Augusto Francisco Manarte de Barros;
- 2 SAj Para (06864386) José Carlos Lopes Marques Gonçalves;
- 3 SAj Para (17096683) Amílcar Manuel Faria Antunes;
- 4 SAj Para (03222084) António José Faria Teixeira;
- 5 SAj Para (02007685) José Manuel de Sousa Ferreira Tavares;
- 6 SAj Para (10169885) Manuel João Mouco Lopes Cardoso;
- 7 SAj Para (13912485) José Emílio Sequeira de Cabedo e Lencastre;
- 8 SAj Para (07447685) Hilário Mendes Malta;
- 9 SAj Para (09169286) Jorge Manuel da Gama Araújo;
- 10 SAj Para (15878685) Fernando José Azenha Ramos;
- 11 SAj Para (16046186) Hermes Loureiro Mateus;
- 12 SAj Para (17377085) José Carlos dos Santos Major;
- 13 SAj Para (18817784) João Pedro de Jesus Batalha Jordão;
- 14 SAj Para (03014886) Luís Manuel Rodrigues de Oliveira;
- 15 SAj Para (09557187) Fernando Júlio de Sá Matos Pereira;
- 16 SAj Para (08147586) Carlos Alberto Monteiro de Queirós;
- 17 SAj Para (15002388) Celso Martins do Vale;
- 18 SAj Para (03339487) Fernando Amândio da Costa Peixoto;
- 19 SAj Para (11789288) André Manuel Peixoto da Silva Pena;
- 20 SAj Para (11232685) Carlos Alberto Matos dos Santos;
- 21 SAj Para (14937287) Paulo Jorge Vaz Gomes;
- 22 SAj Para (07573987) José Ribeiro Rebelo;
- 23 SAj Para (18240888) António Maria Morais Pimentel;
- 24 SAj Para (04473587) José Manuel Ferro Almeida;
- 25 SAj Para (07828589) Vitorino Manuel Calado Rodrigues;
- 26 SAj Para (15482487) Vítor Manuel Barata Sebastião.

Serviço Geral do Exército

- 1 SAj SGE (05020885) Joaquim José dos Santos Caeiro;
- 2 SAj SGE (19276685) Rui Manuel Silva Lopes;
- 3 SAj SGE (04105085) António José dos Santos Candeias;
- 4 SAj SGE (07873785) Fernando Cardoso Nunes;
- 5 SAj SGE (14525085) Ângelo António Gouveia Duarte;
- 6 SAj SGE (01026885) José Carlos Captivo Frazão Teixeira Brígida;
- 7 SAj SGE (17076583) José António da Silva Gonçalves;
- 8 SAj SGE (07643485) Amândio Manuel Ferreira;
- 9 SAj SGE (19020584) Luís Filipe da Costa Fernandes;
- 10 SAj SGE (18838085) Paulo Jorge da Costa Coelho Brás;
- 11 SAj SGE (03881086) José Pires Claro;
- 12 SAj SGE (13543588) Ilídio Manuel Carreira Rodrigues;
- 13 SAj SGE (12970085) Fernando António Heneni Lopes;
- 14 SAj SGE (10000782) Mário Simões de Sousa Araújo;
- 15 SAj SGE (10580485) Luís Alberto Teixeira Pinheiro;
- 16 SAj SGE (04796685) Elias Paulo Martins Pacheco;
- 17 SAj SGE (14747985) Paulo Rodrigues Tomás;
- 18 SAj SGE (17115684) António Francisco de Castro Barros;

- 19 SAj SGE (19299685) Rui Fernando Trindade Barata;
- 20 SAj SGE (03308186) Augusto José Esteves Filipe;
- 21 SAj SGE (03655585) Manuel José dos Santos;
- 22 SAj SGE (05377486) António Alexandre Nobre Evaristo;
- 23 SAj SGE (07694386) Fernando Manuel da Silva Madeira;
- 24 SAj SGE (02519385) António Carlos Sardinha Teodósio;
- 25 SAj SGE (09139386) Paulo Loureiro Delgadinho;
- 26 SAj SGE (01578485) António do Carmo Morais Brás;
- 27 SAj SGE (02828987) Armando Luís Henriques Lopes;
- 28 SAj SGE (01411384) José Noel Ferreira Luís;
- 29 SAj SGE (16774186) Carlos Manuel Mirrado Claudino;
- 30 SAj SGE (09134886) Carlos Manuel Garcia Marques;
- 31 SAj SGE (19328285) Hélio Francisco Noruegas Roldão;
- 32 SAj SGE (00641586) Manuel da Cruz Marzia;
- 33 SAj SGE (06265883) Abílio José Duarte Tavares da Silva;
- 34 SAj SGE (07047186) José Luís da Silva Domingos;
- 35 SAj SGE (00653185) Joaquim Manuel Santos Ramos;
- 36 SAj SGE (16891185) António João Ramalho Belém;
- 37 SAj SGE (17824287) Carlos Manuel Duarte Freitas;
- 38 SAj SGE (11650686) Augusto Panta Baltazar;
- 39 SAj SGE (16502187) José Feliz Cartas Rosado;
- 40 SAj SGE (05426187) Carlos António Freitas Lopes;
- 41 SAj SGE (06740185) Nuno Vieira de Sousa;
- 42 SAj SGE (16517487) José Manuel Gomes Esteves;
- 43 SAj SGE (08292985) Fernando Manuel Léxico Rebocho;
- 44 SAj SGE (15159486) Carlos Augusto Nunes Ferreira;
- 45 SAj SGE (00698987) David Acácio Pinto Ferro Caetano;
- 46 SAj SGE (05715886) Paulo Alexandre Soares da Silva;
- 47 SAj SGE (17446886) Paulo Jorge Amaro Torres Pina;
- 48 SAj SGE (19607486) Paulo Jorge Saraiva Saldanha;
- 49 SAj SGE (10562786) João Pedro Dias da Silva Botinas Gonçalves;
- 50 SAj SGE (11125186) António Manuel Lourenço Rodrigues Estronca;
- 51 SAj SGE (01443587) Joaquim Manuel Rosa Duro;
- 52 SAj SGE (12044785) Augusto Jorge da Silva Alves;
- 53 SAj SGE (09178286) Rui Manuel da Silva Vaz;
- 54 SAj SGE (06266587) Luís Alberto Roque da Silva Claudino;
- 55 SAj SGE (00595886) Jorge Manuel Laranjeira Barreira;
- 56 SAj SGE (04017188) José Luís Almeida Garcia.

V — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

Colocações

Gabinete Nacional de Segurança

Cor Inf (07317783) João Alexandre Jesus da Silva Correia Franco, do CSMIE, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Cav (12763583) Carlos Manuel Siborro Reis, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Inf (04633584) António Pedro Proença Esgalhado, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Mat (17977477) Gustavo Jorge Dias, da DMT, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Inf (01427181) João José Claro dos Santos Cravo, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Ministério da Defesa Nacional

Cor Eng (16599781) Gil Abel de Andrade Ramos, do RE1, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Cor Inf (01052279) Francisco José Costilhas Branco Duarte, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Cor Inf (12313984) Norberto António Coelho Carrasqueira, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Cav (17473882) António Maria Vilaça Delgado dos Anjos Galego, da RAG/CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Inf (02193378) Rui Jorge Ramos Carvalho, da DMT, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Cav (03240582) José Túlio Marques da Silva, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Março de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

TCor Inf (09989390) Firmino José Mata Simão, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Inspecção-Geral da Defesa Nacional

Cor Art (08456585) Luís Filipe Pereira Nunes, do Centro de Dados da Defesa, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Julho de 2010.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

TCor Art (19734783) Luís Miguel Green Dias Henriques, do RA4, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Instituto da Defesa Nacional

TCor Inf (03572379) Artur Carabau Brás, do CmdCCS/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Estado-Maior General das Forças Armadas

Maj SGE (11507778) Manuel Alberto Monteiro Martins, do IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Instituto de Estudos Superiores Militares

Cor Inf (16741682) José Carlos de Almeida Marques, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Maj Eng (12222992) Arlindo Paulo Martins Domingues, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Maj SGE (03597481) Carlos Martins Alves, da DHCM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Comando Operacional da Madeira

TCor Inf (07812983) António Mário Bonito Afonso Vargas, do CR FUNCHAL, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Cor Inf (15362683) Luís Filipe Cabrita Adrião Monteiro, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

TCor Farm (04608180) Carlos Alberto do Amaral Souto, da DS, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Inf (06012577) António José Pinheiro Pimenta, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Agosto de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

**Instituto de Acção Social das Forças Armadas
Centro de Acção Social de Coimbra**

Cor Inf (17585781) António José Lourenço da Fonte Rabaça, da DORH, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

**Instituto de Acção Social das Forças Armadas
Centro de Acção Social de Porto**

TCor Inf (08976784) João Carlos Sobral dos Santos, da DORH, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército

Maj TPesSecr (11510186) António Martins Baptista, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Direcção de História e Cultura Militar

Maj SGE (06021580) António Sebastião Preto, da ESSM, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Centro de Finanças Geral

Maj AdMil (06920993) Maria Armanda Lopes Regadas, da UnAp/EME, devendo ser considerada nesta situação desde 10 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Estado-Maior do Exército

Cor Cav (19877081) Francisco Joaquim da Costa Lopes, da UnAp/EME, em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Julho de 2010.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

**Estado-Maior do Exército
Unidade de Apoio**

Maj TManMat (05294681) Jorge Rodrigues Ribeiro Cid, do RMan, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Cap AdMil (16107196) Helga Marta Machado Santa Comba Lopes, do CFG, devendo ser considerada nesta situação desde 1 de Março de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Academia Militar

TCor Inf (16064986) Paulo José da Conceição Antunes, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Maj Art (10096989) Pedro José Fernandes Seabra da Silva, da UnAp/CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Direcção de Obtenção de Recursos Humanos

TCor Inf (01025687) Miguel André Chaves de Beir, do CR BRAGA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Maj SGE (00720380) Belmiro Gonçalves Correia, do CR PORTO, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Centro de Psicologia Aplicada do Exército

TCor Inf (07128782) Fernando Manuel Oliveira da Cruz, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Centro de Recrutamento do Porto

Maj SGE (17996676) Manuel de Carvalho Rodrigues, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Direcção de Serviços de Pessoal

Maj SGE (01690778) Lino Vicente Graça, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

**Comando do Pessoal
Unidade de Apoio**

TCor Inf (08559187) José Dias Lages, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor TExpTm (06542378) Fernando Augusto Oliveira das Neves, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Comando da Logística

Cor Eng (05826179) Manuel dos Santos Dias, do Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Direcção de Material e Transportes

Cor Mat (17977477) Gustavo Jorge Dias, do Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Centro Militar de Electrónica

TCor Mat (06951781) António José dos Santos Martins, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Regimento de Manutenção

TCor TManMat (12655079) Joaquim Luís de Matos, do CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Depósito Geral de Material do Exército

TCor TManMat (05395778) António Cavaco Diogo, do IASFA/CAS RUNA, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Direcção de Infra-Estruturas Delegação do Norte

Maj Eng (13183591) José Manuel Silva, do RE3, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Direcção de Saúde

Maj Farm (07898591) Vânia do Carmo Marques Tira-Picos, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Cap Farm (00382799) Miguel Ângelo de Jesus Cabrita, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Ten Farm (00562302) Tiago Filipe Isidoro Gonçalves, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Hospital Militar Principal

Maj TEDT (00741083) Fernando Manuel Gaspar Lousa, do HMB, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Cap Farm (03521194) José Henriques da Silva Diógenes Nogueira, do HMB, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Cap Med (14779000) Nuno José Araújo Fidalgo de Oliveira, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Cap Med (14023698) Rosa Maria Queiróz Pereira Gil Cardiga, do RG2, devendo ser considerada nesta situação desde 15 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Ten TPesSecr (08598692) Nuno Filipe da Silva Proença, do HMB, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Hospital Militar Regional N.º 1

Ten Med (07494999) Paula Neto Janeira, da CEng/BrigMec, devendo ser considerada nesta situação desde 12 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Ten Med (03420898) Nuno Miguel da Rocha Barbosa, do CTOE, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Direcção de Aquisições

Ten AdMil (18768300) Rui Daniel Farinha Oliveira, da RAG/CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Direcção de Finanças

Cap AdMil (16333096) Luís Vítor Gomes Pinto, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Instituto Geográfico do Exército

Maj Inf (27220891) Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, do CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Março de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Unidade de Apoio da Área Militar de Amadora/Sintra

Maj SGE (08806680) Humberto José Pereira Elias, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Escola Prática dos Serviços

Cap AdMil (00895897) António José Monteiro, da DA, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Centro Militar de Educação Física e Desportos

Cap Vet (09790498) Gonçalo José Carmona Santana Paixão, da MM/Sede, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Colégio Militar

Cor Cav (12763583) Carlos Manuel Siborro Reis, do Gabinete Nacional de Segurança, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Maj Art (19216286) José António Vitorino Andrade, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Cap Cav (05152095) Sandro Miguel Nunes Serronha, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Comando das Forças Terrestres

TCor Inf (06402081) António Manuel Gomes da Silva Lopes, do CSimEx, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Regimento de Transmissões

Maj TExpTm (14214680) Luís Filipe Pereira Ferreira, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Setembro de 2010.

(Por portaria de 24 de Março de 2011)

Comando das Forças Terrestres Unidade de Apoio

Maj SGE (11137681) José Manuel Afonso da Costa, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Ten TPesSecr (04480692) Pedro Nuno Pereira Morais, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Regimento de Guarnição N.º 3

Cap Inf (24446793) José Carlos Ferreira Viveiros, do CTOE, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Ten Med (03018101) Pedro Miguel Tomás Ananias, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

**Brigada Mecanizada
1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado**

Alf Inf (03573805) Guilherme Ramalho Gomes Sousa Neto, do 2BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

**Brigada Mecanizada
2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado**

Ten Med (01585200) Vítor Emanuel Varela de Freitas, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

**Brigada Mecanizada
Grupo de Carros de Combate**

Ten Cav (12402602) Veríssimo Manuel Neves Rodrigues, do ERec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

**Brigada Mecanizada
Esquadrão de Reconhecimento**

Cap Cav (05759798) Elisabete Maria Rodrigues da Silva, do GCC/BrigMec, devendo ser considerada nesta situação desde 19 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Alf Cav (09305902) Augusto Jorge Cabecinha Q. Furtado de Almeida, do GCC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

**Brigada Mecanizada
Unidade de Apoio**

TCor Art (13240087) José Firmino Soares de Aquino, do CmdCCS/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Brigada Mecanizada
Comando e Companhia de Comando e Serviços

TCor Eng (07320186) Francisco António Amado Monteiro Fernandes, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Maj Cav (05174193) Jorge Manuel Faustino Rainha, do GCC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Regimento de Infantaria N.º 19

Cor Inf (04734483) Fernando António Melo Gomes, da DORH, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Regimento de Engenharia N.º 3

Maj SAR (17005284) Benjamim de Sousa e Silva, do CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Maj Eng (31188293) José Manuel Almeida Henriques, da DIE (Delegação do Norte), devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Cap Eng (04688196) Luís Martins Bispo, do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Janeiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Brigada de Reacção Rápida
Comando e Companhia de Comando e Serviços

Cor Inf (08413982) Carlos José Soares de Figueiredo Pereira, do RI10, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Centro de Tropas Comandos

Ten Med (15129399) Miguel Onófre da Maia Domingues, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Centro de Tropas de Operações Especiais

Ten Med (07995101) Clemente Henrique Silva Sousa, do HMR1, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Regimento de Infantaria N.º 15

TCor AdMil (14654785) Joaquim Fernando Garcia Mendes, da DFin, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Agosto de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Unidade de Aviação Ligeira do Exército

Ten Med (09302701) Henrique Miguel do Rosário Delgado, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Ten Med (06612401) Telmo Vitorino dos Santos Coelho, do HMR1, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Ten Inf (08487002) Jacinto Gabriel Henriques Rodrigues Franco, da ETP, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 23 de Março de 2011)

Guarda Nacional Republicana

Cor Tm (13385883) Álvaro Domingos Marques Moleiro, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Joint Force Command Lisbon

Cor Inf (07969379) Arnaldo Manuel de Almeida da Silveira Costeira, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Inf (12827188) José Manuel Tavares Magro, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

TCor Inf (13113989) Paulo Alexandre Teixeira Almeida, do IPE, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Dezembro de 2010.

(Por portaria de 07 de Janeiro de 2011)

Batalhão de Sapatores Bombeiros do Porto

TCor Eng (18914784) Manuel Salvador Rebelo de Carvalho, da DIE (Delegação do Norte), devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 25 de Março de 2011)

Nomeações

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, nomeio chefe da Casa Militar o TGen (01448365) Carlos Alberto de Carvalho dos Reis, com efeitos a partir desta data e em regime de comissão normal.

9 de Março de 2011. — O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o Cor Inf (00806482) **Jorge Manuel Soeiro Graça**, por um período de 365 dias, com início em 12 de Abril de 2011, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 2 — Casa Militar do Presidente da República, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

23 de Março de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 1 238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o Cor Inf (12284883) **César Nunes da Fonseca**, por um período de 365 dias com início em 5 de Fevereiro de 2011, em substituição do Cor Inf (04889079) Fernando Atanásio Lourenço, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 1, «Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

23 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 1 238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o Cor Inf (17636380) **Carlos Alberto Lopes Beleza**, por um período de 365 dias, com início em 9 de Março de 2011, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 6, «Estado-Maior do Exército», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

23 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 1 238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 21 dias, com início em 23 de

Janeiro de 2011, a comissão do Cor Inf (04889079) **Fernando Atanásio Lourenço**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 1 — Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

23 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 1 238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCor Inf (02126184) **Carlos Alberto Esteves Filipe**, por um período de 365 dias com início em 28 de Janeiro de 2011, em substituição do TCor Art (05581385) António Pedro Matias Ricardo Romão, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 2, «Escola Superior de Guerra», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

23 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

Por despacho de 28 de Setembro de 2008 do Director-Geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto e, encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, foi prorrogada por um período de cento e oitenta (180) dias, com início em 29 de Setembro de 2008, a comissão do TCor Inf (16198181) **Armando dos Santos Ramos**, no desempenho das funções de assessor técnico do Projecto n.º 4 - Brigada de Forças Especiais, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

21 de Março de 2011. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Arnaut Moreira*.

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28 -A/96, de 4 de Abril, nomeio assessor o TCor Inf (12419387) **Sérgio Augusto Valente Marques**, com efeitos a partir desta data e em regime de comissão normal.

9 de Março de 2011. — O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 1 238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de

Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto e, encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 14 dias, com início em 31 de Janeiro de 2011, a comissão do TCor Art (05581385) **António Pedro Matias Ricardo Romão**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 2, «Escola Superior de Guerra», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99, de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

23 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

Por despacho de 22 de Fevereiro de 2011 do Director-Geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 14 447/2010, de 12 de Agosto, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 16 de Setembro de 2010 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o TCor Inf (04257987) **João Alberto Gonçalves Domingos**, por um período de trinta e seis dias (36) dias, com início em 26 de Fevereiro de 2011, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto n.º 2 — Escola Superior de Guerra, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 de Março de 2011. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Arnaut Moreira*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1238/2010, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCor Cav (12023988) **Alfredo Manuel Aparício Filipe**, por um período de 365 dias com início em 12 de Março de 2011, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 10, «Formação em Portugal», inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

22 de Março de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28 -A/96, de 4 de Abril, nomeio ajudante-de-campo o TCor Inf (01260491) **Pedro Miguel do Vale Cruz**, com efeitos a partir desta data e em regime de comissão normal.

9 de Março de 2011. — O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Por despacho de 28 de Fevereiro de 2011 do Director-Geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 14 447/2010, de 12 de Agosto, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 16 de Setembro de 2010 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei

n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o Maj Art (17234789) **João Afonso Góis Pires**, por um período de trezentos e vinte e sete (327) dias, com início em 28 de Fevereiro de 2011, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto n.º 2 — Centro de Instrução Militar, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

21 de Março de 2011. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Arnaut Moreira*.

Por despacho de 2 de Fevereiro de 2011 do Director-Geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 14 447/2010, de 12 de Agosto, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 16 de Setembro de 2010 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o Maj Art (00100893) **Daniel João Ribeiro Valente**, por um período de trezentos e sessenta e cinco dias (365) dias, com início em 5 de Fevereiro de 2011, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto n.º 2 — Escola Superior de Guerra, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 de Março de 2011. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Arnaut Moreira*.

Nos termos dos artigos 11.º, n.º 2, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, nomeio o pessoal a seguir indicado para exercer funções no Centro de Comunicações da Presidência da República, com efeitos a partir de 9 de Março de 2011 e em regime de comissão normal:

Capitão João Manuel Guerra Batista.

Sargento-Mor Carlos Duarte de Sousa Morais.

Sargento-Mor Jaime de Sousa Vieira.

Sargento-Chefe Joaquim Mário Catita de Sousa.

Sargento-Chefe José Arnaldo das Neves Rodrigues Gonçalves.

Sargento-Chefe Júlio César Gaspar Marçalo.

Sargento-Chefe José Maria Viola Garcia de Oliveira.

Sargento-Chefe Paulo Jorge Cardão Gomes de Oliveira Rodrigues.

Sargento-Ajudante António Luís Antunes de Carvalho.

Sargento-Ajudante António Manuel Teixeira Pacheco.

Sargento-Ajudante Joaquim António Catarino de Sousa.

Sargento-Ajudante Rui Luís Lóia da Mata.

Sargento-Ajudante José Rodrigues Gomes.

Sargento-Ajudante Vitorino Augusto Saraiva.

Sargento-Ajudante Francisco José Gonçalves Gavancho.

9 de Março de 2011. — O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

VI — DECLARAÇÕES

Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O Cor Cav Res (04025070) João José Abudarham Cruz Azevedo, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na DHCM, em 8 de Março de 2011.

O Cor AdMil Res (01116779) Francisco Guerreiro Palma, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris, em 16 de Fevereiro de 2011.

O TCor TManMat Res (03679776) Augusto Miguel da Silva, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na DHCM, em 28 de Março de 2011.

O TCor SGE Res (12320779) Manuel António Catarino Rato, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na DHCM, a partir de 21 de Março de 2011.

O TCor TManTm Res (09696279) José Manuel Girão Lima, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na UnAp/ZMA, em 26 de Janeiro de 2011, passando a prestá-lo desde a mesma data, como Director no MusMil AÇORES.

O TCor TManTm Res (02572079) António Manuel Caracol de Almeida Amador, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no CR FUNCHAL, a partir de 1 de Fevereiro de 2011, passando a prestá-lo desde a mesma data, no MusMil MADEIRA.

O Maj Med Res (06484280) Luís Jorge Santos Grangeia, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no HMR1, em 1 de Março de 2011.

O Maj SGE Res (73849772) José Fernando de Campos, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no EME, em 1 de Abril de 2011.

O SMor Inf Res (10422579) Alberto Manuel Salgado Lopes Cordeiro, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no MusMil PORTO, em 28 de Março de 2011.

O SMor Inf Res (05080579) José Fernando Ribeiro Alves, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, como Comandante da Polícia Municipal e Coordenador da Protecção Civil do conselho de Gondomar, em 1 de Março de 2011.

O SMor Cav Res (00305481) António José Branquinho dos Santos, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na UALE, em 21 de Março de 2011.

O SMor AdMil Res (16992880) António Joaquim Cabaço Pereira, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no CFin/CID, em 1 de Abril de 2011.

O SAj Inf Res (19928485) Carlos Manuel Marques Martins, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na LC (Núcleo de Setúbal), em 15 de Fevereiro de 2011.

O 1Sarg Aman Res (00532274) Adelino Armando Alves Correia, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no EMGFA, em 6 de Fevereiro de 2011.

Anulação de transição para a Reforma:

Declara-se que fica sem efeito a transição para a Reforma, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05, do TGen (04690363) Carlos Manuel Mourato Nunes, constante da Portaria 90/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6 de 10 de Janeiro de 2011, e republicada na OE n.º 1, 2.ª série, de 31 de Janeiro de 2011, página n.º 64, em virtude de ter sido revogado o acto que lhe concedeu a Reforma.

(Por despacho de 23Mar11/DR II série n.º 64 de 31Mar11)

Declara-se que fica sem efeito a transição para a Reforma, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05, do MGen (02234264) Luís Augusto Sequeira, constante da Portaria 90/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6 de 10 de Janeiro de 2011, e republicada na OE n.º 1, 2.ª série, de 31 de Janeiro de 2011, página n.º 64, em virtude de ter sido revogado o acto que lhe concedeu a Reforma.

(Por despacho de 14Mar11/DR II série n.º 57 de 22Mar11)

VII — RECTIFICAÇÕES

Rectifica-se o publicado na OE n.º 2, 2.ª série, de 28 de Fevereiro de 2011, pág n.º 121, referente à atribuição de medalha de ouro de comportamento exemplar, onde se lê “Cb Inf GNR (1826106) José Luís Martins Barreiros”, deve ler-se “CbCh Inf GNR (1826106) José Luís Martins Barreiros”.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 2, 2.ª série, de 28 de Fevereiro de 2011, pág n.º 123, referente à atribuição de medalha de ouro de comportamento exemplar, onde se lê, “Cor Farm (04564579) António Eduardo Carrasco Serrano”, deve ler-se “Cor Farm (04546579) António Eduardo Carrasco Serrano”.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 2, 2.ª série, de 28 de Fevereiro de 2011, pág n.º 124 referente à atribuição de medalha de cobre de comportamento exemplar, onde se lê “Guar Inf GNR (1990419) Pedro Daniel O. Ventura”, deve ler-se, “Guar Inf GNR (1990419) Pedro Daniel Oliveira Vieira.

VIII — OBITUÁRIO

2002

Janeiro, 30 — Cap AdMil (05979063) Albertino Coutinho Cardoso, da SecApoio/RRRD.

2009

Maio, 05 — Cor Cav DFA (50127511) Viriato Manuel de Assa Caltel Branco, da SecApoio/RRRD.

2011

Fevereiro, 01 — Cor AdMil (51422311) João da Rocha Teles, da SecApoio/RRRD;
Fevereiro, 22 — SAj SGE (50482811) Júlio Dias, da SecApoio/RRRD;
Março, 02 — SAj SGE (50452011) Vasco da Silva, da SecApoio/RRRD;
Março, 03 — Cap SGE (52113011) José de Sousa Pestana, da SecApoio/RRRD;
Março, 12 — SAj Mat (50442911) Manuel dos Santos Lopes, da SecApoio/RRRD;
Março, 13 — Cor Eng (41045060) Carlos Manuel Ribeiro de Magalhães, da SecApoio/RRRD;
Março, 13 — Cor SGE (52400011) Manuel Fernandes Tomaz, da SecApoio/RRRD;
Março, 15 — Cor Inf (51382711) Camilo José Delgado, da SecApoio/RRRD;
Março, 16 — Cor Inf (36350557) Carlos Alberto Mendanha Bacelar Cruz, da SecApoio/RRRD;

Março, 20 — Maj SGE (50836811) José Benedito Pires, da SecApoio/RRRD;
Março, 21 — CbAdj (03065662) David Machado Cardoso Fagundes, da UnAp/ZMA;
Março, 22 — SAj Inf (51983711) José Justino Cabedo e Lencastre, da SecApoio/RRRD;
Março, 25 — Cap SGE (51232811) Octávio Barbosa de Oliveira, da SecApoio/RRRD;
Março, 26 — Cap SGE (50574111) Manuel Ribeiro, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 4/30 DE ABRIL DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Sold RC (01463305) **Artur Rafael Carvalho da Silva**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

2Sarg RC (19436700) José Manuel Pavão Farias.

(Por despacho de 15 de Dezembro de 2010)

2Sarg RC (05423702) Tânia Isabel O. Mendonça;
2Sarg RC (06411603) Tiago José Campos Matias;
Furr RC (02218603) Marlene Sofia Marante Pinto;
CbAdj RC (02347102) Cristóvão Manuel F. Gonçalves;
CbAdj RC (03135304) Isabel de Almeida Oliveira;
CbAdj RC (11522699) Gilberto Carvalho de Oliveira;
CbAdj RC (09873498) Sérgio Filipe M. R. Moreira;
1Cb RC (02122999) Maria José Borges Alves;
1Cb RC (19827804) Luciana Maria Martins Rebelo;
1Cb RC (09713602) Ricardo Daniel M. Figueiredo;
1Cb RC (14715003) Tânia Alexandra R. Eusébio;
1Cb RC (06691798) Sónia Cristina Marinho Lourenço;
Sold RC (02727900) Edgar Filipe Mateus Correia;
Sold RC (12164803) João Vítor de Sousa Madureira.

(Por despacho de 03 de Março de 2011)

Sold RC (08387702) Luís Miguel Carneiro Martins.

(Por despacho de 11 de Março de 2011)

Ten RC (27915593) Patrícia da Costa F. Talina;
Ten RC (08666296) Carmen Sofia R. Gião Eusébio;
Ten RC (08378698) Nuno Rodrigo M. P. da Silva;
1Sarg RC (05312496) Pedro Miguel Afonso Mateus;
1Sarg RC (04001001) Sílvio de Jesus Pinto Reis;
2Sarg RC (04945900) Ana Isabel Loureiro Gomes;
2Sarg RC (09444999) Luís Miguel Caixas Rodrigues;
2Sarg RC (06545900) Bruno Miguel de Jesus M. Mendes;
2Sarg RC (08889801) Susana Maria O. Magalhães;
2Sarg RC (05112103) Marisa Cristina dos Santos Rosa;
2Sarg RC (10206202) António Manuel P. da Silva;
2Sarg RC (07282297) Luís Filipe Ornelas de Macedo;
2Sarg RC (03650902) Ricardo Manuel P. da Silva;
2Sarg RC (07835704) David Ferreira Azevedo;
Furr RC (17827602) Clementino Mendes Pedrosa;
Furr RC (10692403) Bruno Manuel R. dos Santos;
Furr RC (07738699) Ricardo Daniel A. Rodrigues;
Furr RC (16808700) João Filipe C. de Matos;
Furr RC (14863703) Tânia João Correia Tavares;
Furr RC (18312602) Miguel João Chavigas de Oliveira;
CbAdj RC (01330002) Eduardo Luís da Silva Marques;
CbAdj RC (13383204) Hélder José M. Ponte;
CbAdj RC (06347202) Ana Maria da Conceição Moreira;
CbAdj RC (15137301) Francisco André F. da Silva;
CbAdj RC (00884404) Pedro A. Dias Carragoso;
CbAdj RC (03740300) Sónia Cristina P. dos Santos;
CbAdj RC (16278000) Bruno Miguel da Silva L. Constantino;
1Cb RC (10191303) Mário Fernando Santos Melo;
1Cb RC (14866802) Domingos Jorge C. Gonçalves;
1Cb RC (00912402) Teresa Elisabete Silva Costa;
1Cb RC (12610302) Daniel Filipe Jesus Pereira;
1Cb RC (06306800) Ana Isabel Martins T. Quintela;
1Cb RC (01376103) Gonçalo Manuel R. Guerra;
1Cb RC (16110602) Sérgio Pedro F. de Oliveira;
1Cb RC (11592003) Sérgio Machado Ferreira;
1Cb RC (03098199) Sónia Sofia Custóias Almeida;
1Cb RC (13874703) Saúl Alexandre Santos Neves;
1Cb RC (15083604) Nuno Miguel Flores Antunes;
1Cb RC (07380901) Roberto dos Santos Oliveira;
1Cb RC (13808601) Tiago André dos S. Carvalho;
1Cb RC (03184402) Ricardo Filipe F. Gaspar;
1Cb RC (03175402) Rui José Conceição Rodrigues;
1Cb RC (01939302) Marisa Isabel Simão Salvador;
2Cb RC (07377304) Lázaro António P. Ribeiro;
Sold RC (04595499) Marília Susana M. Vale;
Sold RC (13380703) José André Vieira Soares;
Sold RC (16887403) Carlos Daniel P. Vilarinho;

Sold RC (18806204) Vítor Hugo P. Ferreira;
Sold RC (02023902) Miriam Raquel Reis Costa;
Sold RC (11320103) José Carlos Ameixa Silva;
Sold RC (06443202) Adélia Cristina B. M. de Andrade;
Sold RC (04855000) Nelson da Silva Oliveira;
Sold RC (08525403) Cidalina Pereira Pinto;
Sold RC (16383902) Sérgio Daniel M. Rodrigues;
Sold RC (06223502) Nuno Miguel M. Martins;
Sold RC (08833302) Josélia Cordeiro Soares;
Sold RC (00803504) Patrícia dos Santos V. Valente;
Sold RC (14084103) Patrícia Marques Cunha;
Sold RC (01466303) Jorge Manuel M. Pinheiro;
Sold RC (06238398) Patrícia Alexandra A. Amaro;
Sold RC (03458104) Ana Isabel dos Santos Cardoso;
Sold RC (16000802) Ricardo Jorge L. Agostinho;
Sold RC (11271702) Helcio Mozer M. Gomes;
Sold RC (09056104) Ana Patrícia B. da Silva;
Sold RC (04165801) Elise Edith Constantino;
Sold RC (14940903) Telma Sofia B. P. Marques;
Sold RC (17143204) Nelson Francisco M. Costa.

(Por despacho de 21 de Março de 2011)

CbAdj RC (06444699) Candida Maria Soares Silva;
CbAdj RC (06009801) José Luís Oliveira da Silva;
1Cb RC (03566402) Vanessa Andreia P. R. da Costa;
1Cb RC (08740698) Beatriz da Costa Alves;
1Cb RC (02125104) Virgílio José Paulos Diogo;
1Cb RC (11722499) Ademar Manuel C. Monsalvarga;
Sold RC (08819902) António de Matos Alves;
Sold RC (01835498) Isabel Maria M. A. Jorge;
Sold RC (02901803) Ângela Maria A. Baptista;
Sold RC (13365001) Rogério Augusto M. Teixeira;
Sold RC (17040303) Carlos Manuel Pires Gomes;
Sold RC (04371404) Armando José Monteiro;
Sold RC (09671302) Hugo Daniel dos Santos Gomes;
Sold RC (05656704) Daniel Tapa Gonçalves;
Sold RC (02779998) Rui Manuel Araújo Mendes;
Sold RC (07036203) Natália Paiva Serra.

(Por despacho de 04 de Abril de 2011)

2Sarg RC (11583004) Liliana da Conceição C. Ferreira;
Furr RC (09075503) Sílvia Clara Ramos Araújo;
CbAdj RC (02869303) António João Lopes Soares;
2Cb RC (03307604) Hugo Miguel Gonçalves Faria.

(Por despacho de 06 de Abril de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

Ex-1Cb RC (18618569) Adriano de Sousa Gandra, “Guiné 1970-72”;
Ex-1Cb RC (04293568) Avelino da Silva Dias, “Moçambique 1969-71”;
Ex-1Cb RC (03388266) José Cardoso Marques Pinto, “Moçambique 1966-68”;
Ex-1Cb RC (05795973) Joaquim José Mota André, “Angola 1974”;
Ex-1Cb RC (19858068) Leonídio Martins B. Freitas, “Angola 1969-71”;
Ex-1Cb (08743367) Américo Manuel da Silva Correia, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (06669965) Jorge Cipriano Lopes Sousa, “Cabo Verde 1966-68”;
Ex-1Cb (08384066) Fernando da Silva Correia, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold RC (11142667) Gaspar Lento de Almeida, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold RC (02703666) João Amaro da Silva Correia, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold RC (10746870) José Maria Moreira, “Moçambique 1971-73”;
Ex-Sold RC (01106366) Arlindo Marques Pinto, “Guiné 1967-68”;
Ex-Sold (05365164) Manuel João M. Carvalho, “Angola 1964-67”;
Ex-Sold (08126068) Aníbal de Jesus Caldeira, “Guiné 1968-70”;
Ex-Sold (10838672) Custódio Alexandre Maria, “Moçambique 1973-74”;
Ex-Sold (06699667) Evaristo Aniano Pinto, “Guiné 1968-70”;
Ex-Sold (03581567) António Joaquim Assis Costa, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (06261371) José Joaquim R. Ferreira, “Guiné 1971-73”;
Ex-Sold (09447668) António Fernando R. Pereira, “Guiné 1969-71”.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Ex-Ten Mil (05369971) Carlos João Rocha Amaral, “Guiné 1973-74”;
Ex-2Sarg Mil (01631366) Joaquim da Conceição Mateus, “Angola 1968-70”;
Ex-Furr Mil (62904074) Mário Azevedo Ferreira, “Angola 1974”;
Ex-Furr Mil (00726571) Carlos Ludovice Figueira da Direita, “Angola 1972-74”;
Ex-Furr Mil (19754071) António Floro Santos Ferreira, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (05300864) Joaquim Marques Antunes, “Moçambique 1964-67”;
Ex-1Cb (14497371) Vítor José Taborda Mendes, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (06861771) Ernesto L. da Silva Cardoso, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (10362171) Eduardo Manuel Vaz, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (10051372) Artur Dias de Oliveira, “Angola 1972-74”;
Ex-1Cb (00825369) Fernando Augusto C. Teixeira, “Angola 1969-71”;
Ex-1Cb (09943466) Adelino Lucas Monteiro, “Angola 1967-69”;
Ex-1Cb (00705553) Manuel Maciel Barbosa, “Índia 1954-55”;
Ex-1Cb (00034258) Joaquim Saraiva, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (07690270) Manuel Moreira Alves, “Guiné 1971-73”;
Ex-1Cb (08955365) António Alfredo C. Sampaio, “Angola 1966-68”;
Ex-1Cb (07291373) Gentil Manuel G. Pereira, “Guiné 1974”;
Ex-1Cb (61485372) António Manuel J. de Almeida, “Angola 1972-74”;
Ex-1Cb (38700461) Salvador Cândido B. Gonçalves, “Moçambique 1961-63”;
Ex-1Cb (02363664) José Sá Silva Miranda, “Angola 1965-67”;
Ex-1Cb (06441068) Mário Fonseca D’Ávila, “Angola 1968-70”;
Ex-1Cb (06167064) Carlos Pedro C. Ferreira Júnior, “Angola 1965-67”;

Ex-1Cb (10884572) António Silva Sousa, “Moçambique 1973-74”;
Ex-1Cb (01812967) Vítor de Jesus Martins, “Angola 1967-69”;
Ex-1Cb (07886067) António da Silva, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (08391666) António Mendes Silva, “Guiné 1966-68”;
Ex-1Cb (00212361) Augusto da Conceição Mateus, “Guiné 1962-64”;
Ex-1Cb (00182663) Domingos de Almeida Nunes, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (09925572) Joaquim Henrique S. Carvalho, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (06286871) Jorge Manuel F. Almeida Silva, “Guiné 1971-73”;
Ex-Sold (06735867) Manuel Fernando C. Moreira Dias, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (07980864) Edmundo Marinho Basto, “Guiné 1970-72”;
Ex-Sold (03108967) Camilo António T. Tavares Almeida, “Guiné 1967-69”;
Ex-Sold (13972073) Aires de Oliveira, “Angola 1974”;
Ex-Sold (16259572) José R. de Sousa Rodrigues, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (73690782) Luís Pereira, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (13992470) Sílvio Nunes Pessoa, “Guiné 1971-74”;
Ex-Sold (02386269) Manuel Martins Sequeira, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (07572266) Manuel Silva Loureiro, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (46154460) Carlos Francisco Fragoso Pires, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00174369) Joaquim Teixeira da Silva, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (07712767) José Mário da Silva A. Carvalho, “Guiné 1968-71”;
Ex-Sold (09019065) Armando Ferreira de Azevedo, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (06195567) Mário Barbosa Marques Vieira, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (40054160) Saúl Vieira da Cruz, “Índia 1960-62”;
Ex-Sold (03996673) José Amaral Proença, “Moçambique 1973-74”;
Ex-Sold (06683067) José Fernando Lopes Alves, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (00926168) Joaquim Fonseca da Silva, “Cabo-Verde 1968-70”;
Ex-Sold (13744772) Manuel Carvalho de Sá, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (03809967) Fernando Pereira Santos Silva, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (03819967) António Gonçalves Santos, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (09458874) Arlindo Fernando Costa Marques, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (02390568) Agostinho Duarte Cardoso, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (15072170) Manuel dos Santos Pinhal, “Angola 1971-73”;
Ex-Sold (08515573) Carlos Manuel Costa P. Martins, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (05451366) Manuel Moreira Leitão, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (11787571) José Manuel V. Leonardo, “Angola 1972-74”;
Ex-Sold (00015361) José Luís Frade, “Angola 1961-64”;
Ex-Sold (18159173) Manuel Gonçalves de Almeida, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (00417562) António Augusto Pereira Pires, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (61804373) João Duarte Patrício, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (08037265) Matias Rodrigues, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (02265168) Jaime Luís Gomes Oliveira, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (18530369) Joaquim Correia Lopes, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (03128264) Francisco Jorge Gaspar, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (03973765) José Pereira de Sousa, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (08401466) Joaquim Jesus Ribeiro, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (04363367) José da Silva Miranda, “Guiné 1967-69”.

(Por despacho de 16 de Março de 2011)

Ex-Furr Mil (13718472) Vítor Manuel V. Caseiro, “Guiné 1973-74”;
Ex-Furr Mil (03471868) João dos Santos Domingos, “Moçambique 1968-70”;
Ex-1Cb (00127760) João Gil da Costa, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (03637366) Fernando João Cardoso, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (03831664) João Marques Grancho, “Angola 1964-66”;
Ex-1Cb (00160265) Adérito Augusto Botelho, “Angola 1965-68”;
Ex-1Cb (00217160) José Ferreira Ribeiro, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (00227861) João Carrola Silvestre, “Moçambique 1961-64”;
Ex-Sold (00236560) Manuel Pereira Azevedo, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00120960) Francisco Manuel A. P. Fonseca, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00099960) José Costa das Dores, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00461360) José Nunes, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00052560) José Rodrigues da Costa, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00080060) João Manuel da Silva Costa, “Angola 1961-63”.

(Por despacho de 22 de Março de 2011)

Ex-1Cb (00153962) Manuel Raposo, “S.Tomé e Príncipe 1963-66”.

(Por despacho de 04 de Abril de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

Furr RC (12839903) Ricardo Manuel M. Barroso, “Afeganistão 2007”;
Sold RC (02521803) David Romão Ferreira, “Kosovo 2008-09”;
Sold RC (15884800) Nelson Carlos de Sousa Marques, “Kosovo 2009”.

(Por despacho de 04 de Março de 2011)

2Cb RC (18356200) Nuno Miguel Correia Rocha, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 10 de Março de 2011)

Ex-Ten-Mil (05369971) Carlos João Rocha Amaral, “Guiné 1974”;
Ex-Sold (61767274) Norberto Pires Coelho, “Angola 1974-75”;
Ex-Sold (73690872) Luís Pereira, “Moçambique 1974”.

(Por despacho de 16 de Março de 2011)

Sold RC (18452302) Filipe José Silva Rosa, “Líbano 2010”.

(Por despacho de 22 de Março de 2011)

CbAdj RC (13262501) José Maria Peixoto Clemente, “Bélgica 2007-10”;
Sold RC (08543202) Rubina Graciana Nóbrega Coelho, “Timor 2003”.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 16 de Abril 2010, foram autorizados os militares indicados a aceitarem as seguintes condecorações:

Medalha da NATO

Ten RC (06336099) Carla Alexandra O. Faustino;
Ten RC (06949896) Carlos Eduardo M. da Rocha H. Pereira;

Ten RC (04808898) Luís Miguel Valente Salvado;
1Sarg RC (18789599) Carlos Manuel Marciano de Jesus;
1Sarg RC (05052995) António Humberto P. Pereira;
1Sarg RC (10791800) Sofia do Sameiro da Cunha Gonçalves;
1Sarg RC (18026595) Jorge Miguel Leite Rocha;
1Sarg RC (01775096) Ana Cristina Martins Neto Batista;
1Sarg RC (09132299) Dinis Ferreira G. de Andrade;
1Sarg RC (11642994) António Carlos R. Almeida;
1Sarg RC (02384699) Luís Filipe Santos Costa;
1Sarg RC (14452698) Ana Maria F. dos Santos Martins;
1Sarg RC (04934500) Nuno Miguel Alturas Serra;
1Sarg RC (16775600) João António Penetra;
2Sarg RC (01269101) Tânia C. dos Santos Ferreira;
2Sarg RC (02429700) António J. Fernandes Machado;
2Sarg RC (01493703) André Filipe Seixas Fonseca;
2Sarg RC (12227500) Sílvia Cardoso Bento;
Furr RC (00079302) Elizabete S. da Costa Rodrigues;
Furr RC (04849273) João Manuel Lourenço Costa;
Furr RC (04453503) João Henrique Cabaça Candeias;
Furr RC (14336301) Eugénia Filipa Carvalho Teixeira;
2Furr RC (03502102) Pedro Filipe de Abreu Varandas;
CbAdj RC (31179193) Plácido Lourenço P. Gonçalves;
CbAdj RC (10618702) Carlos Manuel Bastos Lopes;
CbAdj RC (13388198) Nuno Emanuel C. Evangelista;
CbAdj RC (10456297) Paulo Renato Correia Martins;
CbAdj RC (25089692) Rogério Paulo Branco Moniz;
CbAdj RC (08828401) José Manuel Ferreira Silva;
CbAdj RC (11329901) Ricardo Emanuel X. Rodrigues;
CbAdj RC (01687301) Pedro Miguel Fardilha Gomes;
CbAdj RC (15135003) Márcia Idalina C. Machado;
CbAdj RC (19620497) Paulo Alexandre A. Ribeiro;
CbAdj RC (11348798) Luís Manuel dos Santos;
CbAdj RC (10331899) Duarte Nuno de Sousa Lino;
CbAdj RC (18556303) Luís Filipe Barcelos Araújo;
CbAdj RC (06843497) Filipe Duarte Pereira da Silva;
CbAdj RC (07823804) Hélia Reis de Jesus Cardoso;
CbAdj RC (15885702) Emanuel Bruno G. de Oliveira;
CbAdj RC (15462001) Pedro Miguel da Silva Conceição;
CbAdj RC (08590500) Sérgio Manuel Medeiros Botelho;
CbAdj RC (01330002) Eduardo Luís A. da Silva Marques;
CbAdj RC (07635000) Miguel Ricardo Soares Rebelo;
CbAdj RC (19041701) Pedro Miguel Medeiros Sousa;
CbAdj RC (14668502) Ricardo Agostinho B. Pacheco;
1Cb RC (02040304) António José Roque Bento;
1Cb RC (07330805) Ana Clarisse da Cunha Maio;
1Cb RC (11932604) Eduardo Machado Gonçalves;
1Cb RC (03305703) Mário André Nunes de Castro;
1Cb RC (06248301) Célia Catarina Araújo Costa;
1Cb RC (04182805) Pedro Miguel Pereira Condeças;
1Cb RC (11278104) Ana Catarina Freitas Pacheco;

1Cb RC (07396702) Bruno Miguel Canhoto Ramos;
1Cb RC (13020805) Márcio Manuel E. Alexandre;
1Cb RC (05022002) André Filipe Tavares Meireles;
1Cb RC (06471000) Ana Patrícia R. Santos Tanganho;
1Cb RC (01814104) Luís Carlos Rodrigues Amaral;
1Cb RC (15141800) Hélder Francisco Ribeiro Silva;
1Cb RC (07166799) Bruno Manuel Miranda Ribeiro;
1Cb RC (15475500) Rui Manuel Rebelo Ribeiro;
1Cb RC (02508298) José Manuel Gomes dos Reis;
1Cb RC (11693900) Cláudio César Martins Estrela;
1Cb RC (18775103) Tatiana Melo Pereira;
1Cb RC (17709501) António A. da Silva Almeida;
1Cb RC (18777601) José Manuel Tomaz Ribeiro;
1Cb RC (06838801) Elsa Cristina Mendes Lopes;
1Cb RC (05066705) Jorge Delfim R. Vilela Gonçalves;
1Cb RC (09324103) Adão Mendes Tavares;
1Cb RC (02636400) Marco Paulo Amaral Soutilha;
1Cb RC (00927201) Joaquim Miguel T. dos Santos;
1Cb RC (07876199) Paulo César Pimentel da Silva;
1Cb RC (04002300) Pedro Severino Simões Batista;
1Cb RC (07860902) Nuno Filipe Cordeiro Aparício;
1Cb RC (13446797) Susana Alves Figueiredo Silva;
2Cb RC (03307604) Hugo Miguel G. Faria;
2Cb RC (00578103) Elsa Fernanda R. Moreira;
2Cb RC (02713401) César Daniel R. Leal;
2Cb RC (16185898) Pedro Miguel Sobral Caçote;
Sold RC (09975203) Sérgio A. do Carmo Marques;
Sold RC (00231900) Sónia Alexandra A. Figueiredo;
Sold RC (05834905) Luís Carlos Pinheiro Viegas;
Sold RC (06371704) Jonathan Moura da Costa;
Sold RC (15694701) Elder Miguel Pinto Teixeira;
Sold RC (13427800) Tiago Henriques Vicente;
Sold RC (07788705) António Joaquim Lopes da Costa;
Sold RC (11024303) Álvaro Miguel Rodrigues Teles;
Sold RC (08465302) Carlos Alberto Teixeira Gomes;
Sold RC (14575499) Renato Xavier Rodrigues Taipa;
Sold RC (11459604) Sónia Ribeiro Almeida;
Sold RC (05626700) Ricardo José Rebelo Oliveira;
Sold RC (13380703) José André Vieira Soares;
Sold RC (01023702) Carlos Alberto L. dos Santos;
Sold RC (07440799) Luís Miguel Damas Baptista;
Sold RC (15138104) Sérgio Miguel Osório Vieira;
Sold RC (19795902) Carlos Daniel Silva Gonçalves;
Sold RC (05656704) Daniel Tapa Gonçalves;
Sold RC (03234001) Mónica Sofia Sousa Carqueija;
Sold RC (02535303) Paulo Sérgio P. Gonçalves;
Sold RC (06902598) Maria da Conceição R. Mota;

Sold RC (13897101) Rui Filipe Oliveira Lima;
Sold RC (08224102) Sérgio Humberto A. Ferreira;
Sold RC (07967002) Manuel Ricardo Araújo Lopes;
Sold RC (03819304) Fernando Miguel G. Coutinho;
Sold RC (10942203) Nuno Miguel de Sousa da Rocha;
Sold RC (03708002) Carlos Xavier Cruz Almeida;
Sold RC (18946703) Jaime Daniel Nogueira P. Leite;
Sold RC (03240403) Nelson Soares dos Santos;
Sold RC (19334105) Rui Jorge Silva Florêncio;
Sold RC (11278500) João Vítor Baião Sotto Mayor;
Sold RC (11426400) Nuno David C. da Rocha;
Sold RC (05317100) Rui Filipe dos Santos Duarte;
Sold RC (07474300) José Patrício Vidal Gaspar;
Sold RC (15006297) Paulo Jorge L. de Pinho;
Sold RC (10805801) André Duarte Pardal.

Medalha da UNIFIL

1Cb RC (05237602) Márcio Miguel Rodrigues Filipe.

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 13 de Setembro 2010, foram autorizados os militares indicados a aceitarem a seguinte condecoração:

Medalha da NATO

1Cb RC (05957895) João Paulo da Cunha Ribeiro;
1Cb RC (07727997) Nuno Miguel Alves de Carvalho;
1Cb RC (11764497) Sandro Manuel Mofreita Prioste;
Sold RC (00066602) Damião Bruno Grilo Martins.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Militares em regime de contrato

Passagem à situação de Reserva de Disponibilidade

Por homologação do Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro, por ter sido julgado pela JMRE após JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apto para o trabalho e para angariar meios de subsistência”, o militar a seguir mencionado:

Sold RC (07176105) João André Gomes Puga Jeremias, da EPS.

(Por despacho de 23 de Fevereiro de 2011)

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, praticado no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo despacho n.º 22 132/2009 de 28SET09, do Major-General Director de Administração de Recursos Humanos, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 193 de 06OUT09, após subdelegação conferida pelo despacho n.º 14 452/2007 de 09MAI07, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 129 de 06JUL07, por delegação conferida pelo despacho n.º 4 316/2007 de 31JAN07, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 49 de 09MAR07, foram promovidos ao posto de **2º Cabo**, nos termos da alínea *c*), do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, os militares, em regime de contrato, a seguir mencionados:

2Cb Grad RC (09836504) Sofia Nunes, da CEng/BrigMec, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10593704) Carlos Pereira, da CEng/BrigMec, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (02309502) Elton Correia, da CEng/BrigMec, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (09339403) Carlos Martins, da DFin/CmdLog, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (03466704) Tiago Fragoso, da RAG/CmdLog, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (17837405) Filipe Inácio, da RAG/CmdLog, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18598703) Tatiana Marreiro, da RAG/CmdLog, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (15835609) Paulo Almeida, do CME, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (16031009) João Amador, da EPA, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18146906) Hugo Soares, da EPC, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (12163704) Elisabete Silva, da EPC, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (02177404) Susana Almeida, da EPI, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (17078505) Ricardo Rodrigues, da EPI, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05478804) Fernando Fernandes, do EPM, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (00889004) Nuno Neto, do EPM, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (16613506) Luís Fazenda, do EPM, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18134706) José Silva, da EPT, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (08856906) Ana Ribeiro, da ESE, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (00656702) Sónia Martinho, da ESE, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (03562903) Leandro Bernardes, da ESE, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13740602) Jorge Alves, da ETP, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13722909) Susana Ribeiro, da ETP, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10356904) Nicole Aderneira, da ETP, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (17269205) Ruben Teixeira, da ETP, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10466905) Fábio Duarte, da FanfEx, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (11205303) Vítor Oliveira, do GCC/BrigMec, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04363702) Nataly Silva, do HMB, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (15621306) Marta Gonçalves, do HMB, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (11101604) Adélia Graça, do IASFA, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (09301906) Francisco Matos, do IMPE, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06291504) Diogo Arroio, do RA4, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (09126104) Márcio Duarte, do RA4, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04262806) Maik Fernandes, do RA4, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19082409) Tiago Piedade, do RA4, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (00019503) António Estrompa, do RA4, desde 07Set09;

2Cb Grad RC (10952409) André Domingues, do RA4, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (00158109) Hélder Faria, do RA4, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (11212705) Rui Mota, do RA5, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18491309) Filipe Moreira, do RA5, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04492000) Rui Carvalho, do RAAA1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (00267801) Manuel Santos, do RAAA1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (17452504) Bruno Mendes, do RAAA1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19281905) David Libânio, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (12983104) José Teixeira, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (07302709) Ana Alves, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (08530505) José Gomes, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18421309) Carlos Pimenta, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (17503509) Bruno Carminhos, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13670504) Belinda Monteiro, do RC3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (01824209) Pedro Pinho, do RC6, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (01605604) Joaquim Ferreira, do RC6, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05332604) Carlos Cunha, do RC6, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10306706) Elson Moreira, do RE1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (14068106) Roberto Almeida, do RE1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19940706) Ricardo Prata, do RE1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04672406) Ricardo Gonçalves, do RE1, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (03084404) Liliana Melo, do RE3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (07107704) Joaquim Sousa, do RE3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (09940904) José Silva, do RE3, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19958109) António Silva, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06073601) Rui Ribeiro, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13587909) Márcio Teixeira, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06626602) Andreia Oliveira, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18174405) Jorge Costa, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (07686504) Bruno Costa, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (08421405) Artur Moura, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05510306) Adriano Silva, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (12896504) Nuno Teixugueira, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10806104) Carlos Frutuoso, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (14447303) Daniel Coelho, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (12924204) Rui Mateus, do RI13, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (14784505) Fábio Fernandes, do RI14, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06214302) Carla Filipa, do RI14, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (02260000) Inês Abreu, do RI14, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04941004) André Coimbra, do RI14, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19687305) António Campos, do RI14, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06331904) Rafael Cardoso, do RI14, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13636704) Odair Lopes, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05430006) Gonçalo Bravo, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (02679209) Diogo Martins, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (11840509) Daniel Marimba, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (07496405) Michael Neves, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (03262005) Carlos Castanheira, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10006105) Carlos Cruz, do RL2, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (15775906) Dário Marques, do RL2, desde 07Set09;

2Cb Grad RC (06441002) Valter Mendes, do RMan, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (18101806) Paulo Soares, do RT, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (08175006) Michael Calvo, do RT, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (15503606) Fernando Simões, do RT, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (09152806) David Alves, do RT, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04400105) Aida Ferreira, do RT, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06126206) Dina Monteiro, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13159104) Hélder Ferreira, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05712105) Diana Martins, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (07042401) Carina Rodrigues, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (08908706) Hélder Pinto, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (06680805) Cláudia Ferreira, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (09818609) José Queirós, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19078605) Luís Duarte, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (19850009) Luís Vera, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10389505) Magda Fernandes, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (13344405) Serge Henriques, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05604309) Alexandre Ferreira, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (10644005) Tânia Soares, do RTransp, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (00517206) Ana Ferreira, da UnAp/EME, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05604306) Eduardo Ferreira, da UnAp/EME, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (08225009) Cláudio Matos, da UnAp/EME, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (05011906) Tiago Lourenço, do 2BIMec/BrigMec, desde 07Set09;
2Cb Grad RC (04253005) Pedro Teles, do 2BIMec/BrigMec, desde 07Set09.

(Por despacho de 11 de Janeiro de 2010)

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

4.^a SÉRIE

N.º 1/30 DE ABRIL DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Engenheiro (91114074) **António Gervásio Martins de Almeida Leite**.

(Por despacho de 29 de Dezembro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 2.^a Classe, nos termos dos artigos 27.º e n.º 3 do artigo n.º 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Engenheiro (91057574) **Luís Fernando Gonçalves Morgado de Azevedo**.

(Por despacho de 29 de Dezembro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 3.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Professora EBS (92001197) **Ana Mafalda dos Santos Troncho Sernadas**.

(Por despacho de 7 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica (92016693) **Maria Manuel Lamarosa Passareco Gonçalves**.

(Por despacho de 16 de Outubro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica (92016593) **Maria de Lurdes Henriques de Almeida Morais**.

(Por despacho de 29 de Dezembro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica (92014387) **Justina Tavares Gonçalves**.

(Por despacho de 26 de Janeiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Técnica (91084377) **Leonel José da Silva Tomaz**.

(Por despacho de 17 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Técnica (91038993) **João Carlos Marques Gonçalves**.

(Por despacho de 29 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Cozinheira Chefe (92019190) **Florinda Maria Agostinho Encarnação Lima**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Louvores

Louvo a Assistente Administrativa Especialista (92017293) **Maria Teresa Gomes da Silva Vaz**, pelo extraordinário empenho, relevantes dotes de carácter, elevada competência profissional e pela forma abnegada como, em todas as circunstâncias, vem exercendo as funções de Secretária, durante os últimos quatro anos, no gabinete de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Dotada de um elevado espírito de missão e rigoroso sentido do dever, atributos que aliados a uma excelente preparação técnico-profissional, lhe permitiram, mesmo nos momentos de maior pressão, desempenhar correctamente as suas funções e responder às diferentes solicitações que lhe foram colocadas com oportunidade e qualidade, sendo por isso merecedora de grande estima, confiança e consideração, creditando-a como funcionária de excelência e digna de ser apontada como exemplo a seguir.

Relevo ainda as excelentes qualidades pessoais e profissionais, destacando a sua esmerada educação, entusiasmo, brio profissional, invulgar capacidade de trabalho e dinamismo, a par de uma inexcedível dedicação pelo serviço e elevado espírito de sacrifício, características que lhe conferem uma correcção e rigor insuperáveis na resolução de todos os assuntos e uma prática de excepção em todas as ocasiões, em particular nos inúmeros contactos estabelecidos diariamente, com entidades externas à Instituição, contribuindo assim, para dignificar a imagem, o prestígio e a eficiência do Exército Português.

Funcionária dotada de uma invulgar capacidade de relacionamento, assinalável generosidade, elevado espírito de iniciativa e destacada aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, tem pautado a sua conduta pelos princípios lealdade e honestidade, sendo de enaltecer a sua permanente disponibilidade, sentido de entajuda e sã camaradagem, que muito contribuíram para fomentar o excelente ambiente de trabalho existente no meu gabinete.

Pelas qualidades evidenciadas, demonstradas e amplamente confirmadas, e pelo espírito de obediência e abnegação exemplares, é de inteira justiça e muito me apraz sublinhar o notável empenhamento da Assistente Administrativa Especialista Maria Teresa Gomes da Silva Vaz, demonstrando possuir, no âmbito técnico-profissional, uma elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

3 de Janeiro de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Exonerações

Por despacho de 28 de Dezembro de 2010 do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Suzette Augusto Silva, assistente da área hospitalar (gastroenterologia) do Mapa de Pessoal Civil do Exército/Hospital Militar Principal, é autorizada a cessar a relação jurídica de emprego público, por exoneração a seu pedido, com efeitos a 01 de Janeiro de 2011, nos termos do n.º 1, alínea *b*) e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(DR II Série n.º 9, de 13 de Janeiro de 2011)

Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010 do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Paulo Fernando Príncipe Bastos Ferreira, assistente da área hospitalar (urologia) do Mapa de Pessoal Civil do Exército/Hospital Militar Regional N.º 1, é autorizado a cessar a relação jurídica de emprego público, por exoneração a seu pedido, a partir de 12 de Março de 2010, nos termos do n.º 1, alínea *b*) e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(DR II Série n.º 41, de 01 de Março de 2010)

Por despacho de 31 de Janeiro de 2011 do Chefe do Estado-Maior do Exército, proferido no uso de competência:

Emérico Nicolau Dorés Fátima Rosário, Assistente Operacional, do Mapa de Pessoal Civil do Exército/IGeoE, exonerado da Administração Pública, desde 03 de Março de 2011, nos termos da alínea *d*), do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(DR II Série n.º 70, de 08 de Abril de 2011)

Celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o Assistente Técnico (07124292) **Júlio Manuel Janela Cunha**, com efeitos reportados a 31 de Dezembro de 2010 no Instituto da Segurança Social, na sequência do procedimento concursal, tendo sido abatido ao efectivo do Mapa do Pessoal Civil do Exército, desde a mesma data.

Na sequência do despacho de 5 de Fevereiro de 2010 do Tenente-General Ajudante-General do Exército, terminou em 31 de Dezembro de 2010 a situação de mobilidade interna na categoria, a Assistente Técnica (91002708) **Irene Maria da Silva Lobato Peres Martins**, colocada na UnAp/ZMA, em virtude de a mesma perfazer naquela data um total de 2 anos de mobilidade interna, limite máximo legalmente permitido, estabelecido pelo n.º 3 do artigo n.º 106 da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril (Orçamento de Estado para 2010).

Em 1 de Janeiro de 2011, regressou ao serviço de origem (Governo Civil de Viana do Castelo).

Em 17 de Janeiro de 2011, a Assistente Técnica (91004005) **Dídia de Jesus Picado Ribeiro**, marchou do Comando da Logística para MNE - Lisboa, a fim de ser colocada, nos termos da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro do MFAP.

É abatida ao efectivo do Comando da Logística desde a mesma data.

Celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o Assistente Operacional (15738098) **Carlos Miguel Pereira Duarte**, com efeitos reportados a 3 de Janeiro de 2011 no Município de Alcobaça, na sequência do procedimento concursal, tendo sido abatido ao efectivo do Mapa do Pessoal Civil do Exército, desde a mesma data.

Regresso ao Quadro

Em 14 de Março de 2011, apresentou-se no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Assistente Operacional (91037778) **Aires da Conceição Baptista**, que se encontrava em situação de mobilidade interna a prestar serviço no EMGFA.

III — PENSÕES E APOSENTAÇÕES

Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir dos meses, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respectiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

Fevereiro de 2011

António Maria Machado Norton Brandão, Assistente Hospitalar, da DFin, € 1 984,13;
Aurora Vilar Ferreira Rodrigues, Assistente Técnica, da DFin, € 929,40;
Bárbara Francisca V. Soares Nascimento, Assistente Técnica, da DFin, € 976,28;
Florinda Maria Agostinho Encarnação Lima, Cozinheira-Chefe, da DFin, € 272,78;
Francisco José Carneiro Brás, Assistente Operacional, da DFin, € 577,72;
Laura Pereira Simões, Assistente Técnica, da DFin, € 768,64;
Laurinda Silva Mourão Lopes, Caixeira-Chefe, das OGFE, € 648,88;
Leonilde Correia Silva Martins, Caixeira, OGFE, € 493,22;
Manuel Pinto Marques, Assistente Operacional, da DFin, € 990,10;
Maria Adelaide Almeida Ferrão, Assistente Operacional, da DFin, € 239,99;
Maria Alina Oliveira D. Gonçalves Oliveira, Técnica Especialista 1.ª Classe, da DFin, € 2 592,70;
Maria Céu Baptista Perpétuo Borges Lima, Assistente Técnica, da DFin, € 840,99;

Maria Elísia Delgado Henriques Félix Gouveia, Assistente Operacional, da DFin, € 757,89;
Maria Ermelinda Gonçalves R. Silva Moreno, Assistente Técnica, da DFin, € 912,22;
Maria Fernanda Lopes Nunes Simões, Assistente Operacional, da DFin, € 739,55;
Maria José Conceição Robalo, Assistente Graduada, da DFin, € 2 768,90;
Maria José Martins Amaro, Assistente Técnica, da DFin, € 1 079,28;
Maria Lurdes Colaço Dias Dinis, Assistente Graduada, da DFin, € 1 773,21;
Maria Patrocínia Barata A. Henriques Branco, Assistente Admin. Principal, OGFE, € 506,51;
Vítor Manuel Vieira Santos, Assistente Operacional, da DFin, € 625,15.

(DR II Série n.º 5, de 07 de Janeiro de 2011)

Março de 2011

António José Calado Mendonça, Contramestre 1, da MM, € 646,16;
Catarina Maria Balagueiras Braz Cravo Rio, Empregada de Mesa, da MM, € 726,89;
Edite Fátima Timóteo, Assistente Técnica, da DFin, € 867,13;
Fernando Carlos Gonçalves Moura Borges, Assistente Técnico, da DFin, € 917,93;
Isabel Maria Caiado Landeiro Sargento, Assistente Técnica, da DFin, € 822,11;
José Fernandes Rodrigues, Encarregado de Armazém, da MM, € 722,14;
José Manuel Rodrigues Belchior, Assistente Operacional, da DFin, € 969,10;
José Maria Valente Silva, Assistente Operacional, da DFin, € 967,84;
Luís Filipe Beirão Borges Costa, Técnico Especialista, da MM, € 1 264,03;
Maria Angélica Dias Ribeiro, Assistente Técnica, da DFin, € 840,19;
Maria Dores Rosário M. Sebastião Santos, Assistente Técnica, da DFin, € 1 079,66;
Maria Fernanda Almeida Matias, Assistente Operacional, da DFin, € 661,16;
Maria Florinda Sacramento V. Sousa Pinho, Assistente Técnica, da DFin, € 1 140,01;
Maria Helena Candeias Caetano, Assistente Técnica, da DFin, € 1 080,46;
Maria Isabel Ramos Batista Rocha, Assistente Técnica, da DFin, € 896,82;
Maria Lurdes Lopes Rente Maia, Assistente Operacional, da DFin, € 521,05;
Maria Manuela Cardoso Matos Lopes, Assistente Operacional, da DFin, € 558,77;
Maria Virgínia Matos Conceição, Técnica 1.^a Classe, da DFin, € 1 439,62;
Silvino Pereira Rosa, Carpinteiro 1, da MM, € 630,83;
Teresa Jesus Ferreira Teixeira Silva, Assistente Técnica, da DFin, € 1 041,17.

(DR II Série n.º 26, de 07 de Fevereiro de 2011)

Abril de 2011

Ana Maria Cardoso Paiva Martins, Encarregada da Rouparia, da MM, € 559,97;
Ana Maria Lebres Neto, Assistente Técnica, da DFin, € 661,16;
Bárbara Conceição Pereira Canhoto Armário, Assistente Operacional, da DFin, € 404,42;
Bernardeth Cruz Cardoso Castro Vera, Assistente Técnica, da DFin, € 1 041,17;
Bernardette Tomás A. Anunciação Santos, Técnica Principal, da DFin, € 1 424,15;
Carlos Alberto Silva Serras, Assistente Operacional, da DFin, € 693,61;
Francisco Costa Antunes Lindo, Assistente Operacional, da DFin, € 753,84;
Maria Carolina C. R. Centieiro Conceição, Assistente Técnica, da DFin, € 984,04;
Maria Conceição Berthelot Cortes Rosado, Assistente Técnica, da DFin, € 754,67;
Maria Fátima Pinheiro, Assistente Técnica, da DFin, € 964,91;
Maria Fátima Serra Trindade Arraiano, Assistente Técnica, da DFin, € 891,49;
Maria Helena Afonso Nunes Alegre, Assistente Operacional, da DFin, € 395,63;
Maria Leonor Nunes Pereira Lambelho, Assistente Técnica, da DFin, € 747,42;
Maria Luísa Loureiro Ferreira Avelar, Assistente Operacional, da DFin, € 347,64;
Mário Vaz Janine, Encarregado-Geral Operacional, da DFin, € 955,41.

(DR II Série n.º 46, de 07 de Março de 2011)

Maio de 2011

António Fernando Brito Moura, Contramestre Escalão 1, da MM, € 622,52;
António Prazeres Guerreiro, Assistente Operacional, da DFin, € 743,77;
Benilde Conceição Marques, Assistente Operacional, da DFin, € 451,19;
Helena Maria Salgado Antunes Barroso Morin, Professora, da DFin, € 1 757,68;
João Manuel Pontes Marques Almeida, Assistente Graduado, da DFin, € 4 966,05;
Manuel João Marçalo Costa, Assistente Técnico, da DFin, € 884,12;
Maria Celestina Martins G. Velhinho Caetano, Assistente Técnica, da DFin, € 598,58;
Maria Conceição Gomes Gonçalves Silva, Assistente Operacional, da DFin, € 520,58;
Maria Graziela Eusébio Marques Silva, Assistente Operacional, da DFin, € 445,32;
Maria José Ramos Malícia Baptista, Assistente Operacional, da DFin, € 522,17;
Piedade Conceição Correia M. Vilela Ferreira, Encarregada de Sector, MM € 507,29;
Rosa Maria Fernandes, Assistente Operacional, da DFin, € 283,57;
Vítor Manuel Figueiredo Santos, Professor Associado com Agregação, da DFin, € 5 330,17.

(DR II Série n.º 70, de 08 de Abril de 2011)

IV — OBITUÁRIO**2011**

Janeiro, 27 — Professor Associado com Agregação (91008386) Fernando Manuel Faria Martins, da AM;
Fevereiro, 08 — Assistente Operacional (91015984) Amílcar Alves Rosa, da EPA;
Março, 02 — Professor Associado (91007485) Carlos Tavares Ribeiro, da AM.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Eduardo Manuel de Lima Pinto, tenente-general.